



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM
ARACAJU/SE: O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES**

**São Cristóvão
2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU/SE: O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES**

São Cristóvão
2010

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU/SE: O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial à obtenção do Título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel.

São Cristóvão, Maio de 2010.

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU/SE: O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES.**

Dissertação de mestrado submetida à apreciação da banca examinadora
constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Eloízio da Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Marleide Maria Santos Sergio (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe- Campus de Itabaiana

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve presente ao meu lado em todos os momentos, seja compartilhando as vitórias ou para segurar minhas mãos nos momentos de tribulações. Quero em especial registrar aqui minha gratidão aos meus pais (Laércio e Margareth) responsáveis pela minha educação e ao meu Amor... (Gleise), que sempre esteve comigo nas caminhadas geográficas e extra-geográficas, e que agora somos uma só carne. “a nossa história não acaba aqui, há tantos sonhos pra realizar”. Obrigado! Amo vocês!!!!!!!!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe por oferecer o curso de graduação e pós-graduação em Geografia.

A toda comunidade escolar das Escolas: Escola Estadual Prof^a. Lucila Moraes Chaves, Colégio Estadual Olavo Bilac e Colégio Francisco Rosa pela oportunidade de compreender melhor o real sentido da educação brasileira.

Ao Núcleo de pós-graduação em Geografia, no auge dos seus 25 anos de fundação, na pessoa do Prof. Dr. José Eloízio da Costa, que com muita competência conduz e coordena os ensinamentos geográficos e pela confiança depositada no meu trabalho de dissertação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Celso Donizete Locatel pelos ensinamentos dos saberes geográficos na ampliação dos conhecimentos acerca da geografia agrária brasileira, e que mesmo a distância sempre esteve presente nas contribuições, sugestões e paciência nas correções dessa dissertação.

Ao corpo docente do Mestrado em Geografia, em particular a Prof^a. Dr^a Alexandrina Luz Conceição, que me incluiu nas suas aulas e que contribuiu para minha formação acadêmica no desvelar dos saberes geográficos e a Prof^a. Dr^a. Vera França sempre prestativa e que contribuiu com excelentes sugestões nos momentos em que me encontrava sem norte geográfico.

Aos meus amigos da pós-graduação Rodrigo (peça fundamental no trabalho de campo e na formatação da dissertação), Marcos Pereira, Alysson, Alvanira, Núbia, Adelli, Venozina, Ana Consuelo e muitos outros que contribuíram através das discussões, conselhos e exemplos de vida. Vocês são muito especiais pra mim. Nívia (minha querida madrinha e companheira nos estudos da ciência jurídica) e Danny Jefferson (meu amigo irmão) pelas contribuições da língua portuguesa e impressão, respectivamente. Não poderia deixar de destacar meus amigos do doutorado que representaram Vitórias e Conquistas: Vilomar (Vila) e Adrecksa (Déa), exemplo de família e seres humanos.

Aos colegas de curso, com as contribuições em sala de aula.

A Everton, secretário do Núcleo, que com muita atenção e respeito me atendeu nos momentos em que precisava dos seus auxílios administrativos.

Aos funcionários das instituições por nós visitadas INCRA, IBGE, SEPLAN pelo apoio e importante fonte de pesquisa para o desenvolvimento do nosso trabalho, e em especial a EMURB na pessoa de Gilberto Nunes da Silveira, brilhante geógrafo que contribuiu no suporte cartográfico presente na dissertação.

Aos meus pais Laércio e Margareth, peças fundamentais para minha educação na construção do meu ser, vocês são meus exemplos de seres humanos. Aos meus irmãos Alysson, Luciana e Luciene e toda a minha família, que mesmo estando ausente em boa parte da minha jornada acadêmica, sempre acreditaram em mim. Vocês são especiais para mim.

Ao meu amor, Gleise..., que nos conhecemos ainda crianças..., estudávamos na mesma escola..., frequentávamos os mesmos ambientes e tivemos a oportunidade de nos conhecermos melhor, passamos por várias experiências juntos, sempre juntos, geográficas e extrageográficas, e muitos sonhos pra realizar, te amo, meu amor.

Aquele que é autor e consumidor da minha fé, Deus vivo, presente e soberano, que sempre me sustenta e me ensina a passar pelos vales e desertos, confiando no Seu amor para comigo, pois a força que em mim opera vem do Senhor. Obrigado Pai.

Enfim, a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram na construção dessa dissertação de mestrado, meu muito obrigado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização da área de estudo, Aracaju, 2009	9
Figura 02: Propriedade localizada na zona de expansão de Aracaju	24
Figura 03: Fundo de quintal com frutíferas e plantas medicinais	24
Figura 04: Delimitação da propriedade privada na zona de expansão de Aracaju	31
Figura 05: Propriedade localizada próximo ao DIA	32
Figura 06: Elementos ligados à definição da agricultura urbana	35
Figura 07: Propriedade na zona de expansão de Aracaju	38
Figura 08: Presença de frutífera em residência no Bairro Bugio	38
Figura 09: Plantas medicinais cultivadas nos Jardim de residência do Bairro Bugio	40
Figura 10: Consorciamento de cultivos na zona de expansão de Aracaju	40
Figura 11: Brasil Áreas Metropolitanas	43
Figura 12: Plantas medicinais nas propriedades pesquisadas	47
Figura 13: Cultivo de Pimenta	48
Figura 14: Plantas frutíferas identificadas nas propriedades pesquisadas	49
Figura 15: Coleta de pitanga	50
Figura 16: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio	67
Figura 17: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio	67
Figura 18: Animais pastando nas ruas da zona de expansão de Aracaju	70
Figura 19: Condomínio residencial fechado na zona de expansão de Aracaju	72
Figura 20: Mesclas de sentidos e usos na zona de expansão de Aracaju	76
Figura 21: Residências presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju	85
Figura 22: Residência presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju	85
Figura 23: Chácaras e sítios na zona de expansão de Aracaju	86
Figura 24: Problemas da macrodrenagem na zona de expansão de Aracaju	88
Figura 25: Mapa da Zona de Expansão de Aracaju	90
Figura 26: Afloramento de lençol freático junto a residência	91
Figura 27: Afloramento de lençol freático próximo a rodovias	91
Figura 28: ZEA: Aspectos naturais, presença da ocupação humana e remanescentes de atividades agrícolas	92
Figura 29: Rio Vaza Barris	93
Figura 30: Agricultura urbana na zona de expansão	95
Figura 31: Jornalista Joel Silveira em construção sobre o rio Vaza Barris	96
Figura 32: Infraestrutura na Orla Por do Sol, Povoado Mosqueiro	97
Figura 33: Comercialização das terras na zona de expansão de Aracaju	97
Figura 34: Zona de Expansão de Aracaju: povoado Areia Branca	101
Figura 35: Zona de Expansão: animais pastando próximo a rodovia	102
Figura 36: Agricultura urbana nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont	103
Figura 37: Localização dos Bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont	105
Figura 38: Cultivo de bananeira junto à residência no bairro Jardim Centenário	106
Figura 39: Vista aérea da Av. Hildete Falcão, av. Melício Machado e Zona de Expansão	107
Figura 40: Delimitação da propriedade e dos recursos naturais.	109
Figura 41: Venda de terrenos na zona de expansão de Aracaju	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tipologias possíveis para atividades de Agricultura Urbana e Periurbana	36
Quadro 02: Iniciativas de Governos Central, local e de empresas públicas e privadas na promoção da agricultura urbana no Brasil	42
Quadro 03: Indicações de ervas medicinais	45
Quadro 04: Procedência dos cidadãos alvos da pesquisa	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Aracaju, estabelecimentos agropecuários, 2006	75
Tabela 02: Produção pecuária do município de Aracaju, 2008	76
Tabela 03: Número de imóveis rurais distribuídos por hectare no município de Aracaju, 2008.	111
Tabela 04: Concentração das propriedades por grupo de famílias e construtoras	112
Tabela 05: Número dos imóveis rurais pertencentes as construtora em Aracaju	113

RESUMO

A agricultura urbana é caracterizada pelas múltiplas faces produtivas ligadas ao setor agrícola. Assim abrange o plantar e o colher de cereais, hortículas, plantas medicinais e frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno e grande porte que servem tanto para o consumo familiar, para a venda a estabelecimentos comerciais ou diretamente nas residências no sistema chamado “porta em porta”. Através do entendimento das práticas agrícolas é possível relacionar outras categorias analíticas, que estão presentes e fazem parte do conceito da agricultura urbana, o que significa que se faz necessário a discussão sobre o conceito de campo, cidade, rural, urbano e agricultura enquanto ponto de partida para a análise das práticas socioespaciais. Com base neste contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a manifestação de elementos característicos do rural no espaço urbano de Aracaju, mais especificamente na zona de expansão e nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, levando-se em consideração a prática da agricultura urbana e a presença de alguns elementos do modo de vida rural, desmistificando a dicotomia campo-cidade. O presente estudo fundamenta-se numa ampla pesquisa bibliográfica, a partir de obras que abordam questões teórico-conceituais para o tratamento dos fenômenos rurais e urbanos; na observação *in loco*, através de trabalhos de campo para levantamento de dados primários, documentação fotográfica, aplicação de questionários, coleta de dados secundárias oriundos da EMURB, INCRA, IBGE e SEPLAN. A análise da prática da atividade agrícola em Aracaju permite retomar a discussão campo-cidade a partir da perspectiva da totalidade e não da dicotômica rural-urbano, assim como possibilita o entendimento de que a atividade agrícola desenvolvida nessas áreas da cidade tem múltiplas dinâmicas e coexistem com outras formas de produção do espaço. Assim, a agricultura urbana praticada na cidade de Aracaju, pode ser entendida a partir da materialidade da produção do espaço, com suas múltiplas faces e significados.

Palavras-chave: Cidade, Campo, Agricultura urbana

ABSTRACT

Urban agriculture is characterized by multiple productive faces related to the agricultural sector. Therefore comprehend planting and picking grains, horticultural, medicinal plants and fruits, as well as the breeding of small and large animals that serve both for household consumption, for sale to retail establishments or directly into homes using so called "door to door. " Through the understanding of agricultural practices is possible to lists other analytical categories, which are present and are part of the concept of urban agriculture, which means that it is necessary to discuss the concept of countryside, city, rural, urban and agriculture as a point of departure for the analysis of socio-spatial practices. Based on this context, the objective of this work is to analyze the expression of rural characteristic elements in the urban space of Aracaju, but specifically in the area of expansion and neighborhoods of Bugio, Jardim Centenario and Santos Dumont, taking into consideration the practice of agriculture urban and the presence of some elements of rural life, demystifying the rural-urban dichotomy. This study is based on a wide literature search, from works that discuss theoretical and conceptual issues for the treatment of rural and urban phenomena; on-site observation, through field work for collecting primary data, photographic documentation, application questionnaires and secondary data collection of EMURB, INCRA, IBGE and SEPLAN. The analysis of the practice of agriculture in Aracaju is allowed to resume the rural-urban discussion from the perspective of the enterity, not of the dichotomous rural-urban, as well as enables the knowing that the activity developed in these areas the city has many dynamic and coexist with other forms of production space. Thus, urban agriculture practiced in the city of Aracaju, can be understood from the materiality of production space, with its multiple faces and meanings.

Keywords: City, countryside, Urban agriculture

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ESTADO DA ARTE.....	5
1.2 RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA.....	7
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
 2. AGRICULTURA URBANA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	 17
2.1 PEQUENA HISTÓRIA DA AGRICULTURA URBANA.....	17
2.2 COMPREENSÃO E DIMENSÃO DA AGRICULTURA URBANA..	22
2.3 A AGRICULTURA URBANA: TIPOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	34
2.4 AS FRUTIFERAS E AS PLANTAS MEDICINAIS NO	
CONTEXTO DA AGRICULTURA URBANA.....	44
 3. RELAÇÃO CAMPO CIDADE EM ARACAJU.....	 52
3.1 DA DICOTOMIA ESPACIAL A NOÇÃO DE CONTINUUM.....	52
3.2 A PROBLEMÁTICA DO QUE VEM A SER RURAL E URBANO	
NO BRASIL.....	59
3.3 AGRICULTURA E ESPAÇO URBANO	64
 4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARACAJU E A	
AGRICULTURA.....	81
4.1 O SÍTIO URBANO.....	81
4.2 ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU: ASPECTOS	
GERAIS.....	84
4.3 AGRICULTURA URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM	
ARACAJU.....	98
4.4 A RENDA DA TERRA NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU	108
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	 115
 6. REFERÊNCIAS.....	 119
7. ANEXO.....	125

1 INTRODUÇÃO

No reconhecimento de que a cidade tem sido lugar propício para o desenvolvimento do capitalismo e lugar privilegiado para localização da indústria, do comércio e dos serviços, ou seja, da produção e da troca, percebem-se, no campo teórico, interpretações que afirmam a dominação do urbano sobre o rural, da cidade sobre o campo, este por sua vez, diluído pelo tecido urbano, com assimilação do rural pelo processo de industrialização da sociedade ocidental, como se o mesmo precisasse ser recriado ou reinventado.

É pertinente ressaltar o entendimento do rural e do urbano como espaços diferenciados, porém complementares, que estabelecem relações de interdependência e interpenetração, mas que guardam peculiaridades inerentes a cada um.

Com o deslocamento forçado de milhões de pessoas do campo para as cidades no Brasil, muitos dos grandes centros urbanos não tiveram a capacidade (ou não foram preparados) para receber essa população, deixando-os excluídos de uma infraestrutura básica (como educação, saúde, saneamento básico) e de oferta de empregos. Um dos resultados desse processo foi a condição sub-humana de existência nas periferias urbanas, contradizendo inclusive a falsa lógica de que o êxodo rural “libertaria” as pessoas do atraso do mundo rural e as conduziria à luz e à liberdade da cidade.

Com isso, observa-se que essa população marginalizada, desprovida de renda e de perspectiva, busca múltiplas estratégias de sobrevivência, sendo um dos exemplos as antigas práticas provenientes do espaço rural, de autoprodução - que é a agricultura urbana, desenvolvida em meio intra-urbano, capaz de manter a sobrevivência tanto de famílias urbanas de heranças culturalmente rurais, como aquelas que por necessidade praticam tais atividades ligadas ao setor primário.

Numa outra condição, ainda no espaço intra-urbano, encontram-se áreas que são resquícios de explorações agrícolas, as quais existiam antes da expansão urbana. Com isso, verifica-se a manutenção de explorações agrícolas em áreas definidas como urbanas que ou estão sendo mantidas com

a finalidade de especulação imobiliária, convertendo as terras em loteamentos e extraindo a renda da terra¹ ou em que seus proprietários desenvolvem a agricultura como fonte de renda, seja principal ou complementar.

Sendo assim, esta pesquisa nasce da necessidade de se analisar as manifestações de práticas e elementos do modo de vida tipicamente rurais na cidade, ressaltando as dificuldades em se definir e delimitar o que é rural e urbano no Brasil, mais especificamente no município de Aracaju, tendo como base empírica a chamada Zona de Expansão de Aracaju (ZEA), mais conhecida como Mosqueiro, localizada na região sul da capital, e alguns bairros localizados no noroeste da cidade (Bugio, Santos Dumont e Jardim Centenário), em que famílias persistem com práticas agrícolas comuns à zona rural, expressas na paisagem urbana, através da denominada agricultura urbana.

Em função de se analisar esse processo considerado um impasse, no sentido de que a agricultura urbana na cidade de Aracaju, representa não só a estratégia ou alternativa que a população busca na obtenção de alimentos mais saudáveis, seja pela presença de frutíferas e ervas medicinais, ou mesmo na criação de animais de pequeno e grande porte, mas também na ambivalência entre o processo de valorização fundiária, decorrente do capital especulativo imobiliário, e da resistência dessa prática, em sua face demonstrada pela mercantilização da terra, produto do processo de metropolização de Aracaju.

As contradições do espaço se materializam, principalmente na zona de expansão, em decorrência dos interesses dos sujeitos que operam nessa área e que produzem o espaço, mas cujo caráter de segregação sócio-espacial é uma evidência incontestável como produto em movimento, ou seja, as práticas agrícolas desenvolvidas em micro-espacos, com criações de animais, frutíferas residuais, ervas medicinais, são marcas comuns da agricultura urbana.

A abordagem conceitual, isto é, o resgate dos conceitos de rural e urbano foi o caminho escolhido para se destacar e explorar a presença de traços e de práticas agrícolas presentes em áreas urbanas, como forma de

¹ Segundo Oliveira (2007), a renda da terra é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. Lucro esse apropriado pelo capitalista acima do lucro médio, sendo a compreensão desse conceito de fundamental importância no entendimento da realidade agrária e mesmo urbana, pois em ambas tem na terra um componente importante.

produção do conhecimento geográfico, buscando dar uma contribuição, mesmo que de forma incipiente, à discussão epistemológica.

A agricultura urbana (AU) é compreendida como a prática agrícola ou pecuária que se desenvolve, em geral, dentro da cidade ou em seu entorno, por moradores-produtores que ocupam espaços vazios existentes na área, dentre os quais estão os fundos de quintais e jardins de suas próprias residências, terrenos baldios, próprios ou públicos. Tal prática absorve mão-de-obra local, em sua maioria familiar, normalmente dissociada das relações típicas capitalistas (assalariadas), gerando dessa forma estratégias rentáveis e empregatícias, com produção de alimentos para consumo próprio e para o mercado, contribuindo para a segurança alimentar.

A agricultura urbana é um tema complexo e instigante na perspectiva geográfica, uma vez que pode proporcionar à sociedade, se praticada de forma racional, certo equilíbrio ao ecossistema urbano. Contraditoriamente é um tema pouco estudado na Geografia, visto que a maioria das produções acadêmicas elenca a temática do desenvolvimento urbano-industrial moderno como último estágio no processo de amadurecimento do capitalismo, em que a expansão urbana acabaria dissolvendo todo foco de práticas tradicionais do mundo rural.

Pode-se reconhecer o processo de urbanização como um fenômeno mundial, visto que a universalização das trocas, sedimentada basicamente no espaço da cidade, aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho. Levando-se em consideração que a cidade é o palco das maiores manifestações do construído, em que o novo e o velho convivem lado a lado e fazem parte do mesmo tecido urbano (paisagem urbana), não se pode negligenciar a presença mesmo que camuflada/sufocada pelas ondas do moderno, de práticas e manifestações, típicas do mundo rural presentes no espaço urbano.

Em meio aos constantes processos de transformações tanto do campo quanto da cidade, considera-se que estudos sobre essa problemática partindo do nível intramunicipal são pertinentes, sobretudo porque surgem, cada vez mais, novas configurações na organização espacial dos municípios, que devem ser avaliados paralelamente à elaboração de planos e projetos de desenvolvimento mais amplos.

É notório também, para além da dimensão física e visível (formas), a manifestação do rural dentro do urbano através de elementos comuns ao campo (como a própria agricultura e o modo de vida) dentro da cidade - pensada em sua totalidade, entendendo o campo e a cidade como parte da mesma trama territorial, não como opostos, mas sim como espaços complementares, resultantes de um mesmo processo de produção do espaço geográfico.

Apesar do desconhecimento e descrédito atribuídos às práticas de agricultura urbana, inclusive na comunidade acadêmica e também órgãos públicos, é necessário uma maior atenção sobre essa prática. Diante do exposto e reconhecendo a validade do estudo sobre agricultura urbana no âmbito da Geografia, pretende-se dar respostas as indagações ainda não devidamente respondidas que surgem na atualidade, além de contribuir na construção do conhecimento científico, no exame de práticas presentes no meio intra-urbano.

Ao abordar essa temática algumas indagações surgem para nortear a pesquisa, a saber:

- Há de fato agricultura no espaço urbano de Aracaju? Observada a presença deste fenômeno, qual sua importância enquanto estratégia na reprodução das unidades familiares que a praticam?
- Quem são os agricultores urbanos de Aracaju e o que representa essa prática econômica na composição da renda familiar?
- O Município de Aracaju é totalmente urbano, como define o Plano Diretor, e a despeito dessa realidade ainda há propriedades e estabelecimentos rurais, assim como usos e funções não-urbanos no município?
- Será que a agricultura urbana tem favorecido a manutenção da especulação imobiliária juntamente com os agentes do setor imobiliário e da indústria da construção civil, presentes na zona de expansão?

Pretende-se com este trabalho analisar a manifestação de elementos característicos do rural no espaço urbano de Aracaju, levando-se em consideração a prática da agricultura urbana e a presença de alguns elementos do modo de vida rural, desmistificando a dicotomia campo-cidade.

Para a operacionalização da pesquisa, o objetivo principal foi desdobrado em outros específicos, quais sejam:

- Analisar a funcionalidade da agricultura urbana.
- Discutir o conceito de rural e urbano utilizado na Geografia, no Brasil e as interações campo-cidade presentes em Aracaju.
- Abordar questões referentes ao capital imobiliário e a renda da terra.
- Analisar a existência de elementos característicos do espaço rural que são conservados e reproduzidos pela população urbana de Aracaju que estão envolvidos como a atividade agrícola urbana.
- Levantar a produção agrícola do município de Aracaju, destacando as práticas mais significativas na caracterização da agricultura urbana, além de identificar a diversidade de plantas e animais criados nos quintais das residências que praticam a agricultura urbana.

Para melhor dimensionar o objeto dessa pesquisa faz-se necessário considerar o estado da arte que o envolve, o recorte territorial adotado e os procedimentos metodológicos utilizados para a operacionalização desse trabalho.

1.1 ESTADO DA ARTE

Com o intuito de verificar em que estado se encontra o conhecimento científico acerca da discussão da agricultura urbana, é pertinente conhecer de que forma essa temática vem sendo discutida, ou seja, é preciso que se conheça o estado da arte, visto que este serve de suporte na compreensão do fenômeno, logo dos estudos particulares, neste caso, da agricultura urbana.

Faz-se também necessário salientar como a cidade é compreendida, pois cidade e urbano muitas vezes são considerados como sinônimos, o que nos obriga a precisar como esses conceitos são entendidos. As considerações estão apoiadas na definição proposta por Henri Lefebvre (1969) que caracteriza cidade como um espaço-tempo, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível (material), arquitetônico, mas ao mesmo tempo em que tem presente uma estrutura social (sensível), é um pedaço do conjunto social e “incorpora na matéria-sensível, as instituições, as ideologias”. É

composta paradoxalmente pelos espaços desabitados e mesmos inabitáveis. E que “o ‘habitat’ não constitui a cidade e que ela não pode ser definida por essa função isolada” (Lefebvre, 1969, p. 60). Ela é a ‘mediação entre as mediações’, contém a ordem próxima e está contida na ordem distante. A cidade como mediação, é o local onde se manifestam as contradições da sociedade, principalmente as relacionadas aos grupos diversos e ao poder político. Não podendo ser concebida enquanto um sistema significante, fechado, isolado.

Contendo a ordem próxima, ela a mantém, sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela a sustenta; encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a mediação. (LEFEBVRE, 1969, 47).

Em relação ao conceito de urbano, Lefebvre (1986) *apud* Silva (2006), destaca que este não designa puramente a cidade e a vida na cidade, nem coincide com a polis (cite) e nem com a cidade medieval, mas as substitui, englobando-as. O urbano pode ser entendido como o espaço onde se desenvolve a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno, a forma atual da simultaneidade, da unidade, da reunião, da convergência e do encontro. Embora o urbano não dispense uma base prático-sensível, uma morfologia, ele não pode definir como apegado a essa, por outro lado ela não é algo que se pode separar dela.

Além dessa discussão, também serão utilizados os conceitos de cidade e campo, rural e urbano a partir da obra de autores a exemplo de Ferrão (2000), Reis (2005), que discutem questões relacionadas a dicotomia espacial e a noção de *continuum*, de Carneiro (1998) que aprofunda os debates referentes ao rural e urbano. A discussão realizada por esses autores está atrelada às mudanças a partir da segunda metade do século XX, chamando a atenção para uma nova ruralidade, e de como o ritmo de mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo vão dirimir as noções de rural e urbano. Alentejano (2000), que faz contraposição à visão do “novo rural” e Carlos (2004^b), que analisa a relação campo-cidade em sua articulação, na perspectiva da contradição centro/periferia. Maia (2003) e Rezende (2004),

dentre outros, conduzem a discussão a partir da manifestação do mundo rural na cidade.

1.2 RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

Aracaju, ao longo de sua formação, foi e tem sido estudada por diferentes ramos da ciência, interessados em compreender melhor o seu papel no conjunto da economia sergipana e, sobretudo sua inserção no sistema urbano brasileiro: Porto (1991) França (1988,1997), Loureiro (1983), Ribeiro (1989), Machado (1990), dentre outros, estando esses estudiosos voltados para a caracterização interna da cidade, sua evolução e estruturação urbana, bem como questões de organização regional.

Aracaju constitui-se num centro sub-metropolitano ou capital regional brasileira dentre os municípios sergipanos, desponta enquanto capital sua primazia urbana consolidada em relação às demais cidades a ela subordinada, sendo detentora, segundo França (1997, p. 68) das maiores variações relativas da população urbana (1980-1991), apresentando taxas de crescimento superiores às do conjunto urbano do estado e bem expressivas do que as do total da população, conforme destaca França (1997). Para

O rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura. Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e das cidades do interior. (FRANÇA, 1997, p. 60).

O município de Aracaju abrange uma área de 181,8 Km², circunscrito na mesorregião Leste Sergipano, delimitada pelas coordenadas geográficas de 10° 55' 56" de latitude sul e 37° 04' 23" de longitude oeste. Faz fronteira em sua porção norte, com o município de Nossa Senhora do Socorro, tendo como divisa o Rio do Sal; na porção sul, limita-se com o município de Itaporanga D'ajuda, que são separados pelo rio Vaza Barris, com a atual construção da ponte ligará a capital a praia da Caueira; no sentido oeste, faz fronteira com os

municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro e a leste é banhado pelo rio Sergipe e pelo oceano Atlântico.

Para a verticalização da pesquisa tomar-se-à como base empírica a chamada Zona de Expansão de Aracaju (ZEA), mais conhecida como Mosqueiro, localizada na região sul da capital, e alguns bairros localizados no noroeste da capital (Bugio, Santos Dumont e Jardim Centenário), locais em que se verifica a ocorrência da prática agrícola com maior intensidade no município em questão (Figura 01).

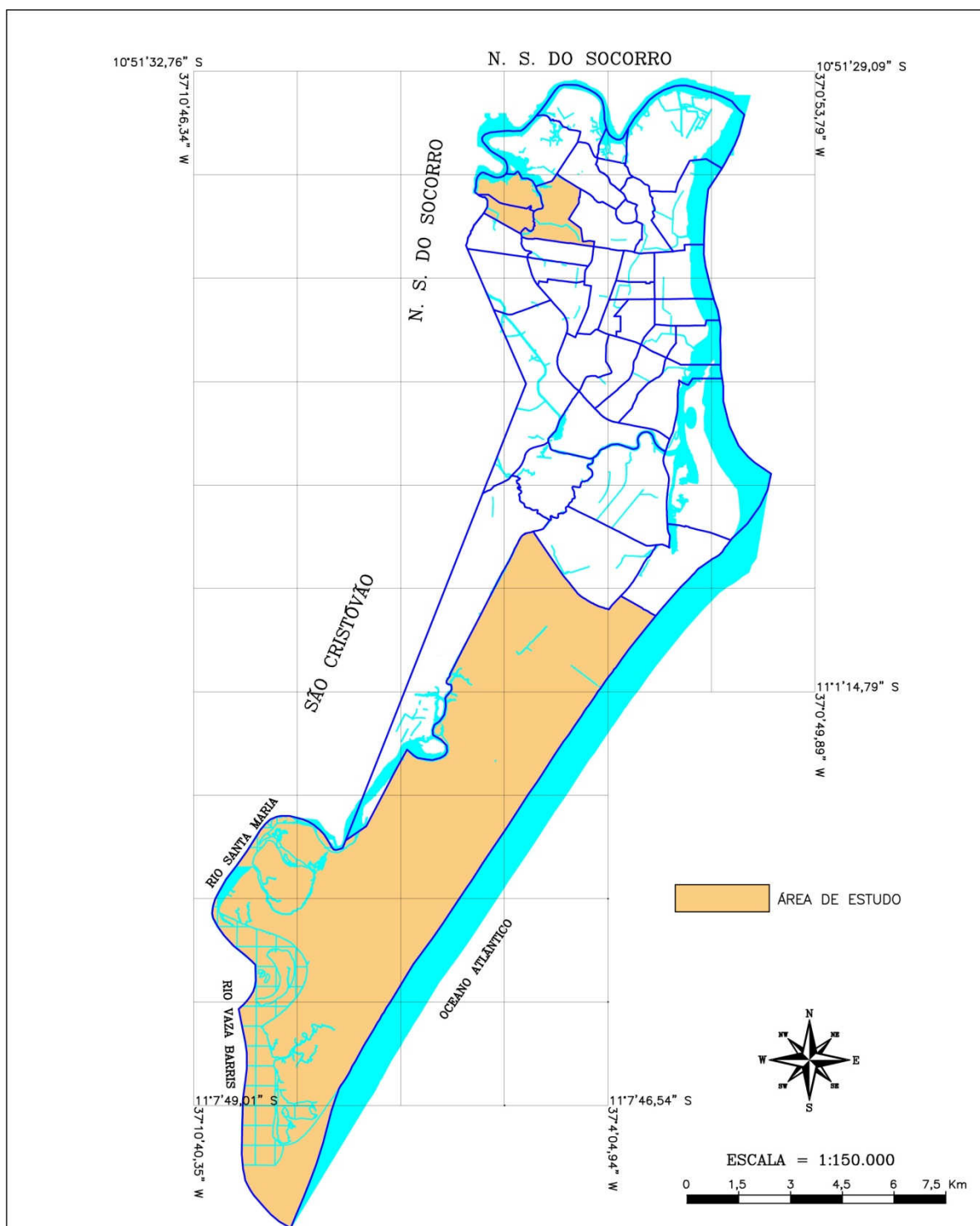


Figura 01: Localização da área de estudo, Aracaju, 2009.

Fonte: EMURB – Empresa Municipal de Urbanização de Aracaju

Digitalização: Gilberto Nunes

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para concretização dos objetivos, torna-se necessária a caracterização geográfica da área de estudo, através da integração dos fatos sociais, históricos, econômicos, culturais e ambientais, tendo em vista uma melhor apreensão da realidade material em análise, respeitando as particularidades dos fatos anteriormente destacados.

Para construção de um referencial teórico consistente e basilar, o presente estudo fundamenta-se numa ampla pesquisa bibliográfica, com ênfase nas teorias originárias de diferentes ramos das ciências humanas, em especial a Geografia, que debatem questões teórico-conceituais para o tratamento dos fenômenos rurais e urbanos na atualidade, buscando um melhor entendimento de suas interações, contidas em dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos, revistas especializadas e livros.

Cabe ressaltar a escassez de material no âmbito da Geografia que aborde a temática da agricultura urbana, sendo necessário dialogar com outras áreas do conhecimento, a exemplo da economia, agronomia, sociologia.

Porém, não se pode deixar de frisar as contribuições dos autores que serviram de referência e se coadunaram no suporte e elo para a discussão da produção do espaço, as transformações do espaço urbano de Aracaju, a relação campo-cidade e o desenvolvimento da prática da agricultura urbana: Lefebvre (1969), Carlos (1999; 2004), França (1988; 1997), Madaleno (2001; 2002), Maia (2003; 2007), Locatel (2004), dentre outros, que somados promoveram a efervescência científica na contribuição para a leitura da realidade, não de forma a aplicar determinados modelos prontos e acabados, mas fazer de forma coerente as relações entre a teoria geral e a realidade material-sensível.

A agricultura urbana exercida no espaço intra-urbano de Aracaju, escapa ao controle estatístico oficial, razão pela qual o nosso projeto de investigação inclui observação *in locus*, através de trabalhos de campo para levantamento de dados primários, documentação fotográfica, entrevista semi-estruturada e aplicação de questionário.

Foi utilizado também como procedimento metodológico o uso de fotografia, com o objetivo de identificar elementos para a caracterização e compreensão da prática agrícola no espaço urbano de Aracaju. Foram registradas imagens fotográficas, em especial nas localidades onde se desenvolveu a análise empírica, para subsidiar, desta forma, o aprofundamento das discussões acerca da problemática abordada.

As áreas identificadas com agricultura urbana em Aracaju durante a pesquisa foram classificadas em dois grupos que são: Grupo 01: as áreas localizadas na porção noroeste da cidade, em que a densidade demográfica é elevada com alto grau de ocupações dos espaços, representando as áreas periféricas, cuja prática se dá juntamente às residências, nos chamados fundo de quintal, com cultivos de frutíferas e plantas medicinais em vasos e canteiros; Grupo 02: refere-se a zona de expansão urbana de Aracaju, que está localizada no extremo sul da cidade. Representa atualmente a maior reserva de solo urbano da cidade, em que se mesclam paisagens típicas do rural e do urbano. Sendo que, em ambas as áreas a agricultura urbana se reproduz, mesmo sem apoio institucional.

A escolha dessas áreas no município de Aracaju deve-se a princípio, no tocante a chamada zona de expansão, às visíveis marcas na paisagem que denotam traços fortes do rural, refletidos pela presença da criação de animais de pequeno e grande porte, que compartilham esses espaços com as diferentes formas de ocupação e pela permanência do cultivo de coco, reacendendo a questão da dicotomia espacial entre rural e urbano. Para as áreas localizadas no noroeste deve-se à facilidade de coleta de informação, pelo conhecimento e convívio diário com a geografia dessa localidade.

Acerca da tipologia que abarca o conceito de agricultura urbana e periurbana (AUP), conforme Santandreu e Lovo (2007) nota-se que ela pode ser realizada em espaços públicos e privados dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município. Para a exequibilidade da pesquisa foi adotada uma tipologia que venha a caracterizar a diversidade de espaços possíveis de serem utilizados com a prática da AU no espaço intra-urbano de Aracaju, mais especificamente em sua zona de expansão urbana e alguns bairros do noroeste da capital.

O intenso debate sobre a definição dos limites entre o urbano e periurbano e entre este e o rural abrange uma diversidade de posições teóricas e está longe de se atingir um consenso para uma definição universal. Este debate se refletiu na dificuldade em definir a abrangência das práticas agrícolas no espaço urbano pesquisado, mas se optou pela AU de base intra-urbana, ao invés de adentrar na complexa, mas não menos importante agricultura periurbana.

Para tanto, foram aplicados 30 questionários com as famílias que desenvolvem a agricultura urbana, com o objetivo principal de subsidiar a análise qualitativa referente às características socioeconômicas e caracterização do espaço em que são desenvolvidas as práticas de agricultura urbana. É importante destacar que a aplicação dos questionários foi cessada em virtude da repetição das respostas nas localidades pesquisadas e de acreditar ter obtido informações cruciais para o entendimento da agricultura nessas áreas da cidade. A definição da amostra para a aplicação dos questionários com os agricultores foi de forma aleatória e não probabilística, uma vez que o trabalho prima por uma análise qualitativa e não quantitativa.

Vale salientar a dificuldade em aplicar os questionários na zona de expansão de Aracaju, pois o acesso ao proprietário foi dificultado, primeiro pela grande dimensão das propriedades e ausência dos proprietários nas mesmas, nos momentos da investigação. Sendo assim, foi realizado registro fotográfico tanto das propriedades, bem como da presença dos animais, confinados ou soltos pelas ruas e avenidas. Foi estabelecida uma relação entre os dados oriundos do IBGE, no tocante a produção agropecuária municipal, com a investigação de campo e tais registros.

Os dados de fontes secundárias foram obtidos junto a FIBGE, a partir de publicações tais como Censo Agropecuário, Produção Agropecuária Municipal, INCRA, a partir do Cadastro de Imóveis Rurais de Aracaju, EMURB e SEPLAN.

A primeira vista é um tanto paradoxal combinar os labores e paisagens típicas do mundo rural ao meio urbano; todavia, apesar de ser uma expressão recente, a agricultura urbana, na acepção da palavra, designa uma atividade bem antiga, referente às atividades para produção de bens alimentares, sejam de origem animal ou vegetal, bem como outras espécies úteis ao homem, através da reutilização de resíduos sólidos e de águas residuais, promovidos

nos espaços intra-urbanos ou na periferia das manchas construídas, em cidades das mais variadas dimensões.

As técnicas de coleta de dados utilizadas visam a realização de um estudo de caso, passível de comparação com outras pesquisas similares efetuadas em diferentes cidades, por outros pesquisadores. A aplicação de questionário destina-se ao levantamento da agricultura urbana praticada em Aracaju, destacando também as práticas preexistentes ao próprio processo de expansão urbana ocorrido nesses bairros da cidade. Para a Zona de Expansão foi utilizada na identificação dos locais com presença de agricultura, a carta de Zoneamento Urbano Ambiental, elaborada pela GEO Consultoria e Serviços, na escala de 1:30000, no ano de 2000.

A partir daí seguiu-se um roteiro estabelecido, focando as áreas destacadas na carta de Zoneamento, na qual se visualizou o que se entende por Zona Residencial pré-urbana com funções comerciais, industriais, turísticas e de serviços, bem como a Zona de Moradias individuais, sítios e chácaras, condomínios e loteamentos residenciais licenciados, ocupados e em processo de ocupação.

Nessa perspectiva, foi iniciada a visitação de caráter exploratório na investigação sobre a agricultura urbana, bem como no destaque das práticas agrícolas preexistentes ao próprio processo de urbanização. Foi plausível a orientação pela rodovia dos Náufragos, mais especificamente sua margem direita que antes mesmo de adentrar nos Povoados Areia Branca, Matapuã e Mosqueiro, os quais se conectam a tal rodovia, foi visível uma paisagem que guarda traços muito fortes com um passado estritamente agrícola, seja pela presença da cocoicultura, seja pelas casas antigas, isoladas na paisagem, contrastando com os condomínios horizontais fechados, principalmente na Aruana e chácaras com alto grau de sofisticação.

Outra fonte importante na busca de informações sobre os problemas vivenciados pelos moradores da ZEA foi pesquisada nos arquivos disponíveis em meios digitais do Jornal da Cidade, vinculados ao site do Conselho das Associações de Moradores da Zona de Expansão de Aracaju (COMBAZE).

Para os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, localizados no noroeste da capital, seguiu-se uma trajetória de exploração focada na busca de práticas agrícolas desenvolvidas principalmente junto a residências, no

chamado fundo de quintal, na manutenção das frutíferas e plantas medicinais, buscando compreender a permanência e a funcionalidade de tais práticas.

Com relação ao método de amostragem espacial, ele é indicado especialmente para proceder a estudos sobre a forma de uso e ocupação do solo, sempre que não seja possível recorrer a completos e abrangentes levantamentos aerofotogramétricos e ao tratamento digital pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG), o que justifica a escolha do método aplicado.

Somam-se à pesquisa, o método de amostragem estratificada, em que vamos procurar representar as distintas camadas socioeconômicas nas diversas áreas pesquisadas, merecendo especial atenção os seguintes fatores: aos tamanhos das respectivas propriedades, a densidade da população e a relação com o restante da cidade, sempre procurando estabelecer a devida proporcionalidade relativas às dimensões humana, social e espacial de cada área pesquisada (Ferreira e Simões, 1987, *apud* Madaleno, 2002).

Em relação aos questionários, tem-se a possibilidade de analisar melhor a origem geográfica dos sujeitos pesquisados, o nível de escolaridade, a faixa etária e distribuição por sexo, a composição familiar, alguns de seus hábitos, e, sobretudo a produção de alimentos nos espaços intra-urbanos, destacando os principais produtos, a presença de plantas medicinais e/ou ornamentais, os animais criados, as técnicas e métodos de cultivos praticados. Esse procedimento possibilitou uma melhor compreensão acerca da agricultura praticada em Aracaju, bem como do porquê da permanência dessas atividades nos espaços em que são praticadas.

Apoiado num modelo interativo da análise dos dados, foram realizadas coletas tanto nas instituições públicas do Estado como também *in locus*, de forma a permitir uma interpretação coerente das variáveis pesquisadas. Entende-se que a sistematização das respostas dos sujeitos pesquisados, e posterior tratamento quantitativo, num formato consistente e reflexivo, conduziu a uma melhor percepção da realidade no tocante à prática e à presença da agricultura urbana em Aracaju.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas no próprio local de moradia dos sujeitos envolvidos com AU, com a finalidade de obter informações cruciais sobre a vida na relação com o espaço urbano, o trabalho

desempenhado, as possibilidades e perspectivas acerca da prática agrícola no contexto do urbano e seu relacionamento com a vizinhança e a cidade.

A combinação entre a observação da realidade, os questionários e as entrevistas aos diferentes sujeitos, estas complementadas pelas fontes bibliográficas sobre a temática em tela e do meio estudado possibilitou compreender a agricultura urbana e as problemáticas relacionadas à dicotomia espacial entre o rural e o urbano.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho estrutura-se em três capítulos, além dessa introdução. Inicia-se com a introdução da temática abordada: a agricultura urbana e a elucidação das questões motivadoras dessa pesquisa, o recorte da área de estudo e a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho.

O primeiro capítulo objetiva trazer para o debate o conceito de agricultura urbana com suas possibilidades e desafios, apresentando sua importância, funcionalidade, principais produções no Brasil, atuação e papel do Estado na legitimação da agricultura urbana, aspectos econômicos, sua relação com a segurança alimentar e da biodiversidade. Para fundamentação teórica as produções da Revista Agricultura Urbana e, principalmente, as contribuições de Maria Madaleno e Mougeot, serviram de suporte teórico para sustentar a defesa da existência da agricultura urbana em Aracaju.

O segundo capítulo visa a discutir os conceitos de campo e cidade, rural e urbano, a partir dos principais debates proporcionados pela sociologia e geografia, de forma processual, cujo balizamento inicial é a revolução industrial. Dentre as leituras proporcionadas por diferentes autores, a que mais se coaduna com a perspectiva de pensamento aqui proposto é o lefebvriano, sobre a produção do espaço e o “direto à cidade”.

No terceiro capítulo é apresentado o recorte territorial escolhido, qual seja a zona de expansão de Aracaju e os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont localizados no noroeste da capital; assim, para elucidação da discussão em torno da relação campo-cidade e da prática da agricultura urbana, foi feita uma caracterização geral da área, apresentando os diferentes

aspectos geográficos, bem como o destaque dos atuais e principais problemas vivenciados pela população de tais localidades.

Ainda no terceiro capítulo, buscou-se destacar empiricamente a Agricultura urbana em Aracaju, chamando a atenção para a diferenciação das práticas agrícolas preexistentes, a exemplo da cocoicultura, apresentando os resultados do trabalho de campo, com resultados de população e da produção agrícola. É bom frisar que os dados aqui apresentados não se coadunam por completo e também não fazem parte, muitas vezes, do banco de dados dos órgãos oficiais na elucidação da prática da agricultura urbana. É importante salientar a importância de se fazer a ponte entre a teoria geral que dá suporte ao entendimento do nosso objeto de estudo, com o esforço para não desconfigurar a realidade material-sensível.

Por último são apresentadas as considerações finais e sugestões, na continuidade do estudo acerca da prática da agricultura urbana. Assim, é esperado que a mesma possa servir de subsídio no entendimento da produção do espaço do município de Aracaju e seja levada em conta na formulação de políticas públicas ligadas ao planejamento urbano, no tocante a minimizar os impactos relacionados à segurança alimentar. E que a partir dessa pesquisa outras surjam e possam dar continuidade para um melhor entendimento da produção do espaço urbano e a relação deste com a agricultura.

2 AGRICULTURA URBANA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

O presente capítulo traz uma discussão teórica acerca do conceito de agricultura urbana, abordando sua evolução, seus elementos determinantes, tipologias presente no meio intra-urbano, suas dimensões e compreensão da agricultura urbana, bem como seus desdobramentos no tocante à natureza do solo urbano, com ênfase no recorte espacial escolhido, a saber: a Zona de Expansão urbana localizada no extremo sul da capital sergipana e os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.

2.1 PEQUENA HISTÓRIA DA AGRICULTURA URBANA

A agricultura urbana constitui-se como um fenômeno socioeconômico e espacial crescente nas cidades dos países industrializados centrais, bem como nos países periféricos. Para os primeiros, constitui um sistema de produção importante e competitivo; já para os segundos, revela-se como estratégia de sobrevivência dos mais pobres, na medida em que fornece alimento e emprego a uma parcela significativa da população (MADALENO, 2002).

Tal fenômeno não obteve crédito junto aos estudiosos antes da década de 1960, por se conceber o urbano e rural como espaços não só totalmente diferentes, mas, sobretudo, divergentes. Porém, alguns pesquisadores trazem o entendimento, enfatizando que, apesar de quase ausente das cidades após a revolução industrial, a agricultura prevaleceu dentro e na orla das mesmas desde tempos imemoriais (MOUGET, 1994 *apud* MADALENO, 2002).

Nas cidades africanas, a agricultura urbana constitui-se enquanto complemento de renda familiar e importante fonte de proteínas e vitaminas, pelo fato de enriquecer a dieta diária de parcela não desprezível da população, mas tem sua principal relevância pelo aproveitamento de recursos disponíveis nos espaços intra-urbanos, em consonância com as recomendações feitas na Cimeira da Terra, durante a Rio 92, denominada Agenda 21, documento que relata que as atividades econômicas diversificadas devem ser desenvolvidas em meio urbano a fim de diminuir a pobreza e de promover o reequilíbrio ecológico dos assentamentos humanos (MADALENO, 2002).

Nesse contexto, as instituições internacionais de cooperação e desenvolvimento vêm creditando e legitimando cada vez mais a produção das atividades primárias entre os cidadãos, sendo o foco principal a população menos favorecida economicamente e as mulheres. Através de redes de serviços e infraestrutura, apoio técnico e financeiro, somados ao esforço conjunto das comunidades, bem como da remoção de barreiras legais às atividades informais, nota-se o objetivo de melhorar a qualidade de vida urbana.

A agricultura urbana, atividade econômica do setor primário, pode ser praticada em pequenos espaços vazios existentes dentro do tecido urbano, ou em espaços situados na orla da cidade, denominação dada aos espaços periurbanos. Há autores que denominam de periurbana aquela em que a agricultura é praticada na periferia da cidade e urbana as desenvolvidas nos espaços interiores, mas não edificadas da mesma; entretanto as duas concepções são aceitas, generalizando-se a expressão urbano a ambos os espaços.

A designação agricultura urbana abarca um sem número de formas de exploração agrícola que vão do cultivo intensivo dos quintais privados, ao plantio de uma associação de diversas espécies vegetais à beira das estradas e caminhos, passando pela ocupação, quantas vezes ilegais, de lotes urbanos vazios, pelo cultivo em vasos e recipientes dos mais diversos feitos nas varandas, terraços, em pátios, nas caves, nas paredes de estruturas construídas, até à prática da agricultura hidropônica, da agricultura e das mais ricas e variadas formas de criação de quase todos os tipos de gado (MADALENO, 2002, p. 3).

Essa prática contribui para a produção, processamento e a comercialização de alimentos e energia, com destino a abastecer a demanda dos consumidores urbanos. Segundo Madaleno (2002) as contribuições sobre agricultura urbana têm conhecido consideráveis expansões nas últimas duas décadas, mesmo com as poucas produções, mas é significativo o acesso dedicado a esta temática, sendo que o continente mais rico em atividades primárias em meio urbano é o africano. Foi no Congo, na pequena cidade de Pointe Noire, que no final da década de 50 o geógrafo Pierre Vennetier de forma sistemática pesquisou 1013 famílias dentre as quais contou 266 dedicadas à agricultura urbana, totalizando cerca de 1500 praticantes da agricultura, cultivando mandioca, milho, amendoim, batata e outros gêneros.

A atenção destinada à agricultura urbana nas publicações científicas e tecnológicas até o final da década de 1960 foi muito escassa. Mas é a partir da década de 1970 que a agricultura urbana ganha projeção, através de assistência técnica e financeira adequada, através das intervenções da FAO, do governo dos países centrais, da UNICEF, na promoção e patrocínio de programas de apoio e incentivo as atividades de agricultura urbana em alguns países da África Ocidental, a exemplo de Gana, Costa do Marfim, Zaire e Zâmbia.

A prática agrícola em meio urbano na década de 1970 era vista como aberrante, ou pelo menos conjuntural, reflexo do intenso êxodo rural desaparecendo a longo prazo; mas, conforme destaca Madaleno (2002), isso não ocorreu, em função de a crise econômica resultante da crise do setor petrolífero, acentuarem os problemas sociais e econômicos. Assim a agricultura urbana, antes considerada uma anomalia que a cidade acabaria por rejeitar, configura-se como possibilitadora de soluções possíveis para a mitigação da pobreza urbana.

A agricultura urbana, nos anos 80 do século XX, conheceu um período de crescimento e destaque em alguns países em desenvolvimento, crescimento estimulado por organizações internacionais, por meio da incrementação de programas de cooperação com países pobres na perspectiva de pesquisarem as características da agricultura praticada em meio urbano, para a expansão das áreas cultivadas, somadas ao apoio técnico aos pequenos produtores (MADALENO, 2002).

No que concerne às entidades financiadoras, o International Development Research Centre do Canadá (IDRC) teve um papel de locomotiva em muitos dos programas de pesquisas citados, pois promoveu, a nível mundial, e a partir de 1983, uma série de projetos sobre o uso de resíduos urbanos como insumo agrícola, estudos sobre sistemas de distribuição de produtos alimentares e sobre segurança alimentar. Ao todo foram 30 programas de investigação desenvolvidos em 24 países, nomeadamente latino-americanos, africanos e asiáticos, ao longo de toda década de 1980 (MADALENO, 2002, p 11).

A consolidação da agricultura urbana ocorre nos anos de 1980, superando as previsões herdadas dos estudos dos anos setenta, segundo os quais esta não era apenas recurso dos mais pobres e menos instruídos, e sim promotora de fonte de renda, inclusive dos mais favorecidos economicamente. Tal afirmação é constatada em algumas cidades que se revelaram auto-suficientes em

determinados produtos alimentícios, a exemplo de Singapura, na criação suína, ou de Bamako, no Mali, na produção de vegetais frescos (MADALENO, 2002).

Nos anos 90 do século XX, a agricultura urbana conheceu sua consagração, pois aumentaram as publicações dedicadas a este tema, apoiados pelo uso da *internet* na divulgação dos estudos locais, regionais, assim como os programas de apoio técnico e financeiro, tornando-se a temática visível, fazendo parte das iniciativas das grandes agências de desenvolvimento internacional.

Em relação à América Latina, Cuba apresenta-se com gravíssimos problemas econômicos, sendo alvo de incentivos externos para a promoção da prática da agricultura urbana, em que o próprio governo, através do Ministério da Agricultura, atua na distribuição de sementes aos potenciais cultivadores, pelas casas de *semillas* (sementes), dispersas pelas áreas metropolitanas, bem como pelo incentivo das hortas populares ou comunitárias na capital, apoiados pelo conselho de igrejas de Cuba e organizações não governamentais, a exemplo da Green Team e da Organização Internacional Australiana de Permacultura (AOPI) (CHAPLOWE, 1998, *apud* MADALENO, 2002).

Em Cuba, a agricultura urbana tem início com a etapa crítica do processo revolucionário encetado em 1959. Quando ocorreu a queda do socialismo em outros países no final dos anos 1989 e 1990, e principalmente com a derrocada da União Soviética, com o qual mantinha laços intrínsecos, dada a representatividade comercial de seu parceiro, mesmo diante do forte bloqueio imposto pelos Estados Unidos. Nota-se, ainda, que Cuba não dispõe de recursos energéticos apropriados e nem capital suficiente, ocasionando um pós desmantelamento da URSS: forte carência na alimentação, transporte, ausência de produtos não duráveis como roupas, calçados, agravamento do setor habitacional, isto é, todos esses aspectos de decréscimo no nível de vida da população não se coadunavam com os avanços de décadas anteriores.

Neste mesmo período existiam em Cuba pesquisas com utilização de substratos orgânicos para a produção agrícola, realizadas pelo Instituto de Investigaciones Fundamentales en Agricultura Tropical (INIFAT), o qual até então não tinha grande repercussão no país pela grande oferta de produtos quimicamente produzidos. Mas no momento de crise, tais pesquisadores são convocados pelo governo cubano no apoio de produção de alimentos sob uma

nova ótica, ocasião em que as produções urbana e periurbana de alimentos em Cuba tomam grande impulso (AQUINO, 2002).

Segundo Aquino (2002), a modalidade de agricultura urbana para a produção de hortaliças e condimentos frescos foi a primeira atividade realizada em Cuba, sendo a mais desenvolvida; mas há a presença de outras modalidades de produção: organopônicos, hortas intensivas, pátios, parcelas, fazendas de auto-abastecimento e suburbanas. A agricultura urbana pode se estabelecer também em Unidade Básica de Produção Cooperativa (UBPCs). Nessas UBPCs há produção de gado, hortas intensivas e minhocultura na mesma unidade. É com essa realidade que em Cuba

O lugar em que se estabelece este tipo de Agricultura pode ser definido a nível de município ou província, podendo ser um terreno baldio onde antes se jogava lixo, por exemplo, ou ser uma escolha pessoal se tratando de pátios ou quintais. Aquele que recebe a terra paga um pequeno imposto, e quando necessário o governo cubano subsidia a capacidade do mesmo, implantando irrigação e outros meios necessários para se iniciar a atividade [...], o que significa que a agricultura urbana representa uma boa fonte de renda. Em contrapartida, a cobrança para quem detém essa área é muito intensa, se não atender às exigências e não colaborar no atendimento as metas, perde o direito a terra (AQUINO, 2002, p.21).

Diversos centros de pesquisas de alguns países europeus têm incluído em seus orçamentos a promoção desta atividade econômica em diversos países, a exemplo da França, por meio da implementação da agricultura urbana em cidades africanas e asiáticas, do Reino Unido e seus projetos universitários, da Itália na promoção e apoio do projeto Por-huerta da Argentina, Portugal - através do programa Práxis XXI financia projetos, como o desenvolvido por Madaleno (2002) sobre agricultura urbana na cidade de Belém do Pará, e estudo similar em Presidente Prudente-SP.

A agricultura urbana no Brasil tem muito pouco incentivo por parte do poder público e, muitas vezes, quando se consegue um apoio político é somente provisório, pois o interesse partidário (mandatário) varia de acordo com o dirigente político. Merecem destaque o “Programa de verticalização da pequena produção agrícola” (PROVE) em Brasília (DF), cujo objetivo é promover a pequena produção agrícola, seu processamento e comercialização e o “Programa Hortas” em Teresina (PI), que inicialmente tinha a finalidade de formação e terapia

ocupacional de crianças carentes, ampliando-se para toda a família, principalmente, na zona de expansão do perímetro urbano daquela cidade (AQUINO, 2007).

2.2 COMPREENSÃO E DIMENSÃO DA AGRICULTURA URBANA

A crescente urbanização pela qual todo o mundo vem passando nas últimas décadas tem levado a uma necessidade cada vez maior do fornecimento de alimentos à cidade. Essa necessidade vem sendo (ou tentando ser) suprida, além do crescente aumento da produção agrícola na zona rural, pela produção de alimentos na cidade a partir da prática da agricultura urbana ou da agricultura orgânica.

Enquanto a agricultura orgânica tem por princípio estabelecer um conjunto de procedimentos que envolve a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, a agricultura urbana é definida como sendo a produção de alimentos dentro do perímetro urbano e periurbano, levando em consideração a inter-relação homem-cultivo-animal-meio-ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada durante todo o ano (AQUINO, 2007).

A definição do que vem a ser agricultura urbana, leva em consideração as múltiplas faces produtivas ligadas ao setor primário, abrangendo dessa forma, o plantar e o colher de cereais, hortícolas, plantas medicinais, frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno e grande porte para a produção alimentícias, tendo como destino final o consumo familiar ou a venda a estabelecimentos comerciais ou diretamente nas residências, no chamado comércio 'porta em porta'.

A agricultura urbana é a equação entre ambientes e sociabilidades urbanas com elementos e sociabilidades do meio rural; revestida de intencionalidades e meios técnicos produtivos peculiares, mas tendo como base os espaços urbanos que nutrem, coíbem e intercalam as práticas agrícolas. As atividades do setor primário nos entremeios da cidade somam e criam, o 'acontecer solidário' entre homens e mulheres, terra e produção

e, sobretudo, a materialidade da superfície com a produtividade agrícola nas cidades (MARTINS, 2008, p. 2).

Na agricultura urbana, a produção é bastante limitada quantitativamente, se comparada com as possibilidades dos setores rurais convencionais, pois o principal objetivo reside no suprimento, de ao menos parte, das necessidades alimentares dos agricultores, enquanto o excedente é parte integrante nos diferentes espaços cultivados e cultiváveis.

É comum, conforme Dinis e Marcelino (2007), nas pequenas unidades, cujos sistemas produtivos são efetuados nos canteiros e pequenas hortas nos quintais, o excedente geralmente é vendido para a comunidade da própria vizinhança, podendo ocorrer que esses alimentos sejam doados aos vizinhos e conhecidos mais próximos, quando não participar de trocas, o que pode ser visto como um aspecto cultural dessas localidades.

Nas unidades com maiores dimensões, cujo objetivo é a venda dos produtos, estes serão comercializados em feiras ou nos comércios regionais, e o valor de troca do produto é balizado pelas demandas e dinâmicas dos mercados locais, mas também sofrem influência das especulações presentes na comercialização da produção oriunda das propriedades convencionais (campo) (DINIS e MARCELINO, 2007).

Nas áreas pesquisadas, como se pode observar nas Figuras 02 e 03 temos uma variedade de dimensões das propriedades existentes, mesmo estando inseridas nos limites municipais de Aracaju encontramos grandes reservas de terrenos com presença da prática agrícola.



Figura 02: Propriedade localizada na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 03: Fundo de quintal com frutíferas e plantas medicinais.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Assim como em todo o litoral sergipano durante as décadas de 1970 e 1980, a cocoicultura, segundo França (1991), era muito forte nessa localidade, mas com a lógica da especulação imobiliária, e posterior conversão das terras de rural para urbano ocorreu uma retração de sua produção, mas que ainda hoje, na primeira década do século XXI, somam-se à totalidade da produção do espaço nessa localidade; percebem-se pequenas propriedades que certamente existiam e foram inseridas na lógica urbana com o processo de urbanização, mas que guardam traços de uma vida singular e bucólica, a exemplo das casas muitas vezes isoladas na paisagem, ou mesmo com o cultivo do caju e criação de galináceos ao lado da residência.

Nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, percebe-se que a dimensão das propriedades é justamente o tamanho da residência, que destina parte dela, seja o fundo do quintal, o jardim na frente da residência ou mesmo a lateral da casa como local de produção de frutíferas, plantas medicinais ou criação de animais de pequeno porte.

Para a compreensão da agricultura urbana, além do inter-relacionamento entre os espaços urbano e rural, outro aspecto relevante faz-se presente, qual seja a maximização dos usos do ambiente, sobretudo pela reutilização de resíduos sólidos e de águas residuais, provenientes das atividades urbanas, utilizados na fertilização de terra e na irrigação dos cultivos, reduzindo os gastos com a produção. É importante destacar que os elementos que geram benefícios, quando mal gerenciados, ocasionam problemas ligados à contaminação dos cultivos, animais e, sobretudo, dos consumidores finais.

Segundo Madaleno (2002), pode apresentar riscos, sobretudo, quando da utilização de água poluída para irrigação, ou pela ausência de hábitos de limpeza na boa conservação e utilização dos alimentos, donde surge a preocupação e fomento na divulgação de tais riscos entre a comunidade mais carente e sua inclusão no cotidiano escolar.

As variadas limitações observadas na prática da agricultura urbana têm estimulado a criação de tecnologias para a execução, a exemplo da reciclagem de resíduos sólidos domésticos e sua utilização na adubação, uso de tanque de compostagem, reutilização de pequenas superfícies como terraços, varandas, canteiros etc.

Segundo Aquino (2007), para o sucesso da produção agrícola de forma sustentada nas regiões urbanas ou periurbanas, precisa-se ter a garantia de fornecimento de insumos orgânicos, o resgate e a preservação de cultivos adaptados às condições locais, a adequação de novos substratos à produção de mudas e o uso de defensivos alternativos que não sejam poluentes. Contudo, para se atingir essas necessidades e evitar ou conter problemas de contaminação do solo, é urgente, o reconhecimento, pelas autoridades locais, acerca do problema da agricultura urbana relacionado à contaminação do solo: a resposta desejada a tal situação não perpassa pela proibição de se produzirem alimentos nessas áreas e, sim, por criar formas de se buscar ajuda técnica para a produção segura de alimentos, sem ameaça à saúde, e que possa trazer benefícios econômicos, dentre outros.

O engajamento dos lares urbanos na agricultura pode ser dividido, segundo Wilbers *et al* (2004), em dois cenários. No primeiro, famílias se deslocam das áreas rurais para as urbanas trazendo seus conhecimentos pertinentes às práticas rurais, ou simplesmente continuam a cultivar em suas terras de sempre, sofrendo as influências do urbano que tende a incrementar novas formas a paisagem urbana; no segundo cenário, famílias urbanas, há muito estabelecidas na cidade, envolvem-se com a agricultura, seja por escolha/desejo ou por necessidade.

Os supracitados autores, que abordam também a questão de gênero e agricultura urbana destacam que apesar de representar o acesso a fontes de renda na economia familiar, propiciada pela redução das compras de alimentos, muitas mulheres podem preferir se tornarem ativas em outro setor informal urbano, a exemplo do comércio, para evitar possíveis riscos com as práticas agrícolas, somadas às tarefas domésticas pelas quais continuam responsáveis, mesmo quando assumem tarefas produtivas na agricultura, ou mesmo conciliam com emprego formal ou informal fora do lar.

Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU, LOVO 2007, p.5).

Através do entendimento das práticas agrícolas, é possível relacionar outras categorias analíticas, as quais estão presentes e fazem parte do conceito da agricultura urbana, o que revela a necessidade de se discutir sobre os conceitos de campo, cidade, rural e agricultura enquanto meios analíticos das práticas sócioespaciais.

Muitos têm sido os significados e atribuições direcionadas às práticas agrícolas desenvolvidas nas interfaces urbanas. Sendo assim analisada predominantemente pela questão da segurança alimentar, pela oportunidade de geração de trabalho e renda, tradições rurais e relacionadas à especulação das terras. Tal atividade tem ganhado relevância no cenário mundial e nacional, Resende (2004), Madaleno (2001, 2002), Mougoet (2000). Apesar disso, surgem questionamentos acerca do papel da agricultura dentro dos espaços intra-urbanos, bem como sobre a sua importância para o contexto urbano e para seus praticantes.

Essas indagações conduziram ao desenvolvimento da pesquisa, quando se buscou compreender as faces que compõem a agricultura urbana na cidade de Aracaju, relacionando para isso as práticas ligadas à agricultura urbana com a natureza do solo urbano, na percepção de que tais práticas contribuem para a criação de novas imagens e conceitos para a cidade, simultaneamente favorece a relação entre os espaços urbanos e rurais.

Nesta perspectiva, e reconhecendo o antagonismo em que se vive num planeta dotado de recursos finitos, mas pautada nos desperdícios da sociedade de consumo, percebe-se que qualquer esforço feito com o objetivo de aumentar a capacidade dos cidadãos produzirem seu próprio alimento é relevante.

Recorrer à agricultura como estratégia posta à disposição do planejamento urbano pode funcionar no sentido de capacitar melhor os planejadores para encontrarem soluções possíveis para se resolver ou minimizar os problemas da fome, pobreza, de melhor rendimentos e de criar, a partir da produção de alimentos, a possibilidade de suprir as necessidades alimentares ou, pelo menos, melhorar a qualidade nutricional dos sujeitos ligados com as práticas agrícolas, mesmo em áreas precárias e carentes de infra-estruturas nos espaços intra-urbanos.

A prática da agricultura urbana provém, dentre outros fatores, da escassez de oportunidades adequadas e acessíveis à obtenção de renda e da demanda não satisfatória nas áreas urbanas de produtos agrícolas em quantidades e qualidades suficientes. Como pontos positivos, a agricultura urbana gera uma produção voltada para o autoconsumo, aumento de disponibilidade de alimentos, diversificação da dieta alimentar e fortalecimentos dos laços de vida comunitária.

Ressalte-se que essa leitura, embora atinente à realidade, passa despercebida para muitos pesquisadores; quando abordadas, são classificadas e entendidas por alguns como temporárias, arcaicas, reflexo da precarização do trabalho e inadequadas ao meio intra-urbano. É claro que dentre as inúmeras realidades, pode-se utilizar-se dessas leituras para explicar os fenômenos que se estabelecem no espaço geográfico.

Há, dentre as diferentes leituras, o entendimento de que a prática agrícola desenvolvida por sujeitos citadinos que, muitas vezes, se encontram marginalizados e excluídos socialmente do processo produtivo formal da cidade, produzem o espaço a partir também da afirmação dessas práticas, seja através de cultivos de vegetais, criação e comercialização dos produtos, ou na sua reprodução enquanto sujeitos, podendo ser entendidos também como o exército de reserva para o capital, em que estão aguardando o momento de sua exploração, no processo de reprodução ampliada do capital, enquanto se reproduzem com tais estratégias.

Madaleno (2001, 2002), nos oferece subsídio para a compreensão e importância acerca da agricultura urbana; segundo a referida autora, ela designa uma série de atividades, que ocorrem nas interfaces da cidade, mas que estão relacionadas às questões econômicas locais e regionais.

Conforme a mesma autora as atividades de criação e cultivo sempre foram características presentes na cidade, marcadas pelo intenso processo de urbanização e o aumento da pobreza, o que contribui para o aumento das atividades agrícolas no espaço urbano. Nesse contexto a agricultura urbana ganha relevância no cenário da produção alimentícia, buscando equacionar condições de reprodução social dos sujeitos citadinos, envolvendo-os com as práticas agrícolas.

O Comitê de Agricultura (COAG), a FAO e as ONGs, têm desenvolvido pesquisas sobre as questões econômicas e sociais resultantes da agricultura urbana, ou seja os possíveis benefícios e malefícios causados na vida de seus praticantes; tais pesquisas objetivam compreender as potencialidades e os principais problemas da agricultura urbana, desenvolvidos nas interfaces das cidades. Nesse sentido,

Fuera de la FAO, la AUP es objeto de un reconocimiento creciente entre los encargados de formular políticas y las ONG. En 1996 se creó el *Grupo de Apoyo a la Agricultura Urbana* y en 1996 se puso en marcha la *Iniciativa Mundial sobre la Agricultura Urbana*, en la que participan importantes donantes y organismos internacionales (entre ellos el PNUD, el CIID, la FAO, el Banco Mundial, la GTZ, el NRI, etc.). Otras organizaciones de las Naciones Unidas que participan también de diversos modos son las siguientes: la OACNUR, el UNICEF, la OMS y el CNUAH². *AGUILA* es una red de 16 países de América Latina que intercambian información sobre la AUP, y se ha establecido o se están estableciendo otras redes en África occidental, Asia sudoriental y Europa. En 1993 se creó en los Estados Unidos una organización sin fines de lucro llamada *Red sobre la Agricultura Urbana* que ha realizado estudios de investigación y actividades de promoción sobre la AUP en todo el mundo. Numerosas organizaciones de la sociedad civil (por ejemplo, CARE, SAVE, Oxfam, Heifer Institute) han participado en proyectos básicos para impulsar la AUP en ciudades de países desarrollados y en desarrollo. Un número creciente de universidades (FAO, 1999).

A agricultura urbana torna-se, muitas vezes, uma produção oculta nos “entremeios” do tecido urbano, sendo que nos países menos desenvolvidos consolida-se no setor informal ou circuito inferior das práticas econômicas da cidade, contribuindo assim para a sua marginalização nos planos de desenvolvimento urbanos; com isso, aumenta a vulnerabilidade e a perda de consistência tanto dos agricultores como dos espaços de produção perante o crescimento da cidade, não favorecendo a criação de políticas de incentivos e manejo dos espaços urbanos que estão sedimentados por cultivos e criação de animais.

Segundo Martins (2008), para compreender a agricultura nos entremeios urbanos é necessário observar desde as raízes históricas das ocupações dos espaços, além de perceber os vínculos entre as identidades construídas no pretérito, materializadas com outras dimensões e possibilidades no contexto da vida urbana, sendo necessário fazer referência ao espaço rural e aos

deslocamentos e permanência no/e com os espaços culturais, que re-emergem e sedimentam nas práticas urbanas via as construções e viveres.

É com esse entendimento que a compreensão da agricultura urbana e os sujeitos a ela atrelados, significa perceber os processos de construção sociocultural e interação entre espaços, ambientes, cenários, cenas e sujeitos, e perceber que os agricultores materializam os seu viveres e arranjos para desenvolver as atividades enquanto elemento integrante no espaço urbano (MARTINS, 2008).

O cultivar e produzir, ligados a atividade agrícola urbana é composto de criação, recriação e sobreposição de tempos, formando uma cadência produtiva nas unidades agrícolas e, que compõe a textura e o significado de cada espaço cultivado nos entremeios urbanos, começando a ganhar forma com a intencionalidade e as técnicas que cada sujeito utiliza no seu espaço produtivo, seja para o autoconsumo ou direcionamento da produção para o mercado que gera renda e trabalho (MARTINS, 2008).

Na compreensão da materialidade da agricultura urbana, faz-se necessário *a priori*, analisar a apropriação do espaço urbano para a atividade agrícola. Segundo Correia (1999) e Carlos (2004), a natureza do solo urbano é diferenciada e representa uma apropriação sistematizada e justaposta, relacionada às formas de edificação urbana. Nessa perspectiva a agricultura urbana coexiste com os sistemas urbanos, compartilhados com os espaços de moradia dos sujeitos que praticam tais atividades.

Para Correia (1999), o espaço urbano na cidade capitalista é constituído, num primeiro momento da sua apreensão, de espaços que apresentam diferentes usos da terra, justapostos entre si, e que vão definir, o centro da cidade, concentração de atividades comerciais, serviços, áreas residenciais, industriais, de lazer, dentre outras, e também aquelas de reserva para futura expansão.

É na coexistência com o sistema urbano e nas conexões da lógica capitalista que não se pode dissociar a presença do rural no espaço urbano, onde a prática agrícola, no caso da zona de expansão, representa um meio justaposto com diferentes usos do solo, em que para se atingir uma finalidade para além da

cerca, o proprietário objetiva ganhar visibilidade através da presença de animais de pequeno e grande porte, bem como promover a venda do seu terreno.

Na zona de expansão de Aracaju ocorre que muitas vezes as práticas agrícolas não são a finalidade principal das propriedades, como foi afirmado anteriormente. Ocorre é que estas propriedades têm na criação dos animais, no solo ocioso, a possibilidade de gerar aos proprietários da terra a maximização do lucro via especulação imobiliária, cuja marca simbólica na zona de expansão é a presença da cerca, enquanto delimitação e materialização do poder e do monopólio da terra. A Figura 04 expressa claramente essa situação, pois se percebe o entrelaçamento dos aspectos que devem ser observados para o entendimento da agricultura urbana nessa localidade: a cerca, o animal, a frutífera (côco) e com grande destaque o solo “especulado”.



Figura 04: Delimitação da propriedade privada na zona de expansão de Aracaju.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Contextualizando esses aspectos com o crescimento geográfico da cidade de Aracaju, temos a existência de espaços aparentemente “inutilizados”, a exemplo da sua zona de expansão urbana que, com maior ou menor intensidade,

foi sendo ocupada por animais de grande e pequeno porte, somados a presença marcante na paisagem dos coqueirais e a forte conversão do solo rural em urbano via especulação, e a própria renda da terra; como também cultivares nos quintais das residências que, através do cultivo em vasos de plantas medicinais, ou a presença de frutíferas materializam a existência da prática agrícola na interface da cidade.

Cabe destacar que a prática da agricultura urbana não se limita as áreas ou bairros utilizados como recorte empírico nesta pesquisa. Podem-se citar como exemplo outras áreas como as localizadas próximo ao Distrito Industrial de Aracaju – DIA (Figura 05), com presença de criações de animais de grande e pequeno porte, e propriedades localizadas próximo ao Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, antigo hospital João Alves, onde gados pastam livremente, dentre outras espalhadas pelos limites municipais da capital.



Figura 05: Propriedade localizada próximo ao DIA.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Outro aspecto a ser elencado acerca da agricultura urbana está relacionado a venda dos cultivos aos moradores da cidade, que promove a manutenção das unidades produtivas, com a renda obtida. No processo de comercialização devemos atentar para as seguintes categorias de consumidores

que estão intimamente atreladas a venda dos produtos, que são: os fregueses, atravessadores e empresas, que juntos vão representar o ponto de encontro entre o cultivo agrícola que é metamorfoseado para produto capitalizado (MARTINS, 2008).

A agricultura urbana é uma atividade de múltiplas possibilidades, que extrapola o engessamento da produção e trabalho ligados ao setor primário, sendo necessário perceber que a mesma é desenvolvida por homens e mulheres, não apenas usuários do espaço urbano para produção, mas sujeitos produtores de tempo e espaço, que materializam e produzem o espaço geográfico, com atividades, sendo ajustados as suas múltiplas sociabilidades.

Para Dinis e Marcelino (2007) a singularidade da utilização dos espaços urbanos na produção agro-alimentar, reflete um significado igualmente distinto na produção, pois os espaços urbanos são aproveitados de acordo com suas possibilidades, onde se presencia a prática agrícola aliada à ocupação de intervalos espaciais presentes em comprimidos ambientes: canteiros, vasos, quintais, jardins comunitários.

Madaleno (2002) quando da sua pesquisa acerca da AU em Belém do Pará, destaca que:

O quintal funciona geralmente como reserva de vitaminas, de produtos vegetais frescos, de plantas condimentares cultivadas sem recursos a adubos químicos ou a pesticidas e herbicidas. Reproduzem-se ainda ervas medicinais que mitigam as dores e se oferecem como alternativa barata e socialmente bem aceite à farmácia. Os quintais são fontes de proteínas animais, a que se recorre em datas festivas ou em momentos de maior aperto financeiro. (MADALENO, 2002, p. 105).

Muitas cidades têm potencial para arcar com suas responsabilidades no tocante as suas demandas alimentares, promovendo alterações profundas no cenário social e ambiental. Torna-se cada vez mais notório a agricultura urbana como processo capaz de atender parte significativa dessas necessidades das populações, conduzindo também ao fomento da economia local e a garantia da segurança alimentar das pessoas envolvidas, que podem também participar da formação coletiva que permeia os trabalhos comunitários (DINIS e MARCELINO, 2007).

Os referidos autores destacam que o envolvimento das pessoas na produção agrícola nos centros e arredores urbanos, relaciona-se a origem desses agricultores potenciais. Sendo que quando recebidos pela realidade de uma nova terra, no contexto da migração, esses indivíduos são participantes e nem sempre sujeitos, de um processo de integração cultural muito forte, geralmente conduzido pela perda de conhecimento e saberes populares até mesmo em uma única geração.

Porém, muitas experiências cotidianas no campo e conquistas frente às dificuldades são resgatadas perante a possibilidade do retorno às atividades ligadas ao sistema produtivo agrícola. Além disso, faz-se presente na realidade urbana, um conjunto de tecnologias e informações bastante próprias bem como a integração dos espaços geográficos, tendo como resultado dessas relações o enriquecimento cultural das comunidades.

No resgate da cultura segundo Dinis e Marcelino (2007), é possível observar que a rede de relacionamentos humanos existentes entre agricultores são fortalecidos, e remonta a vida campesina, em que as relações interpessoais, nessa realidade, são pautadas nas pessoas e não nos bens materiais que possuem, além do que as relações de compadrio, as quais assumem tanta importância quanto a familiar conjugal.

2.3 A AGRICULTURA URBANA: TIPOLOGIAS E DEFINIÇÕES

O conceito de agricultura urbana é construído por uma complexa rede de fatores ainda não tão bem explicados, a exemplo da pobreza urbana e da insegurança alimentar, que ocupam lugar preponderante. Daí porque é necessário se identificar as diferentes conceituações, como exigência na facilitação das intervenções de políticas públicas e de assistência tecnológica na promoção e na gestão da agricultura urbana (MOUGOET, 2000).

Ainda de acordo com esse mesmo autor, os conceitos são ferramentas mentais que criamos e recriamos para melhor compreender, interagir e modificar nossas experiências no mundo real. E que devemos questionar se a agricultura urbana é realmente o que chamamos, ou assim queremos denominar, ou que percebemos na realidade.

Para Mougoet (2000) as definições mais usuais da agricultura urbana se

baseiam em vários elementos determinantes conforme se observa na Figura 06.

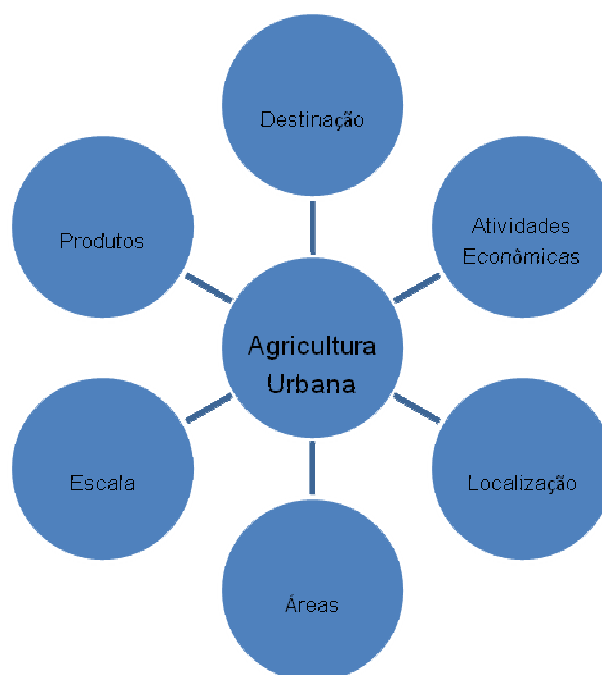


FIGURA 06 – Elementos ligados à definição da agricultura urbana

Fonte: Mougeot, 2000

Em relação às atividades econômicas, em sua grande maioria as definições se referem à fase produtiva da agricultura, porém mais recentemente são incorporadas também o processamento e a comercialização, e as interações entre todas as fases, em que a produção, venda e também o processamento tendem a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço por conta da proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápidos.

O determinante da localização tem sido causa de um importante conflito conceitual, visto que muitas das definições do que seja agricultura urbana destacam o local onde a mesma é praticada, seja na cidade ou em seus arredores imediatos. Porém poucos estudos apresentam diferenças entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou se o fazem, utilizam critérios variados.

Nas definições de agricultura intra-urbana, utiliza-se como critério o número de habitantes, densidade mínimas, limites oficiais da cidade, limites municipais da cidade, dentre outros, a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas. No tocante as definições da agricultura periurbana é bem mais problemático, pois estão em contato mais direto com as

áreas rurais e estes espaços sofrem no decorrer do tempo, mudanças agrícolas mais profundas do que as áreas centrais e construídas da cidade.

A AUP é um conceito multidimensional que inclui a produção, transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. (SANTADREU e LOVO, 2007, p.11)

Acerca da tipologia que abarca o conceito de AUP, conforme Santandreu e Lovo (2007) podem ser realizadas em espaços públicos e privados, dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município. Para nossa pesquisa adotamos uma tipologia que venha a caracterizar a diversidade de espaços possíveis de serem utilizados com a prática da AU no espaço intra-urbano de Aracaju, mais especificamente nas áreas escolhidas para análise.

Tipologia	Espaços característicos
Espaço Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais e Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feitas nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e Privados
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas)
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades
Áreas de Tratamento	Aterro Sanitário; Lagoas de Oxidação.

Quadro 01 – Tipologias possíveis para atividades de Agricultura Urbana e Periurbana

Fonte: TERRILE, 2006 *Apud* SANTADREU e LOVO, 2007.

Na zona de expansão de Aracaju a presença das cercas, (Ver Figura 07), ainda se faz presente, sendo uma constante nas diferentes áreas investigadas,

(re) afirmando a presença da propriedade privada e da posse, mesmo que a atividade agropecuária não seja a finalidade principal em determinadas propriedades, ela é o meio de demonstrar que a terra tem dono. Em outra vertente de análise é observado, conforme a Figura 08 a forte presença nas residências de frutíferas, das quais a mangueira teve um destaque maior. Pode-se afirmar que a tipologia mais presente é a do espaço privado com utilização dos seus lotes vagos e terrenos baldios com múltiplas finalidades, mesmo existindo outras tipologias de menor escala.



Figura 07: Propriedade na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 08: Presença de frutífera em residência no Bairro Bugio.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Mougeot (2000) acerca da tipificação das áreas afirma que estas variam de autor para autor, sendo classificadas com relação à residência do produtor, ou seja, se o mesmo pratica fora do lote ou na sua residência; em relação à modalidade de uso ou posse da terra (cedida, arrendada, compartilhada, dentre

outras formas), e com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura (residencial, industrial, institucional).

Com relação aos sistemas e escala da produção, grande parte das pesquisas reúne dados acerca dos diferentes tipos de sistemas encontrados na área de estudo, em que o esforço investigativo reside numa escala de menor abrangência, sendo importante destacar a ocorrência de mudanças e intercâmbios entre os sistemas de produção e dentro de cada unidade produtiva.

Para os tipos de produtos, seja animal ou vegetal, as definições são enfatizadas diferenciando os tipos de colheita (grão, raízes, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas, entre outros), e os tipos de animais (galinhas, coelhos, cabras, carneiros, bovinos, suínos, etc.) produzidos. São consideradas também as hortaliças perecíveis, mas com preços relativamente valorizados, e os produtos de origem animal, *in natura* ou processados.

No contexto da destinação da produção, grande parte das pesquisas aborda a relação do autoconsumo e do mercado, sendo que ambos os objetivos são visados pelo produtor ou nos lares onde se pratica a agricultura urbana.

É reconhecido que parte da população faz uso de algum tipo de planta medicinal cultivadas nos jardins e varandas de suas residências (Figura 09), cuja produção se destina para o autoconsumo e doações aos vizinhos e parentes, bem como em propriedades onde a prática do consorciamento de cultivos é utilizada (Figura 10). Acrescidos da criação de animais de pequeno e grande porte, soltos ou pastando em terrenos baldios.



Figura 09: Plantas medicinais cultivadas no Jardim de residência do Bairro Bugio.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 10: Consorciamento de cultivos na zona de expansão de Aracaju.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

É importante destacar que diante das definições atribuídas a agricultura urbana, são poucas aquelas que aprofundam os contrastes acerca da agricultura

urbana com a rural, e menos ainda analisam as implicações no relacionamento das mesmas. Sendo assim, conforme Mougeot (2000), dos elementos analisados, menos a localização, podem ser incorporados a aplicação igualmente a agricultura rural. A distinção decisiva entre ambas reside na integração da agricultura urbana ao sistema econômico e ecológico urbano, não sendo apenas a localização a definidora para tal distinção.

Segundo Mougeot (2000) o princípio da integração no relacionamento entre agricultura no ecossistema urbano permite reconhecer três tipos de relações: a primeira é que em qualquer cidade e em qualquer momento, seus alimentos são produzidos por uma agricultura de caráter rural, periurbano e intra-urbano. Fica comprovado que a agricultura urbana completa a agricultura rural em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento de mercado; o segundo é de que em qualquer momento, em cidades de diferentes tamanhos ou complexidade, a agricultura nela praticada será mais do tipo urbano (mais intensiva e produtiva) nos centros maiores do que nos menores; em terceiro, em qualquer cidade em determinado período de tempo com o processo de urbanização, a agricultura do tipo urbano e intensivo crescerá como porcentagem de toda a agricultura praticada.

Poder-se-ia citar na América Latina, conforme Madaleno (2002), relevantes iniciativas do poder central e local bem como das empresas públicas e privadas na promoção da agricultura urbana em cidades com altos índices de pobreza e incentivo ao desenvolvimento de horticultura urbana, sendo que a referida autora o fez com bastante propriedade, entretanto podem-se destacar os exemplos do caso brasileiro, na perspectiva de vislumbrar a legitimação das práticas econômicas ligadas à agricultura urbana.

Como se observa no Quadro 02, o incentivo dado à prática da agricultura urbana não ocorre somente em cidades de regiões menos desenvolvidas do país e nem tampouco se restringe a cidades com características semelhantes. Em várias cidades e áreas metropolitanas brasileiras são encontradas experiências com agricultura urbana, apoiadas ou não pelas ONGs ou pelo Estado nas instâncias municipal, estadual e federal. Nessa perspectiva faz-se necessário questionar acerca da natureza, bem como as formas de usos desses espaços utilizados e produzidos pela agricultura urbana.

Organização	Localização	Plano de Ação
Governo local Prefeitura de Belém	Belém-PA	O programa Cinturão Verde, promove a criação de patos na ilha de Cotijuba e a horticultura e fruticultura na periferia de Belém (ilhas de Mosqueiro e Caratateua)
Governo estadual Estado do Pará	Belém-PA	O governo do Pará também estimula a avicultura urbana, através da Secretaria da Agricultura – SAGRI
Governo local Prefeitura do Rio Branco	Rio Branco-AC	Criou o pólo municipal de produção agro florestal que faz o reassentamento de populações oriundas de favelas em terrenos públicos, dá apoio técnico e distribui sementes entre outros insumos.
Governo local Prefeitura de São Paulo	São Paulo-SP	Recentemente introduziu-se a agricultura urbana no Plano Diretor urbano de SP.
Governo Local Presidente Prudente	Presidente Prudente-SP	Promove o programa Alimento Prudente: dando apoio técnico e sementes aos agricultores urbanos.
Governo local Prefeitura de Curitiba	Curitiba-PR	Promove a ocupação de lotes não construídos, aos agricultores urbanos, estimulando a utilização de resíduos sólidos urbanos-RSU como insumo, desde os anos 1970.
Governo local Prefeitura de Londrina	Londrina-PR	Apóia a unidade de vizinhança DEMOCRACIA E LIBERDADE que pratica a horticultura urbana. Recebe recursos da UNICEF
Companhia de distribuição de eletricidade-CEREJ	Rio de Janeiro-RJ	Empresta terras na promoção da horticultura cuja produção compra para abastecer as suas cantinas
Petrobras	Belém-PA	Empresta terra de sua propriedade para hortas escolares e comunitárias
COPEC Petroquímica	Camaçari-BA	Projeto PRONATURA distribui terras e águas as famílias dos empregados, usando resíduos das fabricas como input. Estimula cultivos destinados a agroindústria (mandioca e batata-doce)

Quadro 02 – Iniciativas de Governos Central, local e de empresas públicas e privadas na promoção da agricultura urbana no Brasil

Fonte: Madaleno, 2002, p. 20.

Recentemente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), organizou uma pesquisa, através de uma série de encontros nas 11

áreas metropolitanas no país (Figura 11), cuja finalidade era de identificar e caracterizar os espaços da agricultura urbana e periurbana (AUP), na perspectiva de fornecer apoio institucional para a promoção de tal atividade.

Segundo esse mesmo relatório, no Brasil as regiões sul e sudeste concentram de forma mais intensiva as atividades relacionadas com agricultura urbana. Todavia, isso não significa que tal atividade não possa ser encontrada em outras regiões. Essa iniciativa vem reforçar também a existência da AUP no Brasil, demonstrando que a produção vegetal é a de maior relevância, com 46% das iniciativas, cuja orientação se faz tanto para o autoconsumo como para o mercado, e que promove a geração de trabalho e renda, como também complementa a alimentação das famílias praticantes.

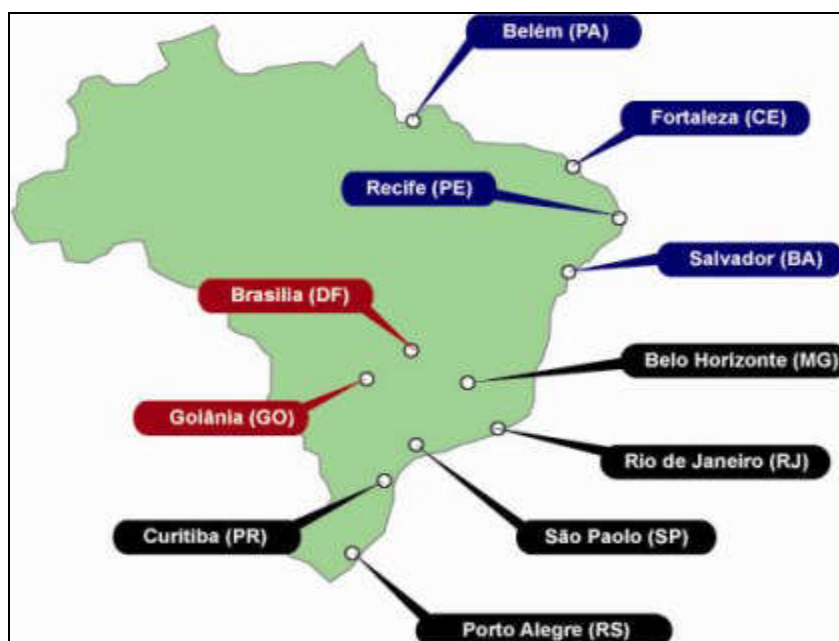


Figura 11: Brasil: Áreas Metropolitanas.

Fonte: Brasil, MAPA, 2007

Os recursos destinados pelo governo federal conforme tal relatório esteve mais concentrado nos grandes centros, ou melhor, nas áreas metropolitanas, sendo importante ressaltar que a prática da agricultura urbana é percebida em diversas áreas urbanas espalhadas pelo Brasil, e que não foram incluídas na construção do relatório.

Mais recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) incluiu a Agricultura Urbana como parte do programa Fome Zero do governo federal. Segundo o MDS, a Agricultura Urbana permite a produção de

alimentos de forma comunitária em espaços urbanos e periurbanos da cidade. A produção é destinada para auto-consumo, abastecimento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e venda de excedentes no mercado local – o que resulta numa geração de renda, melhoria da alimentação e inclusão social, conforme o MDS.

A inclusão da AU em programa social do governo federal se dá devido ao número cada vez maior de políticas assistencialistas promovidas pelo Estado via governo e que, estando a Agricultura Urbana tão disseminada e visível nos espaços das cidades, é oportuno ao poder público incluir a AU em seu programa de governo. A inclusão é válida, contudo não se deve esquecer que a prática desse tipo de agricultura não é algo novo e sua existência independe de programas governamentais.

Ferreira e Castilho (2007), retomando a discussão acerca dos órgãos públicos e ONGs que visam apoiar a prática da agricultura urbana, destacam que as ações pensadas são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes sob os critérios imprecisos no que tange à eficácia e eficiência dos recursos e da abrangência social. Assim, a agricultura urbana ainda não tem recebido a devida atenção por parte dos gestores públicos do planejamento urbano.

No caso de Aracaju, pelo menos durante a pesquisa, não foi detectado a destinação de recursos oriundos do governo federal na promoção da agricultura urbana. Entretanto, mesmo sem apoio institucional, foram observadas práticas de agricultura urbana significativas nesta cidade, representando assim, uma atividade presente no processo de produção do espaço urbano local.

2.4 AS FRUTIFERAS E AS PLANTAS MEDICINAIS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA URBANA

As plantas medicinais tem contribuído para a produção de medicamentos, tornando-as reconhecidas pela medicina convencional. Mas é necessário esclarecer que existe uma diferença entre os medicamentos fitoterápicos que são produtos tecnicamente elaborados e que apresentam uma forma final de uso, neste caso podem ser comprimidos, cápsulas e xaropes. Enquanto as ervas medicinais de uso caseiro são constituídas, muitas vezes, da planta seca, inteira ou em pequenos pedaços, no processo de preparação dos populares “chás”.

Não é difícil encontrar algum morador que conheça o poder medicamentoso de algum tipo de planta, folha, casca, raiz ou flor que minimize e alivie os sintomas de um resfriado ou mal-estar. São muitos os benefícios das ervas medicinais que passam de geração em geração, independente da localidade que o sujeito esteja residindo. Diante dessa realidade a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), objetivando esclarecer quanto ao poder das ervas medicinais, através da popularização desse conhecimento, sua forma correta de uso para se atingir os efeitos benéficos, disponibilizou no endereço eletrônico (www.anvisa.gov.br) algumas das principais ervas e seu poder medicamentoso (Quadro 03).

O uso das ervas medicinais é de certa forma justificado pelo elevado preço no acesso ao serviço de assistência médica no Brasil, sem destacar os elevados preços para a filiação nos chamados planos de saúde privados. Mesmo possuindo o Sistema Único de Saúde (SUS), que atende a população de forma gratuita, este não consegue de fato a eficiência no atendimento da demanda da população. Acrescido nesse contexto os elevados preços dos medicamentos prescritos aos pacientes.

Nomenclatura botânica	Nomenclatura popular	Alegações
<i>Aloe vera</i>	Babosa	Fortalece os cabelos, antirreumático, cicatrizante, anticancerígeno.
<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Diarreia não infecciosa, Lesões como antisséptico e cicatrizante.
<i>Bauhinia nitida</i>	Pata de vaca	Problemas do aparelho urinário, diabetes.
<i>Carica papaya</i>	Mamão ou Papaia	Digestivo, combate a prisão de ventre, trata as varizes das pernas.
<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim santo, Capim limão, Capim cidró, Capim cidreira, Cidreira	Cólicas intestinais e uterinas. Quadros leves de ansiedade e insônia, como calmante suave.
<i>Eugenia uniflora</i>	Pitangueira	Diarreia não infecciosa.
<i>Lippia alba</i>	Erva cidreira, Falsa Erva cidreira, Falsamelissa	Quadros leves de ansiedade e insônia, como calmante suave. Cólicas abdominais, distúrbios estomacais, flatulência (gases), como digestivo, e expectorante.
<i>Malva sylvestris</i>	Malva	Afecções respiratórias, como expectorante, contusões e dos processos inflamatórios da boca e garganta.

<i>Mangifera indica</i>	Manga	Expectorante e antiasmático.
<i>Peumus boldus</i>	Boldo	Dispepsia (distúrbios da digestão), como colagogo e colerético.
<i>Ocimum basilicum</i>	Alfavaca	Estimulante, antiespasmódico, antiasmático, antitússico.
<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	Diarreias não infecciosas, pele e mucosas lesadas, como antisséptico.

Quadro 03: Indicações de ervas medicinais.

Fonte: ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010 e Madaleno, 2002.

Org. SANTANA FILHO, L.S. 2010.

O uso e administração das plantas medicinais apresentam uma diversidade, podendo ser oral ou de uso tópico. Acerca da utilização das ervas medicinais, Madaleno (2002) apresenta as diferentes formas no processo de administração interna das ervas, a saber: o chá, que se toma sob a forma de decocção (mistura da droga em água fria, sendo depois fervida); de infusão (aplicação de água a ferver sobre a droga que fica em repouso), ou de maceração (operação que consiste em submeter as ervas a ação de líquido, a temperatura ambiente, por várias horas).

É importante salientar dentro dos cultivos urbanos, as plantas medicinais, pois conforme destaca Madaleno (2002), essa prática tem sua presença marcante nas propriedades ligadas à agricultura urbana. A mesma autora traz uma lista das ervas medicinais ligadas aos fatores culturais da sociedade brasileira. Para a realidade pesquisada, nesse caso a cidade de Aracaju, a agricultura urbana e a intensidade dos cultivos das ervas medicinais a ela atrelada, é bastante diferenciada. Mesmo não estando presente em todas as propriedades pesquisadas, a Figura 12 representa a ocorrência das principais plantas medicinais encontradas.

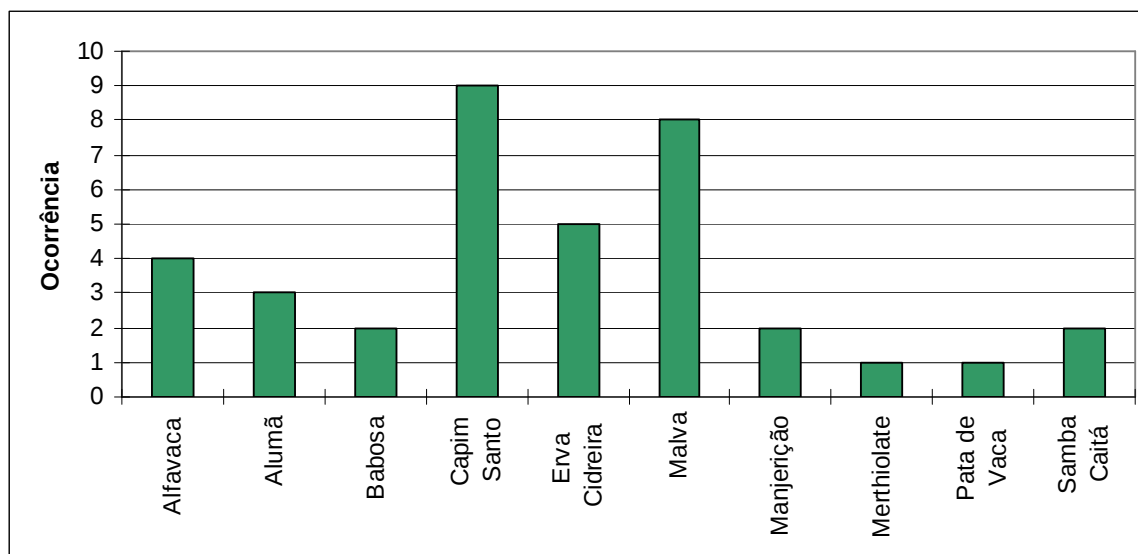


Figura 12: Plantas medicinais nas propriedades pesquisadas.

Fonte: Pesquisa de campo 2009.

Org: SANTANA FILHO, L. S., 2009

Conforme se observa na Figura 12 o capim santo é a planta mais comum, ou seja, foi encontrada em 09 (nove) propriedades. Em segundo lugar, a malva presente em 08 (oito) propriedades. A erva cidreira está presente em 05 (cinco) propriedades. Embora ocorra com menor frequência e intensidade, porém presente nas propriedades levantadas, a alfavaca, alumiã, babosa, samba-caitã, manjeriço e a pata de vaca.

Um dos exemplos que mais chamou a atenção da prática da agricultura urbana ligada à produção de plantas medicinais nas áreas pesquisadas, foi quando da aplicação da entrevista ao Senhor José S. S. J., de 62 anos de idade, natural de Murici-AL, que cultiva em sua propriedade/residência ervas medicinais há mais de 25 anos, fruto do conhecimento adquirido por seus avós e pais e que ele busca passar para seus filhos e netos. As principais ervas e seu poder medicamentoso, por ele cultivadas em seu jardim são o capim santo que é um calmante natural, a malva (antinflamatório) alfavaca (serve como tempero, dor de barriga e para verme). É interessante destacar a presença da palma (no combate a diarreia) e a presença do cultivo de hortículo, que é a pimenta (ver figura 13). Toda a produção tem como destino final o autoconsumo, porém, caso algum vizinho esteja necessitando, isto verificado em um “bate papo cotidiano”, alegando algum sintoma que pudesse ser amenizado pelas ervas, ele tem o maior prazer em ceder parte de sua produção.



Figura 13: Cultivo de Pimenta
Foto: SANTANA FILHO, L.S., 2009.

A manutenção de cultivos na cidade, mais que representar a materialidade da agricultura urbana, está associada a reprodução de elementos da cultura em que no contexto da migração campo cidade, os migrantes extrapolam a dicotomia que há entre essas duas dimensões espaciais e os hábitos e costumes transpõem a barreira territorial do rural para o urbano.

Outro aspecto muito comum é a presença da frutífera, que é marcante nas propriedades pesquisadas. Segundo Martins (2008) a frutífera é a materialidade de um sistema, de conexões de mundo exterior presente nos quintais urbanos, e que antes mesmo de produzir frutos tem o papel de ornamentar e embelezar o quintal, e secundariamente tem função de proteção para os pequenos animais e cultivos.

O mesmo autor ainda destaca que ao plantar uma frutífera significa retirar da natureza os símbolos constantes e afirmar a proximidade de elementos diversos, dando definições e contornos ao ambiente urbano. Sendo assim, o plantar uma mangueira ou uma goiabeira em sua residência, conduz a uma realidade abstrata, subjetiva em estar próximo da natureza, enquanto elemento de apropriação, e que vai além da produção de frutos.

Na Figura 14 pode-se observar a recorrência das plantas frutíferas nas propriedades pesquisadas. Com base nas informações contidas na figura é possível observar a grande diversidade de frutíferas presentes no espaço urbano

de Aracaju, mesmo com predomínio de determinada frutífera, a exemplo da mangueira, é notório a presença de espécies que tem sua produção mais diretamente ligadas ao espaço rural, mas que foram encontradas, mesmo que de forma pontual, nas propriedades pesquisadas.

Dentre as frutíferas, a mais comum foi a mangueira, presente em quase todas as propriedades pesquisadas, seja na frente ou no fundo da residência, cuja ocorrência se fez em 20 (vinte) propriedades de 30 (trinta) levantadas, seguidas do coco, presente em 12 (doze), da bananeira, presente em 09 (nove), do mamão presente em 08 (oito) e da goiabeira, presente em 06 (seis). Estando também presente, porém com menor intensidade, as seguintes frutíferas: acerola, laranja, pinha, sapoti, jaca, cajá, manjelão, caju, jenipapo, graviola, jaboticaba, limão e pitanga.

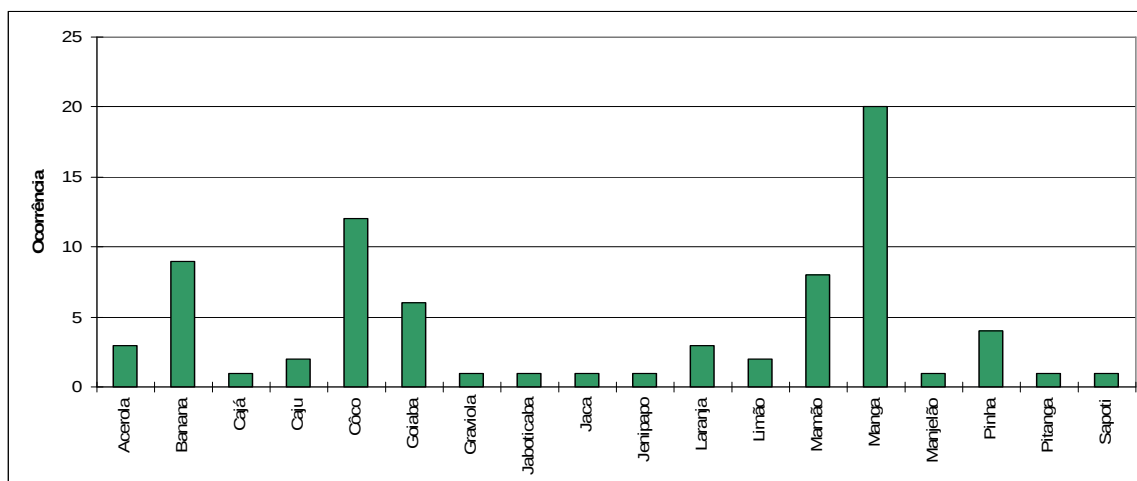


Figura 14 – Plantas frutíferas identificadas nas propriedades pesquisadas.

Fonte: Pesquisa de campo 2009.

Org: SANTANA FILHO, L. S., 2009

Outro momento bastante relevante quanto à pesquisa de campo, refere-se à oportunidade de aplicação de entrevista a uma senhora de 82 anos, antiga moradora do bairro Santos Dumont, Senhora Arlete, popularmente conhecida no bairro como professora Maria Marques. A mesma relatou com tamanha satisfação o processo de urbanização do bairro, que se deu a partir da venda de sítios para construção de loteamentos.

No primeiro momento, na entrada da própria residência, que está localizada em uma das vias de maior circulação e adensamento residencial do bairro, foi impressionante o impacto proporcionado pela quantidade de frutíferas, de plantas medicinais e muita área verde, ou seja, se levamos em consideração

a visão clássica do que venha a ser rural, certamente seríamos conduzidos a considerar que tal espaço estaria vinculado ao campo e não a um bairro consolidado de Aracaju com intensa densidade populacional.

Ao longo da conversa que ocorreu nos diferentes espaços da propriedade, inclusive embaixo de cada frutífera, no degustar da pitanga (Figura 15), acerola, no suco de jenipapo, no presenciar da queda da manga pelo vento, foi nítido como a senhora Arlete tem o prazer de cultivar cada planta, de acompanhar seu crescimento, de colher, saborear e também fazer doações aos vizinhos. Ainda durante os finais de semana sua “chácara” (como ela a denomina), é aconchego para filhos, netos, noras e genros, onde é espaço do descanso, do lazer, isso quando ainda não levam uma boa quantidade de frutas para casa.



Figura 15: Coleta de pitanga

Foto: SANTANA FILHO, L.S., 2009.

Quando foi perguntado a mesma sobre a possibilidade da venda de sua propriedade, que apresenta cerca de 500 m², para morar em um apartamento ou outra casa menor, devido à violência e a falta de segurança, a professora foi bastante incisiva na colocação: “Deus me livre de morar num apartamento, pra mim estou presa numa gaiola”.

Além das frutíferas, que não são poucas, pois foi contabilizado um total de 19 espécies diferentes, dentre as menos comuns, os pés de jaca, cajarana, sapoti, jabuticaba e cajá. Ainda há a presença de plantas medicinais, que a senhora Arlete faz uso, ressaltando que no passado as pessoas faziam muito mais uso dessas plantas do que os medicamentos laboratoriais de hoje, alegando que “o povo era mais sadio, não usava tanto remédio, não se andava doente”. Com isso, pode-se perceber o valor simbólico da prática da agricultura urbana nos quintais das casas.

Sendo assim, mesmo a agricultura urbana considerada em seus aspectos multidimensionais, ora ligada a produção para o autoconsumo, ora destinada ao mercado, através da venda de seus produtos, ficou evidente a partir da pesquisa realizada, quando do enfoque da agricultura urbana de caráter intra-urbano no município de Aracaju, o predomínio da produção voltada para o autoconsumo, ligada diretamente as tradições culturais, no tocante ao relacionamento com elementos da natureza.

É dentro desse contexto de práticas agrícolas presentes no espaço urbano da cidade de Aracaju, que é pertinente fazer uma discussão acerca da relação campo-cidade, na perspectiva de entendê-las enquanto dimensões espaciais particulares e singulares, porém complementares e interdependentes.

3 RELAÇÃO CAMPO CIDADE EM ARACAJU

A relação campo-cidade é um tema bastante discutido nas ciências sociais, incluindo a Geografia. Tendo em vista que a cidade e o campo são categorias preponderantes dos espaços rural e urbano, logo do espaço geográfico. Muito do que é discutido no tocante a essa temática é posto não como uma relação de complementaridade e interdependência (como se almeja nesse trabalho), mas como pares antagônicos. Partindo dessa premissa o capítulo que segue propõe discutir a relação campo cidade primeiramente pautada na dicotomia espacial, bem como através da noção de *continuum* rural-urbano. Segue-se com a discussão da problemática da definição do que vem a ser rural e urbano no Brasil e os rebatimentos no recorte empírico, na perspectiva de demonstrar que a teoria geral materializa-se nas áreas pesquisadas.

3.1 DA DICOTOMIA ESPACIAL A NOÇÃO DE CONTINUUM

Profundas alterações na distribuição espacial da população foram observadas nos países berço do capitalismo, a partir de meados do século XVIII, período em que o modelo econômico vigente evoluía na eficiência de acumulação de capitais, e toda sociedade se reestruturava aos moldes industriais, promovendo o processo de crescimento das aglomerações urbanas contribuindo para o esvaziamento demográfico das áreas rurais.

Na visão de alguns autores, o mundo rural secular opõe-se nitidamente ao mundo urbano, sendo este caracterizado por funções, atividades, grupos sociais, paisagem que os diferencia sobremaneira do mundo rural. Segundo Ferrão (2000), esta oposição tende a ser destacada como natural, ou seja, encaradas como relações de natureza simbióticas, em que campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto marcado pelo equilíbrio e harmonia de conjunto.

A revolução industrial imprimiu novas configurações espaciais e a aparente consumação da separação entre as áreas rurais e urbanas, esse marco histórico que vem alterar essa situação acima descrita acarretou consequências para as áreas urbanas e rurais. No caso das áreas rurais, verificou-se o processo de perda de centralidade econômica, social e simbiótica (Ferrão, 2000), sendo este

espaço identificado com realidades arcaicas, em detrimento da visão de palco do progresso dos aglomerados urbano-industriais.

Mas segundo Reis (2005, p.79) “os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente”, mas no seu relacionamento e interpenetração.

No decorrer do século XX, a indústria fez a cidade explodir², intensificando o processo de urbanização. Segundo Reis (2005), o crescimento da cidade, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais, verificadas em várias regiões do mundo, sugerem que a transição entre espaços rural e urbano deve ser entendida nos moldes teóricos do espaço *continuum*, assim, transferindo-se a polarização antagônica/dicotômica por um gradiente de variações espaciais.

Isso conduz os pesquisadores a abordarem os diferentes níveis de integração ou distanciamento entre esses espaços. De forma geral, as análises do relacionamento entre o rural e o urbano são associadas a duas grandes abordagens: a da dicotômica e a de *continuum*. A primeira enfatiza as diferenças que se estabelecem entre esses dois espaços, sendo o campo pensando como algo que se opõe a cidade, já a segunda dá ênfase a uma aproximação entre o espaço rural e urbano.

A sociologia norte americana, a partir da década de 1920, influenciada por enfoques diferenciados, destaca-se na discussão relacionado ao desenvolvimento de conceitos que objetivam permitir melhor entendimento das questões referentes aos espaços rurais e urbanos. Sorokin e Zimmermann (1929) foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano, uma concepção dual, uma vez que considera o rural e o urbano com pólos extremos de uma mesma escala de gradação, e que para não incorrer em características que marcavam a polarização, bem como suas relações, esses autores identificaram diferenças marcantes entre os espaços rurais e urbanos. Mas apesar desses autores serem considerados os primeiros nas formulações do *continuum*, acabaram possibilitando um forte alicerce para a conceituação dicotômica, uma vez que

² Acerca da implosão e explosão da cidade Lefebvre (1969) destaca a efervescência, dinâmica e transformação que ocorreram nas cidades, impulsionadas pela industrialização, acarretou em concentrações urbanas gigantescas e as populações atingiram densidades inquietantes.

estabelecem diferenças socioespaciais para o espaço urbano e rural. (REIS, 2005, P. 80).

A obra clássica de Zorokin e Zimmermann (1929) sugere uma série de traços essenciais na diferenciação do espaço rural e urbano, onde o entendimento do rural perpassa pela particularidade de sua economia. O rural então abrigaria, sobremaneira, a produção agropecuária, e todas as outras características observadas no campo estariam vinculadas a essa atividade, e os outros tipos de atividade não-agrícola eram considerados acessórios e não se destacavam como meio de subsistência da população do meio rural.

Essas características destacam a existência de duas realidades que se opõem; porém durante o século XX, as profundas alterações socioespaciais, promoveram modificações das características primárias que embasam essa visão, ou seja, o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades não-agrícolas.

Para Carneiro (1998) é a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura concomitante ao processo de interiorização da indústria e a modernização da sociedade urbana e rural que a teoria da urbanização passa a ser formulada, promovendo a integração entre as sociedades urbano-industriais e as sociedades rurais.

Nesse contexto fica mais nítida a percepção dos diferentes níveis de integração espaciais dos espaços urbanos e rurais. Sendo que a visão dicotômica vê os espaços rurais e urbanos como opostos sendo uma a negação da outra, a visão de *continuum* que representaria a intensidade e não o contraste, não mais centrado nos sistemas, mas em indivíduos que se ocupariam de atividade de um ou de outro tipo em uma única civilização.

Outro enfoque que se contrapõe a visão dicotômica e de *continuum*, está centrada nas relações sociais, que ao invés de diluir diferenças, ocorre o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade, ou seja, os contornos territoriais estariam balizados sobre a cultura, que conduziria a interação entre rural e o urbano de um modo determinado, a partir da garantia e manutenção de uma identidade (Carneiro, 1998).

Diante dos embates teóricos, das crescentes indefinições e também pela crescente urbanização, o rural deixou de ser atrativo como objeto de pesquisa, pois começou a ser aceito que a

urbanização do campo era uma questão de tempo (BLUME *apud* REIS, 2005, p. 82).

São por essas questões que muitos pesquisadores voltam-se para o estudo da agricultura. Surgem questionamentos acerca de que seria o fim do rural ou das leituras sobre o rural.

Torna-se necessário um olhar que busque uma outra direção, pois a permanência desse atual modelo conduziu a discussão da idéia de que o rural foi ou está sendo suplantado pela expansão do urbano. Para Alentejano (2000, p. 103.), é fundamental demonstrar que:

Apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado.

A partir da Segunda Grande Guerra, tornou-se visível, com a industrialização da agricultura³, mudanças nas relações rural-urbano e passou-se a observar novas configurações no interior do próprio mundo rural (FERRÃO, 2000), em que ocorre uma fratura no espaço rural em duas realidades distintas e articuladas: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional. A oposição rural-urbano começa a não ser vista como a mais adequada para explicar a realidade, ao passo de que a modernidade não é exclusiva das áreas urbanas.

A sociedade brasileira em meados do século XX se configurava como expressivamente rural. Mas o crescimento da população do país entre 1940-1980 promoveu uma inversão da distribuição da população no tocante às áreas rurais e urbanas, onde ocorreu: um direcionamento da população das áreas rurais com destino as áreas urbanas, crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de centros metropolitanos.

A partir da década de 1980 emerge um paradigma socioespacial, pois mudanças significativas são observadas no meio rural brasileiro, a exemplo da emergência de um espaço rural multifuncional, que passa a apresentar

³ Esta entendida como modernização da agricultura, foi iniciada no Brasil a partir da década de 1960. É nessa modernização que ocorre o processo de monopolização da terra pelo capital, através da vinculação ao mercado. Contudo, ela é conservadora e dolorosa, pois seu caráter é excludente e parcial, tendo em vista a manutenção das estruturas sociais no campo brasileiro. Ver José Graziano da Silva (1999).

diversificação econômica em meio a novas formas de produção e subsistência, em contraposição ao domínio do tradicional, num passado recente.

Os debates referentes ao urbano e ao rural ressurgem com a mesma voracidade das mudanças técnicas, econômicas, sociais e ambientais que atingem esses espaços a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, na década de 1980, as mudanças verificadas no meio rural, a partir da urbanização do campo e o surgimento de novas dinâmicas que direcionam para uma nova ruralidade, muitas vezes díspares daquelas ligadas às atividades tipicamente agropecuárias, promoveram uma intensificação dos debates, diante da sua importância.

O espaço rural brasileiro, nas últimas décadas, distancia-se das visões clássicas e dicotômicas, ou seja, a urbanização imprimiu um novo significado onde sua atuação foi mais significativa, sendo mais perceptível nas áreas rurais que têm contato direto com a grande cidade que compõem o núcleo dinâmico da economia brasileira.

Para Carneiro (1998) o ritmo de mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “rural” e “urbano” em categorias simbólicas construídas a partir das realidades distintas cultural e socialmente. Sendo assim, não dá mais para sustentar uma delimitação entre campo e cidade apenas pelas atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais ou modos de vida.

É notório que na atualidade o campo brasileiro passa por um considerável processo de mudanças, reflexo do processo de modernização da agricultura, mesmo que de forma contraditória. Para Carneiro (1998) esta se efetivou não de forma uniforme em sua extensão, e que foi moldado nos padrões de produção do modelo urbano-industrial.

No Brasil, segundo Carneiro (1998), as pesquisas recentes tem apresentado dois conjuntos de fenômenos para o meio rural brasileiro.

O primeiro se estabelece no entendimento de que o meio rural brasileiro não é mais definido exclusivamente pelas atividades agropecuárias, mas estando agora relacionado com o aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma parcela considerável de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras formas de rendimento, na chamada pluriatividade.

O segundo está relacionado à procura crescente de formas de lazer alternativos pelos cidadãos com destino ao campo. Esse movimento inicia-se no Brasil na década de 1970, e ganha dimensões na divulgação do pensamento ecológico da década de 1990 (Carneiro, 1998), estimulando os desejos de consumo da natureza, transformando-a em mais uma mercadoria, pelas modalidades de turismo rural, de aventura, ecológico, alterando o ritmo da vida no espaço rural.

Ocorre segundo Alentejano (2000), um exagero na elucidação da ocorrência de mudanças radicais no mundo rural brasileiro, conferindo a mesma uma nova fisionomia. De fato, não se pode negligenciar a verificação de tal transformação, importantes e significativas no campo brasileiro, mas o que está ocorrendo são atribuições na perspectiva de uma absoluta inovação nos últimos anos, não condizente com a realidade em sua totalidade.

A multiplicação de atividades não-agrícolas, o processo de modernização da agricultura patronal e de parcelas da agricultura familiar, promoveu segundo os formuladores e adeptos da concepção do “novo rural” uma nova dinâmica no campo brasileiro, onde cada vez mais os agricultores estão integrados aos circuitos financeiros e informacionais e a tecnificação não podendo mais ser classificados como meramente rurais. Assim, estaria ocorrendo dentro dessa lógica à consumação da urbanização do campo brasileiro, como a consolidação da agroindústria – expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura, com a atividade tipicamente urbana onde a modernização não se instalou propriamente dita.

Para Alentejano (2000, p. 101.), essas formulações apresentam três problemas básicos:

Em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade.

Segundo Carlos (2004) cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidos e estas, ganham conteúdos em sua articulação

com a construção da sociedade urbana. E, que a contradição cidade-campo se desenvolve propondo uma nova contradição, que é a de centro e periferia.

Na realidade cidade e campo sinalizam o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão sócio-espacial do trabalho revelando a racionalidade imposta pela globalização do capital reproduzindo na escala internacional a hierarquização de espaços dominados/dominantes (CARLOS, 2004, p. 135).

Segundo Carlos (2004) a extensão do sistema capitalista permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, culturas e tradições da vida tanto na cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. A cidade e o campo agora estão articulados, deslocando a contradição cidade/campo vinda da história, para a contradição centro periferia, estabelecendo uma nova hierarquia social entre espaços dominantes e dominados a partir da construção de novas centralidades.

Contudo, a sociedade urbana continua com maior reprodução, a cidade vai ganhando cada vez mais importância, pois estimula os setores competitivos da economia a partir dos centros urbanos, seja financiando a agricultura capitalista, seja direcionando a localização da indústria.

A reorganização do processo produtivo aponta novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade bem como, movimentos sociais no campo como na cidade, respectivamente os “sem terra” e os “sem teto”. Tanto no campo como na cidade, o processo de reprodução se realiza pelo conflito entre valor de uso/valor de troca. As lutas dos “sem direitos” revelam o processo de deterioração e desintegração da vida colocando em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida, seja para a produção do alimento, seja enquanto moradia e tudo o que esta atividade implica para a vida. Neste embate se questiona no campo a improdutividade da terra e na cidade a ausência de moradia (CARLOS, 2004).

Lefebvre (1969, p. 17) destaca que “a relação urbanidade-ruralidade, portanto, não desaparece, pelo contrário: intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados”. E que a cidade tomada de assalto pela industrialização, não de forma natural ou involuntária, mas pela ação/intervenção de classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital – os meios de produção, geradores não apenas dos empregos e investimentos econômicos, mas de toda a

sociedade, com emprego das riquezas nas artes, cultura, no conhecimento, na ideologia.

Lefebvre (2001), ancorado no pensamento de Marx coloca que a separação das classes é simultaneamente ilusória e real. Ilusória, porque se estabelece na mesma sociedade e no mesmo todo, além de que só existe uma fonte de riqueza social. E real pelo fato de existirem socialmente e estarem separadas, mantidas como tal, e materializadas pelo conflito.

O referido autor ainda coloca que a divisão do trabalho direciona a separação do trabalho industrial e comercial, bem como a do trabalho agrícola, de outro. Conduzindo desta forma a distinção entre campo e cidade e a oposição de seus interesses. Assim, a divisão do trabalho é responsável, de modo geral, pelas múltiplas divisões e separações particulares das atividades sociais. Assim, ainda apoiado em Marx, Lefebvre (1969), afirma que a divisão do trabalho entre cidade e campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Em que a cidade é considerada local de trabalho intelectual, *lócus* da administração, da política e da cobrança de impostos, dentre outros. E dela emana o controle financeiro e ideológico e se conduz tanto a orientação material como a orientação moral da sociedade.

3.2 A PROBLEMÁTICA DO QUE VEM A SER RURAL E URBANO NO BRASIL

A origem dos municípios brasileiros é inspirada no modelo da república romana (época do Brasil colônia), onde exercia funções políticas legislativas e administrativas. De lá pra cá, a formação municipal brasileira reflete esse modelo. Até 1938, o Brasil não estabelecia diferença legal entre cidade e vila, com isso tanto cidades quanto vilas podiam ser sedes de municípios. Foi somente no Estado Novo que surgiram as diretrizes básicas nacionais de divisão territorial, onde havia, dentre outros, os seguintes requisitos: população mínima de 100 mil habitantes, eleitorado não inferior a 10% da população, centro urbano já constituído (TAVARES, 2003).

Após muitos avanços e regressos, finalmente o Decreto-Lei 311/38 conferiu aos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística - hoje IBGE – a atribuição de estabelecer os requisitos mínimos para a elaboração dos perímetros

urbanos e mapas municipais. Esta lei vigora até os dias de hoje. A área urbana do município é definida pela Lei do perímetro urbano (de competência municipal). É o perímetro urbano que indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais. Contudo, quase sempre as áreas são tidas como urbanas (até mesmo algumas rurais) em virtude de expandir a base de arrecadação do IPTU.

Tavares (2006) expõe que os municípios não atualizam os seus perímetros urbanos, cabendo ao IBGE introduzir outras unidades territoriais (além das convencionais urbanas, rural e urbana isolada), a saber: aglomerados subnormais, aglomerados rurais isolados, áreas urbanizadas, áreas não urbanizadas e aglomerados de extensão urbana.

As inadequações existentes na definição do que venha a ser rural e urbano, somam-se as dificuldades conceituais e metodológicas impostas aos formuladores de política pública e das diversas áreas de conhecimento. A superação dessa empreitada é dificultada pela vigência de uma legislação anacrônica, e que carece de investimentos teóricos e de esforço empírico para sua compreensão.

É impossível realizar um recorte espacial perfeito entre rural e urbano, diante da complexidade que demonstra que esses conceitos se interpenetram, ou seja, complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre esses espaços.

Para fins de planejamento e formulações de políticas de desenvolvimento rural e urbano, torna-se coerente a realização de algumas subdivisões que não buscarão, necessariamente, a total separação entre as insuficiências teóricas e empíricas do que seja rural e urbano no Brasil, constituindo-se em uma alternativa que possui sua viabilidade justificada por razões de ordem prática (REIS, 2005, p. 90).

Veiga (2002) traz polêmicas reflexões a respeito da delimitação do rural e do urbano no Brasil, e suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento rural. Destaca a precariedade do anômalo, anacrônico e obsoleto modelo de delimitação do campo e cidade adotado no Brasil, que desde o final da década de 30, sob a égide do Estado Novo, onde através da lei 311, de 1938, delineou-se como cidade todas as sedes municipais existentes, independente de suas características estruturais e funcionais.

Veiga (2002) lembra que nada disso teria muita relevância se fossem raros os casos de sedes municipais que exercem ínfimas pressões antrópicas sobre o ecossistema urbano, pouco artificializado, às vezes quase intocado (no que se refere às mudanças decorrentes do processo de urbanização).

Segundo Veiga (2002, p. 66) “para que a configuração territorial brasileira não permaneça tão obscura, é imprescindível construir tipologias alternativas, capazes de captar a imensa diversidade dos municípios”.

Veiga (2002) conduz seu estudo sobre o cálculo do número de cidades no Brasil a partir de uma definição político-administrativa, em que a cidade é definida como sede do município. Assim existiriam no Brasil 5507 sedes de municípios em 2000, todas ancoradas pelo estatuto legal de cidade. Para o referido autor, 455 seriam “inequivocamente urbanas”, restando 5052 classificados, segundo Veiga, como “pertencem ao Brasil rural” e as que se encontram no “meio campo”, ou seja, àqueles cujas características trazem em seu conteúdo aspectos de ambos os espaços.

Veiga fundamenta-se na densidade demográfica, no chamado grau de pressão antrópica, que seriam o melhor (para o autor) grau de artificialização dos ecossistemas, e conseqüentemente da urbanização do território, somando-se a localização, reflexo das modificações do meio natural pelas atividades antrópicas. Segundo Carlos (2004), por essa perspectiva ocorre a naturalização da sociedade, pois se distinguem áreas “mais rurais” em função da natureza intocada e aos ecossistemas mais alterados pela ação humana e manchas de grandes cidades.

Carlos (2004) faz críticas a Veiga, por não analisar os processos e estar preso aos dados estatísticos para respaldar e dar substância ao seu entendimento acerca da urbanização brasileira, ou seja, não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. A referida autora considera ingênua a postura de Veiga por acreditar que a simples alteração estatística, vão conduzir a reorientação das políticas públicas na promoção de possibilidades do crescimento, mas perceber que estamos diante da produção do espaço pela sociedade, e sob a égide do Estado regulador, na imposição das relações de produção enquanto dominação de espaços.

O problema é que “urbano” e “rural” longe de serem meras palavras são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. (CARLOS, 2004, p. 131).

Segundo Carlos (2004), a contradição cidade-campo ganha contornos e dimensões da contradição centro-periferia. Em que a reorganização do processo produtivo direciona novas estratégias de sobrevivências tanto no campo como na cidade e movimentos sociais em ambos, articulados, pois a presença da propriedade privada marca e circunscreve as possibilidades de apropriação no campo e na cidade e estabelecendo lutas conjuntas.

A relação cidade-campo, conforme Lefebvre (1969) mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, ora se apresentando profundamente conflitantes, ora mais pacífica e perto de uma associação. Porém podendo ser presenciada numa mesma época manifestações distintas para tal relacionamento.

Para os momentos históricos que se apresentam profundamente conflitante entre cidade e campo, Lefebvre (1969) chama a atenção acerca dessa relação nos países industriais, onde a velha exploração do campo circundante pela cidade cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação.

Hoje não tem sentido, porém, reforçar, a idéia de que existe uma diferença, uma luta desleal entre cidade e campo. A questão não é esta; as relações de mercado estabelecem o que deve ser modificado, onde os investimentos devem ser concentrados. Por isso a questão não é que a cidade esteja vencendo e o campo esteja perdendo, a questão é que os detentores dos meios de produção decidem onde é melhor investir. É importante registrar que embora os investimentos se deem tanto no campo como na cidade, esta atrai para si a população em busca de melhores condições de vida. (MACHADO, 1990, p.94).

Segundo Lefebvre (1969) a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos (inclusive político e ideológico) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade.

A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente continuo (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da

racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “campo-cidade”, nas relações de classe e de propriedade. O trabalho correto consiste aqui em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às discontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global. (LEFEBVRE, 1969, p. 53).

Machado (2008) fundamentado na obra de Lefebvre (1978) mostra que a relação entre urbano e rural gera formas criativas e dinâmicas de ocupação e uso da terra. Mas o próprio Lefebvre (1969) chama a atenção destacando que pode ser contestada teoricamente interpretação que vislumbra na oposição cidade-campo a partir da noção de que os países industrializados têm o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele.

Adentrar na discussão acerca do rural e urbano em relação à produção do conhecimento pressupõe: esforço, rigor, organização, dedicação intelectual, ousadia, pretensão e sonhos, pois constituem operações delicadas, com presenças reais de possíveis fantasmas que costumam assombrar aqueles que se prestam na busca pelo saber, porém favorecem a constituição de questionamentos e discussões.

Pensar sobre o rural e o urbano para além (puramente) do que está posto pela legislação vigente, mas reflexiva na busca do entendimento da realidade a partir das manifestações/presenças de traços e aspectos inerentes ao espaço rural, que se encontra cravado, seja na periferia das cidades (áreas periurbanas), seja de forma pontual no interior da malha ou tecido urbano.

É pela não aceitação da neutralidade científica, tão criticada e que precisa ser extirpada de fato, que em face de observância de elementos do mundo rural que adentram na fronteira, para muitos, rígida e intransponível do espaço urbano, que só se move apenas na expansão de seus limites abarcando aquilo que teoricamente é concebido como seu oposto, o rural, e imprimindo toda a sua lógica, ritmo, normas e cultura, destruindo assim qualquer aspecto e características da rusticidade.

A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores,

conhecimentos, formas de lazer e também cultura. (CARLOS, 2005. p. 26).

A referida autora busca compreender a cidade dentro de uma totalidade, a partir da qual ela é possível de ser apreendida, ou seja, enquanto produto histórico e social a cidade tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com sua história, transformando-se à medida que a sociedade como um todo se modifica.

A cidade está além do construído, pensá-la para além das formas, é entendê-la enquanto reflexo das relações sociais que permeiam a sociedade, nos mais diferentes aspectos e considerações, a exemplos das várias instituições que regem esta sociedade (família, escola, igreja, Estado).

3.3 AGRICULTURA E ESPAÇO URBANO

A agricultura é uma atividade complexa e multifacetada, cujas características variam de acordo com as técnicas empregadas, as condições geoambientais, as disponibilidades de recursos humanos e capitais, além da localização das áreas e outros. Logo, a sua compreensão e dimensionamento dependerá dos procedimentos e métodos empregados na análise territorial, não se restringindo a uma análise setorial, como é frequente em trabalhos das ciências sociais, em particular da geografia.

O espaço rural brasileiro na atualidade tem seu conteúdo redefinido a partir tanto da incorporação de tecnologias ao processo produtivo, bem como o desenvolvimento das atividades não-agrícolas, e as transformações sociais delas decorrentes, em que se mesclam funções tradicionais com novas funções. Assim, a concepção tradicional de espaço rural é cada vez menos satisfatória para definir e caracterizar tal complexidade territorial (LOCATEL, 2008).

Segundo Locatel (2008), a definição da agricultura como definidora do espaço rural deve ser relativizada, visto que essa atividade não é exclusiva do espaço rural, mas pode ser encontrada em espaços urbanos e periurbanos. Tradicionalmente na geografia agrária, os enfoques das atividades agropecuárias eram definidores do espaço agrário, tido como sinônimo de espaço rural, atribuindo-lhe características de arcaico, atrasado, rústico e inóspito, além de

bucólico e puro, sendo o homem do campo adjetivado de igual maneira, definido como agricultor, com pouca instrução e cultura.

A própria agricultura praticada no meio rural apresenta características diversas, ora composta de sistemas agrícolas tradicionais, a exemplo de agricultura de subsistência e itinerante, ora ligados aos sistemas agrícolas modernos, atrelados ao comércio nacional e internacional, aproximando cada vez mais essa realidade a dinâmica urbana, do que a rural.

É dentro dessa lógica que o espaço urbano não é visto aqui apenas atrelado a indústria, comércio e a negação do rural, pelo contrário, não há uma separação cidade campo mesmo cada um apresentando suas particularidades e singularidades. A agricultura urbana vem legitimar e reforçar a presença de práticas agrícolas na cidade, o que refuta a tão cristalizada idéia de que cidade e campo são pares antagônicos, sendo necessário considerar que mesmo em meio ao atual processo de urbanização presenciamos traços e elementos do rural espalhados pelo tecido urbano.

Segundo Correia (1999), a cidade é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. E estes mesmos processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cujas distribuições espacial constitui a própria organização espacial urbana.

O espaço urbano e sua supremacia enquanto centro da acumulação de capital incorpora uma diversidade de processos produtivos e assim de variadas formas de trabalho. Nas periferias das cidades, que em um período anterior eram pautadas predominantemente pelas atividades eminentemente agrícolas, mesclam-se atividades urbanas e rurais, exercidas pelos excluídos do trabalho urbano formal, e que como estratégias de sobrevivência permanecem desenvolvendo atividades tradicionais, de caráter extremamente precário, mas que se mantém como necessárias na lógica contraditória de acumulação capitalista (MOURA, 2007).

O espaço urbano vai sendo construído e reconstruído, através de políticas públicas, gerando descontinuidades e agrupamentos, sem respeitar as relações econômicas e sociais preexistentes, ou seja, os interesses da população local, seus anseios e necessidades. É onde podemos encontrar neste espaço urbano

fragmentado e articulado, contradições que instigam e redefinem antigas relações campo-cidade.

O espaço urbano capitalista apresenta descontinuidades e recortes, com presença de múltiplas territorialidades resultantes das contradições impostas por um modelo de desenvolvimento excludente cujo principal objetivo é a acumulação do capital. A relação dialética entre campo e cidade é materializada nos diferentes usos do solo, onde a apropriação privada da natureza e a precarização do trabalho constitui-se condição para a reprodução ampliada do modo de produção atual (MOURA, 2007).

No processo de crescimento urbano as áreas rurais vão sendo invadidas pela cidade, originando novas configurações espaciais que não destituem por completo as antigas formas e funções, promovendo uma mescla de sentidos e usos, conduzindo a múltiplas territorialidades, visto que mesmo inseridas na lógica capitalista, preserva relações “não capitalistas de produção”.

O processo de urbanização acelerado pelo qual passou as grandes metrópoles brasileiras promoveu intensas transformações no espaço urbano e periurbano das cidades, expondo áreas predominantemente agrícolas aos impactos da urbanização.

Mesmo não sendo objeto principal de nossa pesquisa, vale ressaltar a importância da agricultura metropolitana, que se restringe ao enfoque de sua inserção como parte integral de um processo maior de crescimento urbano, não sendo possível compreender a agricultura em si, mas num contexto de abordagem no nível do produtor (BICALHO, 1992, *apud* TUBALDINI e RODRIGUES, 2000), e que pode responder aos questionamentos mais específicos do ambiente rural-urbano.

A esse respeito Machado (2008) fundamentado nas contribuições de Bicalho (1998), destaca que a metropolização do espaço é muito mais complexa do que um mero avanço urbano sobre o campo, dando origem a espaços interativos do urbano com o rural nos quais se mantêm atividades agrícolas dinâmicas.

Essa realidade é tão forte que foi observada na área de estudo que os agricultores urbanos que comercializavam seus produtos agrícolas nos bairros investigados eram provenientes dos municípios vizinhos, a exemplo de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, que compõe parte da região metropolitana

de Aracaju. Aproveitando para comercializar seus produtos nas avenidas principais dos bairros durante toda semana (Figuras 16 e 17).



Figura 16: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio.

Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.



Figura 17: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio.

Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.

Mesmo o presente trabalho está pautado no entendimento da agricultura de caráter intra-urbano, faz-se necessário compreender estudos com propostas metodológicas diferenciadas como, por exemplo, a do modelo de Von Thünen; Sinclair (1967).

O modelo Thuniano tem sido referência para os debates sobre localização das atividades agrícolas, sejam para confirmá-las ou refutá-las; o mesmo estabelece um padrão de distribuição espacial das atividades agropecuárias que é determinado pela presença de um centro consumidor, a partir do qual as atividades agrícolas estariam distribuídas em intensidades de usos decrescentes a partir do distanciamento do centro (MACHADO, 2008).

Nesse mesmo modelo, apoiado em condições espaciais homogêneas e considerando apenas o custo do transporte, que se mostrava diretamente proporcional a distância das áreas de produção até a cidade, ou seja, aquelas atividades valorizadas e intensivas, cuja produção tivesse alto grau de perecibilidade, estariam localizadas junto ao centro consumidor, já as menos intensas estariam mais afastadas. Vale ressaltar que mesmo com o advento do avanço tecnológico ligados ao setor de transporte e a própria resistência genética e preservação dos alimentos, que conduziria a superação da perspectiva Thuniana, seu postulado segundo Machado (2008) ainda pode ser encontrado em vários estudos científicos, principalmente na área da economia.

Diferente na análise da distribuição espacial dos cultivos e das criações, temos as contribuições de Sinclair (1967), que indica a presença de atividades extensivas e de baixa rentabilidade próximas aos centros urbanos. Destacando que a periferia urbana estaria à espera de sua provável conversão em áreas edificadas em função do crescimento das cidades, ocasionando-se assim, uma especulação imobiliária, rompendo-se desta maneira os padrões Thuniano de decréscimo da produção agropecuária em função do distanciamento do centro da cidade (MACHADO, 2008).

Ainda acerca da discussão sobre agricultura metropolitana, Machado (2008) ancorado em Bryant (1984) e Bicalho (1992) destaca que a mesma se manifesta de diferentes maneiras, considerando-se suas relações com a cidade e suas próprias características. As formas de inserção da produção agrícola desenvolvida em áreas de influência ou domínio urbano sugerem que existam

diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação: 1) ambiente de agricultura desenvolvida, onde existem condições para a realização da prática agrícola, em função da existência do próprio mercado regional; 2) ambiente de agricultura adaptada, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não-urbanas; 3) ambiente de degeneração agrícola, quando as forças urbanas pressionam as demais e a agricultura declina.

Vale (2004), ao estudar e se debruçar sobre a plurifuncionalidade do espaço periurbano, destaca que através do crescimento urbano, os limites físicos das cidades vão englobando áreas cada vez mais distantes da sua core, englobando o espaço rural, sem levar em consideração que esse espaço é dotado de identidade própria e especificidade no modo de vida e organização socioeconômica. Esses espaços englobados estão muitas vezes próximos ao perímetro urbano e, com o tempo, neles estão inseridas atividades agrícolas e urbanas.

No caso da zona de expansão que está circunscrita nos limites municipais de Aracaju, não é difícil presenciar essa mescla de atividades agrícolas e urbanas convivendo lado a lado, e sob uma mesma lógica (que é a do capital), mesmo que lhe seja creditado o título de maior reserva de solo urbano disponível para futuros investimentos do setor da construção civil, até o momento quando se adentra de fato nos povoados Areia Branca, Mosqueiro, Matapuã, percebe-se a materialidade da produção do espaço, com suas múltiplas faces e significados (Figura 18).

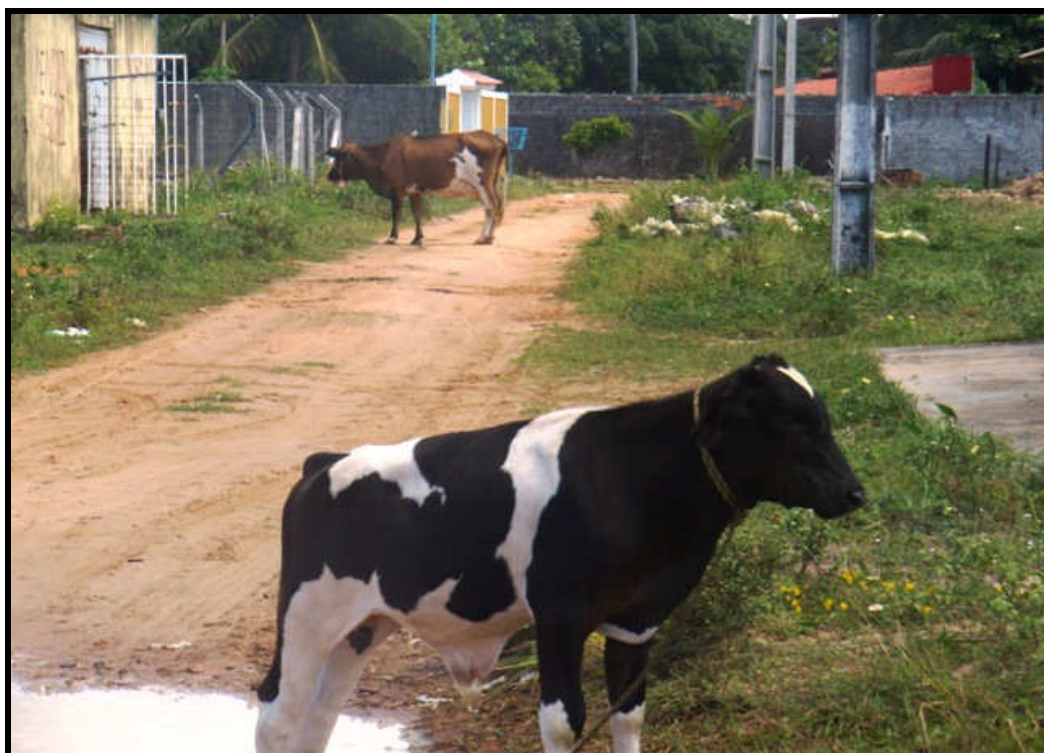


Figura 18: Animais pastando nas ruas da zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.

O contraste que agrega paisagem rural e urbana e a plurifuncionalidade caracterizam o denominado espaço periurbano. Pelo fato da não exatidão terminológica nas análises que venha a denominar o espaço periurbano sobre o qual recai a expansão urbana das cidades, torna-se difícil estabelecer comparações entre espaços periurbanos e o crescimento periférico das cidades. Podendo-se enunciar vários termos utilizados com este intuito: rural-urban frige, banlieue, franja urbana ou rururbana, sombra urbana e espaço periurbano (VALE, 2004).

O termo usado pela geografia, quando se trata de áreas com crescimento periférico e onde se mescla usos do solo urbano e agrícola, é o de franja urbana, que seria a transição entre o campo e a cidade. É sem dúvida um espaço social diferenciado, pois apresenta além do aumento das formas e modos de vida urbanos, forte mobilidade de sua população, com variedade social. Estratos sociais diferenciados, de acordo com as distintas áreas residenciais existentes, relações sociais mais intensas e valorização contemplativa da natureza, mas não de forma integrada ao campo.

O termo franja rurubana é definido como um espaço onde além do uso rural (áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental),

também é ocupada por uso residencial, com pequenos agrupamentos de casas, proliferação das propriedades unifamiliares somadas a outros usos urbanos, a exemplo de via de transporte e instalações de serviços urbanos de infraestrutura básica que necessitam de amplas superfícies. (ZARATE, 1984, *apud* VALE, 2004).

O crescimento periférico da cidade é classificado por muitos autores como rururbanização ou rurbanização, sendo que não são sinônimos: o primeiro ocorre nos espaços situados na zona urbana, onde a população está concentrada, com associação entre o rural e o urbano, predominando a população urbana que reside num espaço rural com tendências a valorização do solo, reflexo do crescimento urbano; a segunda é uma situação intermediária entre puramente rural e exclusivamente urbana com uma mistura entre os valores representativos do mundo rural e urbano.

Segundo Vale (2004), periurbanização tão utilizada pelos geógrafos franceses e espanhóis, seja a melhor forma de interpretar e entender o conceito de espaço periurbano. Entendido como espaços plurifuncionais com presenças e características tanto urbanas como rurais, somadas às profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica vinculada a proximidade de grande núcleo urbano.

O mesmo autor ainda destaca que nas décadas de 1970 e 1980, proliferou-se no Brasil a construção de conjuntos habitacionais populares. A partir de 1990 constroem-se os condomínios fechados destinados à classe média e alta, muitas vezes afastados do centro da cidade, deixando vazios urbanos. Estes por sua vez conduziram a valorização do solo entre os condomínios e o centro, à medida que a infraestrutura urbana foi implantada (asfaltamento, saneamento básico, eletrificação e outros serviços), ou seja, a expansão urbana promove a especulação imobiliária nessas áreas.

Durante a fase de investigação foi observado tal realidade na zona de expansão, em que a proliferação dos condomínios fechados (Figura 19), nos últimos anos, tem se tornado frequente, mesmo que alguns condicionantes ambientais sejam entraves, como é o caso do problema da macrodrenagem da região, muitos empreendimentos luxuosos são instalados valorizando cada vez mais o solo urbano e rural.



Figura 19: Condomínio residencial fechado na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.

As modificações nas formas de uso do solo acabam promovendo uma competição pela sua ocupação entre indústria, comércio, residências e infraestrutura de vários tipos, que vai ao mesmo tempo reduzindo o espaço agrícola e ocupando as melhores terras que, por sua vez, são valorizadas.

O agricultor periurbano diante das dificuldades enfrentadas acaba sendo classificado como agente especulador. Por isso, ocorre muitas vezes, o abandono da atividade agrícola ou a busca de emprego em outros setores. Mas, mesmo enfrentando estas situações desfavoráveis, as restrições impostas pelo mercado de trabalho, muitos agricultores ainda apostam na agricultura nestes espaços já bastante modificados pela urbanização.

França (1988) ao estudar as mudanças ocorridas nas áreas cocoicultoras do litoral sergipano e as transformações espaciais da ocupação do espaço litorâneo em relação à essa atividade, destaca que em Sergipe a abertura de estradas na faixa litorânea, como a Rodovia dos Náufragos, José Sarney, as estradas da Caueira, Abais, Saco da Boa Viagem e a rodovia para Pirambu, tiveram papéis fundamentais nesse contexto de mudanças. Em contrapartida com a abertura de estradas e maior acessibilidade, contribuiu para aumentar a renda da terra da produção de coco-da-baía, mas também como aumenta o valor dos

terrenos litorâneos, acaba sendo prejudicial para a produção, tendo em vista o incremento do seu potencial especulativo.

A depender de elementos externos, tais como expansão urbana, aberturas de estradas e valorização das terras, vão promover em algumas áreas litorâneas, mais evidentes e de forma mais acelerada, a transformação na utilização da terra, em outras, o processo é mais lento e menos agressivo.

Nesse sentido, a autora afirma que

a produção de coco-da-baía vem sendo ameaçada diante da valorização das áreas litorâneas e da abertura de estradas, que, num primeiro momento, são implantadas com a finalidade de escoar a produção. Na realidade, essas estradas contribuem decisivamente para a redução dos coqueirais, já que as facilidades de acesso até a orla marítima conduzem a uma utilização da área, para o turismo e o lazer (FRANÇA, 1988, p. 11).

Na região da Grande Aracaju, com alto potencial de mudanças, face ao crescimento urbano da capital e ao grande volume de empreendimentos..., “a curto prazo, se processe a derrubada do coqueiral, em Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Nesse caso, dar-se-á a destruição, uma vez que a ocupação do solo passa a ser urbano”. (FRANÇA, 1988, p. 110).

A referida autora destaca que com a valorização dos terrenos litorâneos e, principalmente, com o crescimento urbano de Aracaju, a tendência é o desaparecimento da produção agrícola dessa área, ocorrendo a transferência do coqueiral para áreas mais distantes. Porém apesar de concordar com a leitura da autora, a produção e utilização da porção sul de Aracaju, nos povoados Mosqueiro, Areia Branca, Matapuã, na ZEU, presenciamos áreas com práticas agrícolas que não desapareceram por completo, ou seja, ainda persistem, presentes na paisagem e que guarda a ligação com um passado glorioso na produção cocoicultora, e que reascende a velha discussão da dicotomia espacial entre o rural e urbano.

França (1988) também traz a discussão acerca da renda da produção de coco, ao argumentar que aumenta a renda pelas condições físicas e das condições de acessibilidade (renda diferencial), porém diminui diante da especulação imobiliária e da distância do mercado, destacando ainda que diminui

a cocoicultura que, pressionada, chega a ser substituída por outros usos, sobretudo passando do uso rural ao urbano.

O coco-da-baía deve sofrer a pressão da especulação imobiliária exercida pela cidade, direta e indiretamente, tanto pelo crescimento urbano normal sobre a periferia, como pela demanda das classes urbanas mais favorecidas por terras litorâneas de maior valor para o lazer (FRANÇA, 1988, p.14).

A autora ainda destaca um ponto extremamente importante nessa análise, afirmando que:

O aumento da renda especulativa diminui a renda da produção, daí se espera que a periferia de Aracaju, diante do aumento do valor da terra, esteja extensificando e, até extinguindo a produção, apresentando, assim, o mais alto potencial de mudanças (FRANÇA, 1988, p. 16).

Contudo, é válido ressaltar que mesmo diante de tais mudanças argumentadas por França (1988) há a possibilidade de uma relativização. É sabido a presença muito forte ainda hoje do coco da baía nas áreas litorâneas da cidade de Aracaju, mesmo não correspondendo de igual modo ao período fausto e glorioso de sua produção, em que o estado de Sergipe já foi um dos maiores produtores de coco do Brasil.

Segundo o IBGE, 2008 a produção de coco em Aracaju alcançou o número de 720 mil frutos numa área plantada de 360 hectares com rendimento médio de 2000 frutos/hectares cujo valor da produção totaliza 324 mil reais. Pode-se reconhecer o aumento da renda especulativa em detrimento da renda oriunda da produção do coco. Entretanto, não se pode negar na análise da produção do espaço dessa localidade a existência de traços e/ou características culturalmente associados ao espaço rural, a exemplo de propriedade com criação de animais e as cercas (IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2008).

O IBGE, que não trabalha com propriedade e sim com estabelecimentos, fornece informações referentes aos estabelecimentos agropecuários presentes em Aracaju, conforme a Tabela 01. Por conhecer a realidade da zona de expansão de Aracaju, bem como toda a cidade, acreditamos que estes dados sejam oriundos principalmente da zona de expansão, pois é nesta área onde visualizamos os vazios urbanos, como características peculiares ao espaço rural.

Tabela 01: Aracaju, estabelecimentos agropecuários, 2006.

Nº de estabelecimentos agropecuários	Nº de estabelecimentos com lavouras permanentes	Nº de estabelecimentos com lavouras temporárias	Nº de estabelecimentos com pastagens naturais	Nº de estabelecimentos com matas e florestas
44	23	4	5	1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Em relação a produção pecuária municipal, percebe-se a partir da Tabela 02 a presença de rebanhos sejam eles bovinos, equinos, dentre outros. O interessante é entender como esses dados numéricos, em relação a tal produção, são significativos, no tocante a uma cidade considerada total ou quase que totalmente urbana. Vale destacar também que durante o trabalho de campo visualizou-se que do efetivo bovino, encontrado na cidade de Aracaju, grande parte está localizada em sua zona de expansão urbana. Bem diferente dos bairros analisados, que prevalece a prática agrícola relacionadas ao cultivo de frutíferas e plantas medicinais. Fato esse favorável a decisão de enveredar a análise sobre a agricultura urbana em Aracaju, basicamente a partir de duas áreas diferenciadas: a zona de expansão e os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.

Ainda com relação a pecuária municipal aracajuana, o IBGE apresenta informações acerca das vacas ordenhadas e a produção de leite de vaca, o que provavelmente ainda gera renda para seus produtores. Sendo importante destacar a venda de leite *in natura*, a exemplo da comercialização, ainda presente, do leite de porta em porta dos bairros pesquisados, em que por apenas um real e trinta centavos (R\$ 1,30) o “freguês” leva um litro de leite na vasilha.

Tabela 02: Produção pecuária do município de Aracaju, 2008

Rebanho	Número/cabeças
Bovino	880
Equino	426
Asininos	18
Muare	106
Suínos	530
Caprinos	165
Ovinos	630
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	33.000
Galinhas	2.700
Codornas	4.800
Vacas Ordenhadas	170
Produção	Quantidade
Leite de vaca	122 mil litros
Ovos de galinha	11 mil dúzias
Ovos de codorna	19 mil dúzias

Fonte: IBGE, Produção da pecuária municipal, 2008.

Em algumas propriedades da zona de expansão de Aracaju, percebe-se que a terra que espera pela conversão de rural para urbano, via especulação imobiliária, é muitas vezes local de práticas agrícolas, enquanto a mesma não é vendida, sendo utilizada com plantações de cultivos agrícolas, como pode ser observado na Figura 20.



Figura 20: Mesclas de sentidos e usos na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009

Cada fração da cidade deve ser estudada na observância de suas especificidades, mas não perdendo a dimensão/compreensão da totalidade das relações sociais, neste caso sócio-espaciais, visto que a cidade é reflexo da produção histórico-social, ou melhor, constitui-se em trabalho humano materializado na paisagem.

Ao se expandir sobre o espaço rural, a cidade tende a incorporá-lo e submetê-lo a novas formas de apropriação, formatando novos usos e funções.

Neste sentido,

quando a cidade se expande sobre o campo não significa que esta área deixe de ser propícia para o cultivo agrícola, mas que é de interesse do capital através da especulação imobiliária, para que se transforme em loteamento, distrito industrial ou *shopping center* (MAIA (2000), *apud* MOURA, 2007, p. 98).

Maia (2003) reflete a respeito da manifestação do mundo rural na cidade, evidenciando a casa enquanto elemento unificador desses espaços. A autora trabalha com a categoria subespaços para destacar a manifestação da herança rural expressas em algumas casas luxuosas como também nas mais simples, desmistificando que mesmo diante do processo de urbanização e industrialização, a herança rural não foi suplantada, muito embora suas evidências tenham sido abafadas pela sociedade moderna.

A referida autora destaca que a partir de um olhar mais atento sobre a paisagem, podemos encontrar encobertos pelos incrementos urbanos, animais pastando nos lotes vazios, carroças puxadas pelo burro entregando leite *in natura*, homens levando capim para alimentar seus animais, como também cavaleiros que se aventuram pelas ruas da cidade, dividindo espaços com os automóveis.

Dentro dessa visão, a autora ainda afirma que a prática desses homens, geralmente de origem rural, manifesta-se na cidade em micro-espacos, com pequenas criações ou mesmo na manutenção de costumes que se mesclam a vida urbana, não se resumindo somente às atividades praticadas, mas sendo incorporadas no seu modo de viver, tendo a sua casa a expressão de uma herança rural.

Muitas vezes, esse cidadão que mora na cidade e/ou no seu entorno, por estar marginalizado ou excluído do processo de produção baseado no modelo capitalista, inclui-se através da relutância de práticas do mundo rural, trazidos

muitas vezes, em virtude das numerosas correntes migratórias provenientes do campo.

Segundo Resende (2004), o mundo rural continua presente nas cidades, nas ruas e nos quintais, nas atividades dos carroceiros e suas carroças, prestando serviços à cidade, nas pequenas hortas e criações de animais na periferia, assim como nas manifestações culturais, como as festas do Divino e de Santos Reis.

Como bem lembra Lefebvre (2001, p. 12),

entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da pressão.

Essa afirmativa, que respondia a uma realidade há mais de 40 anos, pode facilmente ser aplicada a realidade, pois podemos observar a mescla do rural, tanto nas cidades, como em áreas metropolitanas, tanto em países centrais como nos periféricos (LOCATEL, 2008).

Apesar de haver uma tendência no sentido da urbanização no mundo, esse fenômeno não se dá de forma homogênea, nem mesmo as ondas de urbanização conseguem eliminar todos os elementos da vida rural, com a expansão de sua trama territorial. E o campo, mesmo sendo “urbanizado” não se deixa eliminar por completo, havendo sempre às resistências, sobrando sempre elementos da vida rural.

O crescimento da pobreza urbana e metropolitana, do desemprego e da insegurança alimentar, dentre outros problemas da realidade urbana, coloca lado a lado, força de trabalho, conhecimento disponível, que podem ser utilizados para prática da autoprodução, a exemplo da agricultura urbana, como mais uma estratégia de sobrevivência/permanência no equacionamento (in)sustentável dos conflitos urbanos e das contradições geradas pelo modo de produção hegemônico.

Santos (1994), ao se referir ao território da cidade afirma que:

Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos territórios vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas frequentemente

modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. (SANTOS, 1994, p. 65).

Madaleno (2001) salienta que essas atividades socioeconômicas não devem ser vistas isoladamente, mas considerando o contexto das economias locais e regionais, das formas de ocupação e uso do solo urbano, dos sistemas de gestão e até de sistemas de produção e de distribuição de alimentos globais.

Pode-se entender a agricultura urbana e periurbana, como uma estratégia social, voltada à complementação de renda, geração de emprego, redução do risco de insegurança alimentar, além de melhores condições para um protagonismo da mulher, do idoso e do jovem.

Ocorre que no Brasil a implementação das atividades de agricultura urbana, vinculadas à segurança alimentar não se dá pela escassez de alimentos, porém está relacionado à demanda, ou seja, a possibilidade de acesso da população aos alimentos através do mercado.

A agricultura urbana tem um caráter social e ambiental, pois incide nas famílias que a praticam da seguinte forma: complementação de renda; fornecimento de alimentos básicos que essas mesmas famílias não teriam acesso no mercado livre para comprar; alimentos frescos e saudáveis com possibilidade de diversificação da dieta alimentar; reciclagem do lixo através da utilização de resíduos e rejeitos domésticos para adubação, além da reutilização de embalagens para formação de mudas; farmácia caseira (plantas medicinais), dentre outros.

A questão de geração de renda através da atividade de agricultura urbana é também compreendida como valor monetário obtido através da comercialização dos produtos agrícolas e como alternativa para poupar os gastos que seriam feitos na compra de alimentos, que passam a ser produzidos em seus quintais, da mesma forma evitando a compra de medicamentos utilizando plantas medicinais, e cultivando plantas para alimentar seus animais, evitando assim a compra de rações.

A agricultura urbana e seus desdobramentos no espaço urbano, seja pela discussão da dicotomia espacial, pela problemática do que vem a ser rural e urbano, bem como pelas mesclas de sentidos e usos da/na cidade, existe enquanto manifestação materializada na cidade de Aracaju, logo seu estudo é pertinente e ao mesmo tempo desafiador. Desafiador porque para levar esse

estudo adiante é preciso, antes de qualquer coisa, encará-lo como necessário à realidade de Aracaju, tendo em vista a ausência de estudos referentes a essa temática. É a partir dessa premissa que o capítulo seguinte propõe uma discussão mais afunilada da AU em Aracaju, mais especificamente nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont e na sua Zona de Expansão.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARACAJU E A AGRICULTURA

No presente capítulo discute-se de forma mais verticalizada o recorte territorial, alvo da pesquisa em tela, que a princípio é introduzido com um resgate da evolução do tecido urbano da capital sergipana, para posteriormente adentrar, de forma mais específica, na caracterização geral das áreas consideradas adequadas para a compreensão e dimensionamento da agricultura urbana no município de Aracaju. E finaliza-se o mesmo buscando compreender a renda da terra urbana e da monopolização da terra em Aracaju.

4.1 O SÍTIO URBANO

Aracaju foi fundada em 1855 por Inácio Joaquim Barbosa, para subsidiar as relações político-administrativas e econômicas, sendo considerada o principal e mais importante centro da rede urbana estadual. Sua localização embora em terrenos alagados, de pântanos, mangues e dunas, possuía uma posição estratégica, situado à margem do estuário do rio Sergipe, o que possibilitava o controle sobre as diversas regiões econômicas da Província, principalmente sobre a zona açucareira da Contiguiba.

A produção agrícola da Cotinguiba, em meados do século XIX, estava relacionada à exigência exterior de consumo de produtos tropicais, proporcionado pela revolução industrial. É nesse contexto que o Estado teria que viabilizar a criação de um novo centro de comercialização, que mantivesse contato com o exterior e que fosse centro econômico da Província, neste caso São Cristóvão, antiga capital da Província, não atendia essas necessidades.

O interessante é que a transferência atendia também os interesses dos Senhores-de-engenho, fato comprovado pela fraca oposição dos proprietários do Vaza-Barris, que logo perceberam as vantagens econômicas.

É importante frisar que de início, Aracaju não exerceu total influência sobre a rede urbana da época, pois as outras cidades estavam localizadas nos fundos dos estuários dos rios Japarutuba, Cotinguiba, Sergipe, Vaza-Barris e Piauí, na Zona da Mata.

Assim, eram prósperas as cidades de Laranjeiras, Maruim e Riachuelo, na Zona da Contiguiba, e Estância, no vale do Piauí, que além de portuária, exerciam importante função

comercial e de serviços para as áreas mais próximas. (RIBEIRO. 1989. p.31).

De imediato, logo nos primeiros anos de vida a cidade de Aracaju teve que enfrentar sérios problemas urbanos. Em 1855, o próprio presidente Barbosa foi acometido e morto por moléstia (epidemia de cólera). Tal epidemia perdurou até o início do ano de 1856 na nova capital.

As águas estagnadas formavam o *habitat* dos mosquitos que transmitiam o impaludismo e tantas outras moléstias, constituindo fator de descrença para os possíveis investidores e de expulsão da população (RIBEIRO. 1989. p. 42).

A implementação da estrutura urbana em Aracaju, no tocante ao melhoramento de sua infraestrutura, deu-se em um momento histórico em que o país havia adquirido melhoramentos consideráveis, sendo assim, Inácio Barbosa, atuou no sentido de colocar a nova capital nesse “circuito”. Para tanto, o presidente da Província, deixou a cargo do então capitão de engenheiros, Sebastião José Basílio Pirro, o planejamento da cidade.

O Plano Pirro, segundo Porto (1991), não era adequado para a realidade do sítio urbano de Aracaju, pois, tratava-se de um sítio praiano e pantanoso, que necessitava de um planejamento que desse melhor aspecto à cidade, evitando grandes aterros e facilitando os serviços de drenagem.

Ribeiro (1989) destaca que a nova capital era caracterizada pela enorme quantidade de aterros, devido às condições físicas e geográficas da região. O Estado desempenhou o papel de incentivador, observado na elaboração do Plano da Cidade, na concessão de vários aforamentos aos funcionários públicos e recursos, cuja preocupação era consolidar a transferência da capital.

Com o objetivo de incentivar as edificações na cidade, o plano Pirro sofreu pequena alteração, pois o presidente da Província, ao ver a necessidade de curvar a reta da rua da Frente, alterou-o, fazendo-o paralela ao rio Sergipe. Apesar das diversas sugestões, “a cidade cresceu fria e inflexível dentro das malhas do reticulado, numa repetição monótona de si mesma” (PORTO, 1991, p. 34).

Apesar das dificuldades descritas acima, a construção da cidade seguiu em frente. Foram criadas edificações administrativas, a Igreja de São Salvador,

e diversas edificações na rua São Cristóvão e da Aurora (as mais edificadas), e como também da Barão de Maruim (conhecida como rua do Barão).

Mas, devido ao “livre arbítrio” dos edificadores (aos quais ameaçavam comprometer o aspecto e a regularidade do plano da cidade) “a câmara municipal pôs em execução suas primeiras posturas, aprovadas pela Resolução Provincial nº 458, de 03 de setembro de 1856, regulando a edificação e os costumes dos seus habitantes” (PORTO, 1991, p. 42).

Com isso, as habitações que não se enquadravam nessa nova diretriz, devido a questões econômicas e de infraestrutura, estavam obrigadas a se refugiarem nas áreas marginais, ou seja, fora do perímetro do plano Pirro. Porto (1991) denomina tal fato como primeiro fenômeno geográfico de diferenciação social que se operou em Aracaju. Demonstra a natureza excludente do espaço urbano de Aracaju, o qual é regulado pelas forças econômicas e políticas, a qual vai se caracterizar ao longo do seu desenvolvimento.

Segundo Ribeiro (1989) entre 1900 e 1930, vamos presenciar os acontecimentos como a 1ª Guerra Mundial e o marcante declínio das economias do açúcar e do algodão, porém, é nesse período que Aracaju vai sofrer grandes transformações, como as grandes construções de escolas (Atheneu Sergipense e Escola Normal), Hospital, Teatro, Fundação do Banco de Sergipe, etc.

De 1930 a 1964, é marcado pela diversificação do Centro-Sul do país na agricultura, afetando drasticamente o Nordeste, e isso inclui Sergipe. Nos anos 40, como efeito da 2ª Guerra, verifica-se um aumento na produção de tecidos, que representava a principal atividade econômica do estado de Sergipe, fora o setor rural.

Com a crescente implantação das ferrovias e rodovias, Aracaju foi perdendo sua função portuária e tornando-se centro administrativo e comercial, e conseqüente capital regional. O fácil acesso a Aracaju, possibilitada pelas vias de transporte, aumentou o fluxo de imigrantes, promovendo assim por parte da prefeitura o processo de expansão da periferia inicialmente através de ocupação espontânea e depois loteamentos. Foi a partir daí que se presenciou o espraiamento da cidade e sua segregação sócio-espacial, em que as classes

mais abastadas se dirigem para o sul e as classes menos favorecidas em direção ao norte.

Os recursos e riquezas do estado de Sergipe, nas últimas décadas do século XX, concentraram-se ainda mais em Aracaju, e esta reflete de certa forma a riqueza e contraditoriamente as desigualdades do estado, na medida em que concentra de um lado a indústria, o comércio e serviços, e acima de tudo o consumo e, por outro, uma parcela significativa da população vivendo em condições precárias.

Percebe-se também que a população mais carente de Aracaju em sua grande maioria, se encontra hoje localizadas nos bairros Santa Maria, antiga Terra Dura, Mosqueiro, Porto Dantas, Coqueiral Sagrada Família e outros, ou seja, nas áreas mais periféricas e afastadas das áreas centrais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, devido às dimensões do município, o recorte territorial, no qual se concentrará a análise empírica, visando o aprofundamento de algumas questões acerca da agricultura urbana e seus desdobramentos no espaço urbano da capital será a porção sul do município conhecida como Mosqueiro na chamada zona de expansão de Aracaju, e alguns bairros do noroeste da capital, que são o Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.

4.2 ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU: ASPECTOS GERAIS

Até 1960 o acesso ao povoado Mosqueiro era restrito, sendo efetuado pelos comunitários local (muito deles pescadores) através de animais, a pé ou navegando pelos riachos, que nas épocas de chuvas tem seus volumes aumentados, para comercializarem seus produtos no mercado de Aracaju. A partir de 1980, com a construção da rodovia dos Náufragos, ocorre uma aproximação das relações entre Aracaju e o povoado Mosqueiro, onde muitos veranistas passam a frequentar a região, adquirindo terrenos e construindo casas, que posteriormente tornam-se moradia permanente.

Na zona de expansão de Aracaju há uma diversidade em relação às residências, em que se encontra um grande número de chácaras e sítios (Figura 21), bem como a presença dos condomínios fechados com alto grau de sofisticação (Figura 22). Tal realidade reflete a presença de distintas classes

sociais e modos de vida diferenciados da população que aí reside, ou seja, percebe-se na paisagem o contraste na arquitetura das moradias. Ao mesmo tempo em que se vê condomínios residenciais destinados a população abastada, chácaras enormes enquanto local de lazer, tem-se a presença bastante difundida de pequenos sítios e casas de uma população mais carente, a qual foi pioneira no processo de ocupação dessa localidade.



Figura 21: Residências presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.



Figura 22: Residência presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

É interessante destacar que alguns proprietários, como pode ser observado na Figura 23, ainda apresentam na entrada da propriedade o nome “sítio ou chácara” denominação que vem caracterizar, de certa maneira, um elo com os conteúdos do espaço rural aí expresso, e que muitos desses nomes presentes na entrada são os mesmos encontrados no banco de dados a cerca das informações sobre imóveis rurais disponibilizada pelo INCRA, em 2008, que contabilizou um total de 383 imóveis cadastrados cujas áreas variam entre 1 a 300 hectares.



Figura 23: Chácaras e sítios na zona de expansão de Aracaju.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Leite (2007) destaca que atualmente a especulação imobiliária, no decorrer dos últimos anos, vem contribuindo com a descaracterização territorial, espacial, sociocultural, econômica e ambiental da zona de expansão de Aracaju.

A ocupação dessa área vem ocorrendo principalmente nos setores meridionais e nas proximidades das rodovias. A urbanização ou desruralização da região é observada principalmente em razão da localização geográfica da área – próxima a rios e mar, atraindo a especulação imobiliária voltada para a construção de casas e condomínios fechados de veraneios; embora atualmente estejam se transformando

gradativamente em moradias permanentes (LEITE. 2007. p. 35).

Segundo França (2005), os condomínios residenciais fechados, na zona de expansão, apresentam duas tipologias: a primeira é o condomínio residencial fechado, onde as casas, a infraestrutura e os equipamentos de lazer são partes integrantes no momento da compra, já a outra refere-se ao loteamento residencial fechado, em que o promotor de vendas faz o parcelamento, mas os lotes vendidos e sua posterior construção fica a cargo do próprio comprador, de sua renda e opção arquitetônica, e que a infraestrutura e equipamentos internos vão sendo incrementados pela incorporadora, à medida que os lotes são vendidos.

A zona de expansão de Aracaju (ZEA) é considerada como espaço privilegiado pela paisagem natural e pelo processo de construção urbana, mais evidente na sua fachada litorânea. Possui a maior reserva de terrenos para atender as demandas futuras do setor da construção civil. Entretanto o sistema de drenagem natural é um condicionante físico de extrema importância e que pode vir a comprometer seriamente esta zona, no tocante a qualidade ambiental, caso não se dê as devidas atenções na reformulação do planejamento urbano dessa área.

Essa problemática foi apresentada por Loureiro (1983), que já anunciava para a região compreendida entre o Terminal de Carmópolis (TECARMO) e o povoado Mosqueiro que qualquer parcelamento da terra deveria ser sustado até que se definisse um plano de uso e ocupação do solo. Segundo a mesma autora trata-se de uma zona extremamente baixa e alagadiça, de difícil drenagem. A Figura 24 expressa claramente os problemas vivenciados pela população local, que são decorrentes da ineficácia da macrodrenagem, em que, mesmo diante da normalidade dos índices pluviométricos esperados no período chuvoso para essa região, promovem caos e transtornos, mas contraditoriamente não inibem a continuidade da proliferação dos condomínios residenciais.



Figura 24: Problemas da macrodrenagem na zona de expansão de Aracaju.

Fonte: CAMBEZE – Conselho das Associações de Moradores da Zona de Expansão, 24/05/2009

A zona de expansão de Aracaju vem passando por um rápido processo de mudanças, em que o meio natural deu lugar a uma área agrícola, principalmente, com a produção de coco, até o final da década de 1980, que na atualidade configura-se como o mais importante espaço da expansão da cidade de Aracaju.

É nesse contexto que se faz necessário um melhor entendimento do que vem a ser a chamada Zona de Expansão de Aracaju, seu processo de ocupação e os “meios justapostos” na obtenção de uma finalidade, que é a apropriação do solo pelo capital, além dos interesses das grandes empresas ligadas ao setor da construção civil, que são proprietárias de grandes lotes de terra nessa localidade. Os meios justapostos representam a mescla de elementos (terra, gado, condomínios residenciais, cultivo, cerca, dentre outros), que são intrínsecos nesta zona.

Assim percebe-se como é difícil se estabelecer os limites do que vem a ser rural e urbano no Brasil, mais especificamente em Aracaju, haja vista que diante das enormes transformações via processo de urbanização, são verificados remanescentes da atividade agrícola, somando-se às diversas formas e conteúdos presente nesse espaço.

É importante destacar a contribuição de Silva (2004) que foi decisiva na escolha do nosso recorte territorial para iniciarmos nossa investigação, pois a referida autora buscou analisar as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas no bairro Porto Dantas, na zona norte de Aracaju, em função da ocupação desordenada, conduzida pelo fluxo de pessoas oriundas de outros municípios, da presença de espaços legalmente protegidos e da função, ainda presente, do segmento agrícola remanescente.

Segundo Silva (2004), as transformações desse espaço urbano são provenientes do entrelaçamento da dinâmica dos segmentos urbano, agrícola e ambiental. O segmento de uma agricultura familiar que ainda persiste, embora, pressionada pela expansão urbana, onde uma população de velhos moradores, pescadores, agricultores e de migrantes de áreas agrícolas do estado e fora dele, sempre que conseguem, formam uma pequena roça no quintal ou ao lado do barraco. Sendo assim, é possível afirmar que esses segmentos estão subordinados à lógica capitalista.

A zona de expansão de Aracaju (Figura 25), também conhecida como Mosqueiro, enquadrada como zona de adensamento restrito (ZAR), na Lei Complementar 042/2000, do Plano Diretor de Aracaju, possui, segundo os pesquisadores da ADEMI/GEO consultoria (2000), 63 Km² o que representa 35% do limite territorial do município de Aracaju.

É de extrema importância o conhecimento dos atributos físico-naturais da zona de expansão de Aracaju, para se entender o processo de uso e ocupação pela qual vem passando esta área da cidade nas últimas décadas. As características topográficas e as características de solo de constituição arenosa e permeável condicionam uma drenagem marcada pela infiltração das águas pluviais e pela evaporação direta através de uma série de lagoas e baixos estacionalmente inundáveis, com afloramento do lençol freático.

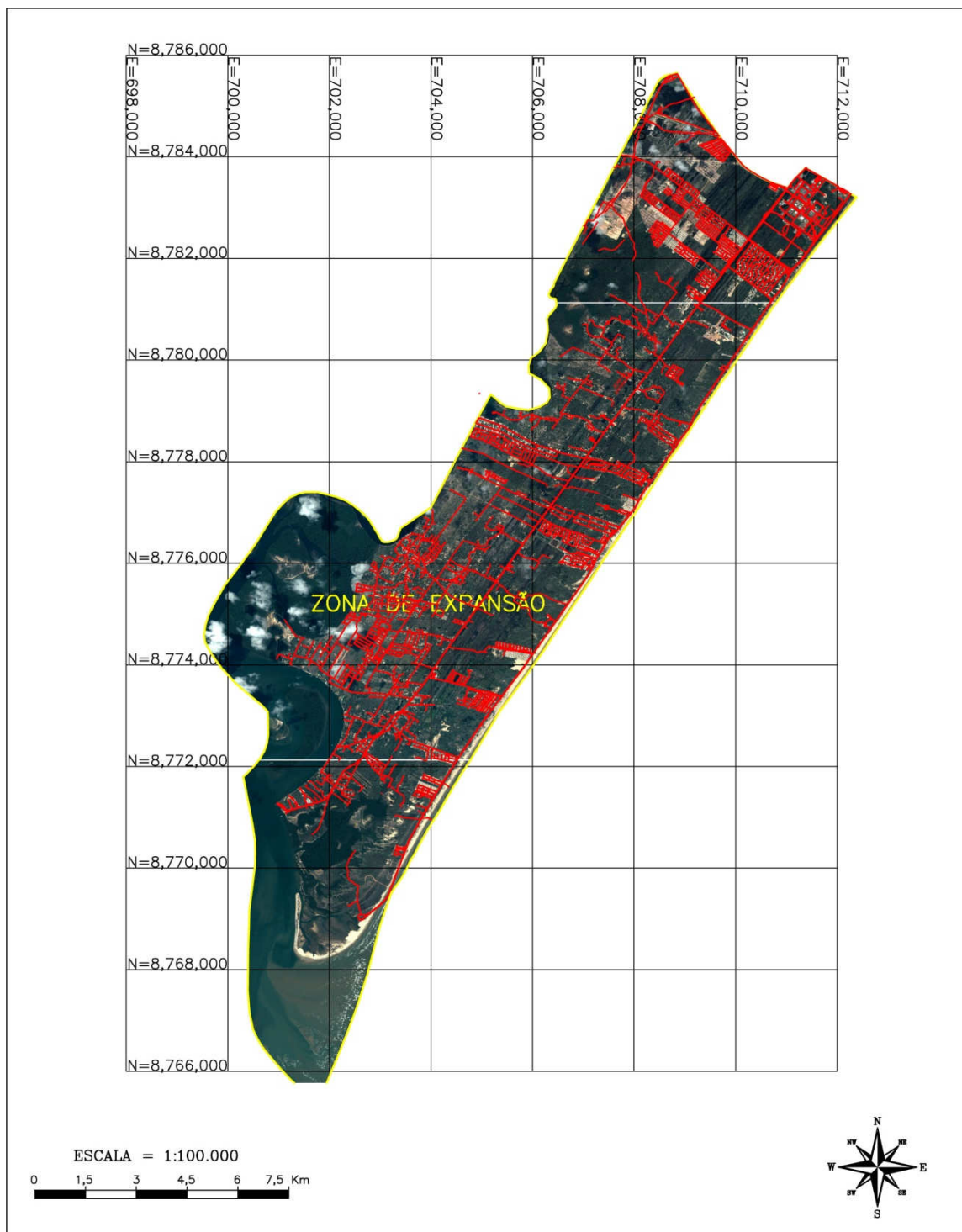


Figura 25 – Mapa da Zona de Expansão de Aracaju.
 Fonte: EMURB, 2010.

É frequente, logo depois da estação chuvosa, o acúmulo de águas residuais em lagoas próximas as residências e margeando a rodovia, reflexo da proximidade do lençol freático da superfície. Conforme pode ser observado nas Figuras 26 e 27, esse fenômeno foi presenciado na rodovia dos Náufragos, como também no povoado Mosqueiro.



Figura 26: Afloramento de lençol freático junto a residência.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.



Figura 27: Afloramento de lençol freático próximo a rodovias.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Segundo Araújo (2006), a zona de expansão de Aracaju é um terraço marinho holocênico arenoso e com elevada permoporosidade, composto de cordões litorâneos que entre as cristas abrigam faixas alongadas paralelas ao mar naturalmente descontínua ou interrompida por aterros, com desníveis topográficos entre 2 a 6 metros, fora as dunas. A imagem de satélite de parte dessa localidade permite observar o processo de ocupação através das manchas que representam os loteamentos e arruamentos bem como os aspectos naturais com presença de vegetação nativa. (Figura 28).



Figura 28 – ZEA: Aspectos naturais, presença da ocupação humana e remanescentes de atividades agrícolas.

Fonte: SEPLAN/SERGIPE, 2003.

Assim como o estado de Sergipe, o município de Aracaju apresenta-se, no tocante a cobertura vegetal nativa, bastante devastado, reflexo do processo de edificação do seu sítio, iniciado em 1855. Ainda podendo ser encontrado pequenos vestígios de sua cobertura vegetal, a exemplo de espécie de formações perene-folias, representadas pela associação de praias e dunas, vegetação de restinga e mangue, e o único remanescente de Mata Atlântica é encontrado no Morro do Urubu (norte da cidade), área legalmente protegida de interesse ambiental e preservação permanente.

Com base no mapa Geoambiental de Aracaju são três as bacias hidrográficas na zona de expansão: a bacia hidrográfica do Vaza Barris (Figura 29) que drena a parte sul e se encontra bastante degradado, por não se respeitar as leis de proteção ambiental, a bacia hidrográfica do rio Santa Maria, que drena através do rio Santa Maria, a parte oeste e a bacia de contribuição costeira, que drena para o mar, a leste.



Figura 29: Rio Vaza Barris.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

O povoado Mosqueiro localizado na chamada Zona de expansão apresenta na associação de praias e dunas vegetação herbácea em que a brisa marinha impede o desenvolvimento dos arbustos e árvores, Esse tipo de vegetação favorece a fixação de dunas. Outro tipo de vegetação presente nessa zona é a restinga, uma associação perenifólia, pouco densa, cujas árvores se diversifica quanto à espécie e altura.

O que mais nos instiga na ZEA é justamente o fato de a mesma representar muito mais que um setor ou área de Aracaju a ser incorporada definitivamente na malha urbana de forma contínua. Esta área está sendo apropriada pelo capital a partir da acumulação proveniente da renda da terra, onde a presença da agricultura muitas vezes são os meios que se justapõem no processo da obtenção do lucro pelos proprietários, pois a agricultura serve muitas das vezes como suporte, seja no ganho de visibilidade da propriedade, mostrando que a mesma tem dono e que assim pode ser vendida com fins especulativos.

Diante desta perspectiva, não se pode desvincular o entendimento da agricultura urbana da natureza do solo urbano, ao passo que também não podemos negar que diante do intenso processo de urbanização atrelado aos ditames do modo capitalista de produção, são verificadas a presença de elementos e características vinculadas ao espaço rural, conforme podemos observar na Figura 30.



Figura 30: Agricultura urbana na zona de expansão
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009
Organização: Gilberto Nunes, EMURB, 2009.

Com a construção da ponte sobre o rio Vaza Barris (Figura 31), que ligará o extremo sul da capital ao município de Itaporanga D'ajuda, os processos que são dinâmicos na zona de expansão, com certeza irão se acentuar, e as práticas agrícolas que estão comprimidas nos entremeios do urbano, encontrarão mais um elemento a se coadunar no processo de produção do espaço nessa localidade.



Figura 31: Ponte Jornalista Joel Silveira em construção sobre o rio Vaza Barris.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Vale ressaltar que os terrenos localizados no extremo sul da capital terão seus preços ainda mais valorizados, fruto também da atuação do Estado na melhoria da infraestrutura, com o melhoramento do sistema viário, através da ponte, como no tocante as transformações paisagísticas, na construção da orla pôr do Sol no Mosqueiro (Figura 32). Assim, o mercado de terras nessa localidade, vem passando, nos últimos anos, por uma elevação em seus preços, pois terrenos pouco valorizados e de difícil acesso, tiveram reajustes exorbitantes, isso foi comprovado durante o trabalho de campo, com o grande número de placas de vendas de terrenos, seja diretamente na propriedade ou através de propagandas de corretoras de imóveis (Figura 33).



Figura 32: Infraestrutura na Orla Por do Sol, Povoado Mosqueiro.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 33: Comercialização das terras na zona de expansão de Aracaju
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Dentro dessa lógica o mercado imobiliário avança em Aracaju, principalmente na sua zona de expansão. Terrenos antes pouco valorizados, seja pela dificuldade de acesso ao centro comercial e problemas ainda presentes

ligados ao macrozoneamento, são hoje cogitados pelas grandes empresas do setor da construção civil, na execução de mega projetos habitacionais, sejam eles na esfera privada e, com menor intensidade, mas não menos importante a esfera pública, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

O bairro de Aruana, localizado na zona de expansão da cidade e cujo M² valorizou 600% de dez anos para cá, também começa a se destacar por conta dos condomínios horizontais de alto padrão que começam a surgir. Até o momento, há cerca de uma dezena de condomínios construídos. Cada um abriga uma média de 100 casas com 450 metros quadrados de terreno cada, ao valor de US\$ 300 mil, em média. O local combina qualidade de vida e praia, a apenas 15 minutos do centro. "Em Aracaju, o conceito de viver à beira-mar é pouco explorado, situação que começa a mudar com a zona de expansão de Aruana", diz Paulo Henrique Vasconcelos Machado, vice-presidente da construtora Laredo (ADEMI, 2010).

Para o entendimento da produção do espaço urbano em Aracaju faz-se necessário também levar em consideração a existência da agricultura urbana, sendo a mesma uma prática multidimensional, que se materializa de diferentes formas na capital.

4.3 AGRICULTURA URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU

Com a expansão da mancha urbana de Aracaju, que ocorreu, em certa medida, sem um planejamento adequado, houve a intensificação da periferação da cidade, o que aumenta a possibilidade da prática da agricultura urbana.

É necessário frisar que a manifestação da agricultura urbana em Aracaju apresenta distintas territorialidades, em que a materialização nas áreas pesquisadas, permite distinguir realidades diferenciadas ligadas a mesma, quais sejam: a diversificação alimentar no cultivo de frutíferas e no cultivo de ervas medicinais, ligados as tradições rurais; criação de gado de pequeno e grande porte em espaços comprimidos e/ou soltos pelas ruas e avenidas; a especulação imobiliária.

A expressão agricultura urbana designa o conjunto de atividades desenvolvidas em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno (periurbano), para produção, processamento e comercialização dos bens alimentares de origem animal e vegetal úteis ao homem. É considerada uma

atividade simples, tecnologicamente acessível e requerente de pouco ou nenhum recurso financeiro, com utilização de resíduos produzidos nas áreas urbanas, porém, podendo ser praticada a partir do emprego de técnicas sofisticadas, como a hidroponia e a plasticultura.

Mougeot (2000) lembra a respeito da agricultura urbana, que muitas das definições mais usuais do que vem a ser a "agricultura urbana" desprezam uma característica crítica que a faz ser realmente "urbana". A agricultura urbana é diferente da agricultura rural (e complementar a ela) justamente por que ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. A não ser que essa dimensão seja melhor compreendida e tornada operacional, o conceito continuará sendo pouco útil nos "*fronts*" científico, tecnológico e político.

A agricultura urbana contribui na promoção da interação entre o espaço urbano e rural, através das paisagens rurais no *lócus* de vida urbana. Para explicar as práticas agrícolas dentro das cidades Resende (2004), argumenta ser necessário levar em consideração uma série de situações, a saber: a migração, a urbanização, *hobbys*, entre outros aspectos.

Os fluxos contínuos de migrantes de origem rural, que nas últimas décadas do século XX se dirigiram para as cidades brasileiras, enfrentaram uma série de contratempos, dentre os quais podemos destacar o fenômeno do desemprego acrescido dos desequilíbrios na estrutura orgânica e social das/nas cidades. Muitos desses migrantes através da tradição no labor com a terra promovem outros significados a produção do espaço urbano.

O resultado encontrado durante a aplicação dos questionários nas áreas de estudo, verificou-se a diversidade da procedência, ou origem geográfica dos sujeitos alvo da pesquisa. Conforme o Quadro 04, percebe-se que 40% dos inquiridos haviam nascido na capital sergipana, enquanto que uma proporção elevada, ou seja, os outros 60%, procedia de outras localidades do estado e, inclusive de outros estados nordestinos (Alagoas e Bahia).

Outro fator está relacionado ao processo de expansão do tecido urbano sobre áreas de produção agrícola, em que o processo de urbanização, não aconteceu por completo, podendo-se perceber algumas discontinuidades espaciais, inclusive dentro das interfaces urbanas.

Naturalidade	%
Aquidabã	3,33
Aracaju	40,0
Arapiraca-AL	3,33
Brejo Grande	3,33
Gararu	3,33
Itabaiana	3,33
Japaratuba	6,66
Lagarto	6,66
Limoeiro-AL	3,33
Murici-AL	3,33
Pacatuba	3,33
Paulo Afonso-BA	3,33
Piacabuçu-AL	3,33
Poço Verde	3,33
Riachuelo	3,33
Rosário do Catete	3,33
Salgado	3,33
Total	100

Quadro 04: Procedência dos cidadãos alvos da pesquisa
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

É nesse contexto que a produção do espaço em Aracaju, mais especificamente na sua zona de expansão, reacende a discussão campo-cidade, rural e urbano, uma vez que ao considerar e aceitar o município 100% urbano conduz a própria negação da existência, mesmo que camuflada pelos incrementos urbanos, dos remanescentes de atividades agrícolas aí presentes. É dentro desse contexto que a Figura 34 exemplifica tal contradição, ou seja, a de não levar em consideração as descontinuidades e recortes do/no espaço urbano. Observa-se na foto que a placa de sinalização indica o início do perímetro urbano do povoado de Areia Branca, que faz parte do município de Aracaju, logo, se reconhece a existência do perímetro urbano dos povoados, há que se considerar as áreas rurais.



Figura 34: Zona de Expansão de Aracaju: povoado Areia Branca
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

É necessário considerar que com o processo de urbanização de Aracaju, áreas foram incorporadas à lógica urbana do município, porém com a coexistência de múltiplas outras formas de produção do espaço, inclusive os “meios justapostos” argumentado por Correia (1999) acerca do espaço urbano, pode-se encontrar na zona de expansão, além das grandes transformações advindas do setor imobiliário e do processo de conversão do solo rural em urbano via especulação imobiliária, a presença de gado bovino confinado e outros que pastam pelas ruas e avenidas livremente; como também a prática de moradores, de áreas edificadas, nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, por exemplo, que conservam costumes e hábitos convencionalmente relacionados ao espaço rural, visíveis na paisagem urbana, através da presença de frutíferas, criações de galinhas e de ervas medicinais.

As práticas agrícolas dentro da cidade também podem ser justificadas, pelos cidadãos que mantêm em suas propriedades traços do espaço rural. São os chamados *hobbys*, que objetivam conservar as vivências e características do espaço rural através do cultivo nos quintais e jardins na manutenção de proximidade com a terra e dos próprios elementos que compõem a natureza.

É de conhecimento que há práticas de agricultura urbana em outras localidades dispersas pelo município de Aracaju e que não foram alvos da nossa discussão, seja pelo fato da complexidade dessa atividade em requerer a visita *in lócus*, uma vez que essas áreas com plantios de frutíferas, plantas medicinais ou com criações de animais de pequeno ou grande porte são áreas muito pequenas, encontram-se dispersas intra-bairro e pelo fato de se tratarem de confinamentos onde são criados animais, quando não estão soltos pastando pelas ruas e rodovias/avenidas, como pode ser observado na Figura 35.



Figura 35: Zona de Expansão: animais pastando próximo a rodovia.
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

A agricultura urbana em Aracaju tem promovido à construção de diferentes territorialidades na capital, como podemos destacar o cultivo de frutíferas e plantas medicinais junto às residências com aproveitamentos de exíguos espaços, seja o fundo de quintal, o jardim e canteiros, vasos nas varandas, ou cultivando na lateral da própria residência (Ver Figura 36). Como também a utilização de espaços vazios de uma rodovia na zona de expansão, a exemplo da rodovia dos Náufragos, em que áreas inicialmente ocupadas com atividades agrícolas, foram abarcadas ao longo do processo de urbanização, e hoje, visualiza-se a mescla de utilização agrícola com a empreitada da especulação imobiliária, bastante presente nessa localidade.



AGRICULTURA URBANA BAIRROS SANTOS DUMONT, BUGIO E JARDIM CENTENÁRIO 2010

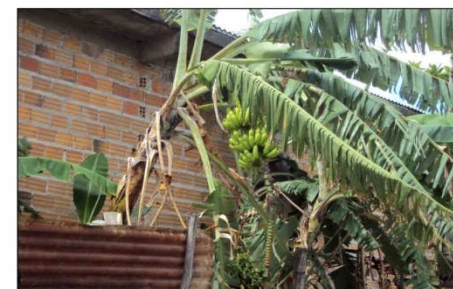
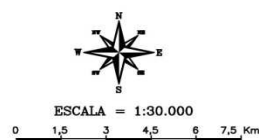
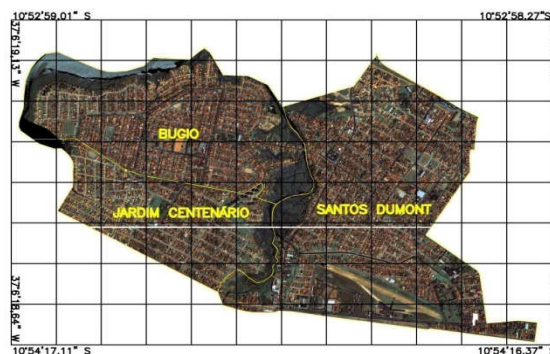


Figura 36: Agricultura urbana nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009
Organização: Gilberto Nunes, EMURB, 2009

Os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, localizados no noroeste da capital (Ver Figura 37) apresentam características condizentes com as características multidimensionais da agricultura urbana.

O bairro Santos Dumont surge em 1952, era ocupado anteriormente por sítios e povoados como o Anipum, Saco, Pau Ferro, Telha, Gengibre e, mais distante Soledade e Lamarão. (SEPLAN, 2009). Conhecido também como prainha, sua ocupação se deu em virtude das transformações de vários sítios em loteamentos e ocupação de suas baixadas próximo ao mangue.

Os sítios foram aos poucos se transformando em grandes e pequenos grupos de casas, que também receberam populações do processo migratório composto não somente de sergipanos, mas de alagoanos, baianos e pernambucanos (SEPLAN, 2009). Inicialmente conhecido como Anipum, depois recebeu o nome de Santos Dumont em homenagem ao pai da aviação, devido à transferência e instalação do aeroporto de Aracaju e reivindicação dos moradores.

O bairro Jardim Centenário tem sua ocupação vinculada aos bairros Santos Dumont e Olaria, sendo o primeiro a continuidade da expansão da mancha urbana de Aracaju. Antes da ocupação urbana, era constituído por sítios e hortas que serviam para abastecer a capital. Alguns moradores trabalhavam nas salinas existentes na proximidade do bairro e cultivavam a terra em que adquiriam lotes ou pequenos sítios.

As terras loteadas ainda na década de 1950, contribuiu para a ocupação da área ao longo da Avenida Santa Gleide e margeando a ferrovia. A população que ocupa essa área é em sua grande maioria de baixa renda, o que tem contribuído para a ocorrência de ocupações e a formação de pequenas favelas, cuja infraestrutura é precária ou inexistente.

Foi comum encontrar junto às residências dessa localidade a presença de frutíferas, que contribuem para a diversificação da dieta alimentar através da produção para o autoconsumo. A Figura 38 demonstra claramente a existência de cultivos, a exemplo da plantação de bananeiras na lateral da residência e da presença do coco no fundo de quintal.

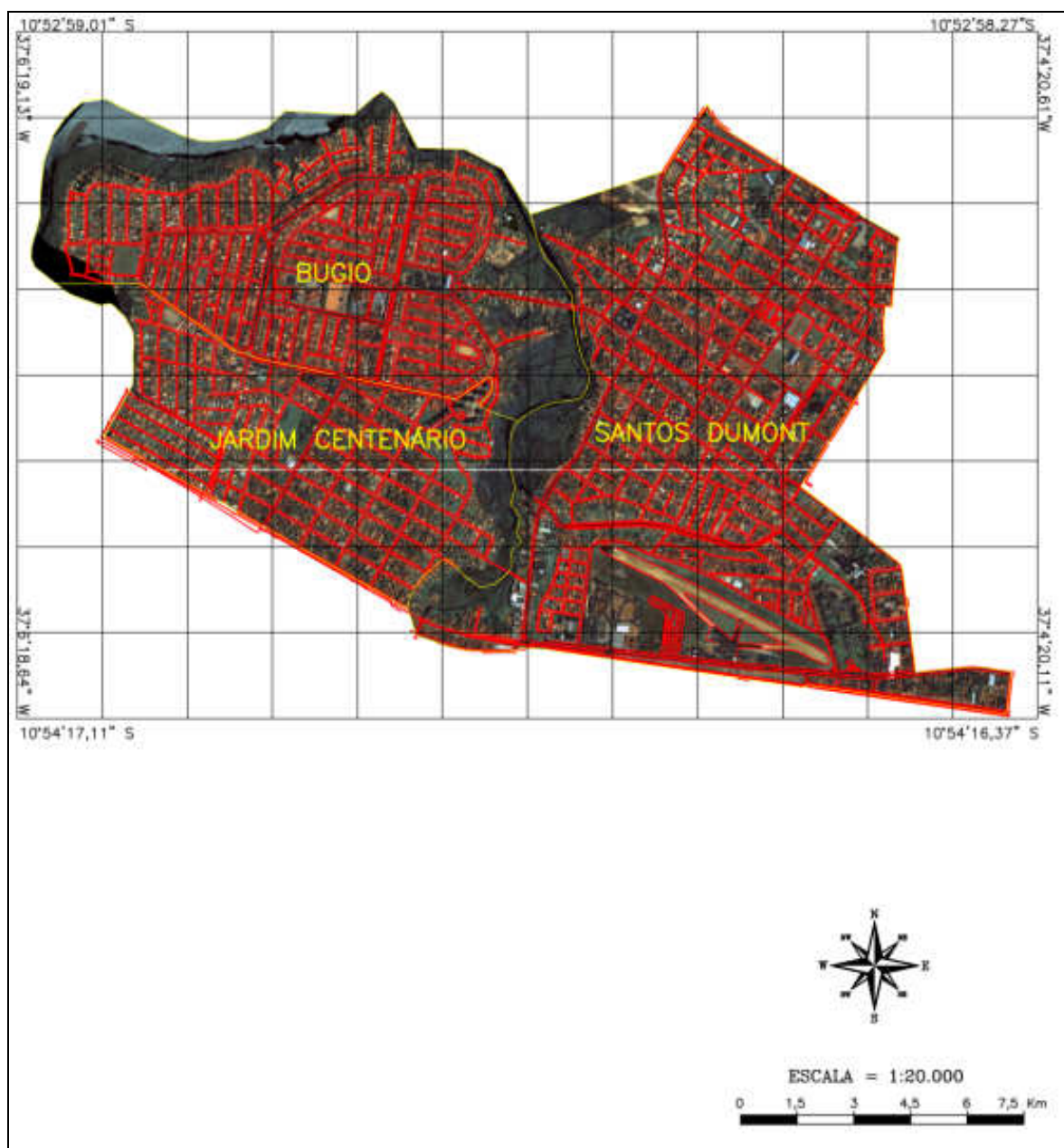


Figura 37: Localização dos Bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.
Fonte: Emurb, 2010.



Figura 38: Cultivo de bananeira junto à residência no bairro Jardim Centenário.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

O bairro Bugio tem na sua história um diferencial em relação aos bairros anteriormente citados, sendo uma área de muitos coqueirais, foi escolhido para o primeiro mega conjunto habitacional a ser construído no estado de Sergipe,, denominado conjunto Assis Chateaubriand (SEPLAN 2009). A denominação Bugio se deu em decorrência a um tipo de macaco, bastante comum na Mata Atlântica, e que existiam anteriormente em Sergipe.

O bairro foi crescendo em torno do conjunto habitacional, e algumas ocupações efetuadas foram sendo urbanizadas como forma de inibir a proliferação de mais habitações subnormais, a exemplo da ocupação do Anchietão, que permanecia com características de favela.

É importante destacar que o Bugio é um dos poucos bairros em que sua ocupação não se fez através de entidades particulares (agentes imobiliários e proprietários fundiários), mas pela ação do Estado na produção do espaço urbano dessa localidade. A agricultura urbana se manifesta principalmente associada ao espaço da residência com presença de frutíferas das mais diversas espécies e pela existência de plantas medicinais cultivadas nos

jardins, vasos, canteiros, varandas, cujo destino final direciona-se ao autoconsumo e no fortalecimento dos laços de vizinhança.

A zona de expansão de Aracaju apesar da relativa distância dos bairros centrais e de não estar ligada de forma contínua à malha urbana da parte consolidada da cidade (Ver figura 39), é o maior espaço com potencialidades para futuras instalações de equipamentos de vários setores urbanos e que apresenta em seu processo de transformação, influenciado sobretudo, pela dinâmica imobiliária, impulsionada pelo avanço da segunda residência ou ocupação de veraneio, sem que se subestime o impacto do crescimento da moradia primária ou domicílio permanente nas comunidades locais tradicionais, a exemplo dos Povoados Robalo, Mosqueiro, Gameleira, São José e Areia Branca.



Figura 39: Vista aérea da Av. Hildete Falcão, av. Melício Machado e Zona de Expansão.

Fonte: Pedro Leite in: Sarah França, 2004.

4.4 A RENDA DA TERRA NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU

A terra na economia moderna, transforma-se em mercadoria, deixa de ser apenas um elemento de produção, para ter valor de troca, ou seja, passa a ser regulada pelas leis de mercado, da oferta e procura.

Renda da terra no modo capitalista de produção pode ser renda diferencial, na medida em que resulta da concorrência e absoluta quando resulta do monopólio. A renda diferencial nas palavras de Marx *apud* Oliveira (2007), tem sua base na heterogeneidade da natureza, em que não existem duas parcelas de terras com as mesmas condições de fertilidade natural e localização em relação aos mercados. Essa renda é auferida por todos os donos de terra cujas condições de fertilidade e localização, são melhores que os piores solos em exploração. O proprietário que possui esses melhores solos se apropria também da renda absoluta, resultante da propriedade fundiária, ou seja, a propriedade da terra é monopólio de uma classe ou fração de classe, que cobra um tributo da sociedade para colocá-la em produção. Destarte, aquilo que constitui as diferenças naturais se converte em diferenças sociais por obra da propriedade privada.

No tocante a zona de expansão urbana de Aracaju, para o entendimento acerca da agricultura urbana, percebe-se o uso aos interesses da acumulação de capital, através do processo de urbanização, que vislumbra um dos seus principais mecanismos de acumulação e subordinação, através da subjugação das práticas agrícolas de caráter rural pré-existente ao próprio processo de urbanização.

Nesse cenário, tal atividade passa a se (re)organizar segundo a lógica de urbanização, gerando contornos e conteúdos de agricultura urbana, onde a presença da propriedade privada, na delimitação da posse e no restringir do acesso inclusive aos recursos naturais, evidenciado na Figura 40, é a marca principal no entendimento da dinâmica e materialização da agricultura urbana nessa localidade.



Figura 40: Delimitação da propriedade e dos recursos naturais.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

É importante destacar que se um solo não é cultivado não significa que não tenha preço, pois este será dado pelos solos vizinhos de semelhantes características de fertilidade, localização e destino econômico, acrescentando-se também as melhorias em infraestrutura. Dessa maneira uma região onde os preços dos solos aumentam, os proprietários que não produzem verão aumentar os preços de suas parcelas de terra. É essa a causa da especulação com a terra.

No caso da Zona de Expansão de Aracaju, observa-se que quando o solo é colocado para produzir, o mesmo muitas das vezes está à espera da sua venda e conversão de uso e função, ou seja, passa de rural a urbano. Dessa forma encontramos muitos terrenos com presença tanto de cultivos de vegetais (Figura 41), que aguardam o momento de sua conversão, como de criação de gado de grande e pequeno porte em espaços comprimidos, quando não estão pastando em propriedades de outrem e soltos nas ruas e avenidas.



Figura 41: Venda de terrenos na zona de expansão de Aracaju

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Segundo Foladori (2000) a especulação imobiliária constitui uma clara causa de (in)sustentabilidade. Subutiliza as vias e os meios de comunicação, pode aumentar os tempos de transporte, impede a produção de bens, etc. Na cidade isso é ainda mais visível, por exemplo, zonas novas, antes agrícolas, são loteadas para construção de moradias, com isso os especuladores imobiliários compram terra ao preço de suas rendas agrícolas e as vendem ao preço de suas rendas urbanas, ou seja, uma especulação derivada da mudança na orientação econômica do solo. O resultado é o crescimento desordenado da cidade, e consequente aumento do preço de traslado das pessoas, congestionamento dos tráfegos, maiores custos na rede de serviços, etc; em sua contrapartida, o abandono do centro das cidades, onde prevalecem os cortiços, apesar de contar com uma infraestrutura instalada.

Segundo Oliveira (2007) a renda de terra e suas diferentes formas (diferencial I, diferencial II, absoluta e de monopólio) aparecem tanto no campo como na cidade, onde se materializa a propriedade privada de uma classe ou fração de classe, ou seja, onde o modo de produção capitalista impere.

No estado de Sergipe ainda é possível verificar características tipicamente ditas provincianas, em que famílias tradicionais que se mantiveram no poder há décadas, seja na esfera política ou econômica, e até mesmo no

domínio e monopólio das terras continuam ainda hoje mantendo o controle de muitas das terras sergipanas. As Tabelas 03, 04 e 05, buscam explicitar melhor essa realidade no município de Aracaju, em que famílias monopolizam as propriedades fundiárias, cadastradas no INCRA como imóveis rurais no município de Aracaju.

Tabela 03: Número de imóveis rurais distribuídos por hectare no município de Aracaju, 2008.

	Total	De 1 a - 5 ha	De 5 a -20 ha	De 20 a - 50ha	De 50 a - 100 ha	De 100 a - 300ha
Número	383	233	108	30	7	5
%	100	60,83	28,20	7,83	1,83	1,31
Área (ha)	3.953,6	565,7	980,7	987,4	538,3	881,5
%	100	14,3	24,8	25,0	13,6	22,3

Fonte: INCRA, informações sobre imóveis rurais, 2008.

A Tabela 03 demonstra a existência de imóveis rurais em Aracaju, o que traz uma relativização do argumento de que este município é 100% urbano. Percebe-se na estrutura fundiária de tal município que mais de 60% dos imóveis rurais tem uma área variando entre 1 e -5 hectares, o que aponta um número expressivo (233) de imóveis de tamanho relativamente pequeno. Mas é possível encontrar propriedades (nesse caso cinco) entre 100 e 300 hectares, mesmo representando 1,31% do total de imóveis, corresponde a 22,3% do total de áreas cadastradas como imóveis rurais no município de Aracaju.

Esse resultado é de certa forma impactante pois ao se fazer a conversão de áreas de hectare em quilômetro quadrado, foi constatado que Aracaju apresenta aproximadamente 39 Km² (de um total de 174 Km² segundo o IBGE, 2009), ou seja, aquilo que convencionalmente é tido como característica do campo brasileiro (concentração e monopolização de terras) está presente no município, na vida urbana. Logo, essa realidade materializada a partir da existência de imóveis rurais na cidade conduz, ao menos, a uma reflexão acerca da relação campo cidade, além do olhar puramente dicotomizado que há nessa relação.

Há ainda o fato de que esses imóveis rurais muitas vezes têm como proprietário pessoas ligadas à mesma família, ou seja, o que aparentemente demonstra uma distribuição de terra, na verdade camufla a concentração de áreas rurais nas mãos de algumas famílias e/ou construtoras imobiliárias, como

pode ser verificado nas Tabelas 04 e 05. Diante do trabalho de campo desenvolvido e das informações abstraídas da tabela, pode-se afirmar que grande parte desses imóveis rurais está localizado na Zona de Expansão, o que é percebido via a grande dimensão de terras ociosas nessa localidade. Além disso, no cadastro disponibilizado pelo INCRA que consta o nome dos imóveis rurais e dos seus respectivos proprietários (seja pessoa física ou jurídica, neste caso as construtoras) foi encontrado nomes de algumas propriedades que, no trabalho de campo foram detectados nas portas ou cancelas das propriedades (Figura 23). Fato esse que comprova a veracidade das informações disponibilizadas pelo INCRA.

Tabela 04: Concentração das propriedades por grupo de famílias e construtoras – 2008

Hectare	Barreto	Sobral	Machado	Maynard	Construtoras
1 a -5	5	4	4	4	14
5 a -20	4	-	10	2	14
20 a -50	4	1	9	-	3
50 a -100	-	2	-	-	-
100 a -300	1	-	-	-	-
Total (ha)	486,4	194,3	451,4	33,9	243,3

Fonte: INCRA, informações sobre imóveis rurais, 2008.

É interessante destacar que os sobrenomes identificados e que foram alvos da seleção da Tabela 04, são muitas vezes os mesmos que historicamente correspondem à personagem da vida política/econômica e donos de grandes latifúndios, seja na capital ou em todo estado de Sergipe. Existem outros grupos de nomes de influências locais e regionais que não aparecem em tal análise, porém não são menos importantes, a exemplo das famílias Brito, Muniz, Paes Mendonça, dentre outros.

Não se pode deixar de mencionar a presença da família Machado, cujo sobrenome conecta-se a um dos maiores produtores de coco do Brasil, (Melício Rezende Machado). Diante do parcelamento de suas propriedades, muitas ainda pertencem a seus familiares que detém aproximadamente 6% das propriedades num total de 383 imóveis rurais e 11,4% da área total (3.953,6 ha) que corresponde a tais imóveis, cujas dimensões variam entre 1 a -50 hectares.

Vale ressaltar que a concentração da propriedade privada no município de Aracaju pode ser ainda maior se levarmos em consideração que muitas

propriedades cadastradas, o proprietário da terra é representado, ora como pessoa jurídica, a exemplo do nome da construtora, ora como pessoa física. Isso vem demonstrar a força do monopólio da terra no município de Aracaju.

Essa realidade é tão evidente que ao considerar o total de propriedades vinculadas a essas famílias (Barreto, Sobral, Machado, Maynard) acrescidas das propriedades das construtoras, tem-se um total de 81 propriedades que equivale a 21,14% do total de imóveis rurais e 35,6% da área total no município de Aracaju em 2008.

Tabela 05: Número dos imóveis rurais pertencentes as construtora em Aracaju – 2008

Hectare	Celi	Cunha	Norcon	Cosil
1 a -5	09	02	02	-
5 a -20	09	-	01	03
20 a -50	01	-	-	01
50 a -100	-	-	-	-
Total (ha)	117,5	6,5	13,3	59,9

Fonte: INCRA, informações sobre imóveis rurais, 2008.

O mercado imobiliário em Aracaju, nos últimos 10 anos, tem vivenciado um “boom”, atraindo inclusive construtoras oriundas de outros estados que começam a se interessar em investimentos na capital sergipana, mesmo tendo o desafio de enfrentar as concorrentes que se apresentam bem estruturadas.

De certa forma tal setor ainda é monopolizado pelas construtoras e incorporadoras sergipanas que há anos se destacam no ramo da construção civil desde os empreendimentos mais sofisticados àqueles cujo valor estima-se na faixa de 50 mil reais, no chamado “segmento econômico”, para atender o déficit habitacional. Sendo assim, segundo a Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário de Sergipe (ADEMI-SE) a Celi e Norcon detêm 60% do mercado imobiliário da região. A Celi atua tanto em obras públicas quanto imobiliárias, tem 2,5 mil funcionários, faturamento de R\$ 120 milhões e previsão de elevar este montante em 20% em 2008. Com presença em outras capitais, sendo que 70% de seus negócios estão concentrados em Sergipe.

De acordo com os dados da Tabela 05, baseada no cadastro de imóveis rurais do INCRA, a construtora Celi é a que possui o maior número de propriedades (dezenove no total), representando 67,8% dentre as construtoras destacadas. A mesma ainda detém 59,5% das áreas rurais pertencentes às construtoras de Aracaju, cujas dimensões territoriais variam de propriedades com 1 hectare até aquelas de maiores dimensões com -50 hectares.

É diante do exposto que se entende o porquê dos interesses no monopólio da terra em Aracaju, pois é através do controle e apropriação da terra pela lógica capitalista na busca incessante pelo lucro, e na observância de que tais estratégias excedem os rigores territoriais dos espaços rural e urbano, que é possível compreender a manutenção, há décadas, de tais famílias no poder, seja no campo ou na cidade. E a partir da compreensão da renda da terra percebe-se as estratégias dos capitalistas na maximização dos seus lucros, pois mesmo sem investimento direto, obtêm-se lucros extraordinários e permanentes, que são pagos por toda a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

A construção do conhecimento é cumulativa, histórica, processual. Deste modo, o presente trabalho que não tem por objetivo responder e preencher as lacunas acerca da presença das práticas agrícolas em meio intra-urbano, deixa margem para continuidades de pesquisa nessa temática, pois só assim será possível uma tentativa de se compreender a dinamicidade das relações espaciais (sejam elas urbanas ou rurais) que acontecem na cidade.

A cidade de Aracaju tem vivenciado um intenso processo de urbanização nos moldes do modo capitalista de produção, capturando sob essa lógica, áreas circunscritas nos limites legais do perímetro urbano. Este fato torna evidente o crescimento articulado e fragmentado no que concerne a cidade construída, consolidada, pois é visível tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas o aumento das edificações, trânsito caótico, violência urbana, problemas de drenagem, etc. Sendo assim, Aracaju se projeta para o futuro de metrópole levando consigo os mesmos problemas existentes há décadas (típicos das grandes cidades brasileiras) e, mais ainda, negando aquilo que está posto legalmente através da presença de imóveis rurais cadastrados pelo INCRA, bem como ao que está visível na paisagem urbana: elementos convencionalmente designados da paisagem rural.

A produção do espaço urbano de Aracaju mescla-se com outras formas e conteúdos presentes nessa localidade. É evidente que as diferentes práticas sócio-espaciais desenvolvidas em um mesmo espaço, nesse caso, o espaço urbano desta cidade, ao longo do tempo, promovem a constituição de distintas territorialidades. Assim, no município de Aracaju, local de “múltiplas territorialidades”, presencia-se dinâmicas sócio-espaciais correspondentes aos usos e as práticas do/no espaço pelos sujeitos locais, segundo cada contexto histórico específico, com práticas e/ou atividades agrícolas, cuja dinâmica é multifacetária.

Faz-se necessário entender o processo de urbanização, enquanto processo real, pois o mesmo ainda está em curso, e a ideia que se tem de uma passagem abrupta e instantânea no processo de conversão do uso do solo de rural ao urbano não se realizou completamente. Sendo assim, nesse processo histórico visualiza-se as mesclas de sentidos e usos do espaço geográfico, com

o entrelaçamento das características outrora antagônicas e singulares dos espaços rural e urbano delimitadas no próprio município de Aracaju.

Um aspecto relevante a ser considerado é que na prática agrícola urbana da cidade de Aracaju prevalece o cultivo da frutífera, situação diferente das identificadas por Resende (2004), Madaleno (2002), Martins (2008), em que prevalece o cultivo de hortaliças. Contudo vale ressaltar que a presença de plantas medicinais assume um papel importante e as hortaliças com menor intensidade. Sendo necessário frisar que a quantidade e a intensidade da produção agrícola tem relação direta com o tamanho da propriedade que está destinada a produzir determinado cultivo.

Nessa perspectiva, a agricultura urbana significa uma das formas de uso e prática no espaço urbano, no processo de produção do espaço geográfico, e sua existência, muitas vezes, está comprimida nos entremeios do espaço urbano, sendo permitida pela própria lógica capitalista.

Com o processo de loteamento decorrente da expansão urbana, as áreas com práticas agrícolas começaram a diminuir. No caso da zona de expansão de Aracaju, esse fato vem ocorrendo devido principalmente à disseminação dos condomínios residenciais fechados, com atuação sincronizada dos poderes público e privado no mercado imobiliário, fato esse que acarreta na compressão dos espaços “rurais” desta localidade.

Para os demais bairros estudados, a prática da agricultura se restringe aos limites da própria residência, onde nos exíguos espaços do quintal, do jardim ou mesmo na lateral da residência, materializam as características e laços do espaço rural, sejam na presença das frutíferas ou no cultivo de ervas medicinais. Mas vale destacar que tal prática nos limites municipais de Aracaju, conforme pesquisa de campo, tem como destino principal o autoconsumo das famílias.

Durante a investigação, além da presença/remanescência de práticas agrícolas, aqui denominada de agricultura urbana, percebe-se, na zona de expansão de Aracaju, que grande parte da prática agrícola ali desenvolvida significa “o meio justaposto” na busca de se atingir uma finalidade, que é a maximização do lucro pelo proprietário, através da extração da renda da terra, via especulação imobiliária e monopólio da terra.

A prática agrícola urbana permite uma geração e complementação da renda familiar, produção de alimentos nutritivos e criação de animais de pequeno e grande porte, nas diferentes propriedades e mesmo junto às residências, nos chamados fundos de quintal, de acordo com as intencionalidades do agricultor. A viabilidade, o auxílio técnico, terra disponível para a produção, não poderiam ser negligenciadas pelos gestores urbanos no tocante ao planejamento das cidades.

A produção agrícola urbana na cidade de Aracaju, mais especificamente em sua zona de expansão, do ponto de vista espacial, apresentou-se distribuída por quase toda zona, sendo mais perceptível ao longo da rodovia dos Náufragos, na sua margem direita, onde ao adentrar nos povoados Mosqueiro, Areia Branca, Matapuã, foi altamente perceptível a interpenetração dos espaços rural e urbano na contraposição da visão clássica da dicotomia espacial.

Desta forma a produção agrícola urbana é diferente espacialmente, quando se considera o recorte proposto neste trabalho, sobretudo nas características dos espaços de produção, sendo que tais diferenças estão ligadas aos fatores de ordem social, cultural, econômica, produtiva e espacial. Para os bairros aqui analisados, a agricultura urbana existe enquanto hábito cultural, fortalecimento da solidariedade entre vizinhos, estratégia de complementação alimentar. Para a zona de expansão o entendimento da agricultura urbana deve ser acrescido de fatores mais ligados à natureza do solo urbano, tais como especulação imobiliária, renda e monopólio da terra.

Assim sendo, em Aracaju, a agricultura urbana apresenta as seguintes características:

- ✓ Plantios de vegetais em espaços ao longo de rodovias, avenidas, chácaras, bem como quintais de residências;
- ✓ Cultivo de plantas medicinais nas residências como fonte mitigadora de alguns problemas de saúde;
- ✓ Criação de animais de pequeno e grande porte (equinos, bovinos, caprinos e aves) em terrenos baldios, soltos pelas ruas, próximos às residências, rodovias e avenidas, em sítios, chácaras e confinados próximo às margens de rios.
- ✓ Atividades pesqueiras desenvolvidas pela comunidade do

povoado Mosqueiro nas margens do rio.

Por fim, ao longo da pesquisa foi possível compreender que uma cidade não deve ser considerada urbana somente a partir daquilo que está aparentemente mais visível. É preciso olhar a cidade além daquilo que está posto, que está dito, pois sendo a cidade construída segundo os moldes capitalistas de produção, ela possui uma materialidade contraditória e combinada, tendo em vista a permanência de traços e elementos do espaço rural dentro do tecido urbano que coexistem com outros elementos relacionados à forma e conteúdos deste espaço.

6. REFERÊNCIAS

ADEMI, Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário. Aracaju vive forte expansão imobiliária. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php?id_article=25716>. Acesso em: 15 de abril 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, São Paulo. N. 15. p. 87-112. 2000.

AMIN, Samir. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. 179 p.

AQUINO, Adriana Maria de. Agricultura urbana em Cuba: análise de alguns aspectos técnicos. Seropédica-RJ: Embrapa Agrobiologia, dez. 2002. 25p. (Embrapa Agrobiologia. Documento, 160).

AQUINO, Adriana Maria de, ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. Ambiente & Sociedade. Campinas. v. X, n. 1, p. 137-150. 2007.

ARAÚJO, Hélio Mario de. (Org.) [et al]. O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão-SE. Departamento de Geografia da UFS, 2006. 284p.

AVILA, C. J. VEENHUIZEN, R. V. Aspectos econômicos da Agricultura Urbana. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 7, Agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

CAMARGO, José Carlos Godoy, Elesbão, Ivo. O problema do método nas ciências humanas: o caso da geografia. Mercator – Revista de Geografia da UFC. ano 03, número 06, 2004.

CAMPOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Desruralização versus Urbanização: o caso de Laranjeiras. Dissertação de Mestrado em Geografia. NPGeo/UFS, Aracaju/SE, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 4ª ed. São Paulo: Contexto ,1999; _____ . O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.a

_____. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. Mercator, ano 03, número 05, 2004.b

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998. Acessado em 03/11/2008, <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>.

CASTRO, Antônio Barros de. Sete Ensaios sobre a economia Brasileira. Rio de Janeiro, 1969.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª Edição. 1999. Editora ática.

DINIS, João R. V. de P. MARCELINO, L. A Agricultura Urbana na perspectiva do Comércio Justo e Solidário: alternativa para o Desenvolvimento Local na busca da sustentabilidade das cidades. In: Encontro Internacional de Economia Solidária, 2007. Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidaria do NESOL USP

<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-07.pdf> acesso em 29/05/2009.

FALADORI, G. O metabolismo com a natureza. Crítica marxista [S.N.], n.12. São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxisa/05folad.pdf>. Acesso em 03 de março de 2009.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, Problemas e Prática. Nº 33, 2000, pp. 45-54.

FERREIRA, Rubio José, CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Agricultura urbana: Discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. Revista de geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, nº2, maio/ago. 2007.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano. Aracaju. 1988 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. Aracaju: Estado e Metropolização. Rio Claro, 1997. (Tese de Doutorado)

GEORGE, Pierre. Geografia Rural. São Paulo: Difel, 1980. p. 79 a 101

GRAZILIANO DA SILVA. O novo rural brasileiro. Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, B. Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. 255 p. (Estudos brasileiros, v. 24).

HAESBEART, Rogério. Globalização e Fragmentação do mundo contemporâneo. IN: HAESBEART, Rogério (org). Globalização e Fragmentação do mundo contemporâneo. EDUFF. Niterói / RJ, 2001

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Contexto, 2001

LEITE, Mirsa Mara Barreto Xavier. Entre o Rio e o Mar: Educação Ambiental Para Fortalecimento da Comunidade Pesqueira do Mosqueiro (Aracaju-SE), Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFS. Ano de Obtenção: 2007.

LOCATEL, Celso Donizete. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis-SP. Tese de doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2004.

LOCATEL, Celso Donizete; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA Márcio Rogério (Org); LAMOSO, Lisandra Pereira (Org); MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Org). Questões nacionais e regionais do território brasileiro. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.117-132.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. A Trajetória urbana de Aracaju em tempos de interferir. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP, 1983.

_____. A cidade do capital. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MADALENO, Isabel Maria. *Agricultura urbana em Presidente Prudente*. GeoNotas, Maringá, v. 5, n. 3, jul./ ago./ set. 2001.

_____. A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2002. 193p.

_____. Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 4, Julho de 2001. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

MACHADO, Anselmo Belém. Grande Aracaju: Processo de uma metropolização emergente. Aracaju. 1990 (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Felipe da Silva. Agricultura urbana, mercado de trabalho, renda e família. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2008.

MARTINS, Geraldo Inácio. Agricultura urbana: meio de trabalho e renda na cidade de Pirapora-MG. In: Colóquio Internacional: (DES) envolvimento contra a pobreza, mediações teóricas, técnicas e políticas, 2008, Montes Claros.

MAIA, Doralice Sátiro. As casas urbanas e a herança rural: um olhar geográfico sobre as habitações da cidade de João Pessoa-PB (Brasil). Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, num. 146(056);

_____. Currais e vacarias na cidade. Mercator – Revista de geografia da UFC, ano 04, número 07, 2007.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 1, Julho de 2000. Disponível em: <
<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

MOURA, Marcléia Elias. O rural na cotidianidade do urbano e as contradições do capital. São Cristóvão: UFS, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur edições, 2007, 184p.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e Planejamento. Rio de Janeiro, IPEA, 1971.

PORTO, Fernando Figueiredo. A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana/Fernando Figueiredo Porto. 2ª. ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. Mapa geoambiental de Aracaju. 2004

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. Caderno de Geografia, Belo Horizonte. V. 15, n. 25. p. 77-92, 2º sem/2005.

RESENDE, Sildivam. Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG). 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Geografia e Gestão do Território)– Faculdade de Geografia, UFU/Uberlândia. 2004.

RIBEIRO, N. M. G. Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju. Recife: Massangana, 1989.

SANTANA FILHO, L. S. MELO, A. R. MORAES, C. E. S. RIBEIRO, E. A. SANTANA, L. B. SANTOS, N.D. A produção da cidade do cidadão: um olhar sobre o bairro Coqueiral Sagrada Família em Aracaju. In: Revista de Aracaju, Ano LXI, 2005, nº 11, Aracaju: FUNCAJU, 1943, p. 269-286;

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2º ed São Paulo. HUCITEC, 1994. (Estudos urbanos).

SALAMA, Pierre, DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza. Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro, editora garcimond universitária, 1999.

SANTANDREU, Alain, LOVO, Ivana Cristina. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção; identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte, 2007. MDS. Acessado em 03 de novembro de 2008: www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100.

- SAUER, Sérgio. A luta pela Terra e a reinvenção do rural. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade de Campinas. UNICAMP. Campinas/SP, 2003.
- SCHNEIDER, Sergio. Atualidade da contribuição de Leo Waibel ao Estudo da Agricultura Familiar. In: Boletim Gaúcho de geografia. V. 28. n. 1. p. 25-41. Porto Alegre, 2002.
- SILVA, José Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. 1ªed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- SILVA, Kercy da Cunha Teixeira e. O urbano, o rural e o ambiental nas transformações do bairro Porto Dantas, no norte da cidade de Aracaju-SE. Dissertação de mestrado apresentada ao NPGeo-UFS, Aracaju, 2004.
- SILVA, Vilma Aparecida d. A campesinidade presente na construção do espaço geográfico da cidade de Cubatão. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH. 2006.
- SOROKIN, Pitirim A; ZIMMERMAN, Carlo C; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Introdução crítica a Sociologia Rural. MARTINS, José de Souza (Org). São Paulo: Hucitec, 1981.
- SPOSITO, Maria Encarnação, B.WHITACKER, Artur Magon (org.). Cidade Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. 11ª edição. São Paulo. Contexto, 2001.
- TAVARES, Luís Almeida. As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativa-demográfica. Curitiba, n. 7, p. 33-46, 2006. Ed. UFPR.
- TUBALDINI, Maria A. dos Santos, RODRIGUES, Alizabeth F. Conflitos e interações rural-urbana nos ninchos agrícolas da agricultura metropolitana de Ibirité – MG. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000, v. 1.
- VALE, Ana Rute do. Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, 18 a 23 de julho de 2004. CD-ROM.
- VALVERDE, Orlando. Metodologia da geografia agrária. In: campo-território: Revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1. n. 1, p. 1-16, fev. 2006.
- VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas:Autores Associados, 2002.

WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1958. p. 3 a 9 e 263 a 293.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN.: GIARRACCA, Norma (coord). Una nueva ruralidad em América Latina? Beuno Aires, CLACSO, 2001, pp. 33ss.

WILBERS, J. HOVORKA, A. VEENHUIZEN, R. V. Gênero e Agricultura Urbana. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 12, Maio de 2004. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

7. ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

- 1.1. Nome: 1.2. Idade:..... anos.
1.3. Escolaridade: () Analfabeto () Fundamental incompl. () Fundamental compl. ()
Médio incompl. () Médio compl. () Superior incompl. () Superior compl.
1.4. Município de origem: 1.5. Estado de origem:
1.6. Município que morava antes? 1.7. Estado que morava
antes?
1.8. Anteriormente morava: () na cidade () na área rural
1.9. Condição anterior: () Proprietário () Arrendatário/parceiro () Posseiro ()
Empregado rural
() Empregado na cidade () Outro Qual? 1.10. Local de
moradia:.....

1.11. Número de pessoas da família que residem no imóvel: Total:

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos	Com mais de 65 anos:

- 1.12 Pretende continuar residindo no local, ou vai para outro lugar? Por quê
.....
1.13 Qual a renda média da família? () Menos de 1 SM () de 1 a 2 SM () de 2
a 3 SM () de 3 a 4 SM () de 4 a 5 SM () Acima de 5 SM.

2. DADOS REFERENTES A PROPRIEDADE:

- 2.1 Qual o tamanho da propriedade? () Menor que 50 m² () de 50 a 100
m² () de 100 a 200 m² () de 200 a 300 m² () Acima de 300 m²
..... especificação.
2.2 Qual o tipo de residência? () Próprio () Arrendada/Parceria ()
Concedida () Outro

3. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

- 3.1 Qual o tipo de cultivo na propriedade?.....
É para () mercado, () autoconsumo () ou misto?
3.2 Há quanto tempo cultiva na propriedade?
3.2 Quais as técnicas utilizadas? () Adubação () Rotação () Rega, quem rega?
.....() Outras
3.3 Qual o rendimento em média da atividade agrícola?
3.4 Em anexo a residência há presença de criação de animal ou algum tipo de
planta medicinal? () Sim () Não Se a resposta afirmativa, qual
.....
3.5 A renda atende ao sustento da família? () Sim () Não. Se não, por quê?
.....
3.6 Quantas colheitas faz por ano?
3.7 Tem plano de continuar cultivando a propriedade? () Sim () Não Por quê?
.....

3.8 Os filhos têm interesse em manter a prática agrícola na propriedade?.....

4. CONDIÇÕES DA MORADIA DO AGRICULTOR

4.1 Material de construção da casa () madeira () alvenaria () mista () pau a pique () outros.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM
ARACAJU/SE: O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES**

**São Cristóvão
2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU/SE: O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES**

São Cristóvão
2010

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU/SE: O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial à obtenção do Título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel.

São Cristóvão, Maio de 2010.

LAERCIO SOUZA SANTANA FILHO

**A OUTRA FACE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU/SE: O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA URBANA, SEUS IMPASSES E
CONTRADIÇÕES.**

Dissertação de mestrado submetida à apreciação da banca examinadora
constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Eloízio da Costa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Marleide Maria Santos Sergio (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe- Campus de Itabaiana

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve presente ao meu lado em todos os momentos, seja compartilhando as vitórias ou para segurar minhas mãos nos momentos de tribulações. Quero em especial registrar aqui minha gratidão aos meus pais (Laércio e Margareth) responsáveis pela minha educação e ao meu Amor... (Gleise), que sempre esteve comigo nas caminhadas geográficas e extra-geográficas, e que agora somos uma só carne. “a nossa história não acaba aqui, há tantos sonhos pra realizar”. Obrigado! Amo vocês!!!!!!!!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe por oferecer o curso de graduação e pós-graduação em Geografia.

A toda comunidade escolar das Escolas: Escola Estadual Prof^a. Lucila Moraes Chaves, Colégio Estadual Olavo Bilac e Colégio Francisco Rosa pela oportunidade de compreender melhor o real sentido da educação brasileira.

Ao Núcleo de pós-graduação em Geografia, no auge dos seus 25 anos de fundação, na pessoa do Prof. Dr. José Eloízio da Costa, que com muita competência conduz e coordena os ensinamentos geográficos e pela confiança depositada no meu trabalho de dissertação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Celso Donizete Locatel pelos ensinamentos dos saberes geográficos na ampliação dos conhecimentos acerca da geografia agrária brasileira, e que mesmo a distância sempre esteve presente nas contribuições, sugestões e paciência nas correções dessa dissertação.

Ao corpo docente do Mestrado em Geografia, em particular a Prof^a. Dr^a Alexandrina Luz Conceição, que me incluiu nas suas aulas e que contribuiu para minha formação acadêmica no desvelar dos saberes geográficos e a Prof^a. Dr^a. Vera França sempre prestativa e que contribuiu com excelentes sugestões nos momentos em que me encontrava sem norte geográfico.

Aos meus amigos da pós-graduação Rodrigo (peça fundamental no trabalho de campo e na formatação da dissertação), Marcos Pereira, Alysson, Alvanira, Núbia, Adelli, Venozina, Ana Consuelo e muitos outros que contribuíram através das discussões, conselhos e exemplos de vida. Vocês são muito especiais pra mim. Nívia (minha querida madrinha e companheira nos estudos da ciência jurídica) e Danny Jefferson (meu amigo irmão) pelas contribuições da língua portuguesa e impressão, respectivamente. Não poderia deixar de destacar meus amigos do doutorado que representaram Vitórias e Conquistas: Vilomar (Vila) e Adrecksa (Déa), exemplo de família e seres humanos.

Aos colegas de curso, com as contribuições em sala de aula.

A Everton, secretário do Núcleo, que com muita atenção e respeito me atendeu nos momentos em que precisava dos seus auxílios administrativos.

Aos funcionários das instituições por nós visitadas INCRA, IBGE, SEPLAN pelo apoio e importante fonte de pesquisa para o desenvolvimento do nosso trabalho, e em especial a EMURB na pessoa de Gilberto Nunes da Silveira, brilhante geógrafo que contribuiu no suporte cartográfico presente na dissertação.

Aos meus pais Laércio e Margareth, peças fundamentais para minha educação na construção do meu ser, vocês são meus exemplos de seres humanos. Aos meus irmãos Alysson, Luciana e Luciene e toda a minha família, que mesmo estando ausente em boa parte da minha jornada acadêmica, sempre acreditaram em mim. Vocês são especiais para mim.

Ao meu amor, Gleise..., que nos conhecemos ainda crianças..., estudávamos na mesma escola..., frequentávamos os mesmos ambientes e tivemos a oportunidade de nos conhecermos melhor, passamos por várias experiências juntos, sempre juntos, geográficas e extrageográficas, e muitos sonhos pra realizar, te amo, meu amor.

Aquele que é autor e consumidor da minha fé, Deus vivo, presente e soberano, que sempre me sustenta e me ensina a passar pelos vales e desertos, confiando no Seu amor para comigo, pois a força que em mim opera vem do Senhor. Obrigado Pai.

Enfim, a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram na construção dessa dissertação de mestrado, meu muito obrigado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização da área de estudo, Aracaju, 2009	9
Figura 02: Propriedade localizada na zona de expansão de Aracaju	24
Figura 03: Fundo de quintal com frutíferas e plantas medicinais	24
Figura 04: Delimitação da propriedade privada na zona de expansão de Aracaju	31
Figura 05: Propriedade localizada próximo ao DIA	32
Figura 06: Elementos ligados à definição da agricultura urbana	35
Figura 07: Propriedade na zona de expansão de Aracaju	38
Figura 08: Presença de frutífera em residência no Bairro Bugio	38
Figura 09: Plantas medicinais cultivadas nos Jardim de residência do Bairro Bugio	40
Figura 10: Consorciamento de cultivos na zona de expansão de Aracaju	40
Figura 11: Brasil Áreas Metropolitanas	43
Figura 12: Plantas medicinais nas propriedades pesquisadas	47
Figura 13: Cultivo de Pimenta	48
Figura 14: Plantas frutíferas identificadas nas propriedades pesquisadas	49
Figura 15: Coleta de pitanga	50
Figura 16: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio	67
Figura 17: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio	67
Figura 18: Animais pastando nas ruas da zona de expansão de Aracaju	70
Figura 19: Condomínio residencial fechado na zona de expansão de Aracaju	72
Figura 20: Mesclas de sentidos e usos na zona de expansão de Aracaju	76
Figura 21: Residências presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju	85
Figura 22: Residência presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju	85
Figura 23: Chácaras e sítios na zona de expansão de Aracaju	86
Figura 24: Problemas da macrodrenagem na zona de expansão de Aracaju	88
Figura 25: Mapa da Zona de Expansão de Aracaju	90
Figura 26: Afloramento de lençol freático junto a residência	91
Figura 27: Afloramento de lençol freático próximo a rodovias	91
Figura 28: ZEA: Aspectos naturais, presença da ocupação humana e remanescentes de atividades agrícolas	92
Figura 29: Rio Vaza Barris	93
Figura 30: Agricultura urbana na zona de expansão	95
Figura 31: Jornalista Joel Silveira em construção sobre o rio Vaza Barris	96
Figura 32: Infraestrutura na Orla Por do Sol, Povoado Mosqueiro	97
Figura 33: Comercialização das terras na zona de expansão de Aracaju	97
Figura 34: Zona de Expansão de Aracaju: povoado Areia Branca	101
Figura 35: Zona de Expansão: animais pastando próximo a rodovia	102
Figura 36: Agricultura urbana nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont	103
Figura 37: Localização dos Bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont	105
Figura 38: Cultivo de bananeira junto à residência no bairro Jardim Centenário	106
Figura 39: Vista aérea da Av. Hildete Falcão, av. Melício Machado e Zona de Expansão	107
Figura 40: Delimitação da propriedade e dos recursos naturais.	109
Figura 41: Venda de terrenos na zona de expansão de Aracaju	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tipologias possíveis para atividades de Agricultura Urbana e Periurbana	36
Quadro 02: Iniciativas de Governos Central, local e de empresas públicas e privadas na promoção da agricultura urbana no Brasil	42
Quadro 03: Indicações de ervas medicinais	45
Quadro 04: Procedência dos cidadãos alvos da pesquisa	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Aracaju, estabelecimentos agropecuários, 2006	75
Tabela 02: Produção pecuária do município de Aracaju, 2008	76
Tabela 03: Número de imóveis rurais distribuídos por hectare no município de Aracaju, 2008.	111
Tabela 04: Concentração das propriedades por grupo de famílias e construtoras	112
Tabela 05: Número dos imóveis rurais pertencentes as construtora em Aracaju	113

RESUMO

A agricultura urbana é caracterizada pelas múltiplas faces produtivas ligadas ao setor agrícola. Assim abrange o plantar e o colher de cereais, hortículas, plantas medicinais e frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno e grande porte que servem tanto para o consumo familiar, para a venda a estabelecimentos comerciais ou diretamente nas residências no sistema chamado “porta em porta”. Através do entendimento das práticas agrícolas é possível relacionar outras categorias analíticas, que estão presentes e fazem parte do conceito da agricultura urbana, o que significa que se faz necessário a discussão sobre o conceito de campo, cidade, rural, urbano e agricultura enquanto ponto de partida para a análise das práticas socioespaciais. Com base neste contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a manifestação de elementos característicos do rural no espaço urbano de Aracaju, mais especificamente na zona de expansão e nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, levando-se em consideração a prática da agricultura urbana e a presença de alguns elementos do modo de vida rural, desmistificando a dicotomia campo-cidade. O presente estudo fundamenta-se numa ampla pesquisa bibliográfica, a partir de obras que abordam questões teórico-conceituais para o tratamento dos fenômenos rurais e urbanos; na observação *in loco*, através de trabalhos de campo para levantamento de dados primários, documentação fotográfica, aplicação de questionários, coleta de dados secundárias oriundos da EMURB, INCRA, IBGE e SEPLAN. A análise da prática da atividade agrícola em Aracaju permite retomar a discussão campo-cidade a partir da perspectiva da totalidade e não da dicotômica rural-urbano, assim como possibilita o entendimento de que a atividade agrícola desenvolvida nessas áreas da cidade tem múltiplas dinâmicas e coexistem com outras formas de produção do espaço. Assim, a agricultura urbana praticada na cidade de Aracaju, pode ser entendida a partir da materialidade da produção do espaço, com suas múltiplas faces e significados.

Palavras-chave: Cidade, Campo, Agricultura urbana

ABSTRACT

Urban agriculture is characterized by multiple productive faces related to the agricultural sector. Therefore comprehend planting and picking grains, horticultural, medicinal plants and fruits, as well as the breeding of small and large animals that serve both for household consumption, for sale to retail establishments or directly into homes using so called "door to door. " Through the understanding of agricultural practices is possible to lists other analytical categories, which are present and are part of the concept of urban agriculture, which means that it is necessary to discuss the concept of countryside, city, rural, urban and agriculture as a point of departure for the analysis of socio-spatial practices. Based on this context, the objective of this work is to analyze the expression of rural characteristic elements in the urban space of Aracaju, but specifically in the area of expansion and neighborhoods of Bugio, Jardim Centenario and Santos Dumont, taking into consideration the practice of agriculture urban and the presence of some elements of rural life, demystifying the rural-urban dichotomy. This study is based on a wide literature search, from works that discuss theoretical and conceptual issues for the treatment of rural and urban phenomena; on-site observation, through field work for collecting primary data, photographic documentation, application questionnaires and secondary data collection of EMURB, INCRA, IBGE and SEPLAN. The analysis of the practice of agriculture in Aracaju is allowed to resume the rural-urban discussion from the perspective of the enterity, not of the dichotomous rural-urban, as well as enables the knowing that the activity developed in these areas the city has many dynamic and coexist with other forms of production space. Thus, urban agriculture practiced in the city of Aracaju, can be understood from the materiality of production space, with its multiple faces and meanings.

Keywords: City, countryside, Urban agriculture

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ESTADO DA ARTE.....	5
1.2 RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA.....	7
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
 2. AGRICULTURA URBANA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	 17
2.1 PEQUENA HISTÓRIA DA AGRICULTURA URBANA.....	17
2.2 COMPREENSÃO E DIMENSÃO DA AGRICULTURA URBANA..	22
2.3 A AGRICULTURA URBANA: TIPOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	34
2.4 AS FRUTIFERAS E AS PLANTAS MEDICINAIS NO	
CONTEXTO DA AGRICULTURA URBANA.....	44
 3. RELAÇÃO CAMPO CIDADE EM ARACAJU.....	 52
3.1 DA DICOTOMIA ESPACIAL A NOÇÃO DE CONTINUUM.....	52
3.2 A PROBLEMÁTICA DO QUE VEM A SER RURAL E URBANO	
NO BRASIL.....	59
3.3 AGRICULTURA E ESPAÇO URBANO	64
 4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARACAJU E A	
AGRICULTURA.....	81
4.1 O SÍTIO URBANO.....	81
4.2 ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU: ASPECTOS	
GERAIS.....	84
4.3 AGRICULTURA URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM	
ARACAJU.....	98
4.4 A RENDA DA TERRA NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU	108
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	 115
 6. REFERÊNCIAS.....	 119
7. ANEXO.....	125

1 INTRODUÇÃO

No reconhecimento de que a cidade tem sido lugar propício para o desenvolvimento do capitalismo e lugar privilegiado para localização da indústria, do comércio e dos serviços, ou seja, da produção e da troca, percebem-se, no campo teórico, interpretações que afirmam a dominação do urbano sobre o rural, da cidade sobre o campo, este por sua vez, diluído pelo tecido urbano, com assimilação do rural pelo processo de industrialização da sociedade ocidental, como se o mesmo precisasse ser recriado ou reinventado.

É pertinente ressaltar o entendimento do rural e do urbano como espaços diferenciados, porém complementares, que estabelecem relações de interdependência e interpenetração, mas que guardam peculiaridades inerentes a cada um.

Com o deslocamento forçado de milhões de pessoas do campo para as cidades no Brasil, muitos dos grandes centros urbanos não tiveram a capacidade (ou não foram preparados) para receber essa população, deixando-os excluídos de uma infraestrutura básica (como educação, saúde, saneamento básico) e de oferta de empregos. Um dos resultados desse processo foi a condição sub-humana de existência nas periferias urbanas, contradizendo inclusive a falsa lógica de que o êxodo rural “libertaria” as pessoas do atraso do mundo rural e as conduziria à luz e à liberdade da cidade.

Com isso, observa-se que essa população marginalizada, desprovida de renda e de perspectiva, busca múltiplas estratégias de sobrevivência, sendo um dos exemplos as antigas práticas provenientes do espaço rural, de autoprodução - que é a agricultura urbana, desenvolvida em meio intra-urbano, capaz de manter a sobrevivência tanto de famílias urbanas de heranças culturalmente rurais, como aquelas que por necessidade praticam tais atividades ligadas ao setor primário.

Numa outra condição, ainda no espaço intra-urbano, encontram-se áreas que são resquícios de explorações agrícolas, as quais existiam antes da expansão urbana. Com isso, verifica-se a manutenção de explorações agrícolas em áreas definidas como urbanas que ou estão sendo mantidas com

a finalidade de especulação imobiliária, convertendo as terras em loteamentos e extraindo a renda da terra¹ ou em que seus proprietários desenvolvem a agricultura como fonte de renda, seja principal ou complementar.

Sendo assim, esta pesquisa nasce da necessidade de se analisar as manifestações de práticas e elementos do modo de vida tipicamente rurais na cidade, ressaltando as dificuldades em se definir e delimitar o que é rural e urbano no Brasil, mais especificamente no município de Aracaju, tendo como base empírica a chamada Zona de Expansão de Aracaju (ZEA), mais conhecida como Mosqueiro, localizada na região sul da capital, e alguns bairros localizados no noroeste da cidade (Bugio, Santos Dumont e Jardim Centenário), em que famílias persistem com práticas agrícolas comuns à zona rural, expressas na paisagem urbana, através da denominada agricultura urbana.

Em função de se analisar esse processo considerado um impasse, no sentido de que a agricultura urbana na cidade de Aracaju, representa não só a estratégia ou alternativa que a população busca na obtenção de alimentos mais saudáveis, seja pela presença de frutíferas e ervas medicinais, ou mesmo na criação de animais de pequeno e grande porte, mas também na ambivalência entre o processo de valorização fundiária, decorrente do capital especulativo imobiliário, e da resistência dessa prática, em sua face demonstrada pela mercantilização da terra, produto do processo de metropolização de Aracaju.

As contradições do espaço se materializam, principalmente na zona de expansão, em decorrência dos interesses dos sujeitos que operam nessa área e que produzem o espaço, mas cujo caráter de segregação sócio-espacial é uma evidência incontestável como produto em movimento, ou seja, as práticas agrícolas desenvolvidas em micro-espacos, com criações de animais, frutíferas residuais, ervas medicinais, são marcas comuns da agricultura urbana.

A abordagem conceitual, isto é, o resgate dos conceitos de rural e urbano foi o caminho escolhido para se destacar e explorar a presença de traços e de práticas agrícolas presentes em áreas urbanas, como forma de

¹ Segundo Oliveira (2007), a renda da terra é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. Lucro esse apropriado pelo capitalista acima do lucro médio, sendo a compreensão desse conceito de fundamental importância no entendimento da realidade agrária e mesmo urbana, pois em ambas tem na terra um componente importante.

produção do conhecimento geográfico, buscando dar uma contribuição, mesmo que de forma incipiente, à discussão epistemológica.

A agricultura urbana (AU) é compreendida como a prática agrícola ou pecuária que se desenvolve, em geral, dentro da cidade ou em seu entorno, por moradores-produtores que ocupam espaços vazios existentes na área, dentre os quais estão os fundos de quintais e jardins de suas próprias residências, terrenos baldios, próprios ou públicos. Tal prática absorve mão-de-obra local, em sua maioria familiar, normalmente dissociada das relações típicas capitalistas (assalariadas), gerando dessa forma estratégias rentáveis e empregatícias, com produção de alimentos para consumo próprio e para o mercado, contribuindo para a segurança alimentar.

A agricultura urbana é um tema complexo e instigante na perspectiva geográfica, uma vez que pode proporcionar à sociedade, se praticada de forma racional, certo equilíbrio ao ecossistema urbano. Contraditoriamente é um tema pouco estudado na Geografia, visto que a maioria das produções acadêmicas elenca a temática do desenvolvimento urbano-industrial moderno como último estágio no processo de amadurecimento do capitalismo, em que a expansão urbana acabaria dissolvendo todo foco de práticas tradicionais do mundo rural.

Pode-se reconhecer o processo de urbanização como um fenômeno mundial, visto que a universalização das trocas, sedimentada basicamente no espaço da cidade, aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho. Levando-se em consideração que a cidade é o palco das maiores manifestações do construído, em que o novo e o velho convivem lado a lado e fazem parte do mesmo tecido urbano (paisagem urbana), não se pode negligenciar a presença mesmo que camuflada/sufocada pelas ondas do moderno, de práticas e manifestações, típicas do mundo rural presentes no espaço urbano.

Em meio aos constantes processos de transformações tanto do campo quanto da cidade, considera-se que estudos sobre essa problemática partindo do nível intramunicipal são pertinentes, sobretudo porque surgem, cada vez mais, novas configurações na organização espacial dos municípios, que devem ser avaliados paralelamente à elaboração de planos e projetos de desenvolvimento mais amplos.

É notório também, para além da dimensão física e visível (formas), a manifestação do rural dentro do urbano através de elementos comuns ao campo (como a própria agricultura e o modo de vida) dentro da cidade - pensada em sua totalidade, entendendo o campo e a cidade como parte da mesma trama territorial, não como opostos, mas sim como espaços complementares, resultantes de um mesmo processo de produção do espaço geográfico.

Apesar do desconhecimento e descrédito atribuídos às práticas de agricultura urbana, inclusive na comunidade acadêmica e também órgãos públicos, é necessário uma maior atenção sobre essa prática. Diante do exposto e reconhecendo a validade do estudo sobre agricultura urbana no âmbito da Geografia, pretende-se dar respostas as indagações ainda não devidamente respondidas que surgem na atualidade, além de contribuir na construção do conhecimento científico, no exame de práticas presentes no meio intra-urbano.

Ao abordar essa temática algumas indagações surgem para nortear a pesquisa, a saber:

- Há de fato agricultura no espaço urbano de Aracaju? Observada a presença deste fenômeno, qual sua importância enquanto estratégia na reprodução das unidades familiares que a praticam?
- Quem são os agricultores urbanos de Aracaju e o que representa essa prática econômica na composição da renda familiar?
- O Município de Aracaju é totalmente urbano, como define o Plano Diretor, e a despeito dessa realidade ainda há propriedades e estabelecimentos rurais, assim como usos e funções não-urbanos no município?
- Será que a agricultura urbana tem favorecido a manutenção da especulação imobiliária juntamente com os agentes do setor imobiliário e da indústria da construção civil, presentes na zona de expansão?

Pretende-se com este trabalho analisar a manifestação de elementos característicos do rural no espaço urbano de Aracaju, levando-se em consideração a prática da agricultura urbana e a presença de alguns elementos do modo de vida rural, desmistificando a dicotomia campo-cidade.

Para a operacionalização da pesquisa, o objetivo principal foi desdobrado em outros específicos, quais sejam:

- Analisar a funcionalidade da agricultura urbana.
- Discutir o conceito de rural e urbano utilizado na Geografia, no Brasil e as interações campo-cidade presentes em Aracaju.
- Abordar questões referentes ao capital imobiliário e a renda da terra.
- Analisar a existência de elementos característicos do espaço rural que são conservados e reproduzidos pela população urbana de Aracaju que estão envolvidos como a atividade agrícola urbana.
- Levantar a produção agrícola do município de Aracaju, destacando as práticas mais significativas na caracterização da agricultura urbana, além de identificar a diversidade de plantas e animais criados nos quintais das residências que praticam a agricultura urbana.

Para melhor dimensionar o objeto dessa pesquisa faz-se necessário considerar o estado da arte que o envolve, o recorte territorial adotado e os procedimentos metodológicos utilizados para a operacionalização desse trabalho.

1.1 ESTADO DA ARTE

Com o intuito de verificar em que estado se encontra o conhecimento científico acerca da discussão da agricultura urbana, é pertinente conhecer de que forma essa temática vem sendo discutida, ou seja, é preciso que se conheça o estado da arte, visto que este serve de suporte na compreensão do fenômeno, logo dos estudos particulares, neste caso, da agricultura urbana.

Faz-se também necessário salientar como a cidade é compreendida, pois cidade e urbano muitas vezes são considerados como sinônimos, o que nos obriga a precisar como esses conceitos são entendidos. As considerações estão apoiadas na definição proposta por Henri Lefebvre (1969) que caracteriza cidade como um espaço-tempo, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível (material), arquitetônico, mas ao mesmo tempo em que tem presente uma estrutura social (sensível), é um pedaço do conjunto social e “incorpora na matéria-sensível, as instituições, as ideologias”. É

composta paradoxalmente pelos espaços desabitados e mesmos inabitáveis. E que “o ‘habitat’ não constitui a cidade e que ela não pode ser definida por essa função isolada” (Lefebvre, 1969, p. 60). Ela é a ‘mediação entre as mediações’, contém a ordem próxima e está contida na ordem distante. A cidade como mediação, é o local onde se manifestam as contradições da sociedade, principalmente as relacionadas aos grupos diversos e ao poder político. Não podendo ser concebida enquanto um sistema significante, fechado, isolado.

Contendo a ordem próxima, ela a mantém, sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela a sustenta; encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a mediação. (LEFEBVRE, 1969, 47).

Em relação ao conceito de urbano, Lefebvre (1986) *apud* Silva (2006), destaca que este não designa puramente a cidade e a vida na cidade, nem coincide com a polis (cite) e nem com a cidade medieval, mas as substitui, englobando-as. O urbano pode ser entendido como o espaço onde se desenvolve a modernidade e a cotidianidade no mundo moderno, a forma atual da simultaneidade, da unidade, da reunião, da convergência e do encontro. Embora o urbano não dispense uma base prático-sensível, uma morfologia, ele não pode definir como apegado a essa, por outro lado ela não é algo que se pode separar dela.

Além dessa discussão, também serão utilizados os conceitos de cidade e campo, rural e urbano a partir da obra de autores a exemplo de Ferrão (2000), Reis (2005), que discutem questões relacionadas a dicotomia espacial e a noção de *continuum*, de Carneiro (1998) que aprofunda os debates referentes ao rural e urbano. A discussão realizada por esses autores está atrelada às mudanças a partir da segunda metade do século XX, chamando a atenção para uma nova ruralidade, e de como o ritmo de mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo vão dirimir as noções de rural e urbano. Alentejano (2000), que faz contraposição à visão do “novo rural” e Carlos (2004^b), que analisa a relação campo-cidade em sua articulação, na perspectiva da contradição centro/periferia. Maia (2003) e Rezende (2004),

dentre outros, conduzem a discussão a partir da manifestação do mundo rural na cidade.

1.2 RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

Aracaju, ao longo de sua formação, foi e tem sido estudada por diferentes ramos da ciência, interessados em compreender melhor o seu papel no conjunto da economia sergipana e, sobretudo sua inserção no sistema urbano brasileiro: Porto (1991) França (1988,1997), Loureiro (1983), Ribeiro (1989), Machado (1990), dentre outros, estando esses estudiosos voltados para a caracterização interna da cidade, sua evolução e estruturação urbana, bem como questões de organização regional.

Aracaju constitui-se num centro sub-metropolitano ou capital regional brasileira dentre os municípios sergipanos, desponta enquanto capital sua primazia urbana consolidada em relação às demais cidades a ela subordinada, sendo detentora, segundo França (1997, p. 68) das maiores variações relativas da população urbana (1980-1991), apresentando taxas de crescimento superiores às do conjunto urbano do estado e bem expressivas do que as do total da população, conforme destaca França (1997). Para

O rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura. Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e das cidades do interior. (FRANÇA, 1997, p. 60).

O município de Aracaju abrange uma área de 181,8 Km², circunscrito na mesorregião Leste Sergipano, delimitada pelas coordenadas geográficas de 10° 55' 56" de latitude sul e 37° 04' 23" de longitude oeste. Faz fronteira em sua porção norte, com o município de Nossa Senhora do Socorro, tendo como divisa o Rio do Sal; na porção sul, limita-se com o município de Itaporanga D'ajuda, que são separados pelo rio Vaza Barris, com a atual construção da ponte ligará a capital a praia da Caueira; no sentido oeste, faz fronteira com os

municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro e a leste é banhado pelo rio Sergipe e pelo oceano Atlântico.

Para a verticalização da pesquisa tomar-se-à como base empírica a chamada Zona de Expansão de Aracaju (ZEA), mais conhecida como Mosqueiro, localizada na região sul da capital, e alguns bairros localizados no noroeste da capital (Bugio, Santos Dumont e Jardim Centenário), locais em que se verifica a ocorrência da prática agrícola com maior intensidade no município em questão (Figura 01).

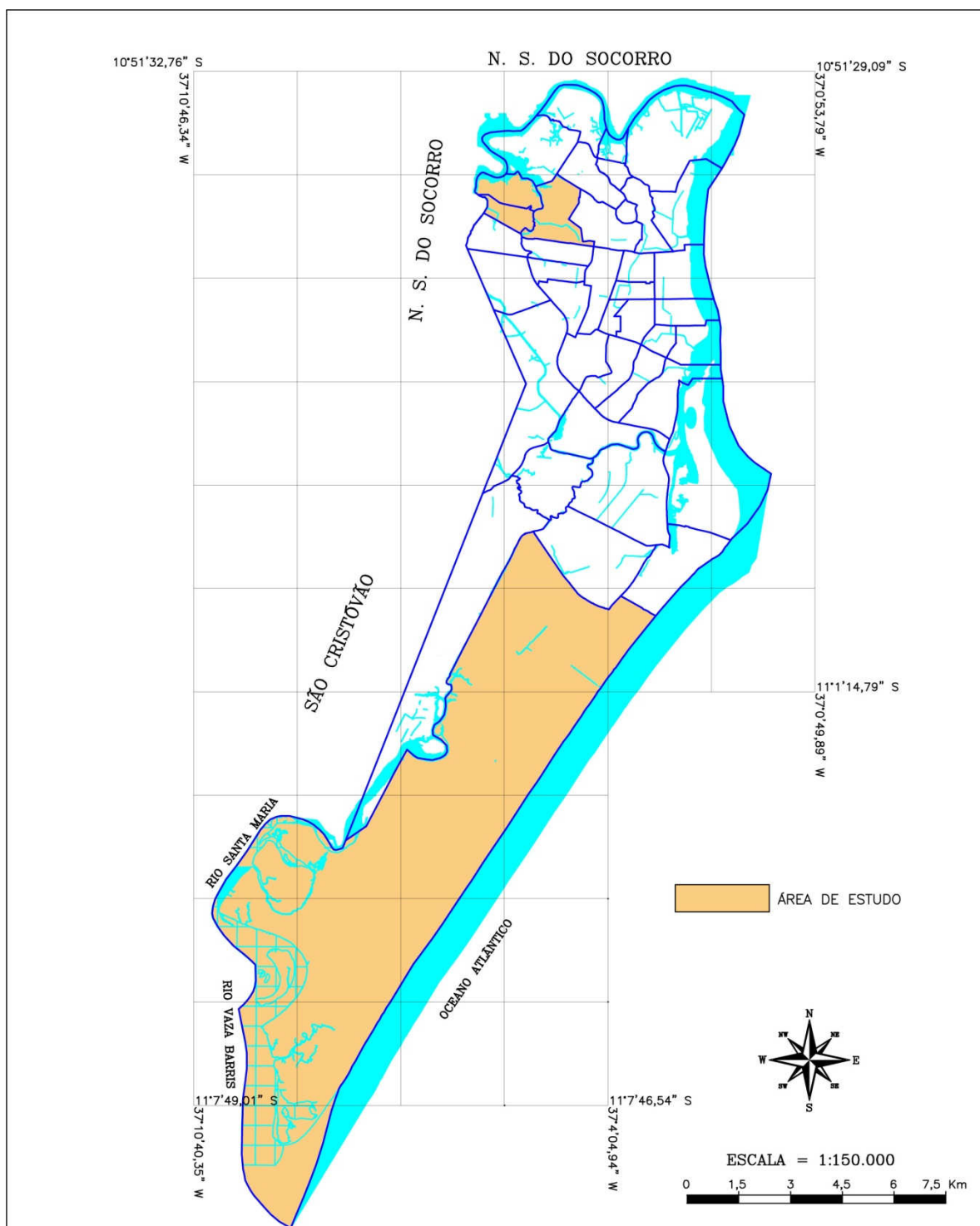


Figura 01: Localização da área de estudo, Aracaju, 2009.

Fonte: EMURB – Empresa Municipal de Urbanização de Aracaju

Digitalização: Gilberto Nunes

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para concretização dos objetivos, torna-se necessária a caracterização geográfica da área de estudo, através da integração dos fatos sociais, históricos, econômicos, culturais e ambientais, tendo em vista uma melhor apreensão da realidade material em análise, respeitando as particularidades dos fatos anteriormente destacados.

Para construção de um referencial teórico consistente e basilar, o presente estudo fundamenta-se numa ampla pesquisa bibliográfica, com ênfase nas teorias originárias de diferentes ramos das ciências humanas, em especial a Geografia, que debatem questões teórico-conceituais para o tratamento dos fenômenos rurais e urbanos na atualidade, buscando um melhor entendimento de suas interações, contidas em dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos, revistas especializadas e livros.

Cabe ressaltar a escassez de material no âmbito da Geografia que aborde a temática da agricultura urbana, sendo necessário dialogar com outras áreas do conhecimento, a exemplo da economia, agronomia, sociologia.

Porém, não se pode deixar de frisar as contribuições dos autores que serviram de referência e se coadunaram no suporte e elo para a discussão da produção do espaço, as transformações do espaço urbano de Aracaju, a relação campo-cidade e o desenvolvimento da prática da agricultura urbana: Lefebvre (1969), Carlos (1999; 2004), França (1988; 1997), Madaleno (2001; 2002), Maia (2003; 2007), Locatel (2004), dentre outros, que somados promoveram a efervescência científica na contribuição para a leitura da realidade, não de forma a aplicar determinados modelos prontos e acabados, mas fazer de forma coerente as relações entre a teoria geral e a realidade material-sensível.

A agricultura urbana exercida no espaço intra-urbano de Aracaju, escapa ao controle estatístico oficial, razão pela qual o nosso projeto de investigação inclui observação *in locus*, através de trabalhos de campo para levantamento de dados primários, documentação fotográfica, entrevista semi-estruturada e aplicação de questionário.

Foi utilizado também como procedimento metodológico o uso de fotografia, com o objetivo de identificar elementos para a caracterização e compreensão da prática agrícola no espaço urbano de Aracaju. Foram registradas imagens fotográficas, em especial nas localidades onde se desenvolveu a análise empírica, para subsidiar, desta forma, o aprofundamento das discussões acerca da problemática abordada.

As áreas identificadas com agricultura urbana em Aracaju durante a pesquisa foram classificadas em dois grupos que são: Grupo 01: as áreas localizadas na porção noroeste da cidade, em que a densidade demográfica é elevada com alto grau de ocupações dos espaços, representando as áreas periféricas, cuja prática se dá juntamente às residências, nos chamados fundo de quintal, com cultivos de frutíferas e plantas medicinais em vasos e canteiros; Grupo 02: refere-se a zona de expansão urbana de Aracaju, que está localizada no extremo sul da cidade. Representa atualmente a maior reserva de solo urbano da cidade, em que se mesclam paisagens típicas do rural e do urbano. Sendo que, em ambas as áreas a agricultura urbana se reproduz, mesmo sem apoio institucional.

A escolha dessas áreas no município de Aracaju deve-se a princípio, no tocante a chamada zona de expansão, às visíveis marcas na paisagem que denotam traços fortes do rural, refletidos pela presença da criação de animais de pequeno e grande porte, que compartilham esses espaços com as diferentes formas de ocupação e pela permanência do cultivo de coco, reacendendo a questão da dicotomia espacial entre rural e urbano. Para as áreas localizadas no noroeste deve-se à facilidade de coleta de informação, pelo conhecimento e convívio diário com a geografia dessa localidade.

Acerca da tipologia que abarca o conceito de agricultura urbana e periurbana (AUP), conforme Santandreu e Lovo (2007) nota-se que ela pode ser realizada em espaços públicos e privados dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município. Para a exequibilidade da pesquisa foi adotada uma tipologia que venha a caracterizar a diversidade de espaços possíveis de serem utilizados com a prática da AU no espaço intra-urbano de Aracaju, mais especificamente em sua zona de expansão urbana e alguns bairros do noroeste da capital.

O intenso debate sobre a definição dos limites entre o urbano e periurbano e entre este e o rural abrange uma diversidade de posições teóricas e está longe de se atingir um consenso para uma definição universal. Este debate se refletiu na dificuldade em definir a abrangência das práticas agrícolas no espaço urbano pesquisado, mas se optou pela AU de base intra-urbana, ao invés de adentrar na complexa, mas não menos importante agricultura periurbana.

Para tanto, foram aplicados 30 questionários com as famílias que desenvolvem a agricultura urbana, com o objetivo principal de subsidiar a análise qualitativa referente às características socioeconômicas e caracterização do espaço em que são desenvolvidas as práticas de agricultura urbana. É importante destacar que a aplicação dos questionários foi cessada em virtude da repetição das respostas nas localidades pesquisadas e de acreditar ter obtido informações cruciais para o entendimento da agricultura nessas áreas da cidade. A definição da amostra para a aplicação dos questionários com os agricultores foi de forma aleatória e não probabilística, uma vez que o trabalho prima por uma análise qualitativa e não quantitativa.

Vale salientar a dificuldade em aplicar os questionários na zona de expansão de Aracaju, pois o acesso ao proprietário foi dificultado, primeiro pela grande dimensão das propriedades e ausência dos proprietários nas mesmas, nos momentos da investigação. Sendo assim, foi realizado registro fotográfico tanto das propriedades, bem como da presença dos animais, confinados ou soltos pelas ruas e avenidas. Foi estabelecida uma relação entre os dados oriundos do IBGE, no tocante a produção agropecuária municipal, com a investigação de campo e tais registros.

Os dados de fontes secundárias foram obtidos junto a FIBGE, a partir de publicações tais como Censo Agropecuário, Produção Agropecuária Municipal, INCRA, a partir do Cadastro de Imóveis Rurais de Aracaju, EMURB e SEPLAN.

A primeira vista é um tanto paradoxal combinar os labores e paisagens típicas do mundo rural ao meio urbano; todavia, apesar de ser uma expressão recente, a agricultura urbana, na acepção da palavra, designa uma atividade bem antiga, referente às atividades para produção de bens alimentares, sejam de origem animal ou vegetal, bem como outras espécies úteis ao homem, através da reutilização de resíduos sólidos e de águas residuais, promovidos

nos espaços intra-urbanos ou na periferia das manchas construídas, em cidades das mais variadas dimensões.

As técnicas de coleta de dados utilizadas visam a realização de um estudo de caso, passível de comparação com outras pesquisas similares efetuadas em diferentes cidades, por outros pesquisadores. A aplicação de questionário destina-se ao levantamento da agricultura urbana praticada em Aracaju, destacando também as práticas preexistentes ao próprio processo de expansão urbana ocorrido nesses bairros da cidade. Para a Zona de Expansão foi utilizada na identificação dos locais com presença de agricultura, a carta de Zoneamento Urbano Ambiental, elaborada pela GEO Consultoria e Serviços, na escala de 1:30000, no ano de 2000.

A partir daí seguiu-se um roteiro estabelecido, focando as áreas destacadas na carta de Zoneamento, na qual se visualizou o que se entende por Zona Residencial pré-urbana com funções comerciais, industriais, turísticas e de serviços, bem como a Zona de Moradias individuais, sítios e chácaras, condomínios e loteamentos residenciais licenciados, ocupados e em processo de ocupação.

Nessa perspectiva, foi iniciada a visitação de caráter exploratório na investigação sobre a agricultura urbana, bem como no destaque das práticas agrícolas preexistentes ao próprio processo de urbanização. Foi plausível a orientação pela rodovia dos Náufragos, mais especificamente sua margem direita que antes mesmo de adentrar nos Povoados Areia Branca, Matapuã e Mosqueiro, os quais se conectam a tal rodovia, foi visível uma paisagem que guarda traços muito fortes com um passado estritamente agrícola, seja pela presença da cocoicultura, seja pelas casas antigas, isoladas na paisagem, contrastando com os condomínios horizontais fechados, principalmente na Aruana e chácaras com alto grau de sofisticação.

Outra fonte importante na busca de informações sobre os problemas vivenciados pelos moradores da ZEA foi pesquisada nos arquivos disponíveis em meios digitais do Jornal da Cidade, vinculados ao site do Conselho das Associações de Moradores da Zona de Expansão de Aracaju (COMBAZE).

Para os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, localizados no noroeste da capital, seguiu-se uma trajetória de exploração focada na busca de práticas agrícolas desenvolvidas principalmente junto a residências, no

chamado fundo de quintal, na manutenção das frutíferas e plantas medicinais, buscando compreender a permanência e a funcionalidade de tais práticas.

Com relação ao método de amostragem espacial, ele é indicado especialmente para proceder a estudos sobre a forma de uso e ocupação do solo, sempre que não seja possível recorrer a completos e abrangentes levantamentos aerofotogramétricos e ao tratamento digital pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG), o que justifica a escolha do método aplicado.

Somam-se à pesquisa, o método de amostragem estratificada, em que vamos procurar representar as distintas camadas socioeconômicas nas diversas áreas pesquisadas, merecendo especial atenção os seguintes fatores: aos tamanhos das respectivas propriedades, a densidade da população e a relação com o restante da cidade, sempre procurando estabelecer a devida proporcionalidade relativas às dimensões humana, social e espacial de cada área pesquisada (Ferreira e Simões, 1987, *apud* Madaleno, 2002).

Em relação aos questionários, tem-se a possibilidade de analisar melhor a origem geográfica dos sujeitos pesquisados, o nível de escolaridade, a faixa etária e distribuição por sexo, a composição familiar, alguns de seus hábitos, e, sobretudo a produção de alimentos nos espaços intra-urbanos, destacando os principais produtos, a presença de plantas medicinais e/ou ornamentais, os animais criados, as técnicas e métodos de cultivos praticados. Esse procedimento possibilitou uma melhor compreensão acerca da agricultura praticada em Aracaju, bem como do porquê da permanência dessas atividades nos espaços em que são praticadas.

Apoiado num modelo interativo da análise dos dados, foram realizadas coletas tanto nas instituições públicas do Estado como também *in locus*, de forma a permitir uma interpretação coerente das variáveis pesquisadas. Entende-se que a sistematização das respostas dos sujeitos pesquisados, e posterior tratamento quantitativo, num formato consistente e reflexivo, conduziu a uma melhor percepção da realidade no tocante à prática e à presença da agricultura urbana em Aracaju.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas no próprio local de moradia dos sujeitos envolvidos com AU, com a finalidade de obter informações cruciais sobre a vida na relação com o espaço urbano, o trabalho

desempenhado, as possibilidades e perspectivas acerca da prática agrícola no contexto do urbano e seu relacionamento com a vizinhança e a cidade.

A combinação entre a observação da realidade, os questionários e as entrevistas aos diferentes sujeitos, estas complementadas pelas fontes bibliográficas sobre a temática em tela e do meio estudado possibilitou compreender a agricultura urbana e as problemáticas relacionadas à dicotomia espacial entre o rural e o urbano.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho estrutura-se em três capítulos, além dessa introdução. Inicia-se com a introdução da temática abordada: a agricultura urbana e a elucidação das questões motivadoras dessa pesquisa, o recorte da área de estudo e a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho.

O primeiro capítulo objetiva trazer para o debate o conceito de agricultura urbana com suas possibilidades e desafios, apresentando sua importância, funcionalidade, principais produções no Brasil, atuação e papel do Estado na legitimação da agricultura urbana, aspectos econômicos, sua relação com a segurança alimentar e da biodiversidade. Para fundamentação teórica as produções da Revista Agricultura Urbana e, principalmente, as contribuições de Maria Madaleno e Mougeot, serviram de suporte teórico para sustentar a defesa da existência da agricultura urbana em Aracaju.

O segundo capítulo visa a discutir os conceitos de campo e cidade, rural e urbano, a partir dos principais debates proporcionados pela sociologia e geografia, de forma processual, cujo balizamento inicial é a revolução industrial. Dentre as leituras proporcionadas por diferentes autores, a que mais se coaduna com a perspectiva de pensamento aqui proposto é o lefebvriano, sobre a produção do espaço e o “direto à cidade”.

No terceiro capítulo é apresentado o recorte territorial escolhido, qual seja a zona de expansão de Aracaju e os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont localizados no noroeste da capital; assim, para elucidação da discussão em torno da relação campo-cidade e da prática da agricultura urbana, foi feita uma caracterização geral da área, apresentando os diferentes

aspectos geográficos, bem como o destaque dos atuais e principais problemas vivenciados pela população de tais localidades.

Ainda no terceiro capítulo, buscou-se destacar empiricamente a Agricultura urbana em Aracaju, chamando a atenção para a diferenciação das práticas agrícolas preexistentes, a exemplo da cocoicultura, apresentando os resultados do trabalho de campo, com resultados de população e da produção agrícola. É bom frisar que os dados aqui apresentados não se coadunam por completo e também não fazem parte, muitas vezes, do banco de dados dos órgãos oficiais na elucidação da prática da agricultura urbana. É importante salientar a importância de se fazer a ponte entre a teoria geral que dá suporte ao entendimento do nosso objeto de estudo, com o esforço para não desconfigurar a realidade material-sensível.

Por último são apresentadas as considerações finais e sugestões, na continuidade do estudo acerca da prática da agricultura urbana. Assim, é esperado que a mesma possa servir de subsídio no entendimento da produção do espaço do município de Aracaju e seja levada em conta na formulação de políticas públicas ligadas ao planejamento urbano, no tocante a minimizar os impactos relacionados à segurança alimentar. E que a partir dessa pesquisa outras surjam e possam dar continuidade para um melhor entendimento da produção do espaço urbano e a relação deste com a agricultura.

2 AGRICULTURA URBANA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

O presente capítulo traz uma discussão teórica acerca do conceito de agricultura urbana, abordando sua evolução, seus elementos determinantes, tipologias presente no meio intra-urbano, suas dimensões e compreensão da agricultura urbana, bem como seus desdobramentos no tocante à natureza do solo urbano, com ênfase no recorte espacial escolhido, a saber: a Zona de Expansão urbana localizada no extremo sul da capital sergipana e os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.

2.1 PEQUENA HISTÓRIA DA AGRICULTURA URBANA

A agricultura urbana constitui-se como um fenômeno socioeconômico e espacial crescente nas cidades dos países industrializados centrais, bem como nos países periféricos. Para os primeiros, constitui um sistema de produção importante e competitivo; já para os segundos, revela-se como estratégia de sobrevivência dos mais pobres, na medida em que fornece alimento e emprego a uma parcela significativa da população (MADALENO, 2002).

Tal fenômeno não obteve crédito junto aos estudiosos antes da década de 1960, por se conceber o urbano e rural como espaços não só totalmente diferentes, mas, sobretudo, divergentes. Porém, alguns pesquisadores trazem o entendimento, enfatizando que, apesar de quase ausente das cidades após a revolução industrial, a agricultura prevaleceu dentro e na orla das mesmas desde tempos imemoriais (MOUGET, 1994 *apud* MADALENO, 2002).

Nas cidades africanas, a agricultura urbana constitui-se enquanto complemento de renda familiar e importante fonte de proteínas e vitaminas, pelo fato de enriquecer a dieta diária de parcela não desprezível da população, mas tem sua principal relevância pelo aproveitamento de recursos disponíveis nos espaços intra-urbanos, em consonância com as recomendações feitas na Cimeira da Terra, durante a Rio 92, denominada Agenda 21, documento que relata que as atividades econômicas diversificadas devem ser desenvolvidas em meio urbano a fim de diminuir a pobreza e de promover o reequilíbrio ecológico dos assentamentos humanos (MADALENO, 2002).

Nesse contexto, as instituições internacionais de cooperação e desenvolvimento vêm creditando e legitimando cada vez mais a produção das atividades primárias entre os cidadãos, sendo o foco principal a população menos favorecida economicamente e as mulheres. Através de redes de serviços e infraestrutura, apoio técnico e financeiro, somados ao esforço conjunto das comunidades, bem como da remoção de barreiras legais às atividades informais, nota-se o objetivo de melhorar a qualidade de vida urbana.

A agricultura urbana, atividade econômica do setor primário, pode ser praticada em pequenos espaços vazios existentes dentro do tecido urbano, ou em espaços situados na orla da cidade, denominação dada aos espaços periurbanos. Há autores que denominam de periurbana aquela em que a agricultura é praticada na periferia da cidade e urbana as desenvolvidas nos espaços interiores, mas não edificadas da mesma; entretanto as duas concepções são aceitas, generalizando-se a expressão urbano a ambos os espaços.

A designação agricultura urbana abarca um sem número de formas de exploração agrícola que vão do cultivo intensivo dos quintais privados, ao plantio de uma associação de diversas espécies vegetais à beira das estradas e caminhos, passando pela ocupação, quantas vezes ilegais, de lotes urbanos vazios, pelo cultivo em vasos e recipientes dos mais diversos feitos nas varandas, terraços, em pátios, nas caves, nas paredes de estruturas construídas, até à prática da agricultura hidropônica, da agricultura e das mais ricas e variadas formas de criação de quase todos os tipos de gado (MADALENO, 2002, p. 3).

Essa prática contribui para a produção, processamento e a comercialização de alimentos e energia, com destino a abastecer a demanda dos consumidores urbanos. Segundo Madaleno (2002) as contribuições sobre agricultura urbana têm conhecido consideráveis expansões nas últimas duas décadas, mesmo com as poucas produções, mas é significativo o acesso dedicado a esta temática, sendo que o continente mais rico em atividades primárias em meio urbano é o africano. Foi no Congo, na pequena cidade de Pointe Noire, que no final da década de 50 o geógrafo Pierre Vennetier de forma sistemática pesquisou 1013 famílias dentre as quais contou 266 dedicadas à agricultura urbana, totalizando cerca de 1500 praticantes da agricultura, cultivando mandioca, milho, amendoim, batata e outros gêneros.

A atenção destinada à agricultura urbana nas publicações científicas e tecnológicas até o final da década de 1960 foi muito escassa. Mas é a partir da década de 1970 que a agricultura urbana ganha projeção, através de assistência técnica e financeira adequada, através das intervenções da FAO, do governo dos países centrais, da UNICEF, na promoção e patrocínio de programas de apoio e incentivo as atividades de agricultura urbana em alguns países da África Ocidental, a exemplo de Gana, Costa do Marfim, Zaire e Zâmbia.

A prática agrícola em meio urbano na década de 1970 era vista como aberrante, ou pelo menos conjuntural, reflexo do intenso êxodo rural desaparecendo a longo prazo; mas, conforme destaca Madaleno (2002), isso não ocorreu, em função de a crise econômica resultante da crise do setor petrolífero, acentuarem os problemas sociais e econômicos. Assim a agricultura urbana, antes considerada uma anomalia que a cidade acabaria por rejeitar, configura-se como possibilitadora de soluções possíveis para a mitigação da pobreza urbana.

A agricultura urbana, nos anos 80 do século XX, conheceu um período de crescimento e destaque em alguns países em desenvolvimento, crescimento estimulado por organizações internacionais, por meio da incrementação de programas de cooperação com países pobres na perspectiva de pesquisarem as características da agricultura praticada em meio urbano, para a expansão das áreas cultivadas, somadas ao apoio técnico aos pequenos produtores (MADALENO, 2002).

No que concerne às entidades financiadoras, o International Development Research Centre do Canadá (IDRC) teve um papel de locomotiva em muitos dos programas de pesquisas citados, pois promoveu, a nível mundial, e a partir de 1983, uma série de projetos sobre o uso de resíduos urbanos como insumo agrícola, estudos sobre sistemas de distribuição de produtos alimentares e sobre segurança alimentar. Ao todo foram 30 programas de investigação desenvolvidos em 24 países, nomeadamente latino-americanos, africanos e asiáticos, ao longo de toda década de 1980 (MADALENO, 2002, p 11).

A consolidação da agricultura urbana ocorre nos anos de 1980, superando as previsões herdadas dos estudos dos anos setenta, segundo os quais esta não era apenas recurso dos mais pobres e menos instruídos, e sim promotora de fonte de renda, inclusive dos mais favorecidos economicamente. Tal afirmação é constatada em algumas cidades que se revelaram auto-suficientes em

determinados produtos alimentícios, a exemplo de Singapura, na criação suína, ou de Bamako, no Mali, na produção de vegetais frescos (MADALENO, 2002).

Nos anos 90 do século XX, a agricultura urbana conheceu sua consagração, pois aumentaram as publicações dedicadas a este tema, apoiados pelo uso da *internet* na divulgação dos estudos locais, regionais, assim como os programas de apoio técnico e financeiro, tornando-se a temática visível, fazendo parte das iniciativas das grandes agências de desenvolvimento internacional.

Em relação à América Latina, Cuba apresenta-se com gravíssimos problemas econômicos, sendo alvo de incentivos externos para a promoção da prática da agricultura urbana, em que o próprio governo, através do Ministério da Agricultura, atua na distribuição de sementes aos potenciais cultivadores, pelas casas de *semillas* (sementes), dispersas pelas áreas metropolitanas, bem como pelo incentivo das hortas populares ou comunitárias na capital, apoiados pelo conselho de igrejas de Cuba e organizações não governamentais, a exemplo da Green Team e da Organização Internacional Australiana de Permacultura (AOPI) (CHAPLOWE, 1998, *apud* MADALENO, 2002).

Em Cuba, a agricultura urbana tem início com a etapa crítica do processo revolucionário encetado em 1959. Quando ocorreu a queda do socialismo em outros países no final dos anos 1989 e 1990, e principalmente com a derrocada da União Soviética, com o qual mantinha laços intrínsecos, dada a representatividade comercial de seu parceiro, mesmo diante do forte bloqueio imposto pelos Estados Unidos. Nota-se, ainda, que Cuba não dispõe de recursos energéticos apropriados e nem capital suficiente, ocasionando um pós desmantelamento da URSS: forte carência na alimentação, transporte, ausência de produtos não duráveis como roupas, calçados, agravamento do setor habitacional, isto é, todos esses aspectos de decréscimo no nível de vida da população não se coadunavam com os avanços de décadas anteriores.

Neste mesmo período existiam em Cuba pesquisas com utilização de substratos orgânicos para a produção agrícola, realizadas pelo Instituto de Investigaciones Fundamentales en Agricultura Tropical (INIFAT), o qual até então não tinha grande repercussão no país pela grande oferta de produtos quimicamente produzidos. Mas no momento de crise, tais pesquisadores são convocados pelo governo cubano no apoio de produção de alimentos sob uma

nova ótica, ocasião em que as produções urbana e periurbana de alimentos em Cuba tomam grande impulso (AQUINO, 2002).

Segundo Aquino (2002), a modalidade de agricultura urbana para a produção de hortaliças e condimentos frescos foi a primeira atividade realizada em Cuba, sendo a mais desenvolvida; mas há a presença de outras modalidades de produção: organopônicos, hortas intensivas, pátios, parcelas, fazendas de auto-abastecimento e suburbanas. A agricultura urbana pode se estabelecer também em Unidade Básica de Produção Cooperativa (UBPCs). Nessas UBPCs há produção de gado, hortas intensivas e minhocultura na mesma unidade. É com essa realidade que em Cuba

O lugar em que se estabelece este tipo de Agricultura pode ser definido a nível de município ou província, podendo ser um terreno baldio onde antes se jogava lixo, por exemplo, ou ser uma escolha pessoal se tratando de pátios ou quintais. Aquele que recebe a terra paga um pequeno imposto, e quando necessário o governo cubano subsidia a capacidade do mesmo, implantando irrigação e outros meios necessários para se iniciar a atividade [...], o que significa que a agricultura urbana representa uma boa fonte de renda. Em contrapartida, a cobrança para quem detém essa área é muito intensa, se não atender às exigências e não colaborar no atendimento as metas, perde o direito a terra (AQUINO, 2002, p.21).

Diversos centros de pesquisas de alguns países europeus têm incluído em seus orçamentos a promoção desta atividade econômica em diversos países, a exemplo da França, por meio da implementação da agricultura urbana em cidades africanas e asiáticas, do Reino Unido e seus projetos universitários, da Itália na promoção e apoio do projeto Por-huerta da Argentina, Portugal - através do programa Práxis XXI financia projetos, como o desenvolvido por Madaleno (2002) sobre agricultura urbana na cidade de Belém do Pará, e estudo similar em Presidente Prudente-SP.

A agricultura urbana no Brasil tem muito pouco incentivo por parte do poder público e, muitas vezes, quando se consegue um apoio político é somente provisório, pois o interesse partidário (mandatário) varia de acordo com o dirigente político. Merecem destaque o “Programa de verticalização da pequena produção agrícola” (PROVE) em Brasília (DF), cujo objetivo é promover a pequena produção agrícola, seu processamento e comercialização e o “Programa Hortas” em Teresina (PI), que inicialmente tinha a finalidade de formação e terapia

ocupacional de crianças carentes, ampliando-se para toda a família, principalmente, na zona de expansão do perímetro urbano daquela cidade (AQUINO, 2007).

2.2 COMPREENSÃO E DIMENSÃO DA AGRICULTURA URBANA

A crescente urbanização pela qual todo o mundo vem passando nas últimas décadas tem levado a uma necessidade cada vez maior do fornecimento de alimentos à cidade. Essa necessidade vem sendo (ou tentando ser) suprida, além do crescente aumento da produção agrícola na zona rural, pela produção de alimentos na cidade a partir da prática da agricultura urbana ou da agricultura orgânica.

Enquanto a agricultura orgânica tem por princípio estabelecer um conjunto de procedimentos que envolve a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais, a agricultura urbana é definida como sendo a produção de alimentos dentro do perímetro urbano e periurbano, levando em consideração a inter-relação homem-cultivo-animal-meio-ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada durante todo o ano (AQUINO, 2007).

A definição do que vem a ser agricultura urbana, leva em consideração as múltiplas faces produtivas ligadas ao setor primário, abrangendo dessa forma, o plantar e o colher de cereais, hortícolas, plantas medicinais, frutíferas, bem como a criação de animais de pequeno e grande porte para a produção alimentícias, tendo como destino final o consumo familiar ou a venda a estabelecimentos comerciais ou diretamente nas residências, no chamado comércio 'porta em porta'.

A agricultura urbana é a equação entre ambientes e sociabilidades urbanas com elementos e sociabilidades do meio rural; revestida de intencionalidades e meios técnicos produtivos peculiares, mas tendo como base os espaços urbanos que nutrem, coíbem e intercalam as práticas agrícolas. As atividades do setor primário nos entremeios da cidade somam e criam, o 'acontecer solidário' entre homens e mulheres, terra e produção

e, sobretudo, a materialidade da superfície com a produtividade agrícola nas cidades (MARTINS, 2008, p. 2).

Na agricultura urbana, a produção é bastante limitada quantitativamente, se comparada com as possibilidades dos setores rurais convencionais, pois o principal objetivo reside no suprimento, de ao menos parte, das necessidades alimentares dos agricultores, enquanto o excedente é parte integrante nos diferentes espaços cultivados e cultiváveis.

É comum, conforme Dinis e Marcelino (2007), nas pequenas unidades, cujos sistemas produtivos são efetuados nos canteiros e pequenas hortas nos quintais, o excedente geralmente é vendido para a comunidade da própria vizinhança, podendo ocorrer que esses alimentos sejam doados aos vizinhos e conhecidos mais próximos, quando não participar de trocas, o que pode ser visto como um aspecto cultural dessas localidades.

Nas unidades com maiores dimensões, cujo objetivo é a venda dos produtos, estes serão comercializados em feiras ou nos comércios regionais, e o valor de troca do produto é balizado pelas demandas e dinâmicas dos mercados locais, mas também sofrem influência das especulações presentes na comercialização da produção oriunda das propriedades convencionais (campo) (DINIS e MARCELINO, 2007).

Nas áreas pesquisadas, como se pode observar nas Figuras 02 e 03 temos uma variedade de dimensões das propriedades existentes, mesmo estando inseridas nos limites municipais de Aracaju encontramos grandes reservas de terrenos com presença da prática agrícola.



Figura 02: Propriedade localizada na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 03: Fundo de quintal com frutíferas e plantas medicinais.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Assim como em todo o litoral sergipano durante as décadas de 1970 e 1980, a cocoicultura, segundo França (1991), era muito forte nessa localidade, mas com a lógica da especulação imobiliária, e posterior conversão das terras de rural para urbano ocorreu uma retração de sua produção, mas que ainda hoje, na primeira década do século XXI, somam-se à totalidade da produção do espaço nessa localidade; percebem-se pequenas propriedades que certamente existiam e foram inseridas na lógica urbana com o processo de urbanização, mas que guardam traços de uma vida singular e bucólica, a exemplo das casas muitas vezes isoladas na paisagem, ou mesmo com o cultivo do caju e criação de galináceos ao lado da residência.

Nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, percebe-se que a dimensão das propriedades é justamente o tamanho da residência, que destina parte dela, seja o fundo do quintal, o jardim na frente da residência ou mesmo a lateral da casa como local de produção de frutíferas, plantas medicinais ou criação de animais de pequeno porte.

Para a compreensão da agricultura urbana, além do inter-relacionamento entre os espaços urbano e rural, outro aspecto relevante faz-se presente, qual seja a maximização dos usos do ambiente, sobretudo pela reutilização de resíduos sólidos e de águas residuais, provenientes das atividades urbanas, utilizados na fertilização de terra e na irrigação dos cultivos, reduzindo os gastos com a produção. É importante destacar que os elementos que geram benefícios, quando mal gerenciados, ocasionam problemas ligados à contaminação dos cultivos, animais e, sobretudo, dos consumidores finais.

Segundo Madaleno (2002), pode apresentar riscos, sobretudo, quando da utilização de água poluída para irrigação, ou pela ausência de hábitos de limpeza na boa conservação e utilização dos alimentos, donde surge a preocupação e fomento na divulgação de tais riscos entre a comunidade mais carente e sua inclusão no cotidiano escolar.

As variadas limitações observadas na prática da agricultura urbana têm estimulado a criação de tecnologias para a execução, a exemplo da reciclagem de resíduos sólidos domésticos e sua utilização na adubação, uso de tanque de compostagem, reutilização de pequenas superfícies como terraços, varandas, canteiros etc.

Segundo Aquino (2007), para o sucesso da produção agrícola de forma sustentada nas regiões urbanas ou periurbanas, precisa-se ter a garantia de fornecimento de insumos orgânicos, o resgate e a preservação de cultivos adaptados às condições locais, a adequação de novos substratos à produção de mudas e o uso de defensivos alternativos que não sejam poluentes. Contudo, para se atingir essas necessidades e evitar ou conter problemas de contaminação do solo, é urgente, o reconhecimento, pelas autoridades locais, acerca do problema da agricultura urbana relacionado à contaminação do solo: a resposta desejada a tal situação não perpassa pela proibição de se produzirem alimentos nessas áreas e, sim, por criar formas de se buscar ajuda técnica para a produção segura de alimentos, sem ameaça à saúde, e que possa trazer benefícios econômicos, dentre outros.

O engajamento dos lares urbanos na agricultura pode ser dividido, segundo Wilbers *et al* (2004), em dois cenários. No primeiro, famílias se deslocam das áreas rurais para as urbanas trazendo seus conhecimentos pertinentes às práticas rurais, ou simplesmente continuam a cultivar em suas terras de sempre, sofrendo as influências do urbano que tende a incrementar novas formas a paisagem urbana; no segundo cenário, famílias urbanas, há muito estabelecidas na cidade, envolvem-se com a agricultura, seja por escolha/desejo ou por necessidade.

Os supracitados autores, que abordam também a questão de gênero e agricultura urbana destacam que apesar de representar o acesso a fontes de renda na economia familiar, propiciada pela redução das compras de alimentos, muitas mulheres podem preferir se tornarem ativas em outro setor informal urbano, a exemplo do comércio, para evitar possíveis riscos com as práticas agrícolas, somadas às tarefas domésticas pelas quais continuam responsáveis, mesmo quando assumem tarefas produtivas na agricultura, ou mesmo conciliam com emprego formal ou informal fora do lar.

Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU, LOVO 2007, p.5).

Através do entendimento das práticas agrícolas, é possível relacionar outras categorias analíticas, as quais estão presentes e fazem parte do conceito da agricultura urbana, o que revela a necessidade de se discutir sobre os conceitos de campo, cidade, rural e agricultura enquanto meios analíticos das práticas sócioespaciais.

Muitos têm sido os significados e atribuições direcionadas às práticas agrícolas desenvolvidas nas interfaces urbanas. Sendo assim analisada predominantemente pela questão da segurança alimentar, pela oportunidade de geração de trabalho e renda, tradições rurais e relacionadas à especulação das terras. Tal atividade tem ganhado relevância no cenário mundial e nacional, Resende (2004), Madaleno (2001, 2002), Mougoet (2000). Apesar disso, surgem questionamentos acerca do papel da agricultura dentro dos espaços intra-urbanos, bem como sobre a sua importância para o contexto urbano e para seus praticantes.

Essas indagações conduziram ao desenvolvimento da pesquisa, quando se buscou compreender as faces que compõem a agricultura urbana na cidade de Aracaju, relacionando para isso as práticas ligadas à agricultura urbana com a natureza do solo urbano, na percepção de que tais práticas contribuem para a criação de novas imagens e conceitos para a cidade, simultaneamente favorece a relação entre os espaços urbanos e rurais.

Nesta perspectiva, e reconhecendo o antagonismo em que se vive num planeta dotado de recursos finitos, mas pautada nos desperdícios da sociedade de consumo, percebe-se que qualquer esforço feito com o objetivo de aumentar a capacidade dos cidadãos produzirem seu próprio alimento é relevante.

Recorrer à agricultura como estratégia posta à disposição do planejamento urbano pode funcionar no sentido de capacitar melhor os planejadores para encontrarem soluções possíveis para se resolver ou minimizar os problemas da fome, pobreza, de melhor rendimentos e de criar, a partir da produção de alimentos, a possibilidade de suprir as necessidades alimentares ou, pelo menos, melhorar a qualidade nutricional dos sujeitos ligados com as práticas agrícolas, mesmo em áreas precárias e carentes de infra-estruturas nos espaços intra-urbanos.

A prática da agricultura urbana provém, dentre outros fatores, da escassez de oportunidades adequadas e acessíveis à obtenção de renda e da demanda não satisfatória nas áreas urbanas de produtos agrícolas em quantidades e qualidades suficientes. Como pontos positivos, a agricultura urbana gera uma produção voltada para o autoconsumo, aumento de disponibilidade de alimentos, diversificação da dieta alimentar e fortalecimentos dos laços de vida comunitária.

Ressalte-se que essa leitura, embora atinente à realidade, passa despercebida para muitos pesquisadores; quando abordadas, são classificadas e entendidas por alguns como temporárias, arcaicas, reflexo da precarização do trabalho e inadequadas ao meio intra-urbano. É claro que dentre as inúmeras realidades, pode-se utilizar-se dessas leituras para explicar os fenômenos que se estabelecem no espaço geográfico.

Há, dentre as diferentes leituras, o entendimento de que a prática agrícola desenvolvida por sujeitos citadinos que, muitas vezes, se encontram marginalizados e excluídos socialmente do processo produtivo formal da cidade, produzem o espaço a partir também da afirmação dessas práticas, seja através de cultivos de vegetais, criação e comercialização dos produtos, ou na sua reprodução enquanto sujeitos, podendo ser entendidos também como o exército de reserva para o capital, em que estão aguardando o momento de sua exploração, no processo de reprodução ampliada do capital, enquanto se reproduzem com tais estratégias.

Madaleno (2001, 2002), nos oferece subsídio para a compreensão e importância acerca da agricultura urbana; segundo a referida autora, ela designa uma série de atividades, que ocorrem nas interfaces da cidade, mas que estão relacionadas às questões econômicas locais e regionais.

Conforme a mesma autora as atividades de criação e cultivo sempre foram características presentes na cidade, marcadas pelo intenso processo de urbanização e o aumento da pobreza, o que contribui para o aumento das atividades agrícolas no espaço urbano. Nesse contexto a agricultura urbana ganha relevância no cenário da produção alimentícia, buscando equacionar condições de reprodução social dos sujeitos citadinos, envolvendo-os com as práticas agrícolas.

O Comitê de Agricultura (COAG), a FAO e as ONGs, têm desenvolvido pesquisas sobre as questões econômicas e sociais resultantes da agricultura urbana, ou seja os possíveis benefícios e malefícios causados na vida de seus praticantes; tais pesquisas objetivam compreender as potencialidades e os principais problemas da agricultura urbana, desenvolvidos nas interfaces das cidades. Nesse sentido,

Fuera de la FAO, la AUP es objeto de un reconocimiento creciente entre los encargados de formular políticas y las ONG. En 1996 se creó el *Grupo de Apoyo a la Agricultura Urbana* y en 1996 se puso en marcha la *Iniciativa Mundial sobre la Agricultura Urbana*, en la que participan importantes donantes y organismos internacionales (entre ellos el PNUD, el CIID, la FAO, el Banco Mundial, la GTZ, el NRI, etc.). Otras organizaciones de las Naciones Unidas que participan también de diversos modos son las siguientes: la OACNUR, el UNICEF, la OMS y el CNUAH². *AGUILA* es una red de 16 países de América Latina que intercambian información sobre la AUP, y se ha establecido o se están estableciendo otras redes en África occidental, Asia sudoriental y Europa. En 1993 se creó en los Estados Unidos una organización sin fines de lucro llamada *Red sobre la Agricultura Urbana* que ha realizado estudios de investigación y actividades de promoción sobre la AUP en todo el mundo. Numerosas organizaciones de la sociedad civil (por ejemplo, CARE, SAVE, Oxfam, Heifer Institute) han participado en proyectos básicos para impulsar la AUP en ciudades de países desarrollados y en desarrollo. Un número creciente de universidades (FAO, 1999).

A agricultura urbana torna-se, muitas vezes, uma produção oculta nos “entremeios” do tecido urbano, sendo que nos países menos desenvolvidos consolida-se no setor informal ou circuito inferior das práticas econômicas da cidade, contribuindo assim para a sua marginalização nos planos de desenvolvimento urbanos; com isso, aumenta a vulnerabilidade e a perda de consistência tanto dos agricultores como dos espaços de produção perante o crescimento da cidade, não favorecendo a criação de políticas de incentivos e manejo dos espaços urbanos que estão sedimentados por cultivos e criação de animais.

Segundo Martins (2008), para compreender a agricultura nos entremeios urbanos é necessário observar desde as raízes históricas das ocupações dos espaços, além de perceber os vínculos entre as identidades construídas no pretérito, materializadas com outras dimensões e possibilidades no contexto da vida urbana, sendo necessário fazer referência ao espaço rural e aos

deslocamentos e permanência no/e com os espaços culturais, que re-emergem e sedimentam nas práticas urbanas via as construções e viveres.

É com esse entendimento que a compreensão da agricultura urbana e os sujeitos a ela atrelados, significa perceber os processos de construção sociocultural e interação entre espaços, ambientes, cenários, cenas e sujeitos, e perceber que os agricultores materializam os seu viveres e arranjos para desenvolver as atividades enquanto elemento integrante no espaço urbano (MARTINS, 2008).

O cultivar e produzir, ligados a atividade agrícola urbana é composto de criação, recriação e sobreposição de tempos, formando uma cadência produtiva nas unidades agrícolas e, que compõe a textura e o significado de cada espaço cultivado nos entremeios urbanos, começando a ganhar forma com a intencionalidade e as técnicas que cada sujeito utiliza no seu espaço produtivo, seja para o autoconsumo ou direcionamento da produção para o mercado que gera renda e trabalho (MARTINS, 2008).

Na compreensão da materialidade da agricultura urbana, faz-se necessário *a priori*, analisar a apropriação do espaço urbano para a atividade agrícola. Segundo Correia (1999) e Carlos (2004), a natureza do solo urbano é diferenciada e representa uma apropriação sistematizada e justaposta, relacionada às formas de edificação urbana. Nessa perspectiva a agricultura urbana coexiste com os sistemas urbanos, compartilhados com os espaços de moradia dos sujeitos que praticam tais atividades.

Para Correia (1999), o espaço urbano na cidade capitalista é constituído, num primeiro momento da sua apreensão, de espaços que apresentam diferentes usos da terra, justapostos entre si, e que vão definir, o centro da cidade, concentração de atividades comerciais, serviços, áreas residenciais, industriais, de lazer, dentre outras, e também aquelas de reserva para futura expansão.

É na coexistência com o sistema urbano e nas conexões da lógica capitalista que não se pode dissociar a presença do rural no espaço urbano, onde a prática agrícola, no caso da zona de expansão, representa um meio justaposto com diferentes usos do solo, em que para se atingir uma finalidade para além da

cerca, o proprietário objetiva ganhar visibilidade através da presença de animais de pequeno e grande porte, bem como promover a venda do seu terreno.

Na zona de expansão de Aracaju ocorre que muitas vezes as práticas agrícolas não são a finalidade principal das propriedades, como foi afirmado anteriormente. Ocorre é que estas propriedades têm na criação dos animais, no solo ocioso, a possibilidade de gerar aos proprietários da terra a maximização do lucro via especulação imobiliária, cuja marca simbólica na zona de expansão é a presença da cerca, enquanto delimitação e materialização do poder e do monopólio da terra. A Figura 04 expressa claramente essa situação, pois se percebe o entrelaçamento dos aspectos que devem ser observados para o entendimento da agricultura urbana nessa localidade: a cerca, o animal, a frutífera (côco) e com grande destaque o solo “especulado”.



Figura 04: Delimitação da propriedade privada na zona de expansão de Aracaju.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Contextualizando esses aspectos com o crescimento geográfico da cidade de Aracaju, temos a existência de espaços aparentemente “inutilizados”, a exemplo da sua zona de expansão urbana que, com maior ou menor intensidade,

foi sendo ocupada por animais de grande e pequeno porte, somados a presença marcante na paisagem dos coqueirais e a forte conversão do solo rural em urbano via especulação, e a própria renda da terra; como também cultivares nos quintais das residências que, através do cultivo em vasos de plantas medicinais, ou a presença de frutíferas materializam a existência da prática agrícola na interface da cidade.

Cabe destacar que a prática da agricultura urbana não se limita as áreas ou bairros utilizados como recorte empírico nesta pesquisa. Podem-se citar como exemplo outras áreas como as localizadas próximo ao Distrito Industrial de Aracaju – DIA (Figura 05), com presença de criações de animais de grande e pequeno porte, e propriedades localizadas próximo ao Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, antigo hospital João Alves, onde gados pastam livremente, dentre outras espalhadas pelos limites municipais da capital.



Figura 05: Propriedade localizada próximo ao DIA.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Outro aspecto a ser elencado acerca da agricultura urbana está relacionado a venda dos cultivos aos moradores da cidade, que promove a manutenção das unidades produtivas, com a renda obtida. No processo de comercialização devemos atentar para as seguintes categorias de consumidores

que estão intimamente atreladas a venda dos produtos, que são: os fregueses, atravessadores e empresas, que juntos vão representar o ponto de encontro entre o cultivo agrícola que é metamorfoseado para produto capitalizado (MARTINS, 2008).

A agricultura urbana é uma atividade de múltiplas possibilidades, que extrapola o engessamento da produção e trabalho ligados ao setor primário, sendo necessário perceber que a mesma é desenvolvida por homens e mulheres, não apenas usuários do espaço urbano para produção, mas sujeitos produtores de tempo e espaço, que materializam e produzem o espaço geográfico, com atividades, sendo ajustados as suas múltiplas sociabilidades.

Para Dinis e Marcelino (2007) a singularidade da utilização dos espaços urbanos na produção agro-alimentar, reflete um significado igualmente distinto na produção, pois os espaços urbanos são aproveitados de acordo com suas possibilidades, onde se presencia a prática agrícola aliada à ocupação de intervalos espaciais presentes em comprimidos ambientes: canteiros, vasos, quintais, jardins comunitários.

Madaleno (2002) quando da sua pesquisa acerca da AU em Belém do Pará, destaca que:

O quintal funciona geralmente como reserva de vitaminas, de produtos vegetais frescos, de plantas condimentares cultivadas sem recursos a adubos químicos ou a pesticidas e herbicidas. Reproduzem-se ainda ervas medicinais que mitigam as dores e se oferecem como alternativa barata e socialmente bem aceite à farmácia. Os quintais são fontes de proteínas animais, a que se recorre em datas festivas ou em momentos de maior aperto financeiro. (MADALENO, 2002, p. 105).

Muitas cidades têm potencial para arcar com suas responsabilidades no tocante as suas demandas alimentares, promovendo alterações profundas no cenário social e ambiental. Torna-se cada vez mais notório a agricultura urbana como processo capaz de atender parte significativa dessas necessidades das populações, conduzindo também ao fomento da economia local e a garantia da segurança alimentar das pessoas envolvidas, que podem também participar da formação coletiva que permeia os trabalhos comunitários (DINIS e MARCELINO, 2007).

Os referidos autores destacam que o envolvimento das pessoas na produção agrícola nos centros e arredores urbanos, relaciona-se a origem desses agricultores potenciais. Sendo que quando recebidos pela realidade de uma nova terra, no contexto da migração, esses indivíduos são participantes e nem sempre sujeitos, de um processo de integração cultural muito forte, geralmente conduzido pela perda de conhecimento e saberes populares até mesmo em uma única geração.

Porém, muitas experiências cotidianas no campo e conquistas frente às dificuldades são resgatadas perante a possibilidade do retorno às atividades ligadas ao sistema produtivo agrícola. Além disso, faz-se presente na realidade urbana, um conjunto de tecnologias e informações bastante próprias bem como a integração dos espaços geográficos, tendo como resultado dessas relações o enriquecimento cultural das comunidades.

No resgate da cultura segundo Dinis e Marcelino (2007), é possível observar que a rede de relacionamentos humanos existentes entre agricultores são fortalecidos, e remonta a vida campesina, em que as relações interpessoais, nessa realidade, são pautadas nas pessoas e não nos bens materiais que possuem, além do que as relações de compadrio, as quais assumem tanta importância quanto a familiar conjugal.

2.3 A AGRICULTURA URBANA: TIPOLOGIAS E DEFINIÇÕES

O conceito de agricultura urbana é construído por uma complexa rede de fatores ainda não tão bem explicados, a exemplo da pobreza urbana e da insegurança alimentar, que ocupam lugar preponderante. Daí porque é necessário se identificar as diferentes conceituações, como exigência na facilitação das intervenções de políticas públicas e de assistência tecnológica na promoção e na gestão da agricultura urbana (MOUGOET, 2000).

Ainda de acordo com esse mesmo autor, os conceitos são ferramentas mentais que criamos e recriamos para melhor compreender, interagir e modificar nossas experiências no mundo real. E que devemos questionar se a agricultura urbana é realmente o que chamamos, ou assim queremos denominar, ou que percebemos na realidade.

Para Mougoet (2000) as definições mais usuais da agricultura urbana se

baseiam em vários elementos determinantes conforme se observa na Figura 06.

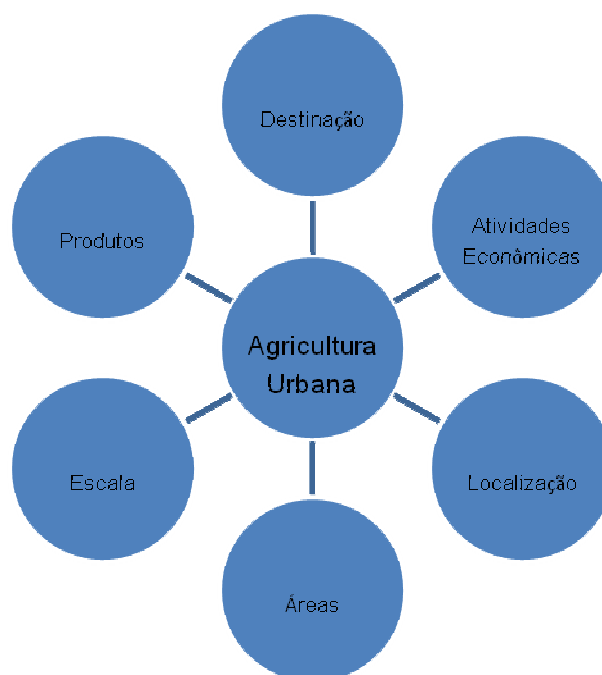


FIGURA 06 – Elementos ligados à definição da agricultura urbana

Fonte: Mougeot, 2000

Em relação às atividades econômicas, em sua grande maioria as definições se referem à fase produtiva da agricultura, porém mais recentemente são incorporadas também o processamento e a comercialização, e as interações entre todas as fases, em que a produção, venda e também o processamento tendem a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço por conta da proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápidos.

O determinante da localização tem sido causa de um importante conflito conceitual, visto que muitas das definições do que seja agricultura urbana destacam o local onde a mesma é praticada, seja na cidade ou em seus arredores imediatos. Porém poucos estudos apresentam diferenças entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou se o fazem, utilizam critérios variados.

Nas definições de agricultura intra-urbana, utiliza-se como critério o número de habitantes, densidade mínimas, limites oficiais da cidade, limites municipais da cidade, dentre outros, a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas. No tocante as definições da agricultura periurbana é bem mais problemático, pois estão em contato mais direto com as

áreas rurais e estes espaços sofrem no decorrer do tempo, mudanças agrícolas mais profundas do que as áreas centrais e construídas da cidade.

A AUP é um conceito multidimensional que inclui a produção, transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. (SANTADREU e LOVO, 2007, p.11)

Acerca da tipologia que abarca o conceito de AUP, conforme Santandreu e Lovo (2007) podem ser realizadas em espaços públicos e privados, dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município. Para nossa pesquisa adotamos uma tipologia que venha a caracterizar a diversidade de espaços possíveis de serem utilizados com a prática da AU no espaço intra-urbano de Aracaju, mais especificamente nas áreas escolhidas para análise.

Tipologia	Espaços característicos
Espaço Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais e Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feitas nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e Privados
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas)
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades
Áreas de Tratamento	Aterro Sanitário; Lagoas de Oxidação.

Quadro 01 – Tipologias possíveis para atividades de Agricultura Urbana e Periurbana

Fonte: TERRILE, 2006 *Apud* SANTADREU e LOVO, 2007.

Na zona de expansão de Aracaju a presença das cercas, (Ver Figura 07), ainda se faz presente, sendo uma constante nas diferentes áreas investigadas,

(re) afirmando a presença da propriedade privada e da posse, mesmo que a atividade agropecuária não seja a finalidade principal em determinadas propriedades, ela é o meio de demonstrar que a terra tem dono. Em outra vertente de análise é observado, conforme a Figura 08 a forte presença nas residências de frutíferas, das quais a mangueira teve um destaque maior. Pode-se afirmar que a tipologia mais presente é a do espaço privado com utilização dos seus lotes vagos e terrenos baldios com múltiplas finalidades, mesmo existindo outras tipologias de menor escala.



Figura 07: Propriedade na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 08: Presença de frutífera em residência no Bairro Bugio.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Mougeot (2000) acerca da tipificação das áreas afirma que estas variam de autor para autor, sendo classificadas com relação à residência do produtor, ou seja, se o mesmo pratica fora do lote ou na sua residência; em relação à modalidade de uso ou posse da terra (cedida, arrendada, compartilhada, dentre

outras formas), e com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura (residencial, industrial, institucional).

Com relação aos sistemas e escala da produção, grande parte das pesquisas reúne dados acerca dos diferentes tipos de sistemas encontrados na área de estudo, em que o esforço investigativo reside numa escala de menor abrangência, sendo importante destacar a ocorrência de mudanças e intercâmbios entre os sistemas de produção e dentro de cada unidade produtiva.

Para os tipos de produtos, seja animal ou vegetal, as definições são enfatizadas diferenciando os tipos de colheita (grão, raízes, hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, árvores frutíferas, entre outros), e os tipos de animais (galinhas, coelhos, cabras, carneiros, bovinos, suínos, etc.) produzidos. São consideradas também as hortaliças perecíveis, mas com preços relativamente valorizados, e os produtos de origem animal, *in natura* ou processados.

No contexto da destinação da produção, grande parte das pesquisas aborda a relação do autoconsumo e do mercado, sendo que ambos os objetivos são visados pelo produtor ou nos lares onde se pratica a agricultura urbana.

É reconhecido que parte da população faz uso de algum tipo de planta medicinal cultivadas nos jardins e varandas de suas residências (Figura 09), cuja produção se destina para o autoconsumo e doações aos vizinhos e parentes, bem como em propriedades onde a prática do consorciamento de cultivos é utilizada (Figura 10). Acrescidos da criação de animais de pequeno e grande porte, soltos ou pastando em terrenos baldios.



Figura 09: Plantas medicinais cultivadas no Jardim de residência do Bairro Bugio.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 10: Consorciamento de cultivos na zona de expansão de Aracaju.

Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

É importante destacar que diante das definições atribuídas a agricultura urbana, são poucas aquelas que aprofundam os contrastes acerca da agricultura

urbana com a rural, e menos ainda analisam as implicações no relacionamento das mesmas. Sendo assim, conforme Mougeot (2000), dos elementos analisados, menos a localização, podem ser incorporados a aplicação igualmente a agricultura rural. A distinção decisiva entre ambas reside na integração da agricultura urbana ao sistema econômico e ecológico urbano, não sendo apenas a localização a definidora para tal distinção.

Segundo Mougeot (2000) o princípio da integração no relacionamento entre agricultura no ecossistema urbano permite reconhecer três tipos de relações: a primeira é que em qualquer cidade e em qualquer momento, seus alimentos são produzidos por uma agricultura de caráter rural, periurbano e intra-urbano. Fica comprovado que a agricultura urbana completa a agricultura rural em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento de mercado; o segundo é de que em qualquer momento, em cidades de diferentes tamanhos ou complexidade, a agricultura nela praticada será mais do tipo urbano (mais intensiva e produtiva) nos centros maiores do que nos menores; em terceiro, em qualquer cidade em determinado período de tempo com o processo de urbanização, a agricultura do tipo urbano e intensivo crescerá como porcentagem de toda a agricultura praticada.

Poder-se-ia citar na América Latina, conforme Madaleno (2002), relevantes iniciativas do poder central e local bem como das empresas públicas e privadas na promoção da agricultura urbana em cidades com altos índices de pobreza e incentivo ao desenvolvimento de horticultura urbana, sendo que a referida autora o fez com bastante propriedade, entretanto podem-se destacar os exemplos do caso brasileiro, na perspectiva de vislumbrar a legitimação das práticas econômicas ligadas à agricultura urbana.

Como se observa no Quadro 02, o incentivo dado à prática da agricultura urbana não ocorre somente em cidades de regiões menos desenvolvidas do país e nem tampouco se restringe a cidades com características semelhantes. Em várias cidades e áreas metropolitanas brasileiras são encontradas experiências com agricultura urbana, apoiadas ou não pelas ONGs ou pelo Estado nas instâncias municipal, estadual e federal. Nessa perspectiva faz-se necessário questionar acerca da natureza, bem como as formas de usos desses espaços utilizados e produzidos pela agricultura urbana.

Organização	Localização	Plano de Ação
Governo local Prefeitura de Belém	Belém-PA	O programa Cinturão Verde, promove a criação de patos na ilha de Cotijuba e a horticultura e fruticultura na periferia de Belém (ilhas de Mosqueiro e Caratateua)
Governo estadual Estado do Pará	Belém-PA	O governo do Pará também estimula a avicultura urbana, através da Secretaria da Agricultura – SAGRI
Governo local Prefeitura do Rio Branco	Rio Branco-AC	Criou o pólo municipal de produção agro florestal que faz o reassentamento de populações oriundas de favelas em terrenos públicos, dá apoio técnico e distribui sementes entre outros insumos.
Governo local Prefeitura de São Paulo	São Paulo-SP	Recentemente introduziu-se a agricultura urbana no Plano Diretor urbano de SP.
Governo Local Presidente Prudente	Presidente Prudente-SP	Promove o programa Alimento Prudente: dando apoio técnico e sementes aos agricultores urbanos.
Governo local Prefeitura de Curitiba	Curitiba-PR	Promove a ocupação de lotes não construídos, aos agricultores urbanos, estimulando a utilização de resíduos sólidos urbanos-RSU como insumo, desde os anos 1970.
Governo local Prefeitura de Londrina	Londrina-PR	Apóia a unidade de vizinhança DEMOCRACIA E LIBERDADE que pratica a horticultura urbana. Recebe recursos da UNICEF
Companhia de distribuição de eletricidade-CEREJ	Rio de Janeiro-RJ	Empresta terras na promoção da horticultura cuja produção compra para abastecer as suas cantinas
Petrobras	Belém-PA	Empresta terra de sua propriedade para hortas escolares e comunitárias
COPEC Petroquímica	Camaçari-BA	Projeto PRONATURA distribui terras e águas as famílias dos empregados, usando resíduos das fabricas como input. Estimula cultivos destinados a agroindústria (mandioca e batata-doce)

Quadro 02 – Iniciativas de Governos Central, local e de empresas públicas e privadas na promoção da agricultura urbana no Brasil

Fonte: Madaleno, 2002, p. 20.

Recentemente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), organizou uma pesquisa, através de uma série de encontros nas 11

áreas metropolitanas no país (Figura 11), cuja finalidade era de identificar e caracterizar os espaços da agricultura urbana e periurbana (AUP), na perspectiva de fornecer apoio institucional para a promoção de tal atividade.

Segundo esse mesmo relatório, no Brasil as regiões sul e sudeste concentram de forma mais intensiva as atividades relacionadas com agricultura urbana. Todavia, isso não significa que tal atividade não possa ser encontrada em outras regiões. Essa iniciativa vem reforçar também a existência da AUP no Brasil, demonstrando que a produção vegetal é a de maior relevância, com 46% das iniciativas, cuja orientação se faz tanto para o autoconsumo como para o mercado, e que promove a geração de trabalho e renda, como também complementa a alimentação das famílias praticantes.

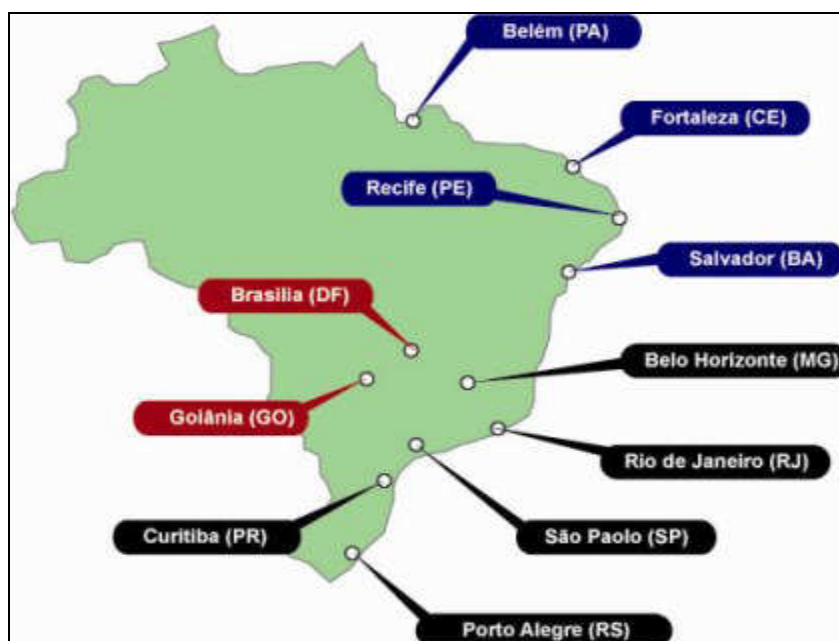


Figura 11: Brasil: Áreas Metropolitanas.

Fonte: Brasil, MAPA, 2007

Os recursos destinados pelo governo federal conforme tal relatório esteve mais concentrado nos grandes centros, ou melhor, nas áreas metropolitanas, sendo importante ressaltar que a prática da agricultura urbana é percebida em diversas áreas urbanas espalhadas pelo Brasil, e que não foram incluídas na construção do relatório.

Mais recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) incluiu a Agricultura Urbana como parte do programa Fome Zero do governo federal. Segundo o MDS, a Agricultura Urbana permite a produção de

alimentos de forma comunitária em espaços urbanos e periurbanos da cidade. A produção é destinada para auto-consumo, abastecimento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e venda de excedentes no mercado local – o que resulta numa geração de renda, melhoria da alimentação e inclusão social, conforme o MDS.

A inclusão da AU em programa social do governo federal se dá devido ao número cada vez maior de políticas assistencialistas promovidas pelo Estado via governo e que, estando a Agricultura Urbana tão disseminada e visível nos espaços das cidades, é oportuno ao poder público incluir a AU em seu programa de governo. A inclusão é válida, contudo não se deve esquecer que a prática desse tipo de agricultura não é algo novo e sua existência independe de programas governamentais.

Ferreira e Castilho (2007), retomando a discussão acerca dos órgãos públicos e ONGs que visam apoiar a prática da agricultura urbana, destacam que as ações pensadas são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes sob os critérios imprecisos no que tange à eficácia e eficiência dos recursos e da abrangência social. Assim, a agricultura urbana ainda não tem recebido a devida atenção por parte dos gestores públicos do planejamento urbano.

No caso de Aracaju, pelo menos durante a pesquisa, não foi detectado a destinação de recursos oriundos do governo federal na promoção da agricultura urbana. Entretanto, mesmo sem apoio institucional, foram observadas práticas de agricultura urbana significativas nesta cidade, representando assim, uma atividade presente no processo de produção do espaço urbano local.

2.4 AS FRUTIFERAS E AS PLANTAS MEDICINAIS NO CONTEXTO DA AGRICULTURA URBANA

As plantas medicinais tem contribuído para a produção de medicamentos, tornando-as reconhecidas pela medicina convencional. Mas é necessário esclarecer que existe uma diferença entre os medicamentos fitoterápicos que são produtos tecnicamente elaborados e que apresentam uma forma final de uso, neste caso podem ser comprimidos, cápsulas e xaropes. Enquanto as ervas medicinais de uso caseiro são constituídas, muitas vezes, da planta seca, inteira ou em pequenos pedaços, no processo de preparação dos populares “chás”.

Não é difícil encontrar algum morador que conheça o poder medicamentoso de algum tipo de planta, folha, casca, raiz ou flor que minimize e alivie os sintomas de um resfriado ou mal-estar. São muitos os benefícios das ervas medicinais que passam de geração em geração, independente da localidade que o sujeito esteja residindo. Diante dessa realidade a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), objetivando esclarecer quanto ao poder das ervas medicinais, através da popularização desse conhecimento, sua forma correta de uso para se atingir os efeitos benéficos, disponibilizou no endereço eletrônico (www.anvisa.gov.br) algumas das principais ervas e seu poder medicamentoso (Quadro 03).

O uso das ervas medicinais é de certa forma justificado pelo elevado preço no acesso ao serviço de assistência médica no Brasil, sem destacar os elevados preços para a filiação nos chamados planos de saúde privados. Mesmo possuindo o Sistema Único de Saúde (SUS), que atende a população de forma gratuita, este não consegue de fato a eficiência no atendimento da demanda da população. Acrescido nesse contexto os elevados preços dos medicamentos prescritos aos pacientes.

Nomenclatura botânica	Nomenclatura popular	Alegações
<i>Aloe vera</i>	Babosa	Fortalece os cabelos, antirreumático, cicatrizante, anticancerígeno.
<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Diarreia não infecciosa, Lesões como antisséptico e cicatrizante.
<i>Bauhinia nitida</i>	Pata de vaca	Problemas do aparelho urinário, diabetes.
<i>Carica papaya</i>	Mamão ou Papaia	Digestivo, combate a prisão de ventre, trata as varizes das pernas.
<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim santo, Capim limão, Capim cidró, Capim cidreira, Cidreira	Cólicas intestinais e uterinas. Quadros leves de ansiedade e insônia, como calmante suave.
<i>Eugenia uniflora</i>	Pitangueira	Diarreia não infecciosa.
<i>Lippia alba</i>	Erva cidreira, Falsa Erva cidreira, Falsamelissa	Quadros leves de ansiedade e insônia, como calmante suave. Cólicas abdominais, distúrbios estomacais, flatulência (gases), como digestivo, e expectorante.
<i>Malva sylvestris</i>	Malva	Afecções respiratórias, como expectorante, contusões e dos processos inflamatórios da boca e garganta.

<i>Mangifera indica</i>	Manga	Expectorante e antiasmático.
<i>Peumus boldus</i>	Boldo	Dispepsia (distúrbios da digestão), como colagogo e colerético.
<i>Ocimum basilicum</i>	Alfavaca	Estimulante, antiespasmódico, antiasmático, antitússico.
<i>Psidium guajava</i>	Goiabeira	Diarreias não infecciosas, pele e mucosas lesadas, como antisséptico.

Quadro 03: Indicações de ervas medicinais.

Fonte: ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010 e Madaleno, 2002.

Org. SANTANA FILHO, L.S. 2010.

O uso e administração das plantas medicinais apresentam uma diversidade, podendo ser oral ou de uso tópico. Acerca da utilização das ervas medicinais, Madaleno (2002) apresenta as diferentes formas no processo de administração interna das ervas, a saber: o chá, que se toma sob a forma de decocção (mistura da droga em água fria, sendo depois fervida); de infusão (aplicação de água a ferver sobre a droga que fica em repouso), ou de maceração (operação que consiste em submeter as ervas a ação de líquido, a temperatura ambiente, por várias horas).

É importante salientar dentro dos cultivos urbanos, as plantas medicinais, pois conforme destaca Madaleno (2002), essa prática tem sua presença marcante nas propriedades ligadas à agricultura urbana. A mesma autora traz uma lista das ervas medicinais ligadas aos fatores culturais da sociedade brasileira. Para a realidade pesquisada, nesse caso a cidade de Aracaju, a agricultura urbana e a intensidade dos cultivos das ervas medicinais a ela atrelada, é bastante diferenciada. Mesmo não estando presente em todas as propriedades pesquisadas, a Figura 12 representa a ocorrência das principais plantas medicinais encontradas.

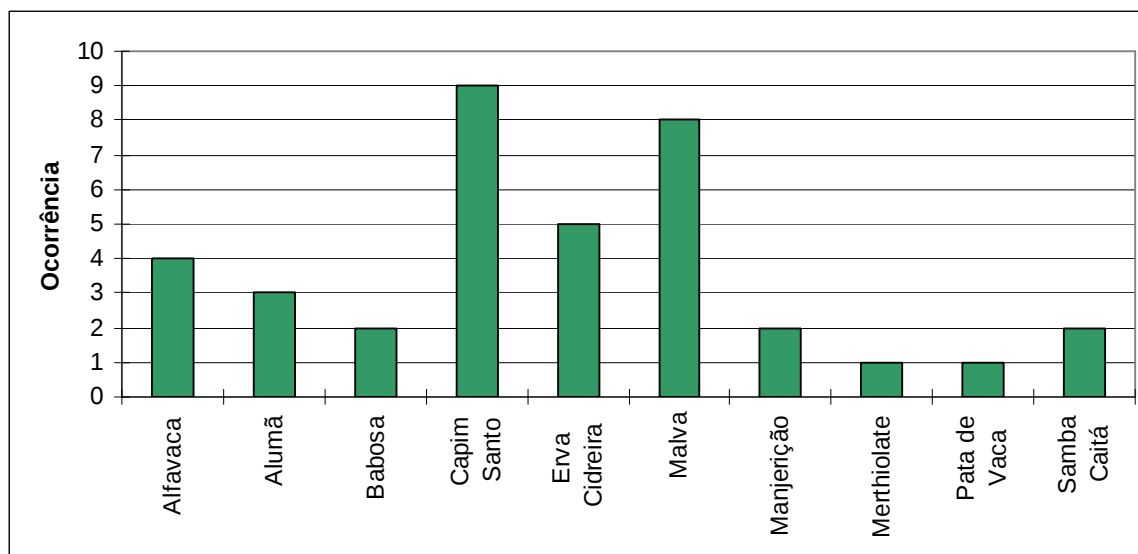


Figura 12: Plantas medicinais nas propriedades pesquisadas.

Fonte: Pesquisa de campo 2009.

Org: SANTANA FILHO, L. S., 2009

Conforme se observa na Figura 12 o capim santo é a planta mais comum, ou seja, foi encontrada em 09 (nove) propriedades. Em segundo lugar, a malva presente em 08 (oito) propriedades. A erva cidreira está presente em 05 (cinco) propriedades. Embora ocorra com menor frequência e intensidade, porém presente nas propriedades levantadas, a alfavaca, alumiã, babosa, samba-caitã, manjeriço e a pata de vaca.

Um dos exemplos que mais chamou a atenção da prática da agricultura urbana ligada à produção de plantas medicinais nas áreas pesquisadas, foi quando da aplicação da entrevista ao Senhor José S. S. J., de 62 anos de idade, natural de Murici-AL, que cultiva em sua propriedade/residência ervas medicinais há mais de 25 anos, fruto do conhecimento adquirido por seus avós e pais e que ele busca passar para seus filhos e netos. As principais ervas e seu poder medicamentoso, por ele cultivadas em seu jardim são o capim santo que é um calmante natural, a malva (antinflamatório) alfavaca (serve como tempero, dor de barriga e para verme). É interessante destacar a presença da palma (no combate a diarreia) e a presença do cultivo de hortículo, que é a pimenta (ver figura 13). Toda a produção tem como destino final o autoconsumo, porém, caso algum vizinho esteja necessitando, isto verificado em um “bate papo cotidiano”, alegando algum sintoma que pudesse ser amenizado pelas ervas, ele tem o maior prazer em ceder parte de sua produção.



Figura 13: Cultivo de Pimenta
Foto: SANTANA FILHO, L.S., 2009.

A manutenção de cultivos na cidade, mais que representar a materialidade da agricultura urbana, está associada a reprodução de elementos da cultura em que no contexto da migração campo cidade, os migrantes extrapolam a dicotomia que há entre essas duas dimensões espaciais e os hábitos e costumes transpõem a barreira territorial do rural para o urbano.

Outro aspecto muito comum é a presença da frutífera, que é marcante nas propriedades pesquisadas. Segundo Martins (2008) a frutífera é a materialidade de um sistema, de conexões de mundo exterior presente nos quintais urbanos, e que antes mesmo de produzir frutos tem o papel de ornamentar e embelezar o quintal, e secundariamente tem função de proteção para os pequenos animais e cultivos.

O mesmo autor ainda destaca que ao plantar uma frutífera significa retirar da natureza os símbolos constantes e afirmar a proximidade de elementos diversos, dando definições e contornos ao ambiente urbano. Sendo assim, o plantar uma mangueira ou uma goiabeira em sua residência, conduz a uma realidade abstrata, subjetiva em estar próximo da natureza, enquanto elemento de apropriação, e que vai além da produção de frutos.

Na Figura 14 pode-se observar a recorrência das plantas frutíferas nas propriedades pesquisadas. Com base nas informações contidas na figura é possível observar a grande diversidade de frutíferas presentes no espaço urbano

de Aracaju, mesmo com predomínio de determinada frutífera, a exemplo da mangueira, é notório a presença de espécies que tem sua produção mais diretamente ligadas ao espaço rural, mas que foram encontradas, mesmo que de forma pontual, nas propriedades pesquisadas.

Dentre as frutíferas, a mais comum foi a mangueira, presente em quase todas as propriedades pesquisadas, seja na frente ou no fundo da residência, cuja ocorrência se fez em 20 (vinte) propriedades de 30 (trinta) levantadas, seguidas do coco, presente em 12 (doze), da bananeira, presente em 09 (nove), do mamão presente em 08 (oito) e da goiabeira, presente em 06 (seis). Estando também presente, porém com menor intensidade, as seguintes frutíferas: acerola, laranja, pinha, sapoti, jaca, cajá, manjelão, caju, jenipapo, graviola, jaboticaba, limão e pitanga.

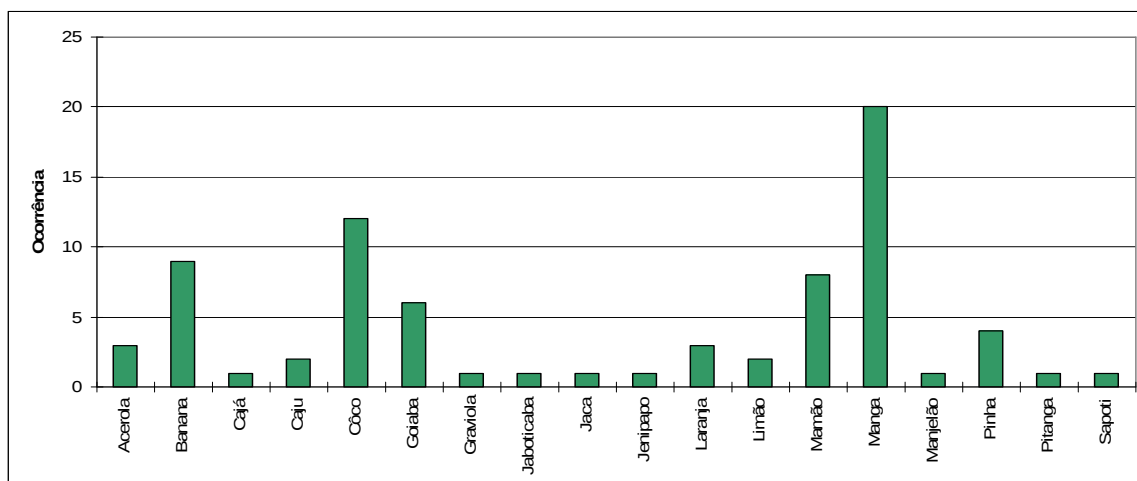


Figura 14 – Plantas frutíferas identificadas nas propriedades pesquisadas.

Fonte: Pesquisa de campo 2009.

Org: SANTANA FILHO, L. S., 2009

Outro momento bastante relevante quanto à pesquisa de campo, refere-se à oportunidade de aplicação de entrevista a uma senhora de 82 anos, antiga moradora do bairro Santos Dumont, Senhora Arlete, popularmente conhecida no bairro como professora Maria Marques. A mesma relatou com tamanha satisfação o processo de urbanização do bairro, que se deu a partir da venda de sítios para construção de loteamentos.

No primeiro momento, na entrada da própria residência, que está localizada em uma das vias de maior circulação e adensamento residencial do bairro, foi impressionante o impacto proporcionado pela quantidade de frutíferas, de plantas medicinais e muita área verde, ou seja, se levarmos em consideração

a visão clássica do que venha a ser rural, certamente seríamos conduzidos a considerar que tal espaço estaria vinculado ao campo e não a um bairro consolidado de Aracaju com intensa densidade populacional.

Ao longo da conversa que ocorreu nos diferentes espaços da propriedade, inclusive embaixo de cada frutífera, no degustar da pitanga (Figura 15), acerola, no suco de jenipapo, no presenciar da queda da manga pelo vento, foi nítido como a senhora Arlete tem o prazer de cultivar cada planta, de acompanhar seu crescimento, de colher, saborear e também fazer doações aos vizinhos. Ainda durante os finais de semana sua “chácara” (como ela a denomina), é aconchego para filhos, netos, noras e genros, onde é espaço do descanso, do lazer, isso quando ainda não levam uma boa quantidade de frutas para casa.



Figura 15: Coleta de pitanga

Foto: SANTANA FILHO, L.S., 2009.

Quando foi perguntado a mesma sobre a possibilidade da venda de sua propriedade, que apresenta cerca de 500 m², para morar em um apartamento ou outra casa menor, devido à violência e a falta de segurança, a professora foi bastante incisiva na colocação: “Deus me livre de morar num apartamento, pra mim estou presa numa gaiola”.

Além das frutíferas, que não são poucas, pois foi contabilizado um total de 19 espécies diferentes, dentre as menos comuns, os pés de jaca, cajarana, sapoti, jabuticaba e cajá. Ainda há a presença de plantas medicinais, que a senhora Arlete faz uso, ressaltando que no passado as pessoas faziam muito mais uso dessas plantas do que os medicamentos laboratoriais de hoje, alegando que “o povo era mais sadio, não usava tanto remédio, não se andava doente”. Com isso, pode-se perceber o valor simbólico da prática da agricultura urbana nos quintais das casas.

Sendo assim, mesmo a agricultura urbana considerada em seus aspectos multidimensionais, ora ligada a produção para o autoconsumo, ora destinada ao mercado, através da venda de seus produtos, ficou evidente a partir da pesquisa realizada, quando do enfoque da agricultura urbana de caráter intra-urbano no município de Aracaju, o predomínio da produção voltada para o autoconsumo, ligada diretamente as tradições culturais, no tocante ao relacionamento com elementos da natureza.

É dentro desse contexto de práticas agrícolas presentes no espaço urbano da cidade de Aracaju, que é pertinente fazer uma discussão acerca da relação campo-cidade, na perspectiva de entendê-las enquanto dimensões espaciais particulares e singulares, porém complementares e interdependentes.

3 RELAÇÃO CAMPO CIDADE EM ARACAJU

A relação campo-cidade é um tema bastante discutido nas ciências sociais, incluindo a Geografia. Tendo em vista que a cidade e o campo são categorias preponderantes dos espaços rural e urbano, logo do espaço geográfico. Muito do que é discutido no tocante a essa temática é posto não como uma relação de complementaridade e interdependência (como se almeja nesse trabalho), mas como pares antagônicos. Partindo dessa premissa o capítulo que segue propõe discutir a relação campo cidade primeiramente pautada na dicotomia espacial, bem como através da noção de *continuum* rural-urbano. Segue-se com a discussão da problemática da definição do que vem a ser rural e urbano no Brasil e os rebatimentos no recorte empírico, na perspectiva de demonstrar que a teoria geral materializa-se nas áreas pesquisadas.

3.1 DA DICOTOMIA ESPACIAL A NOÇÃO DE CONTINUUM

Profundas alterações na distribuição espacial da população foram observadas nos países berço do capitalismo, a partir de meados do século XVIII, período em que o modelo econômico vigente evoluía na eficiência de acumulação de capitais, e toda sociedade se reestruturava aos moldes industriais, promovendo o processo de crescimento das aglomerações urbanas contribuindo para o esvaziamento demográfico das áreas rurais.

Na visão de alguns autores, o mundo rural secular opõe-se nitidamente ao mundo urbano, sendo este caracterizado por funções, atividades, grupos sociais, paisagem que os diferencia sobremaneira do mundo rural. Segundo Ferrão (2000), esta oposição tende a ser destacada como natural, ou seja, encaradas como relações de natureza simbióticas, em que campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto marcado pelo equilíbrio e harmonia de conjunto.

A revolução industrial imprimiu novas configurações espaciais e a aparente consumação da separação entre as áreas rurais e urbanas, esse marco histórico que vem alterar essa situação acima descrita acarretou consequências para as áreas urbanas e rurais. No caso das áreas rurais, verificou-se o processo de perda de centralidade econômica, social e simbiótica (Ferrão, 2000), sendo este

espaço identificado com realidades arcaicas, em detrimento da visão de palco do progresso dos aglomerados urbano-industriais.

Mas segundo Reis (2005, p.79) “os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente”, mas no seu relacionamento e interpenetração.

No decorrer do século XX, a indústria fez a cidade explodir², intensificando o processo de urbanização. Segundo Reis (2005), o crescimento da cidade, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais, verificadas em várias regiões do mundo, sugerem que a transição entre espaços rural e urbano deve ser entendida nos moldes teóricos do espaço *continuum*, assim, transferindo-se a polarização antagônica/dicotômica por um gradiente de variações espaciais.

Isso conduz os pesquisadores a abordarem os diferentes níveis de integração ou distanciamento entre esses espaços. De forma geral, as análises do relacionamento entre o rural e o urbano são associadas a duas grandes abordagens: a da dicotômica e a de *continuum*. A primeira enfatiza as diferenças que se estabelecem entre esses dois espaços, sendo o campo pensando como algo que se opõe a cidade, já a segunda dá ênfase a uma aproximação entre o espaço rural e urbano.

A sociologia norte americana, a partir da década de 1920, influenciada por enfoques diferenciados, destaca-se na discussão relacionado ao desenvolvimento de conceitos que objetivam permitir melhor entendimento das questões referentes aos espaços rurais e urbanos. Sorokin e Zimmermann (1929) foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano, uma concepção dual, uma vez que considera o rural e o urbano com pólos extremos de uma mesma escala de gradação, e que para não incorrer em características que marcavam a polarização, bem como suas relações, esses autores identificaram diferenças marcantes entre os espaços rurais e urbanos. Mas apesar desses autores serem considerados os primeiros nas formulações do *continuum*, acabaram possibilitando um forte alicerce para a conceituação dicotômica, uma vez que

² Acerca da implosão e explosão da cidade Lefebvre (1969) destaca a efervescência, dinâmica e transformação que ocorreram nas cidades, impulsionadas pela industrialização, acarretou em concentrações urbanas gigantescas e as populações atingiram densidades inquietantes.

estabelecem diferenças socioespaciais para o espaço urbano e rural. (REIS, 2005, P. 80).

A obra clássica de Zorokin e Zimmermann (1929) sugere uma série de traços essenciais na diferenciação do espaço rural e urbano, onde o entendimento do rural perpassa pela particularidade de sua economia. O rural então abrigaria, sobremaneira, a produção agropecuária, e todas as outras características observadas no campo estariam vinculadas a essa atividade, e os outros tipos de atividade não-agrícola eram considerados acessórios e não se destacavam como meio de subsistência da população do meio rural.

Essas características destacam a existência de duas realidades que se opõem; porém durante o século XX, as profundas alterações socioespaciais, promoveram modificações das características primárias que embasam essa visão, ou seja, o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades não-agrícolas.

Para Carneiro (1998) é a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura concomitante ao processo de interiorização da indústria e a modernização da sociedade urbana e rural que a teoria da urbanização passa a ser formulada, promovendo a integração entre as sociedades urbano-industriais e as sociedades rurais.

Nesse contexto fica mais nítida a percepção dos diferentes níveis de integração espaciais dos espaços urbanos e rurais. Sendo que a visão dicotômica vê os espaços rurais e urbanos como opostos sendo uma a negação da outra, a visão de *continuum* que representaria a intensidade e não o contraste, não mais centrado nos sistemas, mas em indivíduos que se ocupariam de atividade de um ou de outro tipo em uma única civilização.

Outro enfoque que se contrapõe a visão dicotômica e de *continuum*, está centrada nas relações sociais, que ao invés de diluir diferenças, ocorre o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade, ou seja, os contornos territoriais estariam balizados sobre a cultura, que conduziria a interação entre rural e o urbano de um modo determinado, a partir da garantia e manutenção de uma identidade (Carneiro, 1998).

Diante dos embates teóricos, das crescentes indefinições e também pela crescente urbanização, o rural deixou de ser atrativo como objeto de pesquisa, pois começou a ser aceito que a

urbanização do campo era uma questão de tempo (BLUME *apud* REIS, 2005, p. 82).

São por essas questões que muitos pesquisadores voltam-se para o estudo da agricultura. Surgem questionamentos acerca de que seria o fim do rural ou das leituras sobre o rural.

Torna-se necessário um olhar que busque uma outra direção, pois a permanência desse atual modelo conduziu a discussão da idéia de que o rural foi ou está sendo suplantado pela expansão do urbano. Para Alentejano (2000, p. 103.), é fundamental demonstrar que:

Apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado.

A partir da Segunda Grande Guerra, tornou-se visível, com a industrialização da agricultura³, mudanças nas relações rural-urbano e passou-se a observar novas configurações no interior do próprio mundo rural (FERRÃO, 2000), em que ocorre uma fratura no espaço rural em duas realidades distintas e articuladas: o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional. A oposição rural-urbano começa a não ser vista como a mais adequada para explicar a realidade, ao passo de que a modernidade não é exclusiva das áreas urbanas.

A sociedade brasileira em meados do século XX se configurava como expressivamente rural. Mas o crescimento da população do país entre 1940-1980 promoveu uma inversão da distribuição da população no tocante às áreas rurais e urbanas, onde ocorreu: um direcionamento da população das áreas rurais com destino as áreas urbanas, crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de centros metropolitanos.

A partir da década de 1980 emerge um paradigma socioespacial, pois mudanças significativas são observadas no meio rural brasileiro, a exemplo da emergência de um espaço rural multifuncional, que passa a apresentar

³ Esta entendida como modernização da agricultura, foi iniciada no Brasil a partir da década de 1960. É nessa modernização que ocorre o processo de monopolização da terra pelo capital, através da vinculação ao mercado. Contudo, ela é conservadora e dolorosa, pois seu caráter é excludente e parcial, tendo em vista a manutenção das estruturas sociais no campo brasileiro. Ver José Graziano da Silva (1999).

diversificação econômica em meio a novas formas de produção e subsistência, em contraposição ao domínio do tradicional, num passado recente.

Os debates referentes ao urbano e ao rural ressurgem com a mesma voracidade das mudanças técnicas, econômicas, sociais e ambientais que atingem esses espaços a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, na década de 1980, as mudanças verificadas no meio rural, a partir da urbanização do campo e o surgimento de novas dinâmicas que direcionam para uma nova ruralidade, muitas vezes díspares daquelas ligadas às atividades tipicamente agropecuárias, promoveram uma intensificação dos debates, diante da sua importância.

O espaço rural brasileiro, nas últimas décadas, distancia-se das visões clássicas e dicotômicas, ou seja, a urbanização imprimiu um novo significado onde sua atuação foi mais significativa, sendo mais perceptível nas áreas rurais que têm contato direto com a grande cidade que compõem o núcleo dinâmico da economia brasileira.

Para Carneiro (1998) o ritmo de mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “rural” e “urbano” em categorias simbólicas construídas a partir das realidades distintas cultural e socialmente. Sendo assim, não dá mais para sustentar uma delimitação entre campo e cidade apenas pelas atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais ou modos de vida.

É notório que na atualidade o campo brasileiro passa por um considerável processo de mudanças, reflexo do processo de modernização da agricultura, mesmo que de forma contraditória. Para Carneiro (1998) esta se efetivou não de forma uniforme em sua extensão, e que foi moldado nos padrões de produção do modelo urbano-industrial.

No Brasil, segundo Carneiro (1998), as pesquisas recentes tem apresentado dois conjuntos de fenômenos para o meio rural brasileiro.

O primeiro se estabelece no entendimento de que o meio rural brasileiro não é mais definido exclusivamente pelas atividades agropecuárias, mas estando agora relacionado com o aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma parcela considerável de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras formas de rendimento, na chamada pluriatividade.

O segundo está relacionado à procura crescente de formas de lazer alternativos pelos cidadãos com destino ao campo. Esse movimento inicia-se no Brasil na década de 1970, e ganha dimensões na divulgação do pensamento ecológico da década de 1990 (Carneiro, 1998), estimulando os desejos de consumo da natureza, transformando-a em mais uma mercadoria, pelas modalidades de turismo rural, de aventura, ecológico, alterando o ritmo da vida no espaço rural.

Ocorre segundo Alentejano (2000), um exagero na elucidação da ocorrência de mudanças radicais no mundo rural brasileiro, conferindo a mesma uma nova fisionomia. De fato, não se pode negligenciar a verificação de tal transformação, importantes e significativas no campo brasileiro, mas o que está ocorrendo são atribuições na perspectiva de uma absoluta inovação nos últimos anos, não condizente com a realidade em sua totalidade.

A multiplicação de atividades não-agrícolas, o processo de modernização da agricultura patronal e de parcelas da agricultura familiar, promoveu segundo os formuladores e adeptos da concepção do “novo rural” uma nova dinâmica no campo brasileiro, onde cada vez mais os agricultores estão integrados aos circuitos financeiros e informacionais e a tecnificação não podendo mais ser classificados como meramente rurais. Assim, estaria ocorrendo dentro dessa lógica à consumação da urbanização do campo brasileiro, como a consolidação da agroindústria – expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura, com a atividade tipicamente urbana onde a modernização não se instalou propriamente dita.

Para Alentejano (2000, p. 101.), essas formulações apresentam três problemas básicos:

Em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade.

Segundo Carlos (2004) cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidos e estas, ganham conteúdos em sua articulação

com a construção da sociedade urbana. E, que a contradição cidade-campo se desenvolve propondo uma nova contradição, que é a de centro e periferia.

Na realidade cidade e campo sinalizam o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão sócio-espacial do trabalho revelando a racionalidade imposta pela globalização do capital reproduzindo na escala internacional a hierarquização de espaços dominados/dominantes (CARLOS, 2004, p. 135).

Segundo Carlos (2004) a extensão do sistema capitalista permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, culturas e tradições da vida tanto na cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. A cidade e o campo agora estão articulados, deslocando a contradição cidade/campo vinda da história, para a contradição centro periferia, estabelecendo uma nova hierarquia social entre espaços dominantes e dominados a partir da construção de novas centralidades.

Contudo, a sociedade urbana continua com maior reprodução, a cidade vai ganhando cada vez mais importância, pois estimula os setores competitivos da economia a partir dos centros urbanos, seja financiando a agricultura capitalista, seja direcionando a localização da indústria.

A reorganização do processo produtivo aponta novas estratégias de sobrevivência no campo e na cidade bem como, movimentos sociais no campo como na cidade, respectivamente os “sem terra” e os “sem teto”. Tanto no campo como na cidade, o processo de reprodução se realiza pelo conflito entre valor de uso/valor de troca. As lutas dos “sem direitos” revelam o processo de deterioração e desintegração da vida colocando em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço enquanto condição de realização da vida, seja para a produção do alimento, seja enquanto moradia e tudo o que esta atividade implica para a vida. Neste embate se questiona no campo a improdutividade da terra e na cidade a ausência de moradia (CARLOS, 2004).

Lefebvre (1969, p. 17) destaca que “a relação urbanidade-ruralidade, portanto, não desaparece, pelo contrário: intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados”. E que a cidade tomada de assalto pela industrialização, não de forma natural ou involuntária, mas pela ação/intervenção de classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital – os meios de produção, geradores não apenas dos empregos e investimentos econômicos, mas de toda a

sociedade, com emprego das riquezas nas artes, cultura, no conhecimento, na ideologia.

Lefebvre (2001), ancorado no pensamento de Marx coloca que a separação das classes é simultaneamente ilusória e real. Ilusória, porque se estabelece na mesma sociedade e no mesmo todo, além de que só existe uma fonte de riqueza social. E real pelo fato de existirem socialmente e estarem separadas, mantidas como tal, e materializadas pelo conflito.

O referido autor ainda coloca que a divisão do trabalho direciona a separação do trabalho industrial e comercial, bem como a do trabalho agrícola, de outro. Conduzindo desta forma a distinção entre campo e cidade e a oposição de seus interesses. Assim, a divisão do trabalho é responsável, de modo geral, pelas múltiplas divisões e separações particulares das atividades sociais. Assim, ainda apoiado em Marx, Lefebvre (1969), afirma que a divisão do trabalho entre cidade e campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Em que a cidade é considerada local de trabalho intelectual, *lócus* da administração, da política e da cobrança de impostos, dentre outros. E dela emana o controle financeiro e ideológico e se conduz tanto a orientação material como a orientação moral da sociedade.

3.2 A PROBLEMÁTICA DO QUE VEM A SER RURAL E URBANO NO BRASIL

A origem dos municípios brasileiros é inspirada no modelo da república romana (época do Brasil colônia), onde exercia funções políticas legislativas e administrativas. De lá pra cá, a formação municipal brasileira reflete esse modelo. Até 1938, o Brasil não estabelecia diferença legal entre cidade e vila, com isso tanto cidades quanto vilas podiam ser sedes de municípios. Foi somente no Estado Novo que surgiram as diretrizes básicas nacionais de divisão territorial, onde havia, dentre outros, os seguintes requisitos: população mínima de 100 mil habitantes, eleitorado não inferior a 10% da população, centro urbano já constituído (TAVARES, 2003).

Após muitos avanços e regressos, finalmente o Decreto-Lei 311/38 conferiu aos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística - hoje IBGE – a atribuição de estabelecer os requisitos mínimos para a elaboração dos perímetros

urbanos e mapas municipais. Esta lei vigora até os dias de hoje. A área urbana do município é definida pela Lei do perímetro urbano (de competência municipal). É o perímetro urbano que indica o limite oficial entre as áreas urbanas e rurais. Contudo, quase sempre as áreas são tidas como urbanas (até mesmo algumas rurais) em virtude de expandir a base de arrecadação do IPTU.

Tavares (2006) expõe que os municípios não atualizam os seus perímetros urbanos, cabendo ao IBGE introduzir outras unidades territoriais (além das convencionais urbanas, rural e urbana isolada), a saber: aglomerados subnormais, aglomerados rurais isolados, áreas urbanizadas, áreas não urbanizadas e aglomerados de extensão urbana.

As inadequações existentes na definição do que venha a ser rural e urbano, somam-se as dificuldades conceituais e metodológicas impostas aos formuladores de política pública e das diversas áreas de conhecimento. A superação dessa empreitada é dificultada pela vigência de uma legislação anacrônica, e que carece de investimentos teóricos e de esforço empírico para sua compreensão.

É impossível realizar um recorte espacial perfeito entre rural e urbano, diante da complexidade que demonstra que esses conceitos se interpenetram, ou seja, complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre esses espaços.

Para fins de planejamento e formulações de políticas de desenvolvimento rural e urbano, torna-se coerente a realização de algumas subdivisões que não buscarão, necessariamente, a total separação entre as insuficiências teóricas e empíricas do que seja rural e urbano no Brasil, constituindo-se em uma alternativa que possui sua viabilidade justificada por razões de ordem prática (REIS, 2005, p. 90).

Veiga (2002) traz polêmicas reflexões a respeito da delimitação do rural e do urbano no Brasil, e suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento rural. Destaca a precariedade do anômalo, anacrônico e obsoleto modelo de delimitação do campo e cidade adotado no Brasil, que desde o final da década de 30, sob a égide do Estado Novo, onde através da lei 311, de 1938, delineou-se como cidade todas as sedes municipais existentes, independente de suas características estruturais e funcionais.

Veiga (2002) lembra que nada disso teria muita relevância se fossem raros os casos de sedes municipais que exercem ínfimas pressões antrópicas sobre o ecossistema urbano, pouco artificializado, às vezes quase intocado (no que se refere às mudanças decorrentes do processo de urbanização).

Segundo Veiga (2002, p. 66) “para que a configuração territorial brasileira não permaneça tão obscura, é imprescindível construir tipologias alternativas, capazes de captar a imensa diversidade dos municípios”.

Veiga (2002) conduz seu estudo sobre o cálculo do número de cidades no Brasil a partir de uma definição político-administrativa, em que a cidade é definida como sede do município. Assim existiriam no Brasil 5507 sedes de municípios em 2000, todas ancoradas pelo estatuto legal de cidade. Para o referido autor, 455 seriam “inequivocamente urbanas”, restando 5052 classificados, segundo Veiga, como “pertencem ao Brasil rural” e as que se encontram no “meio campo”, ou seja, àqueles cujas características trazem em seu conteúdo aspectos de ambos os espaços.

Veiga fundamenta-se na densidade demográfica, no chamado grau de pressão antrópica, que seriam o melhor (para o autor) grau de artificialização dos ecossistemas, e conseqüentemente da urbanização do território, somando-se a localização, reflexo das modificações do meio natural pelas atividades antrópicas. Segundo Carlos (2004), por essa perspectiva ocorre a naturalização da sociedade, pois se distinguem áreas “mais rurais” em função da natureza intocada e aos ecossistemas mais alterados pela ação humana e manchas de grandes cidades.

Carlos (2004) faz críticas a Veiga, por não analisar os processos e estar preso aos dados estatísticos para respaldar e dar substância ao seu entendimento acerca da urbanização brasileira, ou seja, não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. A referida autora considera ingênua a postura de Veiga por acreditar que a simples alteração estatística, vão conduzir a reorientação das políticas públicas na promoção de possibilidades do crescimento, mas perceber que estamos diante da produção do espaço pela sociedade, e sob a égide do Estado regulador, na imposição das relações de produção enquanto dominação de espaços.

O problema é que “urbano” e “rural” longe de serem meras palavras são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do que se acredita ser urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual. (CARLOS, 2004, p. 131).

Segundo Carlos (2004), a contradição cidade-campo ganha contornos e dimensões da contradição centro-periferia. Em que a reorganização do processo produtivo direciona novas estratégias de sobrevivências tanto no campo como na cidade e movimentos sociais em ambos, articulados, pois a presença da propriedade privada marca e circunscreve as possibilidades de apropriação no campo e na cidade e estabelecendo lutas conjuntas.

A relação cidade-campo, conforme Lefebvre (1969) mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, ora se apresentando profundamente conflitantes, ora mais pacífica e perto de uma associação. Porém podendo ser presenciada numa mesma época manifestações distintas para tal relacionamento.

Para os momentos históricos que se apresentam profundamente conflitante entre cidade e campo, Lefebvre (1969) chama a atenção acerca dessa relação nos países industriais, onde a velha exploração do campo circundante pela cidade cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação.

Hoje não tem sentido, porém, reforçar, a idéia de que existe uma diferença, uma luta desleal entre cidade e campo. A questão não é esta; as relações de mercado estabelecem o que deve ser modificado, onde os investimentos devem ser concentrados. Por isso a questão não é que a cidade esteja vencendo e o campo esteja perdendo, a questão é que os detentores dos meios de produção decidem onde é melhor investir. É importante registrar que embora os investimentos se deem tanto no campo como na cidade, esta atraí para si a população em busca de melhores condições de vida. (MACHADO, 1990, p.94).

Segundo Lefebvre (1969) a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos (inclusive político e ideológico) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade.

A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente continuo (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da

racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “campo-cidade”, nas relações de classe e de propriedade. O trabalho correto consiste aqui em ir dos conhecimentos mais gerais aos conhecimentos que dizem respeito aos processos e às discontinuidades históricas, à sua projeção ou refração na cidade, e inversamente, dos conhecimentos particulares e específicos referentes à realidade urbana para o seu contexto global. (LEFEBVRE, 1969, p. 53).

Machado (2008) fundamentado na obra de Lefebvre (1978) mostra que a relação entre urbano e rural gera formas criativas e dinâmicas de ocupação e uso da terra. Mas o próprio Lefebvre (1969) chama a atenção destacando que pode ser contestada teoricamente interpretação que vislumbra na oposição cidade-campo a partir da noção de que os países industrializados têm o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele.

Adentrar na discussão acerca do rural e urbano em relação à produção do conhecimento pressupõe: esforço, rigor, organização, dedicação intelectual, ousadia, pretensão e sonhos, pois constituem operações delicadas, com presenças reais de possíveis fantasmas que costumam assombrar aqueles que se prestam na busca pelo saber, porém favorecem a constituição de questionamentos e discussões.

Pensar sobre o rural e o urbano para além (puramente) do que está posto pela legislação vigente, mas reflexiva na busca do entendimento da realidade a partir das manifestações/presenças de traços e aspectos inerentes ao espaço rural, que se encontra cravado, seja na periferia das cidades (áreas periurbanas), seja de forma pontual no interior da malha ou tecido urbano.

É pela não aceitação da neutralidade científica, tão criticada e que precisa ser extirpada de fato, que em face de observância de elementos do mundo rural que adentram na fronteira, para muitos, rígida e intransponível do espaço urbano, que só se move apenas na expansão de seus limites abarcando aquilo que teoricamente é concebido como seu oposto, o rural, e imprimindo toda a sua lógica, ritmo, normas e cultura, destruindo assim qualquer aspecto e características da rusticidade.

A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores,

conhecimentos, formas de lazer e também cultura. (CARLOS, 2005. p. 26).

A referida autora busca compreender a cidade dentro de uma totalidade, a partir da qual ela é possível de ser apreendida, ou seja, enquanto produto histórico e social a cidade tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com sua história, transformando-se à medida que a sociedade como um todo se modifica.

A cidade está além do construído, pensá-la para além das formas, é entendê-la enquanto reflexo das relações sociais que permeiam a sociedade, nos mais diferentes aspectos e considerações, a exemplos das várias instituições que regem esta sociedade (família, escola, igreja, Estado).

3.3 AGRICULTURA E ESPAÇO URBANO

A agricultura é uma atividade complexa e multifacetada, cujas características variam de acordo com as técnicas empregadas, as condições geoambientais, as disponibilidades de recursos humanos e capitais, além da localização das áreas e outros. Logo, a sua compreensão e dimensionamento dependerá dos procedimentos e métodos empregados na análise territorial, não se restringindo a uma análise setorial, como é frequente em trabalhos das ciências sociais, em particular da geografia.

O espaço rural brasileiro na atualidade tem seu conteúdo redefinido a partir tanto da incorporação de tecnologias ao processo produtivo, bem como o desenvolvimento das atividades não-agrícolas, e as transformações sociais delas decorrentes, em que se mesclam funções tradicionais com novas funções. Assim, a concepção tradicional de espaço rural é cada vez menos satisfatória para definir e caracterizar tal complexidade territorial (LOCATEL, 2008).

Segundo Locatel (2008), a definição da agricultura como definidora do espaço rural deve ser relativizada, visto que essa atividade não é exclusiva do espaço rural, mas pode ser encontrada em espaços urbanos e periurbanos. Tradicionalmente na geografia agrária, os enfoques das atividades agropecuárias eram definidores do espaço agrário, tido como sinônimo de espaço rural, atribuindo-lhe características de arcaico, atrasado, rústico e inóspito, além de

bucólico e puro, sendo o homem do campo adjetivado de igual maneira, definido como agricultor, com pouca instrução e cultura.

A própria agricultura praticada no meio rural apresenta características diversas, ora composta de sistemas agrícolas tradicionais, a exemplo de agricultura de subsistência e itinerante, ora ligados aos sistemas agrícolas modernos, atrelados ao comércio nacional e internacional, aproximando cada vez mais essa realidade a dinâmica urbana, do que a rural.

É dentro dessa lógica que o espaço urbano não é visto aqui apenas atrelado a indústria, comércio e a negação do rural, pelo contrário, não há uma separação cidade campo mesmo cada um apresentando suas particularidades e singularidades. A agricultura urbana vem legitimar e reforçar a presença de práticas agrícolas na cidade, o que refuta a tão cristalizada idéia de que cidade e campo são pares antagônicos, sendo necessário considerar que mesmo em meio ao atual processo de urbanização presenciamos traços e elementos do rural espalhados pelo tecido urbano.

Segundo Correia (1999), a cidade é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. E estes mesmos processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cujas distribuições espacial constitui a própria organização espacial urbana.

O espaço urbano e sua supremacia enquanto centro da acumulação de capital incorpora uma diversidade de processos produtivos e assim de variadas formas de trabalho. Nas periferias das cidades, que em um período anterior eram pautadas predominantemente pelas atividades eminentemente agrícolas, mesclam-se atividades urbanas e rurais, exercidas pelos excluídos do trabalho urbano formal, e que como estratégias de sobrevivência permanecem desenvolvendo atividades tradicionais, de caráter extremamente precário, mas que se mantém como necessárias na lógica contraditória de acumulação capitalista (MOURA, 2007).

O espaço urbano vai sendo construído e reconstruído, através de políticas públicas, gerando descontinuidades e agrupamentos, sem respeitar as relações econômicas e sociais preexistentes, ou seja, os interesses da população local, seus anseios e necessidades. É onde podemos encontrar neste espaço urbano

fragmentado e articulado, contradições que instigam e redefinem antigas relações campo-cidade.

O espaço urbano capitalista apresenta descontinuidades e recortes, com presença de múltiplas territorialidades resultantes das contradições impostas por um modelo de desenvolvimento excludente cujo principal objetivo é a acumulação do capital. A relação dialética entre campo e cidade é materializada nos diferentes usos do solo, onde a apropriação privada da natureza e a precarização do trabalho constitui-se condição para a reprodução ampliada do modo de produção atual (MOURA, 2007).

No processo de crescimento urbano as áreas rurais vão sendo invadidas pela cidade, originando novas configurações espaciais que não destituem por completo as antigas formas e funções, promovendo uma mescla de sentidos e usos, conduzindo a múltiplas territorialidades, visto que mesmo inseridas na lógica capitalista, preserva relações “não capitalistas de produção”.

O processo de urbanização acelerado pelo qual passou as grandes metrópoles brasileiras promoveu intensas transformações no espaço urbano e periurbano das cidades, expondo áreas predominantemente agrícolas aos impactos da urbanização.

Mesmo não sendo objeto principal de nossa pesquisa, vale ressaltar a importância da agricultura metropolitana, que se restringe ao enfoque de sua inserção como parte integral de um processo maior de crescimento urbano, não sendo possível compreender a agricultura em si, mas num contexto de abordagem no nível do produtor (BICALHO, 1992, *apud* TUBALDINI e RODRIGUES, 2000), e que pode responder aos questionamentos mais específicos do ambiente rural-urbano.

A esse respeito Machado (2008) fundamentado nas contribuições de Bicalho (1998), destaca que a metropolização do espaço é muito mais complexa do que um mero avanço urbano sobre o campo, dando origem a espaços interativos do urbano com o rural nos quais se mantêm atividades agrícolas dinâmicas.

Essa realidade é tão forte que foi observada na área de estudo que os agricultores urbanos que comercializavam seus produtos agrícolas nos bairros investigados eram provenientes dos municípios vizinhos, a exemplo de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, que compõe parte da região metropolitana

de Aracaju. Aproveitando para comercializar seus produtos nas avenidas principais dos bairros durante toda semana (Figuras 16 e 17).



Figura 16: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio.

Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.



Figura 17: Comercialização dos produtos agrícolas na Av. Poço do Mero, Bugio.

Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.

Mesmo o presente trabalho está pautado no entendimento da agricultura de caráter intra-urbano, faz-se necessário compreender estudos com propostas metodológicas diferenciadas como, por exemplo, a do modelo de Von Thünen; Sinclair (1967).

O modelo Thuniano tem sido referência para os debates sobre localização das atividades agrícolas, sejam para confirmá-las ou refutá-las; o mesmo estabelece um padrão de distribuição espacial das atividades agropecuárias que é determinado pela presença de um centro consumidor, a partir do qual as atividades agrícolas estariam distribuídas em intensidades de usos decrescentes a partir do distanciamento do centro (MACHADO, 2008).

Nesse mesmo modelo, apoiado em condições espaciais homogêneas e considerando apenas o custo do transporte, que se mostrava diretamente proporcional a distância das áreas de produção até a cidade, ou seja, aquelas atividades valorizadas e intensivas, cuja produção tivesse alto grau de perecibilidade, estariam localizadas junto ao centro consumidor, já as menos intensas estariam mais afastadas. Vale ressaltar que mesmo com o advento do avanço tecnológico ligados ao setor de transporte e a própria resistência genética e preservação dos alimentos, que conduziria a superação da perspectiva Thuniana, seu postulado segundo Machado (2008) ainda pode ser encontrado em vários estudos científicos, principalmente na área da economia.

Diferente na análise da distribuição espacial dos cultivos e das criações, temos as contribuições de Sinclair (1967), que indica a presença de atividades extensivas e de baixa rentabilidade próximas aos centros urbanos. Destacando que a periferia urbana estaria à espera de sua provável conversão em áreas edificadas em função do crescimento das cidades, ocasionando-se assim, uma especulação imobiliária, rompendo-se desta maneira os padrões Thuniano de decréscimo da produção agropecuária em função do distanciamento do centro da cidade (MACHADO, 2008).

Ainda acerca da discussão sobre agricultura metropolitana, Machado (2008) ancorado em Bryant (1984) e Bicalho (1992) destaca que a mesma se manifesta de diferentes maneiras, considerando-se suas relações com a cidade e suas próprias características. As formas de inserção da produção agrícola desenvolvida em áreas de influência ou domínio urbano sugerem que existam

diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação: 1) ambiente de agricultura desenvolvida, onde existem condições para a realização da prática agrícola, em função da existência do próprio mercado regional; 2) ambiente de agricultura adaptada, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não-urbanas; 3) ambiente de degeneração agrícola, quando as forças urbanas pressionam as demais e a agricultura declina.

Vale (2004), ao estudar e se debruçar sobre a plurifuncionalidade do espaço periurbano, destaca que através do crescimento urbano, os limites físicos das cidades vão englobando áreas cada vez mais distantes da sua core, englobando o espaço rural, sem levar em consideração que esse espaço é dotado de identidade própria e especificidade no modo de vida e organização socioeconômica. Esses espaços englobados estão muitas vezes próximos ao perímetro urbano e, com o tempo, neles estão inseridas atividades agrícolas e urbanas.

No caso da zona de expansão que está circunscrita nos limites municipais de Aracaju, não é difícil presenciar essa mescla de atividades agrícolas e urbanas convivendo lado a lado, e sob uma mesma lógica (que é a do capital), mesmo que lhe seja creditado o título de maior reserva de solo urbano disponível para futuros investimentos do setor da construção civil, até o momento quando se adentra de fato nos povoados Areia Branca, Mosqueiro, Matapuã, percebe-se a materialidade da produção do espaço, com suas múltiplas faces e significados (Figura 18).

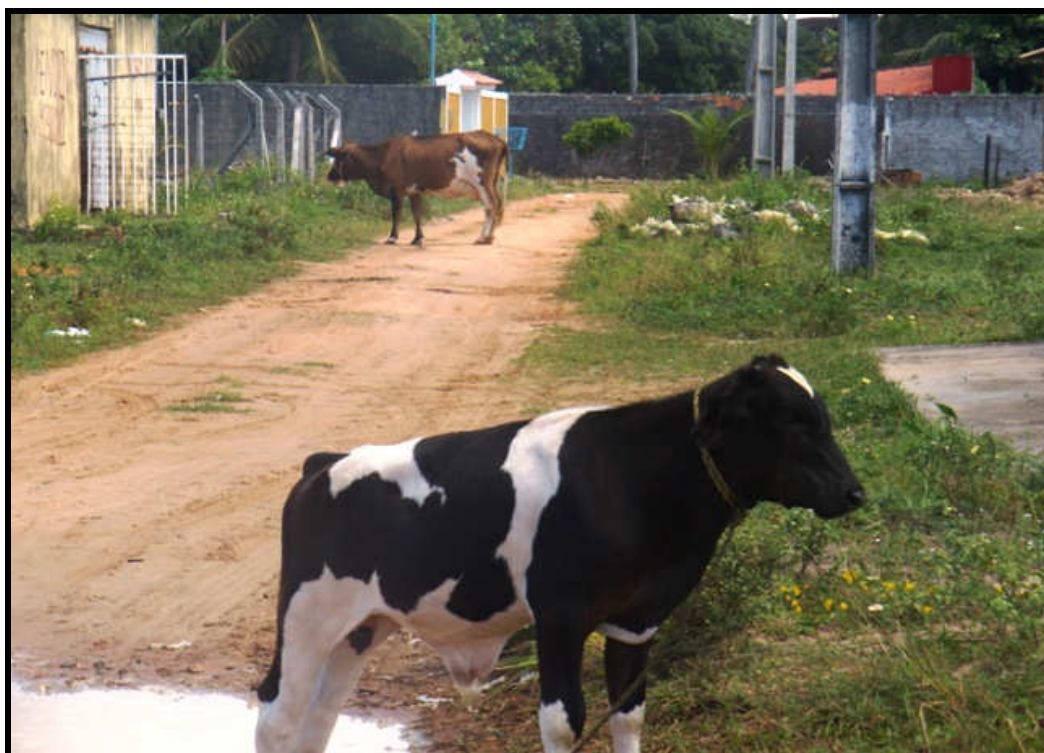


Figura 18: Animais pastando nas ruas da zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.

O contraste que agrega paisagem rural e urbana e a plurifuncionalidade caracterizam o denominado espaço periurbano. Pelo fato da não exatidão terminológica nas análises que venha a denominar o espaço periurbano sobre o qual recai a expansão urbana das cidades, torna-se difícil estabelecer comparações entre espaços periurbanos e o crescimento periférico das cidades. Podendo-se enunciar vários termos utilizados com este intuito: rural-urban frige, banlieue, franja urbana ou rururbana, sombra urbana e espaço periurbano (VALE, 2004).

O termo usado pela geografia, quando se trata de áreas com crescimento periférico e onde se mescla usos do solo urbano e agrícola, é o de franja urbana, que seria a transição entre o campo e a cidade. É sem dúvida um espaço social diferenciado, pois apresenta além do aumento das formas e modos de vida urbanos, forte mobilidade de sua população, com variedade social. Estratos sociais diferenciados, de acordo com as distintas áreas residenciais existentes, relações sociais mais intensas e valorização contemplativa da natureza, mas não de forma integrada ao campo.

O termo franja rurubana é definido como um espaço onde além do uso rural (áreas de cultivo, terrenos baldios e áreas de preservação ambiental),

também é ocupada por uso residencial, com pequenos agrupamentos de casas, proliferação das propriedades unifamiliares somadas a outros usos urbanos, a exemplo de via de transporte e instalações de serviços urbanos de infraestrutura básica que necessitam de amplas superfícies. (ZARATE, 1984, *apud* VALE, 2004).

O crescimento periférico da cidade é classificado por muitos autores como rururbanização ou rurbanização, sendo que não são sinônimos: o primeiro ocorre nos espaços situados na zona urbana, onde a população está concentrada, com associação entre o rural e o urbano, predominando a população urbana que reside num espaço rural com tendências a valorização do solo, reflexo do crescimento urbano; a segunda é uma situação intermediária entre puramente rural e exclusivamente urbana com uma mistura entre os valores representativos do mundo rural e urbano.

Segundo Vale (2004), periurbanização tão utilizada pelos geógrafos franceses e espanhóis, seja a melhor forma de interpretar e entender o conceito de espaço periurbano. Entendido como espaços plurifuncionais com presenças e características tanto urbanas como rurais, somadas às profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica vinculada a proximidade de grande núcleo urbano.

O mesmo autor ainda destaca que nas décadas de 1970 e 1980, proliferou-se no Brasil a construção de conjuntos habitacionais populares. A partir de 1990 constroem-se os condomínios fechados destinados à classe média e alta, muitas vezes afastados do centro da cidade, deixando vazios urbanos. Estes por sua vez conduziram a valorização do solo entre os condomínios e o centro, à medida que a infraestrutura urbana foi implantada (asfaltamento, saneamento básico, eletrificação e outros serviços), ou seja, a expansão urbana promove a especulação imobiliária nessas áreas.

Durante a fase de investigação foi observado tal realidade na zona de expansão, em que a proliferação dos condomínios fechados (Figura 19), nos últimos anos, tem se tornado frequente, mesmo que alguns condicionantes ambientais sejam entraves, como é o caso do problema da macrodrenagem da região, muitos empreendimentos luxuosos são instalados valorizando cada vez mais o solo urbano e rural.



Figura 19: Condomínio residencial fechado na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009.

As modificações nas formas de uso do solo acabam promovendo uma competição pela sua ocupação entre indústria, comércio, residências e infraestrutura de vários tipos, que vai ao mesmo tempo reduzindo o espaço agrícola e ocupando as melhores terras que, por sua vez, são valorizadas.

O agricultor periurbano diante das dificuldades enfrentadas acaba sendo classificado como agente especulador. Por isso, ocorre muitas vezes, o abandono da atividade agrícola ou a busca de emprego em outros setores. Mas, mesmo enfrentando estas situações desfavoráveis, as restrições impostas pelo mercado de trabalho, muitos agricultores ainda apostam na agricultura nestes espaços já bastante modificados pela urbanização.

França (1988) ao estudar as mudanças ocorridas nas áreas cocoicultoras do litoral sergipano e as transformações espaciais da ocupação do espaço litorâneo em relação à essa atividade, destaca que em Sergipe a abertura de estradas na faixa litorânea, como a Rodovia dos Náufragos, José Sarney, as estradas da Caueira, Abais, Saco da Boa Viagem e a rodovia para Pirambu, tiveram papéis fundamentais nesse contexto de mudanças. Em contrapartida com a abertura de estradas e maior acessibilidade, contribuiu para aumentar a renda da terra da produção de coco-da-baía, mas também como aumenta o valor dos

terrenos litorâneos, acaba sendo prejudicial para a produção, tendo em vista o incremento do seu potencial especulativo.

A depender de elementos externos, tais como expansão urbana, aberturas de estradas e valorização das terras, vão promover em algumas áreas litorâneas, mais evidentes e de forma mais acelerada, a transformação na utilização da terra, em outras, o processo é mais lento e menos agressivo.

Nesse sentido, a autora afirma que

a produção de coco-da-baía vem sendo ameaçada diante da valorização das áreas litorâneas e da abertura de estradas, que, num primeiro momento, são implantadas com a finalidade de escoar a produção. Na realidade, essas estradas contribuem decisivamente para a redução dos coqueirais, já que as facilidades de acesso até a orla marítima conduzem a uma utilização da área, para o turismo e o lazer (FRANÇA, 1988, p. 11).

Na região da Grande Aracaju, com alto potencial de mudanças, face ao crescimento urbano da capital e ao grande volume de empreendimentos..., “a curto prazo, se processe a derrubada do coqueiral, em Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Nesse caso, dar-se-á a destruição, uma vez que a ocupação do solo passa a ser urbano”. (FRANÇA, 1988, p. 110).

A referida autora destaca que com a valorização dos terrenos litorâneos e, principalmente, com o crescimento urbano de Aracaju, a tendência é o desaparecimento da produção agrícola dessa área, ocorrendo a transferência do coqueiral para áreas mais distantes. Porém apesar de concordar com a leitura da autora, a produção e utilização da porção sul de Aracaju, nos povoados Mosqueiro, Areia Branca, Matapuã, na ZEU, presenciamos áreas com práticas agrícolas que não desapareceram por completo, ou seja, ainda persistem, presentes na paisagem e que guarda a ligação com um passado glorioso na produção cocoicultora, e que reascende a velha discussão da dicotomia espacial entre o rural e urbano.

França (1988) também traz a discussão acerca da renda da produção de coco, ao argumentar que aumenta a renda pelas condições físicas e das condições de acessibilidade (renda diferencial), porém diminui diante da especulação imobiliária e da distância do mercado, destacando ainda que diminui

a cocoicultura que, pressionada, chega a ser substituída por outros usos, sobretudo passando do uso rural ao urbano.

O coco-da-baía deve sofrer a pressão da especulação imobiliária exercida pela cidade, direta e indiretamente, tanto pelo crescimento urbano normal sobre a periferia, como pela demanda das classes urbanas mais favorecidas por terras litorâneas de maior valor para o lazer (FRANÇA, 1988, p.14).

A autora ainda destaca um ponto extremamente importante nessa análise, afirmando que:

O aumento da renda especulativa diminui a renda da produção, daí se espera que a periferia de Aracaju, diante do aumento do valor da terra, esteja extensificando e, até extinguindo a produção, apresentando, assim, o mais alto potencial de mudanças (FRANÇA, 1988, p. 16).

Contudo, é válido ressaltar que mesmo diante de tais mudanças argumentadas por França (1988) há a possibilidade de uma relativização. É sabido a presença muito forte ainda hoje do coco da baía nas áreas litorâneas da cidade de Aracaju, mesmo não correspondendo de igual modo ao período fausto e glorioso de sua produção, em que o estado de Sergipe já foi um dos maiores produtores de coco do Brasil.

Segundo o IBGE, 2008 a produção de coco em Aracaju alcançou o número de 720 mil frutos numa área plantada de 360 hectares com rendimento médio de 2000 frutos/hectares cujo valor da produção totaliza 324 mil reais. Pode-se reconhecer o aumento da renda especulativa em detrimento da renda oriunda da produção do coco. Entretanto, não se pode negar na análise da produção do espaço dessa localidade a existência de traços e/ou características culturalmente associados ao espaço rural, a exemplo de propriedade com criação de animais e as cercas (IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2008).

O IBGE, que não trabalha com propriedade e sim com estabelecimentos, fornece informações referentes aos estabelecimentos agropecuários presentes em Aracaju, conforme a Tabela 01. Por conhecer a realidade da zona de expansão de Aracaju, bem como toda a cidade, acreditamos que estes dados sejam oriundos principalmente da zona de expansão, pois é nesta área onde visualizamos os vazios urbanos, como características peculiares ao espaço rural.

Tabela 01: Aracaju, estabelecimentos agropecuários, 2006.

Nº de estabelecimentos agropecuários	Nº de estabelecimentos com lavouras permanentes	Nº de estabelecimentos com lavouras temporárias	Nº de estabelecimentos com pastagens naturais	Nº de estabelecimentos com matas e florestas
44	23	4	5	1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Em relação a produção pecuária municipal, percebe-se a partir da Tabela 02 a presença de rebanhos sejam eles bovinos, equinos, dentre outros. O interessante é entender como esses dados numéricos, em relação a tal produção, são significativos, no tocante a uma cidade considerada total ou quase que totalmente urbana. Vale destacar também que durante o trabalho de campo visualizou-se que do efetivo bovino, encontrado na cidade de Aracaju, grande parte está localizada em sua zona de expansão urbana. Bem diferente dos bairros analisados, que prevalece a prática agrícola relacionadas ao cultivo de frutíferas e plantas medicinais. Fato esse favorável a decisão de enveredar a análise sobre a agricultura urbana em Aracaju, basicamente a partir de duas áreas diferenciadas: a zona de expansão e os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.

Ainda com relação a pecuária municipal aracajuana, o IBGE apresenta informações acerca das vacas ordenhadas e a produção de leite de vaca, o que provavelmente ainda gera renda para seus produtores. Sendo importante destacar a venda de leite *in natura*, a exemplo da comercialização, ainda presente, do leite de porta em porta dos bairros pesquisados, em que por apenas um real e trinta centavos (R\$ 1,30) o “freguês” leva um litro de leite na vasilha.

Tabela 02: Produção pecuária do município de Aracaju, 2008

Rebanho	Número/cabeças
Bovino	880
Equino	426
Asininos	18
Muare	106
Suínos	530
Caprinos	165
Ovinos	630
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	33.000
Galinhas	2.700
Codornas	4.800
Vacas Ordenhadas	170
Produção	Quantidade
Leite de vaca	122 mil litros
Ovos de galinha	11 mil dúzias
Ovos de codorna	19 mil dúzias

Fonte: IBGE, Produção da pecuária municipal, 2008.

Em algumas propriedades da zona de expansão de Aracaju, percebe-se que a terra que espera pela conversão de rural para urbano, via especulação imobiliária, é muitas vezes local de práticas agrícolas, enquanto a mesma não é vendida, sendo utilizada com plantações de cultivos agrícolas, como pode ser observado na Figura 20.



Figura 20: Mesclas de sentidos e usos na zona de expansão de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L. S., 2009

Cada fração da cidade deve ser estudada na observância de suas especificidades, mas não perdendo a dimensão/compreensão da totalidade das relações sociais, neste caso sócio-espaciais, visto que a cidade é reflexo da produção histórico-social, ou melhor, constitui-se em trabalho humano materializado na paisagem.

Ao se expandir sobre o espaço rural, a cidade tende a incorporá-lo e submetê-lo a novas formas de apropriação, formatando novos usos e funções.

Neste sentido,

quando a cidade se expande sobre o campo não significa que esta área deixe de ser propícia para o cultivo agrícola, mas que é de interesse do capital através da especulação imobiliária, para que se transforme em loteamento, distrito industrial ou *shopping center* (MAIA (2000), *apud* MOURA, 2007, p. 98).

Maia (2003) reflete a respeito da manifestação do mundo rural na cidade, evidenciando a casa enquanto elemento unificador desses espaços. A autora trabalha com a categoria subespaços para destacar a manifestação da herança rural expressas em algumas casas luxuosas como também nas mais simples, desmistificando que mesmo diante do processo de urbanização e industrialização, a herança rural não foi suplantada, muito embora suas evidências tenham sido abafadas pela sociedade moderna.

A referida autora destaca que a partir de um olhar mais atento sobre a paisagem, podemos encontrar encobertos pelos incrementos urbanos, animais pastando nos lotes vazios, carroças puxadas pelo burro entregando leite *in natura*, homens levando capim para alimentar seus animais, como também cavaleiros que se aventuram pelas ruas da cidade, dividindo espaços com os automóveis.

Dentro dessa visão, a autora ainda afirma que a prática desses homens, geralmente de origem rural, manifesta-se na cidade em micro-espacos, com pequenas criações ou mesmo na manutenção de costumes que se mesclam a vida urbana, não se resumindo somente às atividades praticadas, mas sendo incorporadas no seu modo de viver, tendo a sua casa a expressão de uma herança rural.

Muitas vezes, esse cidadão que mora na cidade e/ou no seu entorno, por estar marginalizado ou excluído do processo de produção baseado no modelo capitalista, inclui-se através da relutância de práticas do mundo rural, trazidos

muitas vezes, em virtude das numerosas correntes migratórias provenientes do campo.

Segundo Resende (2004), o mundo rural continua presente nas cidades, nas ruas e nos quintais, nas atividades dos carroceiros e suas carroças, prestando serviços à cidade, nas pequenas hortas e criações de animais na periferia, assim como nas manifestações culturais, como as festas do Divino e de Santos Reis.

Como bem lembra Lefebvre (2001, p. 12),

entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoados por camponeses envelhecidos, mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos de maior miséria e da pressão.

Essa afirmativa, que respondia a uma realidade há mais de 40 anos, pode facilmente ser aplicada a realidade, pois podemos observar a mescla do rural, tanto nas cidades, como em áreas metropolitanas, tanto em países centrais como nos periféricos (LOCATEL, 2008).

Apesar de haver uma tendência no sentido da urbanização no mundo, esse fenômeno não se dá de forma homogênea, nem mesmo as ondas de urbanização conseguem eliminar todos os elementos da vida rural, com a expansão de sua trama territorial. E o campo, mesmo sendo “urbanizado” não se deixa eliminar por completo, havendo sempre às resistências, sobrando sempre elementos da vida rural.

O crescimento da pobreza urbana e metropolitana, do desemprego e da insegurança alimentar, dentre outros problemas da realidade urbana, coloca lado a lado, força de trabalho, conhecimento disponível, que podem ser utilizados para prática da autoprodução, a exemplo da agricultura urbana, como mais uma estratégia de sobrevivência/permanência no equacionamento (in)sustentável dos conflitos urbanos e das contradições geradas pelo modo de produção hegemônico.

Santos (1994), ao se referir ao território da cidade afirma que:

Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos territórios vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas frequentemente

modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. (SANTOS, 1994, p. 65).

Madaleno (2001) salienta que essas atividades socioeconômicas não devem ser vistas isoladamente, mas considerando o contexto das economias locais e regionais, das formas de ocupação e uso do solo urbano, dos sistemas de gestão e até de sistemas de produção e de distribuição de alimentos globais.

Pode-se entender a agricultura urbana e periurbana, como uma estratégia social, voltada à complementação de renda, geração de emprego, redução do risco de insegurança alimentar, além de melhores condições para um protagonismo da mulher, do idoso e do jovem.

Ocorre que no Brasil a implementação das atividades de agricultura urbana, vinculadas à segurança alimentar não se dá pela escassez de alimentos, porém está relacionado à demanda, ou seja, a possibilidade de acesso da população aos alimentos através do mercado.

A agricultura urbana tem um caráter social e ambiental, pois incide nas famílias que a praticam da seguinte forma: complementação de renda; fornecimento de alimentos básicos que essas mesmas famílias não teriam acesso no mercado livre para comprar; alimentos frescos e saudáveis com possibilidade de diversificação da dieta alimentar; reciclagem do lixo através da utilização de resíduos e rejeitos domésticos para adubação, além da reutilização de embalagens para formação de mudas; farmácia caseira (plantas medicinais), dentre outros.

A questão de geração de renda através da atividade de agricultura urbana é também compreendida como valor monetário obtido através da comercialização dos produtos agrícolas e como alternativa para poupar os gastos que seriam feitos na compra de alimentos, que passam a ser produzidos em seus quintais, da mesma forma evitando a compra de medicamentos utilizando plantas medicinais, e cultivando plantas para alimentar seus animais, evitando assim a compra de rações.

A agricultura urbana e seus desdobramentos no espaço urbano, seja pela discussão da dicotomia espacial, pela problemática do que vem a ser rural e urbano, bem como pelas mesclas de sentidos e usos da/na cidade, existe enquanto manifestação materializada na cidade de Aracaju, logo seu estudo é pertinente e ao mesmo tempo desafiador. Desafiador porque para levar esse

estudo adiante é preciso, antes de qualquer coisa, encará-lo como necessário à realidade de Aracaju, tendo em vista a ausência de estudos referentes a essa temática. É a partir dessa premissa que o capítulo seguinte propõe uma discussão mais afunilada da AU em Aracaju, mais especificamente nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont e na sua Zona de Expansão.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARACAJU E A AGRICULTURA

No presente capítulo discute-se de forma mais verticalizada o recorte territorial, alvo da pesquisa em tela, que a princípio é introduzido com um resgate da evolução do tecido urbano da capital sergipana, para posteriormente adentrar, de forma mais específica, na caracterização geral das áreas consideradas adequadas para a compreensão e dimensionamento da agricultura urbana no município de Aracaju. E finaliza-se o mesmo buscando compreender a renda da terra urbana e da monopolização da terra em Aracaju.

4.1 O SÍTIO URBANO

Aracaju foi fundada em 1855 por Inácio Joaquim Barbosa, para subsidiar as relações político-administrativas e econômicas, sendo considerada o principal e mais importante centro da rede urbana estadual. Sua localização embora em terrenos alagados, de pântanos, mangues e dunas, possuía uma posição estratégica, situado à margem do estuário do rio Sergipe, o que possibilitava o controle sobre as diversas regiões econômicas da Província, principalmente sobre a zona açucareira da Contiguiba.

A produção agrícola da Cotinguiba, em meados do século XIX, estava relacionada à exigência exterior de consumo de produtos tropicais, proporcionado pela revolução industrial. É nesse contexto que o Estado teria que viabilizar a criação de um novo centro de comercialização, que mantivesse contato com o exterior e que fosse centro econômico da Província, neste caso São Cristóvão, antiga capital da Província, não atendia essas necessidades.

O interessante é que a transferência atendia também os interesses dos Senhores-de-engenho, fato comprovado pela fraca oposição dos proprietários do Vaza-Barris, que logo perceberam as vantagens econômicas.

É importante frisar que de início, Aracaju não exerceu total influência sobre a rede urbana da época, pois as outras cidades estavam localizadas nos fundos dos estuários dos rios Japarutuba, Cotinguiba, Sergipe, Vaza-Barris e Piauí, na Zona da Mata.

Assim, eram prósperas as cidades de Laranjeiras, Maruim e Riachuelo, na Zona da Contiguiba, e Estância, no vale do Piauí, que além de portuária, exerciam importante função

comercial e de serviços para as áreas mais próximas. (RIBEIRO. 1989. p.31).

De imediato, logo nos primeiros anos de vida a cidade de Aracaju teve que enfrentar sérios problemas urbanos. Em 1855, o próprio presidente Barbosa foi acometido e morto por moléstia (epidemia de cólera). Tal epidemia perdurou até o início do ano de 1856 na nova capital.

As águas estagnadas formavam o *habitat* dos mosquitos que transmitiam o impaludismo e tantas outras moléstias, constituindo fator de descrença para os possíveis investidores e de expulsão da população (RIBEIRO. 1989. p. 42).

A implementação da estrutura urbana em Aracaju, no tocante ao melhoramento de sua infraestrutura, deu-se em um momento histórico em que o país havia adquirido melhoramentos consideráveis, sendo assim, Inácio Barbosa, atuou no sentido de colocar a nova capital nesse “circuito”. Para tanto, o presidente da Província, deixou a cargo do então capitão de engenheiros, Sebastião José Basílio Pirro, o planejamento da cidade.

O Plano Pirro, segundo Porto (1991), não era adequado para a realidade do sítio urbano de Aracaju, pois, tratava-se de um sítio praiano e pantanoso, que necessitava de um planejamento que desse melhor aspecto à cidade, evitando grandes aterros e facilitando os serviços de drenagem.

Ribeiro (1989) destaca que a nova capital era caracterizada pela enorme quantidade de aterros, devido às condições físicas e geográficas da região. O Estado desempenhou o papel de incentivador, observado na elaboração do Plano da Cidade, na concessão de vários aforamentos aos funcionários públicos e recursos, cuja preocupação era consolidar a transferência da capital.

Com o objetivo de incentivar as edificações na cidade, o plano Pirro sofreu pequena alteração, pois o presidente da Província, ao ver a necessidade de curvar a reta da rua da Frente, alterou-o, fazendo-o paralela ao rio Sergipe. Apesar das diversas sugestões, “a cidade cresceu fria e inflexível dentro das malhas do reticulado, numa repetição monótona de si mesma” (PORTO, 1991, p. 34).

Apesar das dificuldades descritas acima, a construção da cidade seguiu em frente. Foram criadas edificações administrativas, a Igreja de São Salvador,

e diversas edificações na rua São Cristóvão e da Aurora (as mais edificadas), e como também da Barão de Maruim (conhecida como rua do Barão).

Mas, devido ao “livre arbítrio” dos edificadores (aos quais ameaçavam comprometer o aspecto e a regularidade do plano da cidade) “a câmara municipal pôs em execução suas primeiras posturas, aprovadas pela Resolução Provincial nº 458, de 03 de setembro de 1856, regulando a edificação e os costumes dos seus habitantes” (PORTO, 1991, p. 42).

Com isso, as habitações que não se enquadravam nessa nova diretriz, devido a questões econômicas e de infraestrutura, estavam obrigadas a se refugiar em áreas marginais, ou seja, fora do perímetro do plano Pirro. Porto (1991) denomina tal fato como primeiro fenômeno geográfico de diferenciação social que se operou em Aracaju. Demonstra a natureza excludente do espaço urbano de Aracaju, o qual é regulado pelas forças econômicas e políticas, a qual vai se caracterizar ao longo do seu desenvolvimento.

Segundo Ribeiro (1989) entre 1900 e 1930, vamos presenciar os acontecimentos como a 1ª Guerra Mundial e o marcante declínio das economias do açúcar e do algodão, porém, é nesse período que Aracaju vai sofrer grandes transformações, como as grandes construções de escolas (Atheneu Sergipense e Escola Normal), Hospital, Teatro, Fundação do Banco de Sergipe, etc.

De 1930 a 1964, é marcado pela diversificação do Centro-Sul do país na agricultura, afetando drasticamente o Nordeste, e isso inclui Sergipe. Nos anos 40, como efeito da 2ª Guerra, verifica-se um aumento na produção de tecidos, que representava a principal atividade econômica do estado de Sergipe, fora o setor rural.

Com a crescente implantação das ferrovias e rodovias, Aracaju foi perdendo sua função portuária e tornando-se centro administrativo e comercial, e conseqüente capital regional. O fácil acesso a Aracaju, possibilitada pelas vias de transporte, aumentou o fluxo de imigrantes, promovendo assim por parte da prefeitura o processo de expansão da periferia inicialmente através de ocupação espontânea e depois loteamentos. Foi a partir daí que se presenciou o espraiamento da cidade e sua segregação sócio-espacial, em que as classes

mais abastadas se dirigem para o sul e as classes menos favorecidas em direção ao norte.

Os recursos e riquezas do estado de Sergipe, nas últimas décadas do século XX, concentraram-se ainda mais em Aracaju, e esta reflete de certa forma a riqueza e contraditoriamente as desigualdades do estado, na medida em que concentra de um lado a indústria, o comércio e serviços, e acima de tudo o consumo e, por outro, uma parcela significativa da população vivendo em condições precárias.

Percebe-se também que a população mais carente de Aracaju em sua grande maioria, se encontra hoje localizadas nos bairros Santa Maria, antiga Terra Dura, Mosqueiro, Porto Dantas, Coqueiral Sagrada Família e outros, ou seja, nas áreas mais periféricas e afastadas das áreas centrais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, devido às dimensões do município, o recorte territorial, no qual se concentrará a análise empírica, visando o aprofundamento de algumas questões acerca da agricultura urbana e seus desdobramentos no espaço urbano da capital será a porção sul do município conhecida como Mosqueiro na chamada zona de expansão de Aracaju, e alguns bairros do noroeste da capital, que são o Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.

4.2 ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU: ASPECTOS GERAIS

Até 1960 o acesso ao povoado Mosqueiro era restrito, sendo efetuado pelos comunitários local (muito deles pescadores) através de animais, a pé ou navegando pelos riachos, que nas épocas de chuvas tem seus volumes aumentados, para comercializarem seus produtos no mercado de Aracaju. A partir de 1980, com a construção da rodovia dos Náufragos, ocorre uma aproximação das relações entre Aracaju e o povoado Mosqueiro, onde muitos veranistas passam a frequentar a região, adquirindo terrenos e construindo casas, que posteriormente tornam-se moradia permanente.

Na zona de expansão de Aracaju há uma diversidade em relação às residências, em que se encontra um grande número de chácaras e sítios (Figura 21), bem como a presença dos condomínios fechados com alto grau de sofisticação (Figura 22). Tal realidade reflete a presença de distintas classes

sociais e modos de vida diferenciados da população que aí reside, ou seja, percebe-se na paisagem o contraste na arquitetura das moradias. Ao mesmo tempo em que se vê condomínios residenciais destinados a população abastada, chácaras enormes enquanto local de lazer, tem-se a presença bastante difundida de pequenos sítios e casas de uma população mais carente, a qual foi pioneira no processo de ocupação dessa localidade.



Figura 21: Residências presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.



Figura 22: Residência presente na Zona de Expansão Urbana de Aracaju.
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

É interessante destacar que alguns proprietários, como pode ser observado na Figura 23, ainda apresentam na entrada da propriedade o nome “sítio ou chácara” denominação que vem caracterizar, de certa maneira, um elo com os conteúdos do espaço rural aí expresso, e que muitos desses nomes presentes na entrada são os mesmos encontrados no banco de dados a cerca das informações sobre imóveis rurais disponibilizada pelo INCRA, em 2008, que contabilizou um total de 383 imóveis cadastrados cujas áreas variam entre 1 a 300 hectares.



Figura 23: Chácaras e sítios na zona de expansão de Aracaju.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Leite (2007) destaca que atualmente a especulação imobiliária, no decorrer dos últimos anos, vem contribuindo com a descaracterização territorial, espacial, sociocultural, econômica e ambiental da zona de expansão de Aracaju.

A ocupação dessa área vem ocorrendo principalmente nos setores meridionais e nas proximidades das rodovias. A urbanização ou desruralização da região é observada principalmente em razão da localização geográfica da área – próxima a rios e mar, atraindo a especulação imobiliária voltada para a construção de casas e condomínios fechados de veraneios; embora atualmente estejam se transformando

gradativamente em moradias permanentes (LEITE. 2007. p. 35).

Segundo França (2005), os condomínios residenciais fechados, na zona de expansão, apresentam duas tipologias: a primeira é o condomínio residencial fechado, onde as casas, a infraestrutura e os equipamentos de lazer são partes integrantes no momento da compra, já a outra refere-se ao loteamento residencial fechado, em que o promotor de vendas faz o parcelamento, mas os lotes vendidos e sua posterior construção fica a cargo do próprio comprador, de sua renda e opção arquitetônica, e que a infraestrutura e equipamentos internos vão sendo incrementados pela incorporadora, à medida que os lotes são vendidos.

A zona de expansão de Aracaju (ZEA) é considerada como espaço privilegiado pela paisagem natural e pelo processo de construção urbana, mais evidente na sua fachada litorânea. Possui a maior reserva de terrenos para atender as demandas futuras do setor da construção civil. Entretanto o sistema de drenagem natural é um condicionante físico de extrema importância e que pode vir a comprometer seriamente esta zona, no tocante a qualidade ambiental, caso não se dê as devidas atenções na reformulação do planejamento urbano dessa área.

Essa problemática foi apresentada por Loureiro (1983), que já anunciava para a região compreendida entre o Terminal de Carmópolis (TECARMO) e o povoado Mosqueiro que qualquer parcelamento da terra deveria ser sustado até que se definisse um plano de uso e ocupação do solo. Segundo a mesma autora trata-se de uma zona extremamente baixa e alagadiça, de difícil drenagem. A Figura 24 expressa claramente os problemas vivenciados pela população local, que são decorrentes da ineficácia da macrodrenagem, em que, mesmo diante da normalidade dos índices pluviométricos esperados no período chuvoso para essa região, promovem caos e transtornos, mas contraditoriamente não inibem a continuidade da proliferação dos condomínios residenciais.



Figura 24: Problemas da macrodrenagem na zona de expansão de Aracaju.

Fonte: CAMBEZE – Conselho das Associações de Moradores da Zona de Expansão, 24/05/2009

A zona de expansão de Aracaju vem passando por um rápido processo de mudanças, em que o meio natural deu lugar a uma área agrícola, principalmente, com a produção de coco, até o final da década de 1980, que na atualidade configura-se como o mais importante espaço da expansão da cidade de Aracaju.

É nesse contexto que se faz necessário um melhor entendimento do que vem a ser a chamada Zona de Expansão de Aracaju, seu processo de ocupação e os “meios justapostos” na obtenção de uma finalidade, que é a apropriação do solo pelo capital, além dos interesses das grandes empresas ligadas ao setor da construção civil, que são proprietárias de grandes lotes de terra nessa localidade. Os meios justapostos representam a mescla de elementos (terra, gado, condomínios residenciais, cultivo, cerca, dentre outros), que são intrínsecos nesta zona.

Assim percebe-se como é difícil se estabelecer os limites do que vem a ser rural e urbano no Brasil, mais especificamente em Aracaju, haja vista que diante das enormes transformações via processo de urbanização, são verificados remanescentes da atividade agrícola, somando-se às diversas formas e conteúdos presente nesse espaço.

É importante destacar a contribuição de Silva (2004) que foi decisiva na escolha do nosso recorte territorial para iniciarmos nossa investigação, pois a referida autora buscou analisar as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas no bairro Porto Dantas, na zona norte de Aracaju, em função da ocupação desordenada, conduzida pelo fluxo de pessoas oriundas de outros municípios, da presença de espaços legalmente protegidos e da função, ainda presente, do segmento agrícola remanescente.

Segundo Silva (2004), as transformações desse espaço urbano são provenientes do entrelaçamento da dinâmica dos segmentos urbano, agrícola e ambiental. O segmento de uma agricultura familiar que ainda persiste, embora, pressionada pela expansão urbana, onde uma população de velhos moradores, pescadores, agricultores e de migrantes de áreas agrícolas do estado e fora dele, sempre que conseguem, formam uma pequena roça no quintal ou ao lado do barraco. Sendo assim, é possível afirmar que esses segmentos estão subordinados à lógica capitalista.

A zona de expansão de Aracaju (Figura 25), também conhecida como Mosqueiro, enquadrada como zona de adensamento restrito (ZAR), na Lei Complementar 042/2000, do Plano Diretor de Aracaju, possui, segundo os pesquisadores da ADEMI/GEO consultoria (2000), 63 Km² o que representa 35% do limite territorial do município de Aracaju.

É de extrema importância o conhecimento dos atributos físico-naturais da zona de expansão de Aracaju, para se entender o processo de uso e ocupação pela qual vem passando esta área da cidade nas últimas décadas. As características topográficas e as características de solo de constituição arenosa e permeável condicionam uma drenagem marcada pela infiltração das águas pluviais e pela evaporação direta através de uma série de lagoas e baixos estacionalmente inundáveis, com afloramento do lençol freático.

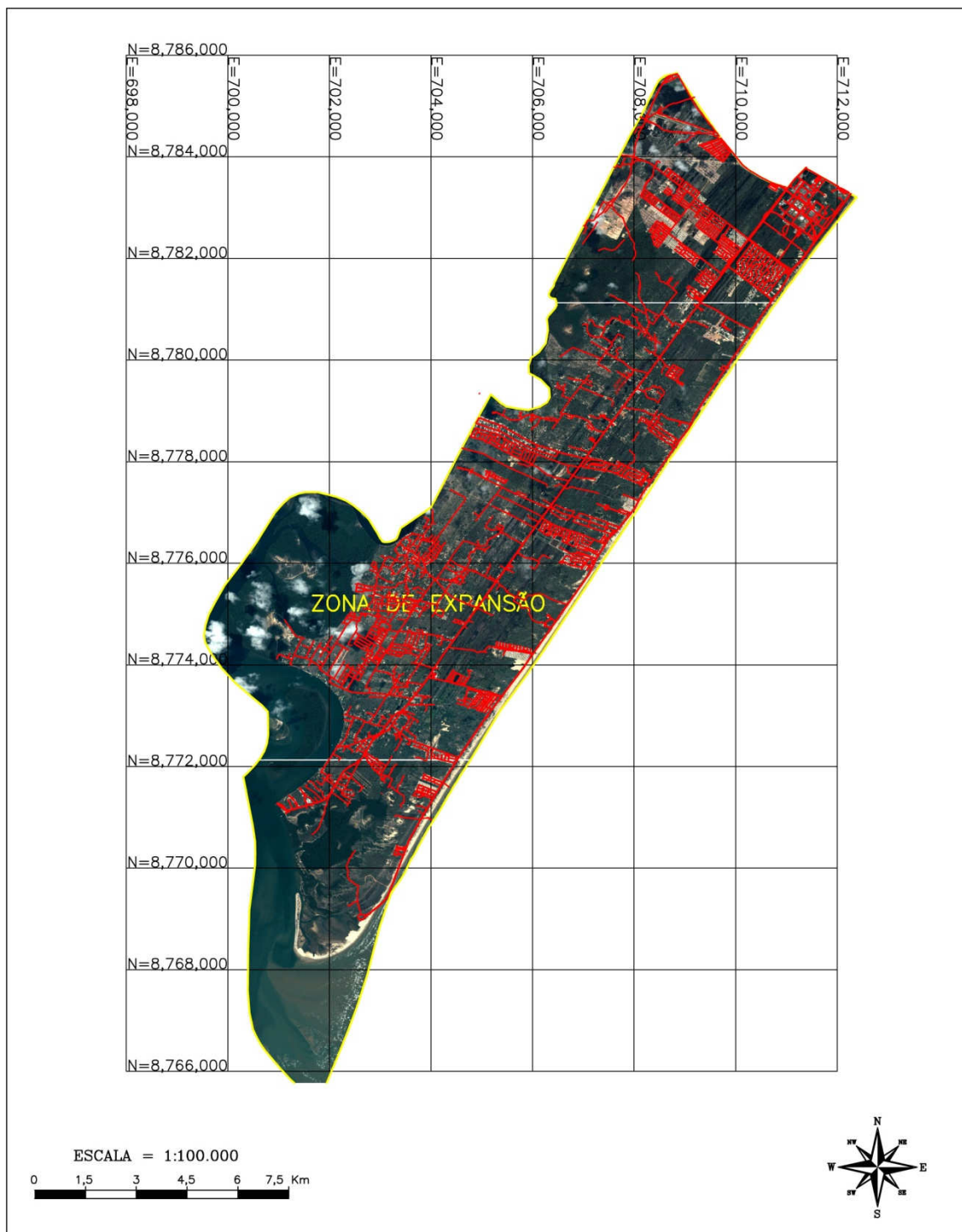


Figura 25 – Mapa da Zona de Expansão de Aracaju.
 Fonte: EMURB, 2010.

É frequente, logo depois da estação chuvosa, o acúmulo de águas residuais em lagoas próximas às residências e margeando a rodovia, reflexo da proximidade do lençol freático da superfície. Conforme pode ser observado nas Figuras 26 e 27, esse fenômeno foi presenciado na rodovia dos Náufragos, como também no povoado Mosqueiro.



Figura 26: Afloramento de lençol freático junto a residência.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.



Figura 27: Afloramento de lençol freático próximo a rodovias.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Segundo Araújo (2006), a zona de expansão de Aracaju é um terraço marinho holocênico arenoso e com elevada permoporosidade, composto de cordões litorâneos que entre as cristas abrigam faixas alongadas paralelas ao mar naturalmente descontínua ou interrompida por aterros, com desníveis topográficos entre 2 a 6 metros, fora as dunas. A imagem de satélite de parte dessa localidade permite observar o processo de ocupação através das manchas que representam os loteamentos e arruamentos bem como os aspectos naturais com presença de vegetação nativa. (Figura 28).



Figura 28 – ZEA: Aspectos naturais, presença da ocupação humana e remanescentes de atividades agrícolas.

Fonte: SEPLAN/SERGIPE, 2003.

Assim como o estado de Sergipe, o município de Aracaju apresenta-se, no tocante a cobertura vegetal nativa, bastante devastado, reflexo do processo de edificação do seu sítio, iniciado em 1855. Ainda podendo ser encontrado pequenos vestígios de sua cobertura vegetal, a exemplo de espécie de formações perene-folias, representadas pela associação de praias e dunas, vegetação de restinga e mangue, e o único remanescente de Mata Atlântica é encontrado no Morro do Urubu (norte da cidade), área legalmente protegida de interesse ambiental e preservação permanente.

Com base no mapa Geoambiental de Aracaju são três as bacias hidrográficas na zona de expansão: a bacia hidrográfica do Vaza Barris (Figura 29) que drena a parte sul e se encontra bastante degradado, por não se respeitar as leis de proteção ambiental, a bacia hidrográfica do rio Santa Maria, que drena através do rio Santa Maria, a parte oeste e a bacia de contribuição costeira, que drena para o mar, a leste.



Figura 29: Rio Vaza Barris.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

O povoado Mosqueiro localizado na chamada Zona de expansão apresenta na associação de praias e dunas vegetação herbácea em que a brisa marinha impede o desenvolvimento dos arbustos e árvores, Esse tipo de vegetação favorece a fixação de dunas. Outro tipo de vegetação presente nessa zona é a restinga, uma associação perenifólia, pouco densa, cujas árvores se diversifica quanto à espécie e altura.

O que mais nos instiga na ZEA é justamente o fato de a mesma representar muito mais que um setor ou área de Aracaju a ser incorporada definitivamente na malha urbana de forma contínua. Esta área está sendo apropriada pelo capital a partir da acumulação proveniente da renda da terra, onde a presença da agricultura muitas vezes são os meios que se justapõem no processo da obtenção do lucro pelos proprietários, pois a agricultura serve muitas das vezes como suporte, seja no ganho de visibilidade da propriedade, mostrando que a mesma tem dono e que assim pode ser vendida com fins especulativos.

Diante desta perspectiva, não se pode desvincular o entendimento da agricultura urbana da natureza do solo urbano, ao passo que também não podemos negar que diante do intenso processo de urbanização atrelado aos ditames do modo capitalista de produção, são verificadas a presença de elementos e características vinculadas ao espaço rural, conforme podemos observar na Figura 30.



Figura 30: Agricultura urbana na zona de expansão

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009

Organização: Gilberto Nunes, EMURB, 2009.

Com a construção da ponte sobre o rio Vaza Barris (Figura 31), que ligará o extremo sul da capital ao município de Itaporanga D'ajuda, os processos que são dinâmicos na zona de expansão, com certeza irão se acentuar, e as práticas agrícolas que estão comprimidas nos entremeios do urbano, encontrarão mais um elemento a se coadunar no processo de produção do espaço nessa localidade.



Figura 31: Ponte Jornalista Joel Silveira em construção sobre o rio Vaza Barris.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Vale ressaltar que os terrenos localizados no extremo sul da capital terão seus preços ainda mais valorizados, fruto também da atuação do Estado na melhoria da infraestrutura, com o melhoramento do sistema viário, através da ponte, como no tocante as transformações paisagísticas, na construção da orla pôr do Sol no Mosqueiro (Figura 32). Assim, o mercado de terras nessa localidade, vem passando, nos últimos anos, por uma elevação em seus preços, pois terrenos pouco valorizados e de difícil acesso, tiveram reajustes exorbitantes, isso foi comprovado durante o trabalho de campo, com o grande número de placas de vendas de terrenos, seja diretamente na propriedade ou através de propagandas de corretoras de imóveis (Figura 33).



Figura 32: Infraestrutura na Orla Por do Sol, Povoado Mosqueiro.
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.



Figura 33: Comercialização das terras na zona de expansão de Aracaju
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

Dentro dessa lógica o mercado imobiliário avança em Aracaju, principalmente na sua zona de expansão. Terrenos antes pouco valorizados, seja pela dificuldade de acesso ao centro comercial e problemas ainda presentes

ligados ao macrozoneamento, são hoje cogitados pelas grandes empresas do setor da construção civil, na execução de mega projetos habitacionais, sejam eles na esfera privada e, com menor intensidade, mas não menos importante a esfera pública, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

O bairro de Aruana, localizado na zona de expansão da cidade e cujo M² valorizou 600% de dez anos para cá, também começa a se destacar por conta dos condomínios horizontais de alto padrão que começam a surgir. Até o momento, há cerca de uma dezena de condomínios construídos. Cada um abriga uma média de 100 casas com 450 metros quadrados de terreno cada, ao valor de US\$ 300 mil, em média. O local combina qualidade de vida e praia, a apenas 15 minutos do centro. "Em Aracaju, o conceito de viver à beira-mar é pouco explorado, situação que começa a mudar com a zona de expansão de Aruana", diz Paulo Henrique Vasconcelos Machado, vice-presidente da construtora Laredo (ADEMI, 2010).

Para o entendimento da produção do espaço urbano em Aracaju faz-se necessário também levar em consideração a existência da agricultura urbana, sendo a mesma uma prática multidimensional, que se materializa de diferentes formas na capital.

4.3 AGRICULTURA URBANA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ARACAJU

Com a expansão da mancha urbana de Aracaju, que ocorreu, em certa medida, sem um planejamento adequado, houve a intensificação da periferação da cidade, o que aumenta a possibilidade da prática da agricultura urbana.

É necessário frisar que a manifestação da agricultura urbana em Aracaju apresenta distintas territorialidades, em que a materialização nas áreas pesquisadas, permite distinguir realidades diferenciadas ligadas a mesma, quais sejam: a diversificação alimentar no cultivo de frutíferas e no cultivo de ervas medicinais, ligados as tradições rurais; criação de gado de pequeno e grande porte em espaços comprimidos e/ou soltos pelas ruas e avenidas; a especulação imobiliária.

A expressão agricultura urbana designa o conjunto de atividades desenvolvidas em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno (periurbano), para produção, processamento e comercialização dos bens alimentares de origem animal e vegetal úteis ao homem. É considerada uma

atividade simples, tecnologicamente acessível e requerente de pouco ou nenhum recurso financeiro, com utilização de resíduos produzidos nas áreas urbanas, porém, podendo ser praticada a partir do emprego de técnicas sofisticadas, como a hidroponia e a plasticultura.

Mougeot (2000) lembra a respeito da agricultura urbana, que muitas das definições mais usuais do que vem a ser a "agricultura urbana" desprezam uma característica crítica que a faz ser realmente "urbana". A agricultura urbana é diferente da agricultura rural (e complementar a ela) justamente por que ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. A não ser que essa dimensão seja melhor compreendida e tornada operacional, o conceito continuará sendo pouco útil nos "*fronts*" científico, tecnológico e político.

A agricultura urbana contribui na promoção da interação entre o espaço urbano e rural, através das paisagens rurais no *lócus* de vida urbana. Para explicar as práticas agrícolas dentro das cidades Resende (2004), argumenta ser necessário levar em consideração uma série de situações, a saber: a migração, a urbanização, *hobbys*, entre outros aspectos.

Os fluxos contínuos de migrantes de origem rural, que nas últimas décadas do século XX se dirigiram para as cidades brasileiras, enfrentaram uma série de contratempos, dentre os quais podemos destacar o fenômeno do desemprego acrescido dos desequilíbrios na estrutura orgânica e social das/nas cidades. Muitos desses migrantes através da tradição no labor com a terra promovem outros significados a produção do espaço urbano.

O resultado encontrado durante a aplicação dos questionários nas áreas de estudo, verificou-se a diversidade da procedência, ou origem geográfica dos sujeitos alvo da pesquisa. Conforme o Quadro 04, percebe-se que 40% dos inquiridos haviam nascido na capital sergipana, enquanto que uma proporção elevada, ou seja, os outros 60%, procedia de outras localidades do estado e, inclusive de outros estados nordestinos (Alagoas e Bahia).

Outro fator está relacionado ao processo de expansão do tecido urbano sobre áreas de produção agrícola, em que o processo de urbanização, não aconteceu por completo, podendo-se perceber algumas discontinuidades espaciais, inclusive dentro das interfaces urbanas.

Naturalidade	%
Aquidabã	3,33
Aracaju	40,0
Arapiraca-AL	3,33
Brejo Grande	3,33
Gararu	3,33
Itabaiana	3,33
Japaratuba	6,66
Lagarto	6,66
Limoeiro-AL	3,33
Murici-AL	3,33
Pacatuba	3,33
Paulo Afonso-BA	3,33
Piacabuçu-AL	3,33
Poço Verde	3,33
Riachuelo	3,33
Rosário do Catete	3,33
Salgado	3,33
Total	100

Quadro 04: Procedência dos cidadãos alvos da pesquisa
Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

É nesse contexto que a produção do espaço em Aracaju, mais especificamente na sua zona de expansão, reacende a discussão campo-cidade, rural e urbano, uma vez que ao considerar e aceitar o município 100% urbano conduz a própria negação da existência, mesmo que camuflada pelos incrementos urbanos, dos remanescentes de atividades agrícolas aí presentes. É dentro desse contexto que a Figura 34 exemplifica tal contradição, ou seja, a de não levar em consideração as descontinuidades e recortes do/no espaço urbano. Observa-se na foto que a placa de sinalização indica o início do perímetro urbano do povoado de Areia Branca, que faz parte do município de Aracaju, logo, se reconhece a existência do perímetro urbano dos povoados, há que se considerar as áreas rurais.



Figura 34: Zona de Expansão de Aracaju: povoado Areia Branca
Foto: SANTANA FILHO, L. S, 2009.

É necessário considerar que com o processo de urbanização de Aracaju, áreas foram incorporadas à lógica urbana do município, porém com a coexistência de múltiplas outras formas de produção do espaço, inclusive os “meios justapostos” argumentado por Correia (1999) acerca do espaço urbano, pode-se encontrar na zona de expansão, além das grandes transformações advindas do setor imobiliário e do processo de conversão do solo rural em urbano via especulação imobiliária, a presença de gado bovino confinado e outros que pastam pelas ruas e avenidas livremente; como também a prática de moradores, de áreas edificadas, nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, por exemplo, que conservam costumes e hábitos convencionalmente relacionados ao espaço rural, visíveis na paisagem urbana, através da presença de frutíferas, criações de galinhas e de ervas medicinais.

As práticas agrícolas dentro da cidade também podem ser justificadas, pelos cidadãos que mantêm em suas propriedades traços do espaço rural. São os chamados *hobbys*, que objetivam conservar as vivências e características do espaço rural através do cultivo nos quintais e jardins na manutenção de proximidade com a terra e dos próprios elementos que compõem a natureza.

É de conhecimento que há práticas de agricultura urbana em outras localidades dispersas pelo município de Aracaju e que não foram alvos da nossa discussão, seja pelo fato da complexidade dessa atividade em requerer a visita *in lócus*, uma vez que essas áreas com plantios de frutíferas, plantas medicinais ou com criações de animais de pequeno ou grande porte são áreas muito pequenas, encontram-se dispersas intra-bairro e pelo fato de se tratarem de confinamentos onde são criados animais, quando não estão soltos pastando pelas ruas e rodovias/avenidas, como pode ser observado na Figura 35.



Figura 35: Zona de Expansão: animais pastando próximo a rodovia.
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

A agricultura urbana em Aracaju tem promovido à construção de diferentes territorialidades na capital, como podemos destacar o cultivo de frutíferas e plantas medicinais junto às residências com aproveitamentos de exíguos espaços, seja o fundo de quintal, o jardim e canteiros, vasos nas varandas, ou cultivando na lateral da própria residência (Ver Figura 36). Como também a utilização de espaços vazios de uma rodovia na zona de expansão, a exemplo da rodovia dos Náufragos, em que áreas inicialmente ocupadas com atividades agrícolas, foram abarcadas ao longo do processo de urbanização, e hoje, visualiza-se a mescla de utilização agrícola com a empreitada da especulação imobiliária, bastante presente nessa localidade.



AGRICULTURA URBANA BAIRROS SANTOS DUMONT, BUGIO E JARDIM CENTENÁRIO 2010

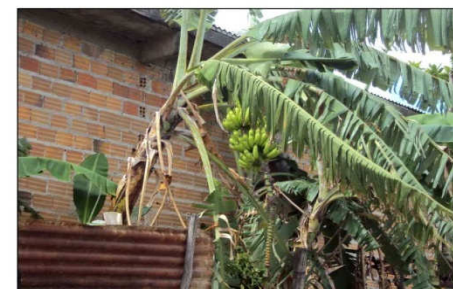
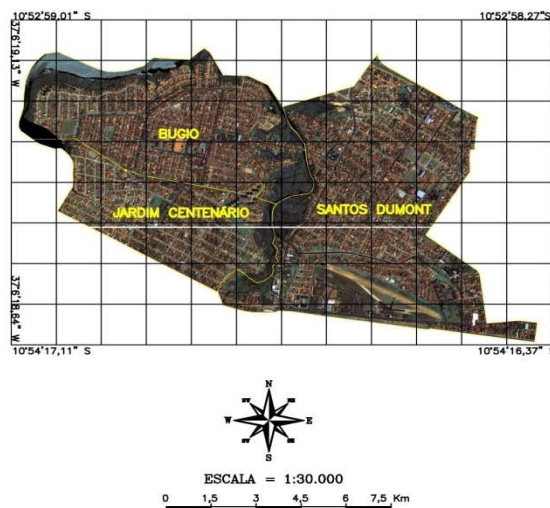


Figura 36: Agricultura urbana nos bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont
Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009
Organização: Gilberto Nunes, EMURB, 2009

Os bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont, localizados no noroeste da capital (Ver Figura 37) apresentam características condizentes com as características multidimensionais da agricultura urbana.

O bairro Santos Dumont surge em 1952, era ocupado anteriormente por sítios e povoados como o Anipum, Saco, Pau Ferro, Telha, Gengibre e, mais distante Soledade e Lamarão. (SEPLAN, 2009). Conhecido também como prainha, sua ocupação se deu em virtude das transformações de vários sítios em loteamentos e ocupação de suas baixadas próximo ao mangue.

Os sítios foram aos poucos se transformando em grandes e pequenos grupos de casas, que também receberam populações do processo migratório composto não somente de sergipanos, mas de alagoanos, baianos e pernambucanos (SEPLAN, 2009). Inicialmente conhecido como Anipum, depois recebeu o nome de Santos Dumont em homenagem ao pai da aviação, devido à transferência e instalação do aeroporto de Aracaju e reivindicação dos moradores.

O bairro Jardim Centenário tem sua ocupação vinculada aos bairros Santos Dumont e Olaria, sendo o primeiro a continuidade da expansão da mancha urbana de Aracaju. Antes da ocupação urbana, era constituído por sítios e hortas que serviam para abastecer a capital. Alguns moradores trabalhavam nas salinas existentes na proximidade do bairro e cultivavam a terra em que adquiriam lotes ou pequenos sítios.

As terras loteadas ainda na década de 1950, contribuiu para a ocupação da área ao longo da Avenida Santa Gleide e margeando a ferrovia. A população que ocupa essa área é em sua grande maioria de baixa renda, o que tem contribuído para a ocorrência de ocupações e a formação de pequenas favelas, cuja infraestrutura é precária ou inexistente.

Foi comum encontrar junto às residências dessa localidade a presença de frutíferas, que contribuem para a diversificação da dieta alimentar através da produção para o autoconsumo. A Figura 38 demonstra claramente a existência de cultivos, a exemplo da plantação de bananeiras na lateral da residência e da presença do coco no fundo de quintal.

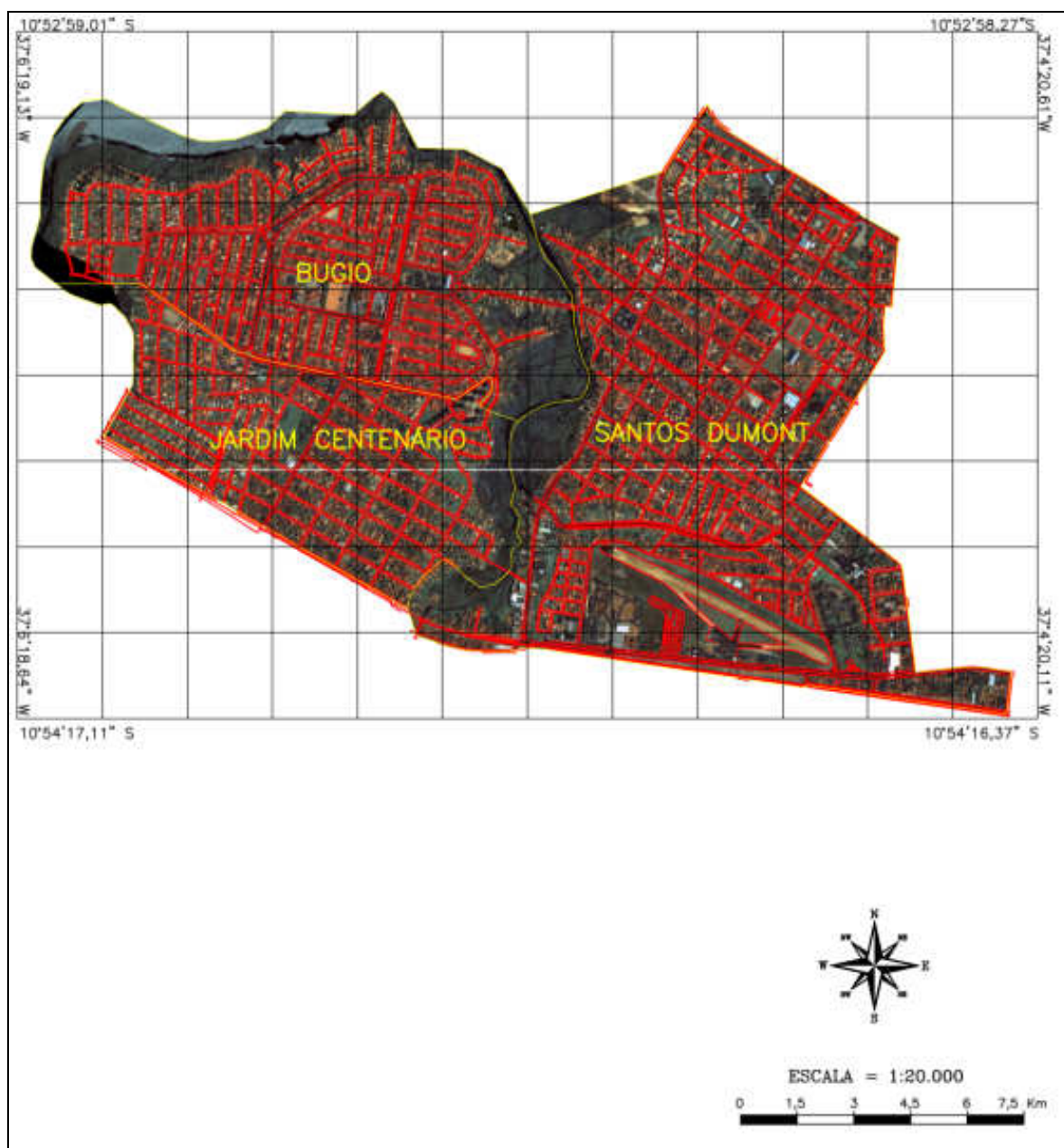


Figura 37: Localização dos Bairros Bugio, Jardim Centenário e Santos Dumont.
Fonte: Emurb, 2010.



Figura 38: Cultivo de bananeira junto à residência no bairro Jardim Centenário.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

O bairro Bugio tem na sua história um diferencial em relação aos bairros anteriormente citados, sendo uma área de muitos coqueirais, foi escolhido para o primeiro mega conjunto habitacional a ser construído no estado de Sergipe, denominado conjunto Assis Chateaubriand (SEPLAN 2009). A denominação Bugio se deu em decorrência a um tipo de macaco, bastante comum na Mata Atlântica, e que existiam anteriormente em Sergipe.

O bairro foi crescendo em torno do conjunto habitacional, e algumas ocupações efetuadas foram sendo urbanizadas como forma de inibir a proliferação de mais habitações subnormais, a exemplo da ocupação do Anchietão, que permanecia com características de favela.

É importante destacar que o Bugio é um dos poucos bairros em que sua ocupação não se fez através de entidades particulares (agentes imobiliários e proprietários fundiários), mas pela ação do Estado na produção do espaço urbano dessa localidade. A agricultura urbana se manifesta principalmente associada ao espaço da residência com presença de frutíferas das mais diversas espécies e pela existência de plantas medicinais cultivadas nos

jardins, vasos, canteiros, varandas, cujo destino final direciona-se ao autoconsumo e no fortalecimento dos laços de vizinhança.

A zona de expansão de Aracaju apesar da relativa distância dos bairros centrais e de não estar ligada de forma contínua à malha urbana da parte consolidada da cidade (Ver figura 39), é o maior espaço com potencialidades para futuras instalações de equipamentos de vários setores urbanos e que apresenta em seu processo de transformação, influenciado sobretudo, pela dinâmica imobiliária, impulsionada pelo avanço da segunda residência ou ocupação de veraneio, sem que se subestime o impacto do crescimento da moradia primária ou domicílio permanente nas comunidades locais tradicionais, a exemplo dos Povoados Robalo, Mosqueiro, Gameleira, São José e Areia Branca.



Figura 39: Vista aérea da Av. Hildete Falcão, av. Melício Machado e Zona de Expansão.

Fonte: Pedro Leite in: Sarah França, 2004.

4.4 A RENDA DA TERRA NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU

A terra na economia moderna, transforma-se em mercadoria, deixa de ser apenas um elemento de produção, para ter valor de troca, ou seja, passa a ser regulada pelas leis de mercado, da oferta e procura.

Renda da terra no modo capitalista de produção pode ser renda diferencial, na medida em que resulta da concorrência e absoluta quando resulta do monopólio. A renda diferencial nas palavras de Marx *apud* Oliveira (2007), tem sua base na heterogeneidade da natureza, em que não existem duas parcelas de terras com as mesmas condições de fertilidade natural e localização em relação aos mercados. Essa renda é auferida por todos os donos de terra cujas condições de fertilidade e localização, são melhores que os piores solos em exploração. O proprietário que possui esses melhores solos se apropria também da renda absoluta, resultante da propriedade fundiária, ou seja, a propriedade da terra é monopólio de uma classe ou fração de classe, que cobra um tributo da sociedade para colocá-la em produção. Destarte, aquilo que constitui as diferenças naturais se converte em diferenças sociais por obra da propriedade privada.

No tocante a zona de expansão urbana de Aracaju, para o entendimento acerca da agricultura urbana, percebe-se o uso aos interesses da acumulação de capital, através do processo de urbanização, que vislumbra um dos seus principais mecanismos de acumulação e subordinação, através da subjugação das práticas agrícolas de caráter rural pré-existente ao próprio processo de urbanização.

Nesse cenário, tal atividade passa a se (re)organizar segundo a lógica de urbanização, gerando contornos e conteúdos de agricultura urbana, onde a presença da propriedade privada, na delimitação da posse e no restringir do acesso inclusive aos recursos naturais, evidenciado na Figura 40, é a marca principal no entendimento da dinâmica e materialização da agricultura urbana nessa localidade.



Figura 40: Delimitação da propriedade e dos recursos naturais.

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

É importante destacar que se um solo não é cultivado não significa que não tenha preço, pois este será dado pelos solos vizinhos de semelhantes características de fertilidade, localização e destino econômico, acrescentando-se também as melhorias em infraestrutura. Dessa maneira uma região onde os preços dos solos aumentam, os proprietários que não produzem verão aumentar os preços de suas parcelas de terra. É essa a causa da especulação com a terra.

No caso da Zona de Expansão de Aracaju, observa-se que quando o solo é colocado para produzir, o mesmo muitas das vezes está à espera da sua venda e conversão de uso e função, ou seja, passa de rural a urbano. Dessa forma encontramos muitos terrenos com presença tanto de cultivos de vegetais (Figura 41), que aguardam o momento de sua conversão, como de criação de gado de grande e pequeno porte em espaços comprimidos, quando não estão pastando em propriedades de outrem e soltos nas ruas e avenidas.



Figura 41: Venda de terrenos na zona de expansão de Aracaju

Foto: SANTANA FILHO, L S, 2009.

Segundo Foladori (2000) a especulação imobiliária constitui uma clara causa de (in)sustentabilidade. Subutiliza as vias e os meios de comunicação, pode aumentar os tempos de transporte, impede a produção de bens, etc. Na cidade isso é ainda mais visível, por exemplo, zonas novas, antes agrícolas, são loteadas para construção de moradias, com isso os especuladores imobiliários compram terra ao preço de suas rendas agrícolas e as vendem ao preço de suas rendas urbanas, ou seja, uma especulação derivada da mudança na orientação econômica do solo. O resultado é o crescimento desordenado da cidade, e consequente aumento do preço de traslado das pessoas, congestionamento dos tráfegos, maiores custos na rede de serviços, etc; em sua contrapartida, o abandono do centro das cidades, onde prevalecem os cortiços, apesar de contar com uma infraestrutura instalada.

Segundo Oliveira (2007) a renda de terra e suas diferentes formas (diferencial I, diferencial II, absoluta e de monopólio) aparecem tanto no campo como na cidade, onde se materializa a propriedade privada de uma classe ou fração de classe, ou seja, onde o modo de produção capitalista impere.

No estado de Sergipe ainda é possível verificar características tipicamente ditas provincianas, em que famílias tradicionais que se mantiveram no poder há décadas, seja na esfera política ou econômica, e até mesmo no

domínio e monopólio das terras continuam ainda hoje mantendo o controle de muitas das terras sergipanas. As Tabelas 03, 04 e 05, buscam explicitar melhor essa realidade no município de Aracaju, em que famílias monopolizam as propriedades fundiárias, cadastradas no INCRA como imóveis rurais no município de Aracaju.

Tabela 03: Número de imóveis rurais distribuídos por hectare no município de Aracaju, 2008.

	Total	De 1 a - 5 ha	De 5 a -20 ha	De 20 a - 50ha	De 50 a - 100 ha	De 100 a - 300ha
Número	383	233	108	30	7	5
%	100	60,83	28,20	7,83	1,83	1,31
Área (ha)	3.953,6	565,7	980,7	987,4	538,3	881,5
%	100	14,3	24,8	25,0	13,6	22,3

Fonte: INCRA, informações sobre imóveis rurais, 2008.

A Tabela 03 demonstra a existência de imóveis rurais em Aracaju, o que traz uma relativização do argumento de que este município é 100% urbano. Percebe-se na estrutura fundiária de tal município que mais de 60% dos imóveis rurais tem uma área variando entre 1 e -5 hectares, o que aponta um número expressivo (233) de imóveis de tamanho relativamente pequeno. Mas é possível encontrar propriedades (nesse caso cinco) entre 100 e 300 hectares, mesmo representando 1,31% do total de imóveis, corresponde a 22,3% do total de áreas cadastradas como imóveis rurais no município de Aracaju.

Esse resultado é de certa forma impactante pois ao se fazer a conversão de áreas de hectare em quilômetro quadrado, foi constatado que Aracaju apresenta aproximadamente 39 Km² (de um total de 174 Km² segundo o IBGE, 2009), ou seja, aquilo que convencionalmente é tido como característica do campo brasileiro (concentração e monopolização de terras) está presente no município, na vida urbana. Logo, essa realidade materializada a partir da existência de imóveis rurais na cidade conduz, ao menos, a uma reflexão acerca da relação campo cidade, além do olhar puramente dicotomizado que há nessa relação.

Há ainda o fato de que esses imóveis rurais muitas vezes têm como proprietário pessoas ligadas à mesma família, ou seja, o que aparentemente demonstra uma distribuição de terra, na verdade camufla a concentração de áreas rurais nas mãos de algumas famílias e/ou construtoras imobiliárias, como

pode ser verificado nas Tabelas 04 e 05. Diante do trabalho de campo desenvolvido e das informações abstraídas da tabela, pode-se afirmar que grande parte desses imóveis rurais está localizado na Zona de Expansão, o que é percebido via a grande dimensão de terras ociosas nessa localidade. Além disso, no cadastro disponibilizado pelo INCRA que consta o nome dos imóveis rurais e dos seus respectivos proprietários (seja pessoa física ou jurídica, neste caso as construtoras) foi encontrado nomes de algumas propriedades que, no trabalho de campo foram detectados nas portas ou cancelas das propriedades (Figura 23). Fato esse que comprova a veracidade das informações disponibilizadas pelo INCRA.

Tabela 04: Concentração das propriedades por grupo de famílias e construtoras – 2008

Hectare	Barreto	Sobral	Machado	Maynard	Construtoras
1 a -5	5	4	4	4	14
5 a -20	4	-	10	2	14
20 a -50	4	1	9	-	3
50 a -100	-	2	-	-	-
100 a -300	1	-	-	-	-
Total (ha)	486,4	194,3	451,4	33,9	243,3

Fonte: INCRA, informações sobre imóveis rurais, 2008.

É interessante destacar que os sobrenomes identificados e que foram alvos da seleção da Tabela 04, são muitas vezes os mesmos que historicamente correspondem à personagem da vida política/econômica e donos de grandes latifúndios, seja na capital ou em todo estado de Sergipe. Existem outros grupos de nomes de influências locais e regionais que não aparecem em tal análise, porém não são menos importantes, a exemplo das famílias Brito, Muniz, Paes Mendonça, dentre outros.

Não se pode deixar de mencionar a presença da família Machado, cujo sobrenome conecta-se a um dos maiores produtores de coco do Brasil, (Melício Rezende Machado). Diante do parcelamento de suas propriedades, muitas ainda pertencem a seus familiares que detém aproximadamente 6% das propriedades num total de 383 imóveis rurais e 11,4% da área total (3.953,6 ha) que corresponde a tais imóveis, cujas dimensões variam entre 1 a -50 hectares.

Vale ressaltar que a concentração da propriedade privada no município de Aracaju pode ser ainda maior se levarmos em consideração que muitas

propriedades cadastradas, o proprietário da terra é representado, ora como pessoa jurídica, a exemplo do nome da construtora, ora como pessoa física. Isso vem demonstrar a força do monopólio da terra no município de Aracaju.

Essa realidade é tão evidente que ao considerar o total de propriedades vinculadas a essas famílias (Barreto, Sobral, Machado, Maynard) acrescidas das propriedades das construtoras, tem-se um total de 81 propriedades que equivale a 21,14% do total de imóveis rurais e 35,6% da área total no município de Aracaju em 2008.

Tabela 05: Número dos imóveis rurais pertencentes as construtora em Aracaju – 2008

Hectare	Celi	Cunha	Norcon	Cosil
1 a -5	09	02	02	-
5 a -20	09	-	01	03
20 a -50	01	-	-	01
50 a -100	-	-	-	-
Total (ha)	117,5	6,5	13,3	59,9

Fonte: INCRA, informações sobre imóveis rurais, 2008.

O mercado imobiliário em Aracaju, nos últimos 10 anos, tem vivenciado um “boom”, atraindo inclusive construtoras oriundas de outros estados que começam a se interessar em investimentos na capital sergipana, mesmo tendo o desafio de enfrentar as concorrentes que se apresentam bem estruturadas.

De certa forma tal setor ainda é monopolizado pelas construtoras e incorporadoras sergipanas que há anos se destacam no ramo da construção civil desde os empreendimentos mais sofisticados àqueles cujo valor estima-se na faixa de 50 mil reais, no chamado “segmento econômico”, para atender o déficit habitacional. Sendo assim, segundo a Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário de Sergipe (ADEMI-SE) a Celi e Norcon detêm 60% do mercado imobiliário da região. A Celi atua tanto em obras públicas quanto imobiliárias, tem 2,5 mil funcionários, faturamento de R\$ 120 milhões e previsão de elevar este montante em 20% em 2008. Com presença em outras capitais, sendo que 70% de seus negócios estão concentrados em Sergipe.

De acordo com os dados da Tabela 05, baseada no cadastro de imóveis rurais do INCRA, a construtora Celi é a que possui o maior número de propriedades (dezenove no total), representando 67,8% dentre as construtoras destacadas. A mesma ainda detém 59,5% das áreas rurais pertencentes às construtoras de Aracaju, cujas dimensões territoriais variam de propriedades com 1 hectare até aquelas de maiores dimensões com -50 hectares.

É diante do exposto que se entende o porquê dos interesses no monopólio da terra em Aracaju, pois é através do controle e apropriação da terra pela lógica capitalista na busca incessante pelo lucro, e na observância de que tais estratégias excedem os rigores territoriais dos espaços rural e urbano, que é possível compreender a manutenção, há décadas, de tais famílias no poder, seja no campo ou na cidade. E a partir da compreensão da renda da terra percebe-se as estratégias dos capitalistas na maximização dos seus lucros, pois mesmo sem investimento direto, obtêm-se lucros extraordinários e permanentes, que são pagos por toda a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

A construção do conhecimento é cumulativa, histórica, processual. Deste modo, o presente trabalho que não tem por objetivo responder e preencher as lacunas acerca da presença das práticas agrícolas em meio intra-urbano, deixa margem para continuidades de pesquisa nessa temática, pois só assim será possível uma tentativa de se compreender a dinamicidade das relações espaciais (sejam elas urbanas ou rurais) que acontecem na cidade.

A cidade de Aracaju tem vivenciado um intenso processo de urbanização nos moldes do modo capitalista de produção, capturando sob essa lógica, áreas circunscritas nos limites legais do perímetro urbano. Este fato torna evidente o crescimento articulado e fragmentado no que concerne a cidade construída, consolidada, pois é visível tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas o aumento das edificações, trânsito caótico, violência urbana, problemas de drenagem, etc. Sendo assim, Aracaju se projeta para o futuro de metrópole levando consigo os mesmos problemas existentes há décadas (típicos das grandes cidades brasileiras) e, mais ainda, negando aquilo que está posto legalmente através da presença de imóveis rurais cadastrados pelo INCRA, bem como ao que está visível na paisagem urbana: elementos convencionalmente designados da paisagem rural.

A produção do espaço urbano de Aracaju mescla-se com outras formas e conteúdos presentes nessa localidade. É evidente que as diferentes práticas sócio-espaciais desenvolvidas em um mesmo espaço, nesse caso, o espaço urbano desta cidade, ao longo do tempo, promovem a constituição de distintas territorialidades. Assim, no município de Aracaju, local de “múltiplas territorialidades”, presencia-se dinâmicas sócio-espaciais correspondentes aos usos e as práticas do/no espaço pelos sujeitos locais, segundo cada contexto histórico específico, com práticas e/ou atividades agrícolas, cuja dinâmica é multifacetária.

Faz-se necessário entender o processo de urbanização, enquanto processo real, pois o mesmo ainda está em curso, e a ideia que se tem de uma passagem abrupta e instantânea no processo de conversão do uso do solo de rural ao urbano não se realizou completamente. Sendo assim, nesse processo histórico visualiza-se as mesclas de sentidos e usos do espaço geográfico, com

o entrelaçamento das características outrora antagônicas e singulares dos espaços rural e urbano delimitadas no próprio município de Aracaju.

Um aspecto relevante a ser considerado é que na prática agrícola urbana da cidade de Aracaju prevalece o cultivo da frutífera, situação diferente das identificadas por Resende (2004), Madaleno (2002), Martins (2008), em que prevalece o cultivo de hortaliças. Contudo vale ressaltar que a presença de plantas medicinais assume um papel importante e as hortaliças com menor intensidade. Sendo necessário frisar que a quantidade e a intensidade da produção agrícola tem relação direta com o tamanho da propriedade que está destinada a produzir determinado cultivo.

Nessa perspectiva, a agricultura urbana significa uma das formas de uso e prática no espaço urbano, no processo de produção do espaço geográfico, e sua existência, muitas vezes, está comprimida nos entremeios do espaço urbano, sendo permitida pela própria lógica capitalista.

Com o processo de loteamento decorrente da expansão urbana, as áreas com práticas agrícolas começaram a diminuir. No caso da zona de expansão de Aracaju, esse fato vem ocorrendo devido principalmente à disseminação dos condomínios residenciais fechados, com atuação sincronizada dos poderes público e privado no mercado imobiliário, fato esse que acarreta na compressão dos espaços “rurais” desta localidade.

Para os demais bairros estudados, a prática da agricultura se restringe aos limites da própria residência, onde nos exíguos espaços do quintal, do jardim ou mesmo na lateral da residência, materializam as características e laços do espaço rural, sejam na presença das frutíferas ou no cultivo de ervas medicinais. Mas vale destacar que tal prática nos limites municipais de Aracaju, conforme pesquisa de campo, tem como destino principal o autoconsumo das famílias.

Durante a investigação, além da presença/remanescência de práticas agrícolas, aqui denominada de agricultura urbana, percebe-se, na zona de expansão de Aracaju, que grande parte da prática agrícola ali desenvolvida significa “o meio justaposto” na busca de se atingir uma finalidade, que é a maximização do lucro pelo proprietário, através da extração da renda da terra, via especulação imobiliária e monopólio da terra.

A prática agrícola urbana permite uma geração e complementação da renda familiar, produção de alimentos nutritivos e criação de animais de pequeno e grande porte, nas diferentes propriedades e mesmo junto às residências, nos chamados fundos de quintal, de acordo com as intencionalidades do agricultor. A viabilidade, o auxílio técnico, terra disponível para a produção, não poderiam ser negligenciadas pelos gestores urbanos no tocante ao planejamento das cidades.

A produção agrícola urbana na cidade de Aracaju, mais especificamente em sua zona de expansão, do ponto de vista espacial, apresentou-se distribuída por quase toda zona, sendo mais perceptível ao longo da rodovia dos Náufragos, na sua margem direita, onde ao adentrar nos povoados Mosqueiro, Areia Branca, Matapuã, foi altamente perceptível a interpenetração dos espaços rural e urbano na contraposição da visão clássica da dicotomia espacial.

Desta forma a produção agrícola urbana é diferente espacialmente, quando se considera o recorte proposto neste trabalho, sobretudo nas características dos espaços de produção, sendo que tais diferenças estão ligadas aos fatores de ordem social, cultural, econômica, produtiva e espacial. Para os bairros aqui analisados, a agricultura urbana existe enquanto hábito cultural, fortalecimento da solidariedade entre vizinhos, estratégia de complementação alimentar. Para a zona de expansão o entendimento da agricultura urbana deve ser acrescido de fatores mais ligados à natureza do solo urbano, tais como especulação imobiliária, renda e monopólio da terra.

Assim sendo, em Aracaju, a agricultura urbana apresenta as seguintes características:

- ✓ Plantios de vegetais em espaços ao longo de rodovias, avenidas, chácaras, bem como quintais de residências;
- ✓ Cultivo de plantas medicinais nas residências como fonte mitigadora de alguns problemas de saúde;
- ✓ Criação de animais de pequeno e grande porte (equinos, bovinos, caprinos e aves) em terrenos baldios, soltos pelas ruas, próximos às residências, rodovias e avenidas, em sítios, chácaras e confinados próximo às margens de rios.
- ✓ Atividades pesqueiras desenvolvidas pela comunidade do

povoado Mosqueiro nas margens do rio.

Por fim, ao longo da pesquisa foi possível compreender que uma cidade não deve ser considerada urbana somente a partir daquilo que está aparentemente mais visível. É preciso olhar a cidade além daquilo que está posto, que está dito, pois sendo a cidade construída segundo os moldes capitalistas de produção, ela possui uma materialidade contraditória e combinada, tendo em vista a permanência de traços e elementos do espaço rural dentro do tecido urbano que coexistem com outros elementos relacionados à forma e conteúdos deste espaço.

6. REFERÊNCIAS

ADEMI, Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário. Aracaju vive forte expansão imobiliária. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php?id_article=25716>. Acesso em: 15 de abril 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, São Paulo. N. 15. p. 87-112. 2000.

AMIN, Samir. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986. 179 p.

AQUINO, Adriana Maria de. Agricultura urbana em Cuba: análise de alguns aspectos técnicos. Seropédica-RJ: Embrapa Agrobiologia, dez. 2002. 25p. (Embrapa Agrobiologia. Documento, 160).

AQUINO, Adriana Maria de, ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. Ambiente & Sociedade. Campinas. v. X, n. 1, p. 137-150. 2007.

ARAÚJO, Hélio Mario de. (Org.) [et al]. O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju. São Cristóvão-SE. Departamento de Geografia da UFS, 2006. 284p.

AVILA, C. J. VEENHUIZEN, R. V. Aspectos econômicos da Agricultura Urbana. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 7, Agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

CAMARGO, José Carlos Godoy, Elesbão, Ivo. O problema do método nas ciências humanas: o caso da geografia. Mercator – Revista de Geografia da UFC. ano 03, número 06, 2004.

CAMPOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Desruralização versus Urbanização: o caso de Laranjeiras. Dissertação de Mestrado em Geografia. NPGeo/UFS, Aracaju/SE, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1999; _____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.a

_____. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. Mercator, ano 03, número 05, 2004.b

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 1998. Acessado em 03/11/2008, <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>.

CASTRO, Antônio Barros de. Sete Ensaios sobre a economia Brasileira. Rio de Janeiro, 1969.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª Edição. 1999. Editora ática.

DINIS, João R. V. de P. MARCELINO, L. A Agricultura Urbana na perspectiva do Comércio Justo e Solidário: alternativa para o Desenvolvimento Local na busca da sustentabilidade das cidades. In: Encontro Internacional de Economia Solidária, 2007. Anais do IV Encontro Internacional de Economia Solidaria do NESOL USP

<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-07.pdf> acesso em 29/05/2009.

FALADORI, G. O metabolismo com a natureza. Crítica marxista [S.N.], n.12. São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxisa/05folad.pdf>. Acesso em 03 de março de 2009.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, Problemas e Prática. Nº 33, 2000, pp. 45-54.

FERREIRA, Rubio José, CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Agricultura urbana: Discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. Revista de geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, nº2, maio/ago. 2007.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano. Aracaju. 1988 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. Aracaju: Estado e Metropolização. Rio Claro, 1997. (Tese de Doutorado)

GEORGE, Pierre. Geografia Rural. São Paulo: Difel, 1980. p. 79 a 101

GRAZILIANO DA SILVA. O novo rural brasileiro. Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, B. Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. 255 p. (Estudos brasileiros, v. 24).

HAESBEART, Rogério. Globalização e Fragmentação do mundo contemporâneo. IN: HAESBEART, Rogério (org). Globalização e Fragmentação do mundo contemporâneo. EDUFF. Niterói / RJ, 2001

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Contexto, 2001

LEITE, Mirsa Mara Barreto Xavier. Entre o Rio e o Mar: Educação Ambiental Para Fortalecimento da Comunidade Pesqueira do Mosqueiro (Aracaju-SE), Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFS. Ano de Obtenção: 2007.

LOCATEL, Celso Donizete. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis-SP. Tese de doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2004.

LOCATEL, Celso Donizete; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA Márcio Rogério (Org); LAMOSO, Lisandra Pereira (Org); MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (Org). Questões nacionais e regionais do território brasileiro. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.117-132.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. A Trajetória urbana de Aracaju em tempos de interferir. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP, 1983.

_____. A cidade do capital. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MADALENO, Isabel Maria. *Agricultura urbana em Presidente Prudente*. GeoNotas, Maringá, v. 5, n. 3, jul./ ago./ set. 2001.

_____. A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2002. 193p.

_____. Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 4, Julho de 2001. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

MACHADO, Anselmo Belém. Grande Aracaju: Processo de uma metropolização emergente. Aracaju. 1990 (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Felipe da Silva. Agricultura urbana, mercado de trabalho, renda e família. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2008.

MARTINS, Geraldo Inácio. Agricultura urbana: meio de trabalho e renda na cidade de Pirapora-MG. In: Colóquio Internacional: (DES) envolvimento contra a pobreza, mediações teóricas, técnicas e políticas, 2008, Montes Claros.

MAIA, Doralice Sátiro. As casas urbanas e a herança rural: um olhar geográfico sobre as habitações da cidade de João Pessoa-PB (Brasil). Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, num. 146(056);

_____. Currais e vacarias na cidade. Mercator – Revista de geografia da UFC, ano 04, número 07, 2007.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 1, Julho de 2000. Disponível em: <
<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

MOURA, Marcléia Elias. O rural na cotidianidade do urbano e as contradições do capital. São Cristóvão: UFS, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur edições, 2007, 184p.

PAIVA, Ruy Miller. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e Planejamento. Rio de Janeiro, IPEA, 1971.

PORTO, Fernando Figueiredo. A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana/Fernando Figueiredo Porto. 2ª. ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. Mapa geoambiental de Aracaju. 2004

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. Caderno de Geografia, Belo Horizonte. V. 15, n. 25. p. 77-92, 2º sem/2005.

RESENDE, Sildivam. Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG). 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Geografia e Gestão do Território)– Faculdade de Geografia, UFU/Uberlândia. 2004.

RIBEIRO, N. M. G. Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju. Recife: Massangana, 1989.

SANTANA FILHO, L. S. MELO, A. R. MORAES, C. E. S. RIBEIRO, E. A. SANTANA, L. B. SANTOS, N.D. A produção da cidade do cidadão: um olhar sobre o bairro Coqueiral Sagrada Família em Aracaju. In: Revista de Aracaju, Ano LXI, 2005, nº 11, Aracaju: FUNCAJU, 1943, p. 269-286;

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2º ed São Paulo. HUCITEC, 1994. (Estudos urbanos).

SALAMA, Pierre, DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza. Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro, editora garcimond universitária, 1999.

SANTANDREU, Alain, LOVO, Ivana Cristina. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção; identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte, 2007. MDS. Acessado em 03 de novembro de 2008: www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100.

- SAUER, Sérgio. A luta pela Terra e a reinvenção do rural. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade de Campinas. UNICAMP. Campinas/SP, 2003.
- SCHNEIDER, Sergio. Atualidade da contribuição de Leo Waibel ao Estudo da Agricultura Familiar. In: Boletim Gaúcho de geografia. V. 28. n. 1. p. 25-41. Porto Alegre, 2002.
- SILVA, José Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. 1ªed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- SILVA, Kercy da Cunha Teixeira e. O urbano, o rural e o ambiental nas transformações do bairro Porto Dantas, no norte da cidade de Aracaju-SE. Dissertação de mestrado apresentada ao NPGeo-UFS, Aracaju, 2004.
- SILVA, Vilma Aparecida d. A campesinidade presente na construção do espaço geográfico da cidade de Cubatão. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH. 2006.
- SOROKIN, Pitirim A; ZIMMERMAN, Carlo C; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Introdução crítica a Sociologia Rural. MARTINS, José de Souza (Org). São Paulo: Hucitec, 1981.
- SPOSITO, Maria Encarnação, B.WHITACKER, Artur Magon (org.). Cidade Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. 11ª edição. São Paulo. Contexto, 2001.
- TAVARES, Luís Almeida. As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativa-demográfica. Curitiba, n. 7, p. 33-46, 2006. Ed. UFPR.
- TUBALDINI, Maria A. dos Santos, RODRIGUES, Alizabeth F. Conflitos e interações rural-urbana nos ninchos agrícolas da agricultura metropolitana de Ibirité – MG. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2000, v. 1.
- VALE, Ana Rute do. Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, 18 a 23 de julho de 2004. CD-ROM.
- VALVERDE, Orlando. Metodologia da geografia agrária. In: campo-território: Revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1. n. 1, p. 1-16, fev. 2006.
- VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas:Autores Associados, 2002.

WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil, Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1958. p. 3 a 9 e 263 a 293.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN.: GIARRACCA, Norma (coord). Una nueva ruralidad em América Latina? Beuno Aires, CLACSO, 2001, pp. 33ss.

WILBERS, J. HOVORKA, A. VEENHUIZEN, R. V. Gênero e Agricultura Urbana. Revista de Agricultura Urbana. Vol. 12, Maio de 2004. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/>>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

7. ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1. DADOS REFERENTES AO PRODUTOR

- 1.1. Nome: 1.2. Idade:..... anos.
1.3. Escolaridade: () Analfabeto () Fundamental incompl. () Fundamental compl. ()
Médio incompl. () Médio compl. () Superior incompl. () Superior compl.
1.4. Município de origem: 1.5. Estado de origem:
1.6. Município que morava antes? 1.7. Estado que morava
antes?
1.8. Anteriormente morava: () na cidade () na área rural
1.9. Condição anterior: () Proprietário () Arrendatário/parceiro () Posseiro ()
Empregado rural
() Empregado na cidade () Outro Qual? 1.10. Local de
moradia:.....

1.11. Número de pessoas da família que residem no imóvel: Total:

	Número	Número	Número
Homens	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos	Com mais de 65 anos:
Mulheres	Com 14 anos e menos:.....	Entre 14 e 65 anos	Com mais de 65 anos:

- 1.12 Pretende continuar residindo no local, ou vai para outro lugar? Por quê
.....
1.13 Qual a renda média da família? () Menos de 1 SM () de 1 a 2 SM () de 2
a 3 SM () de 3 a 4 SM () de 4 a 5 SM () Acima de 5 SM.

2. DADOS REFERENTES A PROPRIEDADE:

- 2.1 Qual o tamanho da propriedade? () Menor que 50 m² () de 50 a 100
m² () de 100 a 200 m² () de 200 a 300 m² () Acima de 300 m²
..... especificação.
2.2 Qual o tipo de residência? () Próprio () Arrendada/Parceria ()
Concedida () Outro

3. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

- 3.1 Qual o tipo de cultivo na propriedade?.....
É para () mercado, () autoconsumo () ou misto?
3.2 Há quanto tempo cultiva na propriedade?
3.2 Quais as técnicas utilizadas? () Adubação () Rotação () Rega, quem rega?
.....() Outras
3.3 Qual o rendimento em média da atividade agrícola?
3.4 Em anexo a residência há presença de criação de animal ou algum tipo de
planta medicinal? () Sim () Não Se a resposta afirmativa, qual
.....
3.5 A renda atende ao sustento da família? () Sim () Não. Se não, por quê?
.....
3.6 Quantas colheitas faz por ano?
3.7 Tem plano de continuar cultivando a propriedade? () Sim () Não Por quê?
.....

3.8 Os filhos têm interesse em manter a prática agrícola na propriedade?.....

4. CONDIÇÕES DA MORADIA DO AGRICULTOR

4.1 Material de construção da casa () madeira () alvenaria () mista () pau a pique () outros.